

Cadernos IHU em formação

A transposição do Rio São Francisco em debate

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Reitor

Marcelo Fernandes Aquino, SJ

Vice-reitor

José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Diretor

Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo

Jacinto Schneider

Cadernos IHU em formação

Ano 4 – Nº 28 – 2008

ISSN 1807-7862

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Prof. Dr. Laurício Neumann – Unisinos

MS Rosa Maria Serra Bavaresco – Unisinos

Profa. Dra. Marilene Maia – Unisinos

Esp. Susana Rocca – Unisinos

Profa. MS Vera Regina Schmitz – Unisinos

Conselho científico

Prof. Dr. Gilberto Dupas – USP – Notório Saber em Economia e Sociologia

Prof. Dr. Gilberto Vasconcellos – UFJF – Doutor em Sociologia

Profa. Dra. Maria Victoria Benevides – USP – Doutora em Ciências Sociais

Prof. Dr. Mário Maestri – UPF – Doutor em História

Prof. Dr. Marcial Murciano – UAB – Doutor em Comunicação

Prof. Dr. Márcio Pochmann – Unicamp – Doutor em Economia

Prof. Dr. Pedrinho Guareschi – PUCRS – Doutor em Psicologia Social e Comunicação

Responsável técnico

Laurício Neumann

Revisão

André Dick

Secretaria

Camila Padilha da Silva

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Instituto Humanitas Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.35908223 – Fax: 51.35908467

www.unisinos.br/ihu

Sumário

Introdução.....	5
A vida pela vida. A transposição do Rio São Francisco em debate <i>Entrevistas com Roberto Malvezzi</i>	8
A transposição do Rio São Francisco: um projeto imposto a ferro e fogo <i>Entrevista com Marco Antônio Tavares Coelho</i>	17
Transposição do Rio São Francisco: das contradições às soluções <i>Entrevista com Apolo Heringer Lisboa</i>	22
Rio São Francisco: “O movimento contra o projeto precisa ser politicamente ampliado e nacionalizado” <i>Entrevista com João Abner Guimarães Junior</i>	27
Combate à seca no semi-árido e a transposição do São Francisco: o desenvolvimento sustentável da região é possível <i>Entrevista com Roberto Marinho Alves da Silva</i>	30
A Ciência brasileira e o Rio São Francisco <i>Entrevista com Ennio Candotti</i>	35
Transposição do Rio São Francisco e a luta de Dom Luiz Cappio <i>Entrevista com Ruben Siqueira e Roberto Malvezzi</i>	37
“Questionamos o tamanho da obra e a sua capacidade de dar resultados” <i>Entrevista com Luiz Cláudio Mandela</i>	41
“O governo quer impor garganta abaixo um projeto tecnicamente ruim, socialmente preocupante e politicamente desastroso” <i>Entrevista com João Suassuna</i>	43
“A transposição do Rio São Francisco é um absurdo, um contra-senso que depõe contra inteligência do povo brasileiro” <i>Entrevistas com Dom Luiz Flávio Cappio</i>	46
As contradições da transposição do Rio São Francisco e a palavra forte e profética de Dom Cappio <i>Entrevista com Ivo Poletto</i>	53

“Lula capitulou. Não quer nem ouvir falar em alternativas populares” <i>Entrevista com Plínio de Arruda Sampaio</i>	58
Transposição do Rio São Francisco: “Vai usar a água quem estiver mais organizado” <i>Entrevista com Pedro Costa Guedes Vianna</i>	68
“O Pobre de Assis foi e será sempre um modelo de transcendência ética” <i>Entrevista com Fábio Konder Comparato</i>	73
Greve de fome de Dom Luiz Cappio em discussão	76
Lições da greve de fome de Dom Luiz Cappio <i>Entrevista com Eduardo Navarro Stotz</i>	77
A greve de fome de Dom Cappio. Seu significado ético e político, hoje <i>Entrevista com Franklin Leopoldo e Silva</i>	79
A greve de fome de Dom Cappio: um ato de nítido alcance político <i>Entrevista com João Batista Libânio</i>	83
A greve de fome obrigou o governo a olhar para o Brasil e obrigou o Brasil a olhar para o semi-árido <i>Entrevistas com Adriano dos Santos Martins</i>	88
“A fé deve ajudar a superarmos a ilusão da razão política como razão que entende o drama humano” <i>Entrevista com Luiz Felipe Pondé</i>	93
Cappio, Gandhi e o jejum como luta pacifista <i>Entrevista com Lia Diskin</i>	97
As cabras do Padre Lyra: reflexões de um dinossauro aposentado, sensível ao jejum do frei Cappio <i>Entrevista com Paulo Couto Teixeira</i>	100
“O gesto do bispo foi uma glorificação do suicídio” <i>Entrevista com Nelson de Sá</i>	103
A relação fé e política	105
A relação fé e política. Uma reflexão a partir da luta contra a transposição do Rio São Francisco <i>Entrevista com Pedro Ribeiro de Oliveira</i>	106
Fé e política. Os debates arejam e ajudam a precisar posições <i>Por Luiz Alberto Gómez de Souza</i>	110

Introdução

Desde 2005, o Instituto Humanitas Unisinos – IHU, através da revista *IHU On-Line*, edição nº 159, de 10 de outubro de 2005, das **Notícias do Dia** do site do IHU (www.unisinos.br/ihu) e, agora, com a publicação dos **Cadernos IHU em formação** nº 28, acompanhou, tanto os protestos de Dom Luiz Flávio Cappio e dos movimentos populares contra o projeto do governo de transposição do Rio São Francisco e em defesa do “rio da unidade nacional” quanto a postura intransigente do governo em manter o projeto e não submetê-lo à discussão da população da região.

Organizamos os presentes **Cadernos IHU em formação** nº 28 em três partes. Na primeira, o foco é o tema de capa: a transposição do Rio Francisco em debate. Sob diferentes olhares, especialistas alertam para os impactos sociais e ambientais do projeto do governo, para os interesses econômicos e políticos em jogo e para as possibilidades de resolver o problema da seca do povo nordestino através de uma série de pequenos projetos, mais baratos, porém viáveis. Na segunda parte, apresentamos uma série de entrevistas que têm como objetivo promover uma ampla discussão sobre as duas greves de fome de Dom Luiz Cappio, no intuito de fazer o governo desistir do projeto de transposição do Rio São Francisco. Na terceira parte, colocamos em debate o tema da relação entre fé e política. Até que ponto cabe invocar a fé e os ensinamentos de Jesus Cristo, para resolver um problema de ordem política e econômica como a transposição do Rio São Francisco?

Em outubro de 2005, Dom Luiz Flávio Cappio, bispo de Barra (a 610 km de Salvador, BA), instalou-se em uma capela a 200 metros do Rio São Francisco, em Cabrobó (a 600 km de Recife, PE), onde começou sua primeira greve de fome em sinal de protesto pela transposição das águas

do Rio São Francisco. Ele declarou-se em greve de fome “até a morte” contra a aprovação do projeto pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos e o anunciado início das obras. O bispo prometeu também que só suspenderia a greve de fome se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinasse um documento se comprometendo a mudar os rumos do projeto.

Com este gesto, Dom Luiz Cappio conseguiu fazer com que o tema da transposição do Rio São Francisco, o sertão nordestino, sua gente, sua cultura, sua religiosidade, enfim, o semi-árido, fosse discutido pela sociedade e fosse destaque nacional e internacional. Na época, Dom Luiz Cappio justificou a greve de fome como atitude extrema, pois, segundo ele, há 12 anos lutavam sem sucesso em defesa do Rio São Francisco e do seu povo. “Quando percebemos que todos os argumentos de razão não foram suficientes para demover o governo de realizar o projeto de transposição, achamos por bem assumir uma atitude mais radical. Quem sabe o que não conseguimos pela razão, atingiremos pelo coração”, explica o bispo.

Deste modo, Dom Luiz Cappio esperava pelo “bom senso” do presidente da República em revogar o projeto de transposição para “colocar o povo nordestino acima dos interesses do capital e implantar pequenas obras de abastecimento como cisternas, açudes, aproveitamento da água da chuva e do subsolo, para levar a água para quem dela de fato precisa, que são os pobres”.

Dom Luiz Cappio denuncia ainda que o projeto de transposição do Rio carece de transparência e de verdade. “É um projeto que favorece o agronegócio, as grandes empresas de irrigação e inaugura no Brasil o hidronegócio, para a criação de camarão”, sustenta. Se o governo quisesse resolver o problema de água para os pobres, afirma

o bispo, já teriam resolvido o problema por onde o rio passa, pois, a 500 metros das suas margens, o povo não tem água.

Em julho de 2007, os romeiros da 30ª Romaria da Terra e das Águas em Bom Jesus da Lapa, na Bahia, integrada por trabalhadores e trabalhadoras rurais, quilombolas, vazanteiros, geraiseiros, caatingueiros, indígenas, pescadores, moradores de fundo de pasto, ribeirinhos, assentados, acampados, atingidos por barragens e demais participantes, apresentaram um Manifesto sob forma de carta pública, reivindicando um posicionamento dos poderes brasileiros – executivo, legislativo e judiciário – com relação à proposta de transposição das Águas do Rio São Francisco.

No manifesto, o povo da região afirma ser vítima de uma “proposta insustentável de desenvolvimento que tem destruído nosso Rio São Francisco e nossas vidas. Esse projeto nos mata um pouco a cada dia. Ele é responsável pelo aumento da desigualdade social e racial, degradação ambiental e o acúmulo de renda nas mãos de poucos que encontram-se reféns da lógica do capital internacional. Este modelo tem gerado como principais problemas a concentração da terra, a privatização das águas, a poluição dos aquíferos, o êxodo rural, a perda da diversidade cultural, o desmatamento, o assoreamento dentre outros”.

No manifesto, o povo da bacia do Rio São Francisco e da região Nordeste se considera usado pela lógica da “indústria da seca”, que tem “inviabilizado historicamente a vida no semi-árido e perpetua a falsa lógica de grandes obras para solucionar os problemas dos nordestinos”. Contudo, afirma o documento “estas obras se mostraram ao longo do tempo inviáveis e insustentáveis, por não atender as reais necessidades do povo da região. Porém, alternativas vêm sendo trabalhadas e desenvolvidas de forma coletiva e participativa por diversas entidades e movimentos sociais, mostrando que a solução é a convivência harmônica com o semi-árido”.

Uma vez superados todos os impasses judiciais, 350 homens do Exército retomaram, em janeiro de 2008, as obras nos pontos de captação em Cabrobó e Floresta, em Pernambuco, que irão levar água através dos eixos Norte e Leste. “O

eixo Norte, saindo de Cabrobó, levará água para Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. O eixo Leste sairá de Floresta e beneficiará o agreste pernambucano, até a Paraíba”, explicou Angela Lacerda para *O Estado de S. Paulo*, dia 8 de janeiro de 2008.

O trabalho do Exército, iniciado em junho de 2007, é acompanhado por biólogos, arqueólogos e engenheiros florestais. O exército executa tarefas de topografia e construção de duas barragens – de Tucutu (eixo Norte) e Areias (eixo Leste) – e dois canais de aproximação do Rio com as estações de bombeamento. “No eixo Norte, serão dois quilômetros até a barragem; no Leste, 5,8 quilômetros. Os trabalhos do Exército não ultrapassam essas áreas. A partir daí, serão 14 lotes de obras civis – do 1 ao 8 no eixo Norte e de 9 a 14 no eixo Leste”, disse a jornalista Angela Lacerda.

Segundo o projeto de Transposição do governo, o eixo Leste, com previsão de conclusão até 2010, terá 220 quilômetros de canais artificiais até o Rio Paraíba, com cinco aquedutos, dois túneis e nove reservatórios de pequeno porte. Já o eixo Norte, com previsão de conclusão até 2017, terá 402 quilômetros de canais artificiais, 22 aquedutos, seis túneis e 22 reservatórios de pequeno porte.

“Nesta região, o controle unificado das terras e das águas constituirá um poder de vida e morte sobre todos os nordestinos. Se terra já é poder, aliada à água, será um poder praticamente absoluto. Lula e demais defensores dessa política se tornaram populistas hídricos despidos. Mais uma vez na história, em nome da sede do povo, querem concentrar terra e água no Nordeste, agora sob o comando do agro e hidronegócios brasileiro e internacional. Assim, o país das riquezas do século XXI, com sua megadiversidade, água, sol e solos abundantes, vai desenhando sua política de entrega dos bens naturais ao grande capital”, denuncia o teólogo Gilvander Moreira.

Em fevereiro de 2008, dias 25 a 27, representantes de 93 movimentos populares e organizações sociais, de 12 estados brasileiros, se reuniram em Sobradinho (BA), para discutir a continuidade das ações pela vida do Rio São Francisco. No final da Conferência, os participantes publicaram a Carta

de Sobradinho, local escolhido como sede da Conferência, pelo “seu valor simbólico de resistência, nestes 30 anos da barragem, revivido nos 24 dias de jejum de Dom Luiz Cappio ao final de 2007. A experiência vivida por nós, próximos ou distantes, em torno dele naquela ocasião, sintetizou mística e política, solidariedade e fé, economia e ecologia, reinventou nossas formas de ação e nos colocou em mais alto patamar de luta pela vida”.

Ao analisarem a situação atual, os participantes da Conferência mais uma vez rejeitaram o modelo de desenvolvimento predatório e excludente, adotado também no Brasil, como “parte essencial das políticas do governo federal que mantém o país na condição de exportador de produtos primários como minérios e produtos agropecuários, entre os quais os agrocombustíveis – uma grande ‘fazendona’ mundial, tal como ocorre desde o período colonial”.

Dom Luiz Cappio, além de ambientalistas, representantes de movimentos populares e da sociedade civil, como também representantes de determinados setores da Igreja, sustentam um projeto alternativo ao projeto oficial de transposição do

governo: “Continuamos a luta por um autêntico projeto de revitalização de toda a bacia do São Francisco e por um projeto de convivência com o semi-árido, o que, no campo, passa por um milhão de cisternas e mais 140 tipos de tecnologias alternativas e ecológicas. Para as cidades, a Agência Nacional de Águas (ANA) propõe 530 obras para solucionar os problemas de abastecimento hídrico até 2015 em todos os núcleos urbanos acima de 5 mil habitantes do semi-árido brasileiro. Essas obras beneficiariam as populações mais necessitadas e custariam 3,6 bilhões de reais, portanto, mais baratas, mais abrangentes, mais eficientes que qualquer obra de transposição hídrica”.

Para aprofundar a discussão em torno desse tema, o Instituto Humanitas Unisinos organizou os presentes **Cadernos IHU em formação** nº 28, sob o título *A transposição do Rio São Francisco em debate*, com a participação de especialistas de diferentes áreas, inclusive Dom Luiz Cappio, que questionam o projeto oficial da transposição e apresentam uma série de pequenos projetos alternativos, mais baratos e mais viáveis para matar a sede do povo nordestino, sem mexer no leito do Rio São Francisco.

A vida pela vida. A transposição do Rio São Francisco em debate

Entrevistas com Roberto Malvezzi

Roberto Malvezzi (Gogó) é graduado em Estudos Sociais e Filosofia, pela Faculdade Salesiana de Filosofia Ciências e Letras de Lorena, em São Paulo. Também é graduado em Teologia, pelo Instituto Teológico de São Paulo. Atualmente, é também coordenador da Comissão Pastoral da Terra e um dos colaboradores do bispo Dom Luiz Flávio Cappio.

Dele publicamos quatro entrevistas. Na primeira entrevista que Malvezzi concedeu à **IHU On-Line**, em 30 de setembro de 2005, sob o título “A vida pela vida. A transposição do Rio São Francisco em debate”, publicada na página das **Notícias do Dia** do site do IHU (www.unisinos.br/ihu) e também na revista **IHU On-Line**, edição nº 158, de 3 de outubro de 2005, Malvezzi falou sobre a primeira semana da greve de fome do frei Dom Luiz Flávio Cappio, bispo diocesano de Barra, na Bahia, contra a transposição do Rio São Francisco. Falou também sobre a situação do São Francisco e a reação do governo a tudo isso. E lembrou: “Há meses ele pensava em tomar uma atitude mais séria. Não sabíamos qual”. Enquanto isso, em Cabrobó, Pernambuco – região onde o governo Lula pretende construir uma das tomadas de água para a transposição do Rio São Francisco –, em uma capela no Interior, Dom Luiz espera uma reação. Com seu gesto extremo, o Bispo pretende convencer o governo federal a rever a decisão de implantar o projeto de transposição.

Na segunda entrevista, publicada na revista **IHU On-Line**, edição nº 159, de 10 de outubro de 2005, sob o título “Se o governo não cumprir sua promessa, Dom Luiz voltará a fazer greve, mas não voltará sozinho”, Malvezzi fez um balanço dos acontecimentos. Segundo ele, se o governo

não cumprir o que prometeu, Dom Luiz voltará a Cabrobó para reiniciar seu jejum. E não voltará sozinho. Publicamos também uma breve carta que recebemos de Malvezzi, escrita logo após o fim da greve de fome de Dom Cappio.

Mesmo depois de Dom Luiz Cappio ter feito greve de fome, que só terminou quando o presidente Lula prometeu a ele e a toda população brasileira que, após as eleições, retomaria a conversa, cessando temporariamente as obras, as eleições passaram, Lula reelegeu-se e calou-se. Não houve diálogo com os movimentos sociais, com a população ribeirinha ou com os índios da região. A ordem foi para que as obras continuassem. Assim, desde o dia 25 de junho de 2007, os índios Trukás, apoiados por inúmeros movimentos, estão acampados em Cabrobó para impedir a continuidade das obras do Rio São Francisco.

Na terceira entrevista, sob o título “Transposição do Rio São Francisco: existem outros caminhos mais abrangentes, eficientes e baratos”, publicada na página das **Notícias do Dia** do site do IHU, de 2 de julho de 2007, Malvezzi fala do que está acontecendo no acampamento durante estes dias, fala também das ações do governo e das alternativas que o movimento propõe e pelas quais o governo não se interessa.

No dia 19 de dezembro de 2007, o Superior Tribunal Federal decidiu pela continuação das obras de transposição do Rio São Francisco. Os movimentos sociais, embora já aguardassem essa decisão, ficaram ainda mais desapontados com o governo Lula. “O governo não tem sensibilidade alguma com problema de pobre, com problema ambiental, com problema de índio”, contou-nos Roberto Malvezzi (Gogó), que estava em Brasília e

acompanhou toda a votação. Ao receber a notícia, Dom Luiz Cappio, que há 23 dias estava em jejum pelo fim das obras, desmaiou. Levado às pressas ao Hospital Memorial Petrolina, ele ficou durante toda a noite na UTI. Enquanto a família afirmava que o segundo período de greve de fome do Bispo estava no fim, os movimentos sociais que acompanharam o sacrifício de Dom Cappio tinham certeza de que essa luta continuaria. “Ele ainda não encerrou a greve de fome”, afirmou Thomas Bauer, também da Comissão Pastoral da Terra da Bahia. Já a família de Dom Cappio se posicionava contra a continuação do jejum. “Ele terá várias oportunidades de continuar essa obra muito grande. Porque o trabalho com os pobres, com os ribeirinhos do São Francisco, é realmente muito grande. E ele terá outras oportunidades de continuar a luta sem se expor a um calvário tão grande”, falou a irmã do Bispo, Rita Cappio. Dom Luiz Cappio, ainda debilitado, recebeu inúmeras visitas, além de realizar reuniões para discutir o futuro das articulações. Uma das pessoas que esteve com ele foi Dom Paulo Cardoso, bispo de Petrolina. “Nossa expectativa é em relação do procedimento a ser feito daqui por diante”, comentou.

A **IHU On-Line** conversou pela quarta vez com Malvezzi, como também com Rita Cappio, irmã do Bispo, Thomas Bauer e Dom Paulo Cardoso, na noite do dia 20 de dezembro de 2007, quando Dom Luiz Cappio anunciou o encerramento da segunda greve de fome. A entrevista “A vida do Rio São Francisco e de Dom Luiz Cappio” foi publicada também na página das **Notícias do Dia** do site do IHU, no dia 21 de dezembro de 2007.

IHU On-Line – Qual é a situação do São Francisco hoje? E a das populações ribeirinhas?

Roberto Malvezzi – A situação do rio é de segregação total. É um rio que, hoje, tem apenas 5% de suas matas ciliares, que o protegem, que ficam em volta do São Francisco e são áreas de preservação ambiental permanente. É um rio assoreado, porque todas as areias e dejetos são carregados para dentro do rio. É um rio também contaminado porque todos os esgotos, praticamente 90% dos esgo-

tos das cidades do Vale do São Francisco, são despejados *in natura*. É um rio cortado por barragens, o que impactou a pesca e a agricultura tradicionais das ilhas e das vazantes. É ainda contaminado por garimpos e, sobretudo, vítima de todo o processo de erosão dos solos por conta das monoculturas do agronegócio, instaladas principalmente no oeste baiano. Quem sofre o impacto é a população do São Francisco, que depende de seu rio. Mudou o regime das águas, o regime da fertilização dos solos, que não acontece mais por conta das barragens, como também a abundância de peixes. Isso trouxe um transtorno permanente para uma população que não consegue mais achar o rumo de sua vida.

IHU On-Line – A CNBB publicou uma nota na quarta-feira em apoio a Dom Luiz. Isso era esperado?

Roberto Malvezzi – Estive na quarta-feira na CNBB, falando sobre o projeto de transposição e sobre Frei Luiz. Acredito que a atitude da CNBB tenha sido a mais sábia possível. Sabe que é um gesto extremado, mas o acolhe e o respeita. É uma atitude evangélica. Achei a carta perfeita, a mais adequada para um momento como este.

IHU On-Line – O que é o projeto de transposição e qual a diferença para o projeto de revitalização proposto por Dom Luiz?

Roberto Malvezzi – Revitalização significa recuperar o rio, devolver vida ao São Francisco, tratar os esgotos, desassorear, retomar matas ciliares, recuperar sua fauna, sua flora e seus peixes, para que não seja apenas um canal de água, mas um rio. É um processo caro e lento. Derruba-se uma árvore em 30 segundos. Plantá-las leva dez, 20, 30 anos, e muito dinheiro. Mas é inevitável e necessário, porque o processo chegou a esse ponto. Transposição é levar água de uma bacia hidrográfica para outra, para as bacias receptoras do nordeste setentrional. Esse processo também é caro, e em vários lugares do mundo houve problemas sérios. O desvio de águas do Rio Colorado, nos Estados Unidos, fez com que o rio secasse 100km na sua foz, na área mexicana no rio. Houve experiências que deram certo. O problema não é que

dê certo. O problema é que o semi-árido como um todo precisa de um projeto de desenvolvimento completo e o governo, em vez de pensar nisso, fica mais preocupado em fazer uma obra como essa.

***IHU On-Line* – O que significa uma pessoa importante como Dom Luiz tomar uma atitude extrema como essa?**

Roberto Malvezzi – O que está acontecendo é o resultado da forma como o governo conduziu o processo até agora, de forma unilateral. Subestimou a população do São Francisco e ignorou a gravidade da situação do rio. Não houve diálogo com o governo. Nunca se abriu a possibilidade de discutir o caminho do semi-árido. Diante da falta de diálogo com o governo, frei Luiz radicalizou sua posição. O governo está entre o ruim e o péssimo. Ruim será recuar, tentar outro caminho agora. Péssimo será prosseguir. Isso porque frei Luiz irá até o fim. Se ele vier a morrer, todo mundo sabe o que isso significa no imaginário popular do Nordeste.

***IHU On-Line* – E o que isso significa?**

Roberto Malvezzi – No imaginário do Nordeste brasileiro, quando você começa uma obra ou algum projeto em cima da morte de uma pessoa respeitada ou até considerada santa pelo povo, o que vem na seqüência é uma maldição. É preciso entender o imaginário do povo também.

***IHU On-Line* – A quais interesses serve o projeto de transposição?**

Roberto Malvezzi – Serve aos interesses da oligarquia nordestina dos estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, das empreiteiras que vão fazer os canais, das corporações técnicas que estão assessorando estes projetos, dos irrigantes que querem produzir frutas com essa água e exportá-las e também aos criadores de camarão em cativeiro.

***IHU On-Line* – Esperava-se do governo Lula uma atitude assim?**

Roberto Malvezzi – Desde o começo, ficou claro que Lula quer terminar seu governo fazendo uma grande obra. Ele escolheu a transposição do São

Francisco para isso. Só que ele pode deixar para a história uma obra com a pior das imagens.

***IHU On-Line* – Como está a reação à greve de fome de Dom Luiz?**

Roberto Malvezzi – A reação é nacional, rápida e muito surpreendente. Estão sendo organizadas manifestações no Brasil inteiro para o dia 4 de outubro. Há uma grande preocupação dentro do governo com o desfecho do caso. Frei Luiz criou um fato político como queria criar. Agora temos de ver o desdobramento disso.

***IHU On-Line* – O governo já demonstrou algum sinal de reação?**

Roberto Malvezzi – O governo deve mandar hoje (ontem) um emissário até ele com uma carta do presidente Lula. Pelo que sabemos, o conteúdo da carta é que Lula quer ouvi-lo. Agora temos de ver qual será o conteúdo da carta e qual será a reação dele. Acredito que, se o governo suspender a transposição, ele deve aceitar. Caso contrário, ele não deve levar em consideração. Essa decisão está muito amadurecida e ele não pretende parar isso por qualquer coisa.

Se o governo não cumprir sua promessa, Dom Luiz voltará a fazer greve, mas não voltará sozinho

***IHU On-Line* – Como o senhor avalia o saldo de conquistas do protesto de Dom Luiz?**

Roberto Malvezzi – Não paramos ainda para fazer uma avaliação mais completa, mas vamos trocando impressões. O gesto de Dom Luiz conseguiu ampliar o debate para o país todo, chamando a atenção para a ambigüidade dessa obra. Ele abriu espaço na mídia e provocou um crescimento do movimento. Por isso, vieram as contradições, tanto da sociedade, com seus interesses em torno do projeto, como dentro da própria Igreja.

***IHU On-Line* – O senhor está se referindo a que contradições?**

Roberto Malvezzi – Refiro-me ao pessoal que tem interesse na obra e se posicionou favoravel-

mente a ela. Foi revelado ainda o interesse fechado do governo na execução do projeto, por meio do Ministério da Integração. Apesar disso, também ficou claro o interesse daqueles que gostariam de ver um debate sobre a situação do Rio São Francisco e do semi-árido brasileiro. A greve de fome proporcionou isso.

IHU On-Line – Que desdobramentos teremos daqui para a frente?

Roberto Malvezzi – Não sabemos. Vamos ver como isso vai se refletir na sociedade. Pelo jeito, o acordo feito não significou nada para o governo.

IHU On-Line – O que o senhor quer dizer com isso?

Roberto Malvezzi – Embora o governo federal tenha sinalizado pela revitalização e pela suspensão por alguns dias da obra, anunciou hoje de manhã (dia 7-10) que não tem compromisso nenhum e que começará as obras em novembro. Apesar de ter ido lá negociar com D. Luiz, não houve mudanças em termos práticos. Isso é grave e revela o caráter, o nível de comprometimento do governo com essa obra. Foi feito um acordo durante três horas, o ministro (das Relações Institucionais, Jaques Wagner) dizia ter a chancela do Lula. Quando saiu, do lado de fora, já estava com outra conversa. O governo só queria acabar com a greve de fome que o expunha nacional e internacionalmente. Quando conseguiu isso, retomou o mesmo discurso e a mesma prática.

IHU On-Line – Não havendo o cumprimento do combinado por parte do governo, qual será a atitude de Dom Luiz?

Roberto Malvezzi – Ele disse, diante da imprensa, que voltaria à greve de fome. Várias pessoas que estavam com ele, disseram que ele não voltaria sozinho. A questão é que um protesto desses não se começa a todo o momento. É um gesto profundo. Ele está agora se recuperando, fazendo o tratamento. Não sabemos qual será a reação dele ao ouvir o que está acontecendo. Não sabemos até quando D. Luiz estará de resguardo, pois é uma questão médica.

Lula e o PT nunca mais

Recebemos e publicamos a nota de Roberto Malvezzi (Gogó), da coordenação nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT):

Amigos,

Vendo hoje as declarações de Jaques Wagner e do Ministério da Integração, marcando para novembro o início das obras da transposição, pensei em D. Luiz. Pensei na sua greve de fome, na sua boa vontade de negociar com o governo. Pensei na imediata traição do governo.

Wagner esteve em romarias da Terra e da Água da Bahia conosco, debaixo da ponte de Bom Jesus da Lapa, no leito seco do São Francisco, no ano do apagão, quando era candidato. Fez o melhor discurso de todos os petistas presentes em defesa do Rio e contra a transposição. Todo sistema CHESF estava para entrar em colapso por falta de água. Agora se presta a esse papel de negar três minutos depois o que negociou durante três horas. Queremos vida e dignidade para todos os nordestinos, desde o Norte de Minas até o Ceará, do agreste Pernambucano ao Maranhão. Queremos um projeto de Desenvolvimento Sustentável para todo o semi-árido. Foi esse o acordo. O adiamento das obras da transposição – D. Luiz cedeu para dialogar – seria para possibilitar o diálogo que nunca houve. O governo já menosprezou seu acordo.

Não tenho influência em nada, mas cheguei ao limite. Na há base ética no governo para qualquer diálogo. Lula e PT nunca mais.

Transposição do Rio São Francisco: existem outros caminhos mais abrangentes, eficientes e baratos

IHU On-Line – Você, que esteve no acampamento, pode falar sobre a movimentação que está acontecendo nele?

Roberto Malvezzi – O que está acontecendo é a ocupação de uma fazenda onde o governo projeta construir a tomada de água. Este lugar é o chama-

do eixo norte¹ da transposição do Rio São Francisco. Acontece que os índios Truká² moram numa ilha em frente, a Ilha da Assunção, e consideram aquela área (em frente à ilha) como sua. Então, movimentos sociais, como as comunidades ribeirinhas, os pescadores, o MST, os movimentos atendidos pelas barragens, os Movimentos dos Pequenos Agricultores, o Movimento da Bahia de Luta pela Terra, enfim, muitos grupos, resolveram se solidarizar com os indígenas e ocuparam também a local. Lá, eles protestam e tentam boicotar o andamento das obras da transposição, ao mesmo tempo em que lutam para que os índios possam recuperar a terra que lhes pertence.

Mais de 1500 pessoas estão acampadas no local. Durante o dia, há informação e debates. Ontem, frei Luiz e Dom José Geraldo passaram por lá. Os movimentos vão prosseguir acampados, com o objetivo de que a terra seja, enfim, repassada aos índios. O governo entrou com uma reintegração de posse porque disse que a Fazenda já foi desapropriada, e essa questão é um dos nós da transposição. O governo não reconhece que está interferindo em território indígena. Essa é uma das ações na justiça contra o governo, que o Supremo não julga, não decide. Então, os movimentos sociais vêm trazendo à tona essa problemática, a mesma que o governo tenta jogar para debaixo do tapete de qualquer forma.

IHU On-Line – A ocupação já tem dado algum tipo de resultado em relação às medidas que o governo tem tomado?

Roberto Malvezzi – O governo mandou um representante do Ministério da Integração para conversar com o movimento, mas este afirma e reafirma que agora não há mais o que conversar, pois já procurou o governo durante meses e o governo não quis debater. Então, agora só conversam se o Exército se retirar e a obra for suspensa. Aí sim o movimento aceita conversar para discutir as alternativas que nós temos para a transposição do São

Francisco. Nesse momento, repito, não há mais conversa.

IHU On-Line – Você disse, em um artigo, que não há mais como debater com os parlamentares. Então, o que o movimento social lá instalado pretende fazer a partir de agora?

Roberto Malvezzi – Como essa é uma caminhada complexa, logo a gente precisa ir avaliando, passo a passo, momento a momento. Então, o governo entrou com uma ação de reintegração de posse e tem gente dizendo que pode ser julgada hoje (ele se refere ao dia 29 de junho de 2007). Então, vai depender da decisão do juiz da comarca de Salgueiro, em Pernambuco. Além da reintegração de posse, aguardamos a decisão dos índios de continuar na área. Então, não temos uma posição definitiva. O que acontece é que, enquanto tivermos possibilidades, permaneceremos na área.

IHU On-Line – Como está a movimentação da polícia e do Exército próximos à área do acampamento?

Roberto Malvezzi – Por enquanto, não houve nenhuma interferência. O Exército está mais próximo, no sentido de que está fazendo o desmatamento da área para os canais, mas não interferiu em nada até agora, assim como a polícia. A única coisa que aconteceu foi a visita do representante do Ministério da Integração e, agora, o governo disse que entraria com a ação. Estamos aguardando para ver se irão mesmo entrar com o processo.

IHU On-Line – Em artigo, você falou que, neste caso, os conflitos são inevitáveis. Que conflitos vocês estão prevendo?

Roberto Malvezzi – Os conflitos estão sendo estabelecidos à medida que as obras avançam e as populações ribeirinhas do Rio São Francisco reagem. Há movimentos, populações indígenas e ri-

¹ No Projeto de Transposição, esse eixo norte prevê água para os sertões de Pernambuco, do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte. (Nota da ***IHU On-Line***)

² Os Truká vivem na Ilha da Assunção, no médio Rio São Francisco, no município de Cabrobó. Eles estão estimados em 3.463 e têm seu território com uma superfície de 5.769ha. A aldeia da Assunção foi fundada provavelmente em 1722, e ficava situada em uma grande ilha com esse mesmo nome. (Nota da ***IHU On-Line***)

beirinhas decididos a resistir à implementação da obra que o governo decidiu fazer.

IHU On-Line – Dom Cappio falou que, mesmo se os inimigos vierem armados, eles irão responder com as “armas da vida”. O que o senhor acha desta afirmação?

Roberto Malvezzi – Quando frei Luiz fala assim, nós sabemos que ele sempre guarda um pouco de mistério em relação às atitudes que podem vir pela frente. O que ele está querendo dizer é que o movimento social irá continuar e que nossa resistência, evidentemente, não é feita por meio de armas de fogo nem por meio da violência. Frei Luiz já deu um exemplo, no ano passado, dessa arma, que, no caso, foi a greve de fome. Então, o que se desenha para o horizonte futuro é que aquelas armas próprias de quem luta a favor da paz poderão ser novamente utilizadas, no momento em que for indispensável que elas retornem. O que ele está querendo dizer é que haverá resistência.

IHU On-Line – O que as pessoas envolvidas com o agronegócio tem feito para impedir que a luta de vocês não resista e que as obras da transposição avancem?

Roberto Malvezzi – As obras da transposição são decididas pelo capital econômico e financeiro, que é o mesmo que administra o País há quinze anos, desde o governo Itamar.³ É que quando chegou ao poder um novo grupo no Ceará, liderado pelo Ciro Gomes⁴ e pelo Tasso Jereissati,⁵ ele projetou todo um sistema de desenvolvimento para aquela região, que incluiu a construção do Porto de Pecem, a construção da Transnordestina, que é a estrada de ferro que vai levar os produtos até o Porto, e o complexo industrial do Porto de Pecem, inclusive com siderurgia. Para todo esse projeto econômico, além do complexo de indústria de ferro, e também em função da irrigação e da criação de camarão em cativeiro, eles preci-

sam de água. Então, a transposição, na verdade, é uma peça de um projeto de desenvolvimento maior, muito mais amplo. E, como num projeto de desenvolvimento desses envolve muito capital, muito dinheiro (só a transposição está orçada em quase sete bilhões de reais), todos os envolvidos com o agronegócio têm interesse nisso. Na verdade, mudam o governo e os ministros, mas o projeto de transposição nunca sai de pauta. O Ministério da Integração está a serviço deste projeto há mais de quinze anos. Evidentemente, sabemos que há interesses poderosos, determinados e articulados. Nós dissemos à sociedade brasileira que o projeto que tem como propaganda acabar com a sede do povo tem por trás o interesse poderoso da agroindústria, do complexo siderúrgico e de uma elite que irá se beneficiar com essa água. Isto significa que a transposição não tem a finalidade de saciar a sede das pessoas mais necessitadas. Para isso, existem outras propostas, outras alternativas, que nós defendemos, mas, infelizmente, não conseguimos encontrar eco no governo federal, que se colocou a serviço desse projeto econômico daquela região do Nordeste.

IHU On-Line – Que tipos de apoios estão vindo da sociedade, da população do Nordeste, além do apoio dos movimentos sociais?

Roberto Malvezzi – A população local tem ido protestar. Se você for ao acampamento, poderá ver os índios e ribeirinhos da região. Mesmo o MST que está lá é do Nordeste, ou seja, são rostos conhecidos aqui na região. Agora, ainda contamos com a solidariedade da população urbana que visita o local. Hoje (29 de junho de 2007), por exemplo, teremos a presença de políticos que são solidários a nossa causa. Temos a mídia local favorável, colocando a questão em debate. Desse modo, sabemos que a resistência também é feita pela comunidade local, por aquelas pessoas que também são as vítimas da transposição do Rio

³ Itamar Franco: foi presidente do Brasil entre 2 de outubro de 1992 e 1º de janeiro de 1995. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ Ciro Gomes: político brasileiro. Com a eleição de Lula, Ciro Gomes aceitou o convite do presidente eleito para assumir o Ministério da Integração Nacional, responsável pelo desenvolvimento regional e obras de infra-estrutura. Em março de 2006, Ciro Gomes renunciou ao cargo de ministro para concorrer à Câmara dos Deputados pelo Estado do Ceará. Foi eleito o deputado federal proporcionalmente mais votado do Brasil, com mais de 16% dos votos no seu estado. (Nota da **IHU On-Line**)

⁵ Tasso Jereissati: político e empresário do Brasil, além de senador pelo Partido da Social Democracia Brasileira. (Nota da **IHU On-Line**)

São Francisco e desses projetos que, ao longo dos anos, vão se instalando sempre à custa das populações mais pobres.

É bom registrar que nós somos contra a transposição porque temos propostas melhores para o semi-árido brasileiro do que a da transposição. Nossas propostas vão em duas linhas: para o meio rural, nós defendemos as obras que têm a lógica da chamada convivência com o semi-árido, que é a captação da água de chuva do meio rural tanto para beber quanto para produzir. E, para o meio urbano, nós defendemos a implementação da obras do Atlas do Nordeste, que é um leque de obras propostos pela Agência Nacional de Águas e atingiria 1112 municípios com núcleos urbanos, ou seja, acima de cinco mil pessoas, além de mais 244 municípios com núcleos urbanos abaixo de cinco mil pessoas. Alcançaria os nove estados do Nordeste, mais o norte de Minas Gerais e resolveria o problema hídrico de 34 milhões de nordestinos até 2015. Quer dizer, se o governo tem efetivo interesse em resolver o problema da sede do povo, teria outros caminhos a percorrer que não os da transposição. Mas, como o governo está comprometido com o projeto econômico da elite, opta pela transposição e ignora as alternativas. Ainda assim, nós vamos continuar dizendo à sociedade brasileira que existem outros caminhos mais abrangentes, eficientes e baratos.

A vida do Rio São Francisco e de Dom Luiz Cappio

***IHU On-Line* – Você estava em Brasília durante a votação que decidiu que o governo continuará com as obras de transposição do rio São Francisco. Como é que você e os movimentos sociais receberam esta notícia?**

Roberto Malvezzi – Eu continuo em Brasília. Nós tínhamos a previsão de que o desfecho seria esse mesmo. O governo nunca aceitou negociar absolutamente nada em termos de transposição. Apenas nos momentos de aperto, ele propunha alguma coisa para ganhar tempo, ganhar saída, como foi agora na véspera. Nós não tínhamos ilusão alguma a respeito dele. O que queríamos era

que as propostas diferentes que temos em relação às do governo aparecessem mais na mídia, na sociedade e acredito que conseguimos isso em parte. Além disso, existe todo o respeito em relação à atitude do Frei Luiz, que se esforça para usar o seu carisma com o objetivo de que as alternativas possam aparecer a partir do seu gesto emblemático. Penso que conseguimos isso em parte, não totalmente.

Sempre existe uma frustração quando se perde, mas os processos são longuíssimos. Essa obra ainda mal começou. Ela tem um futuro, dizem, de onze anos. Mas as contradições desse processo, o agravamento dessa crise, a divisão em torno dela, só irão prosperar na medida em que a obra avançar. Há muita história pela frente ainda e nós precisamos ter paciência para acompanhá-la, no sentido de defender o que é melhor para as populações locais.

***IHU On-Line* – O jejum de Dom Cappio sensibilizou o governo de alguma forma?**

Roberto Malvezzi – Não. O governo não tem sensibilidade alguma com problema de pobre, com problema ambiental, com problema de índio. O governo atropela todos aqueles que passarem e atropelarem o seu caminho.

***IHU On-Line* – Os movimentos sociais já sabem das próximas articulações que serão realizadas de agora em diante?**

Roberto Malvezzi – Nós teremos que nos reunir e conversar. A prioridade desde ontem (referindo-se ao dia 19-12-07) era salvar a vida de Dom Luiz. Quero acreditar que em parte isso está garantido: ele está bem hoje, embora continue sem comer. Ele quer voltar a Sobradinho e celebrar uma missa com a comunidade local. E nós temos, depois, de ver como é que isso se desdobra na luta prática, social e política.

***IHU On-Line* – Vocês pretendem voltar a conversar com o governo?**

Roberto Malvezzi – Não. Nós teremos que conversar sobre isso. Esse é o tipo de coisa que deixa marcas, cicatrizes. Há, evidentemente, um distanciamento cada vez maior desse governo. Entre-

tanto, não podemos fazer nada. Não podemos colocar obstáculos em nada que possa beneficiar as populações mais pobres. Teremos que sentar, peinar e rearticular as coisas para ver como esse assunto procede.

Confira a conversa da IHU On-Line com Thomas Bauer

IHU On-Line – Foi noticiado ontem que o jejum do bispo Cappio acabou e que ele está internado. Você pode nos contar como está o bispo Cappio e como se darão as articulações em relação à transposição do Rio São Francisco a partir de agora?

Thomas Bauer – O bispo ontem (referindo-se ao dia 19-12-07), assim que recebeu a notícia sobre o julgamento, a decisão do Supremo Tribunal Federal, se sentiu mal, ficou bastante abalado, ainda tentou escrever uma nota para ser veiculada nas mídias ontem e, no meio da escrita, desmaiou. Ficou num estado de semiconsciência durante a tarde e, no início da noite, o médico que o acompanha decidiu interná-lo no Hospital Memorial Petrolina. Ele foi internado e examinado. Passou a noite na UTI e pela manhã já se encontrava bem. Saiu da UTI e afirmou para o pessoal que o acompanha que quer voltar a Sobradinho e que em nenhum momento encerrou o jejum.

IHU On-Line – Então, até agora, ele ainda não foi alimentado?

Thomas Bauer – Não. Só está no soro.

IHU On-Line – E quando ele volta para Sobradinho?

Thomas Bauer – Nesse momento, o pessoal está reunido com ele, inclusive, para ver como, quando e quais os próximos passos. Mas ele afirmou que quer voltar para Sobradinho. E, sobre o jejum e os próximos passos, ele quer decidir junto com o povo e os movimentos sociais. Deve-se ressaltar, porém, que Dom Cappio ainda não encerrou a greve de fome.

IHU On-Line – Como o povo e os movimentos sociais receberam a notícia de que as obras vão continuar?

Thomas Bauer – As notícias foram recebidas com bastante preocupação. O julgamento julgou legal o que é ilegal.

IHU On-Line – Quando foi internado, o irmão de Dom Cappio e o Frei Klaus Finkham afirmaram que o jejum acabou...

Thomas Bauer – Eu, pessoalmente, não escutei isso. Hoje (referindo-se ao dia 20-12-07), pela manhã, o cunhado dele, que também está acompanhando a família, deu uma entrevista no *Jornal A Tarde*, da Bahia, dizendo que a família aguarda a recuperação do bispo para tomar uma decisão.

IHU On-Line – O bispo está com o mesmo ânimo que tinha no início do jejum?

Thomas Bauer – Continua. A outra notícia importante de relatar é que no dia 19 de dezembro, à noite, havia sido marcada uma reunião junto ao governo. Mas já adianta que o governo cancelou a reunião, dizendo que não há mais diálogo. Fecharam-se todas as portas.

Confira a conversa da IHU On-Line com Rita Cappio

IHU On-Line – Como está Dom Cappio?

Rita Cappio – Ontem (referindo-se a 19-12-07), ele veio de Sobradinho de ambulância, pois tinha desmaiado. Estávamos todos apreensivos. Ele foi trazido para Petrolina e foi muito bem atendido. Passou a noite toda na UTI tomando soro. Então, foi levado para o quarto agora pela manhã e está passando bem. Nós estávamos bastante preocupados com problemas que poderiam ser ocasionados devido ao jejum, já que foram 24 dias sem se alimentar. Agora, ele está, relativamente, muito bem. Esperamos que hoje (referindo-se ao dia 20-12-2007), no fim da tarde, ele já possa sair do hospital.

IHU On-Line – Na opinião da família, ele continua com o jejum?

Rita Cappio – Não. Essa é uma fase que, se Deus quiser, foi encerrada. Ele terá várias oportunidades de continuar essa obra muito grande. Porque o trabalho aqui com os pobres, com os ribeirinhos do São Francisco, é realmente muito grande. E ele terá outras oportunidades de continuar a luta sem se expor a um calvário tão grande.

IHU On-Line – A senhora tem falado com ele?

Rita Cappio – Eu estou aqui dentro do quarto com ele. Ele está conversando com alguns bispos que são quase irmãos dele. Ontem (referindo-se ao dia 19-12-07) e hoje (referindo-se ao dia 20-12-07) vieram outros. Ele está conversando normalmente, graças a Deus.

IHU On-Line – Como você está ao lado dele agora, nós podemos falar com ele rapidamente?

Rita Cappio – Não. Não é possível. Ele prometeu uma entrevista coletiva à imprensa mais tarde. Você pode dar boas notícias. Realmente, ele está bem. Nos esperamos que até o fim da tarde ele possa ter alta aqui do hospital.

IHU On-Line – E para onde ele vai depois que receber alta?

Rita Cappio – Olha, ele quer ainda voltar para Sobradinho para celebrar uma missa em agradecimento a todo aquele povo que o acolheu muito bem. Então, é imprevisível para onde ele vai. São decisões que ele irá tomar. Graças a Deus, ele se encontra numa situação em que é capaz de resolver a sua vida.

Confira a conversa da IHU On-Line com Dom Paulo Cardoso

IHU On-Line – Como está o Dom Cappio neste momento?

Dom Paulo Cardoso – Eu estive agora mesmo (referindo-se ao dia 20-12-07) com ele no quarto. Ele, de fato, ficou na UTI. Estava semiconsciente e foi medicado com soro e vitaminas. Já de manhã foi transferido para o apartamento. Estive com ele agora há pouco e vi que sua evolução era muito boa: estava plenamente consciente e não havia recebido ainda alimento. Ele recebe água de coco, muita água natural, de maneira que não pude perceber se, de fato, ele encerra logo ou se ainda irá continuar com algum tipo de jejum relativo. Isso nem eu quis perguntar, para não ser indiscreto e nem ele adiantou. Aparentemente, está bem. Foi muito forte o impacto quando ele soube que foi rejeitada a liminar, e isso ocasionou o desmaio. Então, logo depois, ele foi trazido ao hospital e foi internado. O médico, Frei Klaus Finkham, o acompanha e agora seu quadro está estável. Ele me disse que gostaria, quando receber alta, o que poderá ocorrer ainda hoje, de ir a Sobradinho, para uma celebração com o povo e para agradecer a acolhida e a presença de tantos que estiveram lá. Depois, ele gostaria de ir à Barra, onde pretende celebrar ou estar presente na celebração natalina. Depois, ainda teria duas festas grandes de padroeiros e só lá pelo dia 10 é que iria para São Paulo, para ficar com os familiares e fazer um tratamento mais prolongado. Essa seria a vontade dele. A família pensa diferente. Ela quer, o quanto antes, levá-lo a São Paulo, assim que ele receber alta, e já estão sonhando que isto possa acontecer hoje (referindo-se ao dia 21-12-07). Depois, conversando com o médico que o acompanha, que é um franciscano, eu soube que, em última análise, quem irá decidir se vai de fato cumprir esse programa ou se aceitará a idéia de ir a São Paulo é o bispo.

Mas, em linhas gerais, o quadro evoluiu bem, pois o bispo não apresenta muita fragilidade. Hoje, estava sentado, conversando. Nossa expectativa é em relação ao procedimento a ser adotado daqui por diante. Inclusive, ontem aconteceu uma reunião com a equipe dele, com o objetivo de tomar decisões em relação ao seu futuro.

A transposição do Rio São Francisco: um projeto imposto a ferro e fogo

Entrevista com Marco Antônio Tavares Coelho

Marco Antônio Tavares Coelho é jornalista e editor-executivo da revista Estudos Avançados, da Universidade de São Paulo (USP). É autor de **Herança de um sonho: memórias de um comunista** (Rio de Janeiro:Record, 2000) e **Rio das velhas: memória e desafios** (São Paulo: Paz e Terra, 2000).

Marco Antônio Tavares transformou três meses de pesquisas sobre o Rio São Francisco num livro intitulado **Os descaminhos do São Francisco** (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005). No livro e na entrevista que concedeu à **IHU On-Line**, no dia 4 de outubro de 2005, Tavares aborda os erros históricos cometidos com o rio “da unidade nacional” e se posiciona contra o projeto de transposição.

IHU On-Line – Como o senhor avalia a greve de fome realizada por Dom Luiz Cappio durante 11 dias?

Marco Antônio Tavares Coelho – Essa atitude de Dom Cappio deve ser saudada como um ato muito corajoso. Um ato que demonstra quanto ele conhece o problema real do São Francisco e sabe perfeitamente que esse projeto do governo é profundamente nocivo ao país e aos nordestinos. Apoiando esse gesto, esperamos que o governo reveja essa decisão absurda, nociva, esse projeto que não pode ser defendido por todos aqueles que conhecem a situação do São Francisco dos desejos e de um *lobby* muito poderoso que quer ver implantada no país uma realidade que não é aquela que interessa ao grosso da população brasileira.

IHU On-Line – Ao longo da greve, houve muitas formas de qualificar o gesto, inclusive foi chamado de “atitude autoritária” porque colocou o governo em um beco sem saída. O que o senhor acha disso?

Marco Antônio Tavares Coelho – Nós, que acompanhamos este projeto da transposição do São Francisco, sabemos que a arbitrariedade, na verdade, parte do governo do presidente Lula, especialmente do seu ministro de integração nacional, Ciro Gomes. O projeto joga por terra a legislação brasileira sobre os rios. O comitê da bacia hidrográfica do São Francisco recusou a aprovação desse plano do governo. Estão passando por cima da lei, quem pratica arbitrariedades é, de fato, o governo. O bispo tinha o direito de recorrer a uma atitude, extremada, é verdade, mas a única que chega aos ouvidos e pode comover os governantes do país, uma atitude que realmente mobiliza a opinião pública porque desmascara uma postura que é inaceitável.

IHU On-Line – O senhor acha que foi aproveitado um momento em que a opinião pública estava com os olhos voltados para as denúncias de corrupção, para tentar iniciar as obras de transposição?

Marco Antônio Tavares Coelho – Na realidade, o governo vem tomando uma série de medidas absurdas, inclusive coagindo determinadas organizações do próprio governo como o Ministério do Meio Ambiente. É uma vergonha que uma ministra como a Marina Silva se curve diante des-

se projeto, porque ela sabe que a opinião pública e as organizações ambientalistas não aceitam e repudiam esse projeto do governo.

IHU On-Line – O governo estaria dando continuidade a uma proposta desenvolvimentista da qual foi herdeiro?

Marco Antônio Tavares Coelho – Na verdade, nos últimos 70 anos, várias medidas adotadas pelos governantes vêm sendo nocivas à população do São Francisco. Desde a década de 1940 até agora, foram feitas grandes obras no São Francisco, grandes represas e grandes centrais elétricas. Mas, na verdade, o projeto inicial que se tinha em relação ao São Francisco era para desenvolver a economia da região para permitir uma melhor qualidade de vida ao sertanejo do rio. Vários governos destes últimos 80 anos somente se preocuparam com o desenvolvimento e a produção de energia elétrica. É claro, não podemos ser contra isso, mas seria necessário examinar em cada caso se as alternativas são corretas, ou se outras medidas não devem ser tomadas no sentido de melhorar as condições de vida da população.

IHU On-Line – Quais são as condições de vida das populações ribeirinhas?

Marco Antônio Tavares Coelho – Por exemplo, essas grandes represas acabaram com duas coisas: com a agricultura de vazantes, que existia nas margens do São Francisco e nas ilhas, que eram fertilizadas quando havia grandes inundações. Construindo as represas, essa agricultura, que beneficiava a população pobre do São Francisco, não pode mais produzir alimentos. Por outro lado, também a construção dessas represas liquidou com as lagoas marginais do São Francisco, que possuíam grandes variedades de peixes. Resultado: a pesca no São Francisco sofreu uma queda vertiginosa. Pois bem, preocupado só em resolver o problema da energia elétrica, o governo não se preocupou com as condições de vida da população ribeirinha. Em dezenas de pequenas

idades, nas margens do São Francisco, não há abastecimento de água, escolas, ou a preocupação com a saúde da gente ribeirinha. E, quanto à produção de energia elétrica, as pessoas que residem nas margens do São Francisco não conseguem ter eletricidade em suas casas, porque as redes não são instaladas nesses povoados. Portanto, é um contraste muito grande entre a riqueza que o São Francisco permite e a situação de miséria das massas que vivem às margens do Rio.

IHU On-Line – Essa preocupação exclusiva com a energia e o descuido com outras questões seria um dos “descaminhos” que o senhor aborda em seu livro?

Marco Antônio Tavares Coelho – Sim, mostrando que é imprescindível a revitalização do rio. É preciso colocar recursos à disposição, por exemplo, de obras como a proteção das margens do rio, no sentido de diminuir o assoreamento que vai transformando-o num grande areal, ao mesmo tempo em que recursos devem ser colocados à disposição de populações mais pobres, relacionados com problemas educacionais e de saúde.

IHU On-Line – Como surgiu a idéia dessa pesquisa que resultou no seu livro?

Marco Antônio Tavares Coelho – Eu sou da região do São Francisco, mas do alto São Francisco, de uma região rica, que é a região de Belo Horizonte. Um dos principais afluentes do São Francisco está localizado exatamente nessa região de onde eu venho. É o Rio das Velhas. Nasce perto de Ouro Preto e vai subindo, costeando a Serra do Espinhaço e deságua, um pouco abaixo de Pirapora. Eu já fiquei muito impressionado com o movimento realizado na capital Belo Horizonte pelos professores e estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, que lançaram um projeto chamado Projeto Manoelzão (uma das figuras da literatura de Guimarães Rosa).⁶ Então, o Manoelzão prezava muito a natureza e o rio e os estudantes da faculdade de Medi-

⁶ João Guimarães Rosa (1908-1967): escritor, médico e diplomata brasileiro. Como escritor, criou uma técnica de linguagem narrativa e descritiva pessoal. Sempre considerou as fontes vivas do falar erudito ou sertanejo. Sem reproduzi-los num realismo documental, reutilizou suas estruturas e vocábulos, estilizando-os e reinventando-os num discurso musical e eficaz de grande beleza plástica. Sua obra parte do regionalismo mineiro para o universalismo, oscilando entre o realismo épico e o mágico, inte-

cina, especialmente os sanitaristas, liderados por uma grande figura humana que é o professor Apolo Lisboa, começaram a estudar a situação das comunidades pobres nas pequenas cidades situadas na periferia de Belo Horizonte. Constataram que, em torno da Bacia do Rio das Velhas, o grande problema de saúde dessa população decorria do fato de que a água do Rio das Velhas não era tratada e isso causava muitas doenças. Começaram, há mais de cinco anos, uma batalha pela recuperação do Rio das Velhas. Pois bem, essa preocupação com o Rio das Velhas me levou a estudá-lo e lancei um livro chamado Rio das Velhas, memórias e desafios. Logo depois, meus amigos e muitas pessoas a quem eu recorria para obter informações, me diziam: “Agora o grande desafio seu é estudar o São Francisco, porque esse é um dos maiores problemas da nação brasileira”. Assim, surgiu a pesquisa sobre a qual eu estava debruçado há três anos, tudo no sentido de levantar os problemas reais do São Francisco. Eu esperava até aprofundar mais ainda e levantar outros problemas. Mas já com o material que eu dispunha e levando em conta a necessidade, quando o governo Lula iniciou o movimento para executar esse projeto de transposição, eu vi que estava na hora de acelerar os preparativos para o lançamento do meu livro.

IHU On-Line – O governo Lula, então, está dando continuidade aos governos anteriores em relação ao Rio?

Marco Antônio Tavares Coelho – Sim, mas em certos aspectos ele é até pior que os governos anteriores, porque essa pressão do *lobby* no senti-

do de realizar esse projeto também houve no governo FHC, mas no último ano de seu mandato, o ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, convenceu o Presidente Fernando Henrique Cardoso de que o projeto era nocivo. Portanto, nesse aspecto, o governo Lula é muito pior que o governo de FHC.

IHU On-Line – O seu livro estaria, então, centralizado nos erros cometidos nas obras realizadas no Rio?

Marco Antônio Tavares Coelho – Sim, mas há outras obras também, muito prejudiciais, como, por exemplo, a grande represa de Sobradinho, construída quando o regime militar estava no auge, nos anos do presidente Médici⁷ e depois Geisel,⁸ que é o maior lago artificial do mundo. A sua extensão é de 350 km por 35 de largura. Era importante se construir uma represa naquela região do médio São Francisco, porém foi construída no local errado, e isso levou a uma submersão de quatro cidades históricas da Bahia: Casa Nova, Cento-Sé, Pilão Arcado e Remanso. Mais de 70 mil pessoas tiveram que ser deslocadas daquela região. Mas o regime militar não permitiu nenhum protesto e nenhuma crítica foi possível naquela época a uma obra que poderia ter sido mais bem equacionada. Como não havia possibilidade de discussão, a obra foi considerada uma obra de segurança nacional e, portanto, o projeto foi imposto a “ferro e fogo” pela ditadura militar.

IHU On-Line – No seu livro há depoimentos dos governadores de Minas Gerais, Bahia e Sergipe. O que eles dizem?

grando o natural, o místico, o fantástico e o infantil. Entre suas obras, citamos: **Sagarana**, **Corpo de baile**, **Grande sertão: veredas**, considerada uma das principais obras da literatura brasileira, **Primeiras estórias** (1962) e **Tutaméia** (1967). A edição 178 da **IHU On-Line**, de 02-05-2006, dedicou ao autor a matéria de capa, sob o título “Sertão é do tamanho do mundo”. 50 anos da obra de João Guimarães Rosa. De 25 de abril a 25-05-2006, o IHU promoveu o Seminário Guimarães Rosa: 50 anos de Grande Sertão: Veredas. (Nota da **IHU On-Line**)

⁷ Emílio Garrastazu Médici (1905-1985): militar e político brasileiro. Exerceu as funções de adido militar em Washington e de chefe do Serviço Nacional de Informações. Vagando-se a presidência da República (1969), em consequência de enfermidade do presidente Costa e Silva, foi eleito pelo Congresso Nacional para ocupar esse cargo, com mandato até 1974. (Nota da **IHU On-Line**)

⁸ Ernesto Geisel (1908-1996): militar e político brasileiro. Foi adido militar no Uruguai, comandante da XI Região Militar em Brasília, chefe do gabinete militar da presidência da República no governo Castelo Branco, ministro do Superior Tribunal Militar e presidente da Petrobras (1969-1973). Eleito presidente da República por um Colégio Eleitoral (1973), tomou posse em 15 de março de 1974. Buscou em seu governo um gradual aperfeiçoamento do regime democrático no país, apresentando, inclusive, um projeto de reformas políticas. Deixou a presidência em 1979. (Nota da **IHU On-Line**)

Marco Antônio Tavares Coelho – São depoimentos muitos importantes. Devemos assinalar que o governador da Bahia⁹ é um técnico, um geólogo de muito prestígio na comunidade acadêmica e científica, e também o João Alves Filho,¹⁰ governador do Sergipe, é um escritor, um estudioso dos problemas do Rio. Portanto, são dois homens cuja palavra tem uma importância enorme pela seriedade com que eles defendem o São Francisco.

IHU On-Line – Quais são as alternativas que podem ser propostas ao projeto de transposição?

Marco Antônio Tavares Coelho – O fundamental é discutir esse problema com prudência, bom senso, e não com esse espírito de querer realizar uma “obra a todo pano”, que é a posição do ministro Ciro Gomes. Ele decidiu fazer e desrespeita a legislação e as opiniões de pessoas que são estudiosas e que conhecem o problema. Portanto, o fundamental, agora, é parar as obras e abrir uma grande discussão com a população do São Francisco, com os técnicos e estudiosos do problema. Por isso, é que um ministro como o Ciro Gomes está prestando um desserviço extraordinário ao país e ao próprio presidente Lula, porque ele está desagregando a nação brasileira. A água se constitui num problema extremamente complexo, envolvendo diversos estados, alguns banhados pelo São Francisco, e outros que reivindicam a água do Rio como o Ceará e a Paraíba. Então, é preciso haver uma discussão com muita fraternidade na federação brasileira. Esse projeto imposto “a ferro e fogo” está dividindo o país, e a responsabilidade disso é do governo do Presidente Lula e, particularmente, comandado pela ação arbitrária e impulsiva do ministro Ciro Gomes.

IHU On-Line – Quem mais ganha com esse projeto de transposição?

Marco Antônio Tavares Coelho – Basicamente, três setores. Os proprietários de terras de certas regiões onde serão construídas algumas obras, como aquedutos, canais, e estações de elevação da água. As terras se valorizam em consequência das obras públicas. Em segundo lugar, os empresários da construção civil, fabricantes de equipamentos, de grandes caminhões e de bombas. Em terceiro lugar, alguns políticos que querem usar isso como uma arma eleitoral. Por exemplo, o Ciro Gomes quer chegar lá no Ceará e dizer “eu trouxe água para o Ceará, a água do São Francisco”. Portanto, são bandeiras demagógicas, eleitorais de grupos políticos que querem continuar no poder.

IHU On-Line – Em que situação ficou aquele projeto da criação de um milhão de cisternas tão divulgado no país?

Marco Antônio Tavares Coelho – Esse é um projeto importantíssimo, realizado lentamente, e é um dos caminhos para a solução do problema de escassez de água no semi-árido. É um projeto que tem o total apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Cáritas,¹¹ de organizações não-governamentais e apoio de várias empresas. É um dos caminhos para a solução do problema do semi-árido, e, portanto, merece todo o apoio. Além disso, outras pequenas obras também podem ser feitas. Enfim, é erro pensar que a seca, a falta de água, se resolve com grandes projetos de engenharia. Não é isso! Celso Furtado¹² sempre foi contra essa tese de buscar a solução com grandes projetos de engenharia. É a mobilização do povo construindo como pode, nas suas pequenas cidades, sistemas para conservar a água, porque o semi-árido não é

⁹ O atual governador da Bahia é Paulo Ganem Souto, do PFL. (Nota da *IHU On-Line*)

¹⁰ João Alves Filho: atual governador do Sergipe, é do PFL. (Nota da *IHU On-Line*)

¹¹ A Cáritas Brasileira faz parte da Rede *Caritas Internationalis*, rede da Igreja Católica de atuação social composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma. Organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi criada em 12 de novembro de 1956 e é reconhecida como de utilidade pública federal. (Nota da *IHU On-Line*)

¹² Celso Furtado (1920-2004): economista brasileiro, foi membro do corpo permanente de economistas da ONU. Foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e membro da Academia Brasileira de Letras. Algumas de suas obras são *A economia brasileira* (1954) e *Formação econômica do Brasil* (1959). A *IHU On-Line* repercutiu na 155ª edição a recente criação do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, na Finlândia, com entrevistas a diversos especialistas. (Nota da *IHU On-Line*)

um deserto – chove. Mas é que a água escoar rapidamente, não é conservada. E, muitas vezes, ela é conservada em circunstâncias equivocadas porque o calor é muito forte nessa região e, por isso, a evaporação é muito grande. Então, a água deve ser conservada com muito cuidado, não permitindo que ela evapore. E dessa forma é que se poderá modificar o quadro de escassez de água nessas regiões do semi-árido brasileiro.

IHU On-Line – Essas seriam políticas de convivência com a seca, no semi-árido?

Marco Antônio Tavares Coelho – Sim, é por aí. O problema é este: saber conviver com o semi-árido. Por exemplo, se a gente for ao Pólo Norte, ninguém vai chegar lá e dizer para o esquimó: “Você tem que lutar contra o frio, contra o gelo”. Não, as comunidades sabem como conviver naquela situação. No semi-árido, o caminho é o mesmo. Tem que haver uma nova mentalidade. No semi-árido, não se deve plantar determinados produtos que consomem muita água, como arroz e cana de açúcar.

Transposição do Rio São Francisco: das contradições às soluções

Entrevista com Apolo Heringer Lisboa

Apolo Heringer Lisboa é formado em Medicina, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com especializações em Pneumologia, pelo Hospital Pitié-Salpêtrière, na França, Métodos Estatísticos e Epidemiológicos, pela Universidade Livre de Bruxelas, Bélgica, e Pneumostisologia, pelo Centre Hospitalier Universitaire d'Algerie, Argélia. É mestre em Medicina Veterinária, pela UFMG, e doutor em Medicina Preventiva, pela mesma universidade. É presidente do Comitê de bacia hidrográfica do Rio das Velhas e do Instituto Guaicuy SOS Rio das Velhas. Atua como professor do departamento de Medicina Preventiva e Social da UFMG.

As obras da transposição do Rio São Francisco continuam em debate. No entanto, os movimentos sociais e organizações em prol do Velho Chico lutam bravamente para mostrar à população que este projeto nada mais é do que uma enganação, pois não levará água para os que têm sede no Nordeste brasileiro. “A água será destinada ao agronegócio e às multinacionais, que inclusive conseguem água de graça no Ceará”, contou o professor Apolo Heringer Lisboa, em entrevista à **IHU On-Line**, publicada na página das **Notícias do Dia** do site do IHU (www.unisinos.br/ihu), do dia 30 de outubro de 2007, na qual defende a tese de que a transposição do Rio São Francisco não se fundamenta em números. Apolo fala sobre o posicionamento do governo anterior e do governo Lula em relação ao projeto do Comitê da Bacia do Rio São Francisco e suas articulações. Além disso, comenta algumas saídas políticas que podem fazer com que o projeto seja interrompido e alternativas sejam adotadas para que os trabalhadores disper-

sos no Nordeste setentrional tenham água para viver.

IHU On-Line – Como o senhor analisa os políticos que, no governo anterior, foram radicalmente contra a transposição do Rio São Francisco e hoje se posicionam a favor? Em sua opinião, porque há essa mudança de decisão?

Apolo Lisboa – Eu acho que, a princípio, eles estão na lógica dos acordos políticos. Em troca de acordos eleitorais, em troca de poder e em troca de apoio financeiro às campanhas eleitorais, os políticos acabam todos ficando iguais uns aos outros. No caso especial do Partido dos Trabalhadores (PT), que era contra a transposição, creio que ele cometeu um erro muito grande, porque a questão do São Francisco não implica apenas mudar de posição para uma coisa que não teria importância; é, antes de tudo, uma questão de princípios. Então, eu penso que o PT acabou fazendo uma mudança de posição estratégica, ferindo interesses de pessoas que acreditavam no que defendiam e se sentiram, de uma hora para outra, traídos. É o caso do bispo Dom Cappio, das tribos indígenas, dos movimentos ligados à Igreja, dos ambientalistas, como eu, que acreditaram que o PT era contra a transposição.

Eu não entendo como algumas pessoas, que até pouco tempo eram radicalmente contra a transposição, mudaram de idéia e não explicam a causa dessa mudança. Elas dizem que se basearam numa perícia, mas ainda não mostraram que perícia é essa. É preciso mostrá-la, citar os dados. Eu acho que é lamentável. Quando você vai construir

a democracia, se as pessoas prometem uma coisa na eleição e depois mudam de opinião, mudam o projeto prometido, significa que você votou numa coisa e colhe outra. Isso é um estelionato eleitoral. Eu falo isso em relação à transposição do São Francisco. Existem coisas que no governo do Fernando Henrique Cardoso foram muito piores do que no governo Lula, mas há coisas que o Lula está fazendo mais para agradar o grande capital do que o FHC fez. O povo brasileiro não tem mais partidos para confiar, o que é ruim, de um lado, mas, por outro, é bom, porque hoje nós estamos lutando para ter uma alternativa democrática que não seja partido político. A democracia não passa mais por partido político e nem pelo fortalecimento do Congresso Nacional. Eu acho que o mundo precisa mudar as bases do sistema democrático.

IHU On-Line – Quais são os canais de negociação que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco está utilizando hoje para tentar parar as obras de transposição?

Apolo Lisboa – Nós fizemos uma caravana da qual o Comitê do São Francisco participou junto com vários promotores, representantes indígenas, da Igreja, quilombolas, trabalhadores rurais, MST, intelectuais, professores e ambientalistas. Nós percorremos 11 capitais brasileiras em 13 dias, incluindo todas as capitais do Nordeste envolvidas com a transposição e todas as capitais que estão na bacia do São Francisco, além de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. O Comitê do São Francisco tem um argumento muito claro: a vazão alocável das águas, aquilo tudo que pode ser concedido no total da bacia do Rio São Francisco, compreenderia 360 metros cúbicos. Isso sem prejudicar outros usos. Por exemplo, se for retirado no máximo 360 metros cúbicos não será prejudicada a produção de energia elétrica, a irrigação, a produção de peixe etc.

No entanto, dos 360 metros cúbicos por segundo alocáveis, já temos concedido 335 metros cúbicos por segundo. É claro que nem todo esse volume está sendo retirado do rio, porque muito da outorga que existe é potencial, ou seja, os empreendimentos vão sendo feitos, contando com essa outorga. É possível que nenhuma dessa ou-

torgas saia do papel, mas as pessoas têm direito de terem acesso àquela água. Na verdade, tudo o que é usado hoje, como consultivo, ou seja, aquilo que saiu do rio e não volta assim de forma total, não chega a cem metros cúbicos por segundo. Se você quer multiplicar esse número, terá que caçar outorgas. Isso gera conflito entre usuários, estados da federação, sobre as riquezas naturais. Agora, o Comitê propõe que a prioridade para o São Francisco seja a produção de energia elétrica, afinal 95% da energia elétrica de todo o Nordeste vem do Rio São Francisco.

A transposição se faz antes da tomada de água, antes da produção de energia elétrica, ou seja, eu vou retirar água da transposição antes de Paulo Afonso, antes da geração de energia em Itaparica. Desse modo, irei tirar água dos lagos antes de ela cair para as usinas elétricas, o que vai dificultar a produção de energia elétrica. Eles falam que vão retirar apenas 1% que vai ao mar da vazão média, mas estão construindo uma obra para 127 metros cúbicos por segundo. Ninguém irá construir, por exemplo, um prédio de 127 andares para usar somente 26 andares. Então, o Comitê definiu que não irá ceder água nem conceder outorga para uso econômico fora da Bacia do São Francisco. Porém, para abastecimento humano e dessedentação de animais, o Comitê aprovou que concede outorga para retirada de água para fora da bacia. Seria o caso de beneficiar o estado da Paraíba, mas não através de transposição, e sim por meio de adoção, que é uma retirada com fins de abastecimento humano de animais. Já a intenção do Ceará é estritamente econômica, para o negócio de frutas, produção de camarão e para ceder água à siderúrgica instalada perto de Fortaleza. O Comitê não pode aprovar isto, porque se houver transposição não pode haver revitalização. Então, a retirada de água do São Francisco compromete a vazão ecológica.

IHU On-Line – Que saída política pode ser sugerida para resolver este impasse?

Apolo Lisboa – Fizemos uma carta para os governadores da Bahia e de Sergipe, que nos receberam no sentido de levarem ao presidente Lula a proposta que apresentamos. Iremos divulgar o

conteúdo dessa carta em breve. Anda se colocando que o Comitê está de acordo com a concessão de outorga para atender necessidades da Paraíba e de Pernambuco e contra a transposição no eixo norte e contra o projeto do eixo leste, de grande retirada de água para consumo econômico. O Comitê observa que não há sentido em fazer uma obra para retirar 127 metros cúbicos por segundo e nem construir um canal de 720 quilômetros, como de Belo Horizonte a Brasília, com 25 metros de largura e cinco de altura. É uma fábula que irá levar mais de 20 anos para terminar, além de ser uma obra absurda, que poderá enterrar o nosso cimento, o nosso ferro. Quem vai lucrar com isso são os velhos grupos do aço e do cimento, aliás gente do Centro-Sul. Então, eu acho que a saída política é o governo ouvir o que as comunidades estão dizendo: as comunidades de todo semi-árido brasileiro, que tem a maior parte na Bacia do Rio São Francisco, não o pessoal do Ceará e da Paraíba, pois nossa proposta é que haja uma boa gestão da água.

A Articulação do Semiárido – ASA –, que é um conjunto de ONGs aglomeradas, está captando águas de chuvas porque a saída é essa, como disse o José do Egito.¹³ Na época das vacas gordas, você tem que guardar para a época das vacas magras. O problema do Nordeste setentrional não é a falta de água, mas sim a concentração de água, pois em apenas dois ou três meses chove

tudo o que tem que chover no ano, e esse é o momento para guardar essa água. No entanto, para isso, é preciso existir uma tecnologia específica. Temos, ainda, que tentar distribuir a água dos açudes que estão evaporando, porque não há projeto de colonização agrícola, à medida que os açudes foram colocados em terras de grandes fazendeiros que especulam com a terra valorizada pela água construída pelo governo federal. Ou seja, esses açudes não estão atendendo ao pequeno trabalhador e ao agricultor familiar. Caberia ao governo fazer o que prometeu, que é levar água a quem tem sede, para quem sofre com a sede. Isso não se faz com uma obra de transposição e nem com grandes canais.

Para atender à demanda difusa do sertão, é preciso haver oferta difusa, que é a água da chuva e poços subterrâneos. É a única maneira de atingir a população dispersa. O governo precisa enterrar esse projeto de transposição, que é uma mentira total. Isso está na mão do Supremo Tribunal Federal. Brevemente, nós teremos uma reunião com o STF porque, se eles aplicarem a lei e perceberem as irregularidades, nós vamos ser salvos dessa megaobra que lembra a Transamazônica,¹⁴ que tem o mesmo pai da transposição: Mario Andreazza.¹⁵

IHU On-Line – O senhor trabalha desde 1997 na conscientização da população sobre os assuntos relacionados ao Rio São

¹³ José do Egito: foi o décimo primeiro filho de Jacó, nascido de Raquel, citado no livro do Gênesis, no Antigo Testamento, sendo considerado o fundador da Tribo de José, constituída, por sua vez, da Tribo de Efraim e da Tribo de Manassés (seus filhos). O favoritismo, de que era alvo por parte do pai, valeu-lhe a malquerença dos irmãos, que o venderam como escravo a mercadores ismaelitas, por 20 moedas (*sheqel*) de prata. A figura de José inspirou vários autores e artistas ao longo da história, devido à riqueza narrativa do relato que é, sem dúvida, uma das mais populares gestas bíblicas. Thomas Mann recontou a história em *José e seus irmãos*, e Andrew Lloyd Webber, com *José e o deslumbrante manto de mil cores*, passou a história para um musical de sucesso. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁴ A Rodovia Transamazônica (BR-230): terceira mais longa rodovia do Brasil, com 2.300 quilômetros de comprimento, cortando os estados brasileiros de Pará e Amazonas. Nasce na cidade de João Pessoa, na Paraíba. É classificada como rodovia transversal. Em grande parte, a rodovia não é pavimentada. Planejada para integrar melhor o Norte brasileiro com o resto do País, foi inaugurada em 30 de agosto de 1972. Inicialmente projetada para ser uma rodovia pavimentada com oito mil quilômetros de comprimento, conectando as regiões Norte e Região Nordeste do Brasil com o Peru e o Equador, não sofreu maiores modificações desde sua inauguração. Os trabalhadores ficavam completamente isolados e sem comunicação por meses. Alguma informação era obtida apenas nas visitas ocasionais a algumas cidades próximas. O transporte geralmente era feito por pequenos aviões, que usavam pistas precárias. Por não ser pavimentada, o trânsito na Rodovia Transamazônica é impraticável nas épocas de chuva na região (entre outubro e março). O desmatamento em áreas próximas à rodovia é um sério problema criado por sua construção. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁵ Mario David Andreazza: nasceu em Caxias do Sul em 1918 e faleceu em São Paulo em 1988. Atuou como militar e político no Brasil. Foi ministro dos Transportes nos governos Costa e Silva e Médici, tendo sido responsável por obras como a Ponte Rio-Niterói e a Transamazônica. (Nota da **IHU On-Line**)

Francisco. Quais são os resultados do seu trabalho?

Apolo Lisboa – Um dos resultados é a consciência de que eu pertencço a uma bacia hidrográfica. As pessoas estavam acostumadas a terem referências municipalistas. Quando se começa a estudar meio ambiente, a primeira coisa que concluímos é que o território das águas é a bacia hidrográfica e que ela é determinada pelo solo e pelo relevo. Então, passamos a ter uma relação muito próxima com a questão da bacia hidrográfica e dos ecossistemas regionais. Então, você passa a não raciocinar mais em termos de municípios, estados ou país. A primeira grande conquista desse movimento é fazer o povo começar a pensar no planeta Terra e menos na política administrativa. Nós devemos pensar na gestão do Planeta e diminuir a importância que tem os estados e os municípios, pois essa disputa está levando à destruição do meio ambiente.

Segundo: nós estamos conseguindo tirar esgotos de dentro do rio, sejam eles domésticos ou industriais. Terceiro: estamos tomando consciência de que o desmatamento é o principal inimigo da quantidade e qualidade da água. Com o desmatamento, o assoreamento está crescendo muito e está tendo cada vez menos água no rio. Nós estamos numa situação muito delicada e procurando valorizar, cada vez mais, a conservação das nossas florestas, tratamento de esgoto e planejamento, com base em bacias hidrográficas e ecossistemas, diminuindo a importância do pensamento político, administrativo, eleitoral e tradicional que marca o nosso país e infelicita nosso povo, através dessa briga de partidos, numa disputa sem princípios, a qual todos assistem.

IHU On-Line – Como a população está se posicionando e como ela deveria se posicionar, em sua opinião, em relação ao que está sendo feito, hoje, com o Rio São Francisco?

Apolo Lisboa – Aqui em Minas Gerais, a população está indignada, porque o governo quer fazer várias barragens para poder armazenar água e para poder aumentar a disponibilidade hídrica do Rio São Francisco, com o objetivo de se fazer a transposição. Ou seja, a transposição está interfe-

rindo diretamente na política hídrica em Minas Gerais, porque, se o Governo Federal insiste na construção de barragens, nós estamos destruindo os nossos rios. Minas Gerais está sendo vítima da política de transposição, à medida que o governo federal quer construir aqui cinco barragens, federalizando vias que são da jurisdição do Estado. A população tem consciência de que esse é um projeto que não foi solicitado, que vai destruir terras férteis, vai inundar cidades. A população daqui precisa se manifestar.

Uma surpresa: nós percorremos o interior do Ceará e o interior do Rio Grande do Norte, fomos em debates em Pernambuco e João Pessoa, e toda a população rural, a população que sofre com a seca, é contra a transposição, porque a identifica como mais uma mentira daqueles que dominam a terra da região. É o caso de quem não tem água, não tem carro, não tem escola, dente, dinheiro, ou roupa. Então, a concentração da riqueza, do poder político é também a concentração de terra e de água. O povo sabe que é mentira desse pessoal. As elites que querem dinheiro para a obra defenderam a transposição colocando a sede como a questão sagrada.

IHU On-Line – Qual foi a sensação quando o governo voltou a implementar a proposta de transposição do Rio São Francisco ao anunciar o PAC?

Apolo Lisboa – O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC está financiando muito saneamento, o que é bom, mas muitas vezes ele não é feito de forma ambientalmente sustentável. Eles canalizam córregos e rios urbanos, com a desculpa de que estão fazendo avenidas sanitárias, o que é um absurdo, porque temos que fazer o saneamento básico. No entanto, não é preciso acabar com a curva dos rios nem com o leito dos rios. Não podemos fazer canalização, mudar o leito natural, botar cimento embaixo e dos lados. Canalização aberta é pior ainda, pois é como deixar o defunto sem a tampa do caixão. Então, o governo federal não tem posição. Nós mandamos uma carta para o Ministério das Cidades e para o Ministério da Integração questionando. Eles não exigem que o projeto respeite os córregos. Trata-se

de um tipo de saneamento que está trazendo graves problemas ambientais.

O PAC está precipitando muitas agressões ambientais, porque, como o pessoal tem pressa para pegar o dinheiro, estão fazendo projetos mal feitos, correndo, utilizando projetos antigos de quando o meio ambiente não era uma questão importante. Hoje, a transposição do Rio São Francisco não sairá por menos de 20 bilhões de reais. Isso até 2010, porque depois serão gastos mais de um bilhão por ano e ninguém terá dinheiro para mais nada no Nordeste. Todo o dinheiro do Nordeste será destinado para a transposição, para construção dos canais.

IHU On-Line – Como está o diálogo do Comitê da Bacia do Rio São Francisco com os movimentos sociais e com o governo federal?

Apolo Lisboa – O diálogo do Comitê com os movimentos sociais só está aumentando. A prova é que o atual presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco¹⁶ é da sociedade civil, enquanto todos os antigos eram do governo. Agora, pela primeira vez, nós temos um presidente que representa a sociedade civil organizada, que tem mais liberdade, se mobiliza mais, tem paixão, objetivo. Então, nós estamos vivendo um momento muito interessante, em que a sociedade civil conquistou o apoio dos índios, dos povos mais pobres. A atual direção do Comitê tem respaldo, e a caravana do São Francisco ajudou mui-

to nessa mobilização. Com isso, unificamos os movimentos de um lado e de outro da Bacia do Rio São Francisco. Nós estamos vivendo um momento muito importante, de crescimento. Por isso, eu acredito que essa obra não vai sair.

Se começar, vai demorar muito e não vai terminar. Se terminar, não irá funcionar; ficará igual à Transamazônica. Eu acredito que, num determinado momento, o governo perceberá estupidez que está cometendo.

IHU On-Line – O senhor pode fazer, para finalizar a entrevista, um apelo pessoal em relação à transposição do Rio São Francisco?

Apolo Lisboa – A transposição do Rio São Francisco é uma grande mentira. Ela é a repetição do erro da Transamazônica, ou seja, querem vender ilusão para o povo, pois a água prometida não é para os pobres. A água será destinada ao agronegócio e às multinacionais, que, inclusive, conseguem água de graça no Ceará. Eu acredito que a transposição seja o maior erro desse governo: é uma herança maldita para o Brasil, porque quem ficará para a história não é o Lula, mas o Mario Andreazza, autor do projeto da transposição. Esse será um monumento à incompetência, ao desperdício, porque nada irá funcionar e o povo do Nordeste se sentirá, depois, ludibriado, mais uma vez, por suas elites. Em suma, esse é mais um projeto corrupto, que renderá desvio de dinheiros para empreiteiras. Tudo irá acontecer; você pode estar certa.

¹⁶ Antônio Thomaz Gonzaga da Mata Machado é o atual presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. É médico e professor do curso de medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). (Nota da ***IHU On-Line***)

Rio São Francisco: “O movimento contra o projeto precisa ser politicamente ampliado e nacionalizado”

Entrevista com João Abner Guimarães Junior

João Abner Guimarães Junior é doutor em Engenharia Hidráulica e Saneamento e professor nos cursos de Engenharia Sanitária e Engenharia Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Sobre a transposição do São Francisco, publicou diversos artigos, tais como “A transposição do Rio São Francisco e o RN”, “O lobby da transposição” e “O mito da transposição”.

*Abner é conhecido e reconhecido como um dos maiores estudiosos da situação do semi-árido brasileiro. Há anos, ele sustenta que o problema da região não é a falta de água, mas, antes de tudo, a má qualidade da gestão em relação a ela. “O balanço hídrico global do semi-árido brasileiro é superavitário quando se leva em consideração as vazões regularizadas pelos grandes açudes frente às demandas hídricas atuais e futuras da região. Os próprios números levantados nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) do Projeto de Transposição do Rio São Francisco comprovam essa tese”, afirma Abner, em entrevista concedida à **IHU On-Line** e publicada na página das **Notícias do Dia** do site do IHU (www.unisinos.br/ihu), no dia 17 de janeiro de 2008.*

Marcada por inúmeras polêmicas, as obras de transposição do Rio São Francisco continuam. O governo insiste em dizer que o projeto finalmente levará água para aqueles que sofrem com a escassez deste recurso. Mas, então, por que com a transposição o rio ficará cada vez mais próximo dos produtores de frutas, flores e camarões para exportação? “No momento atual em que os movimentos sociais que atuam na região se tornam re-féns do processo político, surge Dom Cappio como uma liderança, sem vínculo partidário e pro-

jecto hegemônico, respaldado pela sua vivência e pelo conhecimento da realidade”, acredita Abner.

IHU On-Line – O senhor afirma que o problema do semi-árido não é a escassez de água, mas, sim, a má gestão da água. Desde quando esse problema está instituído na região?

João Abner – O balanço hídrico global do semi-árido brasileiro é superavitário quando se leva em consideração as vazões regularizadas pelos grandes açudes frente às demandas hídricas atuais e futuras da região. Os próprios números levantados nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) do Projeto de Transposição do Rio São Francisco comprovam essa tese, mostrando um comprometimento com as demandas prioritárias de consumo humano, animal e industrial. As demandas urbanas e rurais apuradas para 2025 são de apenas 40% da vazão garantida regional, avaliada a partir de um cenário bastante pessimista, quando comparado com estudos e planos dos próprios estados receptores que, em conjunto, apresentam valor três vezes maior. A disponibilidade hídrica apurada no EIA refere-se a 85% das vazões regularizadas em 99% dos anos nos maiores reservatórios, de ponta, das bacias receptoras das águas do velho Chico.

Isto é: foram desconsideradas, por orientação da ANA (Agência Nacional de Águas), as contribuições de centenas de grandes reservatórios intermediários, assim como das águas subterrâneas largamente utilizadas na região. Além do mais, a demanda potencial de irrigação apurada no EIA do projeto não representa a realidade da região,

dado que foram incorporados no cálculo inúmeros projetos de irrigação inviáveis, planejados sem a devida sustentabilidade local, gerando um déficit hídrico irreal. Portanto, o hipotético déficit hídrico global largamente divulgado pelo governo como justificativa do projeto de transposição é falso, tendo em vista que as águas da transposição irão aumentar os estoques de água dos maiores reservatório ociosos da região, sem alterar o quadro das secas que é uma realidade secular terrível para o povo do sertão, principalmente para a população difusa do campo, que não tem acesso à água dos maiores reservatórios e convive permanentemente com um elevado risco de insucessos nas atividades agropecuárias de sequeiro e de colapso no abastecimento hídrico humano e animal, quadro esse que se reproduz em todo o semi-árido brasileiro.

IHU On-Line – Como o senhor analisa o governo Lula no aspecto ambiental?

João Abner – A política ambiental reproduz o caráter conservador do governo Lula, que se revelou na estratégia de rolo compressor do licenciamento ambiental e hídrico do projeto de transposição do Rio São Francisco, maior obra do governo Lula. Nesses casos, o governo, com todo o aparato do Estado e sem a devida isenção, atuou em bloco, atropelando os processos de mobilização popular do licenciamento ambiental e da formulação do plano da bacia conduzido pelo Comitê da Bacia do Rio São Francisco, que foi desautorizado pelo Conselho Federal com a participação ativa da ANA na questão da outorga de água da transposição do Rio São Francisco.

IHU On-Line – O senhor pode nos explicitar como se dá a sua proposta de reforma hídrica em alternativa à transposição do Rio São Francisco?

João Abner – A reforma hídrica tem como princípio a democratização do acesso à água e dos benefícios da infra-estrutura hídrica pública da região, com ênfase na questão do abastecimento humano e animal, prioritário. A água do semi-árido deveria ser encarada menos como um insumo econômico e cada vez mais como um fator de sus-

tentabilidade socioeconômico e ambiental para o campo e cidades, ao contrário da transposição do Rio São Francisco, que reproduz a política hidráulica de ampliação dos estoques de água da região, na lógica capitalista de crescer o bolo para depois dividir. A política de pólos de irrigação deveria ser entendida como exceção e não regra, tendo em vista que o semi-árido só tem água para irrigar permanentemente 2% do seu território. Portanto, no geral, deveriam ser fortalecidas as atividades econômicas urbanas, envolvendo 75% da população, e a agropecuária de sequeiro no restante da região dentro de uma política sustentável de convivência com o semi-árido. Considerando as incertezas no clima da região, o grande desafio consiste no desenvolvimento de um planejamento governamental dinâmico e otimizado para a região, diferenciado para os períodos chuvosos e secos. Nesse caso, a solução dos períodos secos passaria pelo bom aproveitamento dos excedentes dos períodos chuvosos, tal como nos ensina a Bíblia com a história de José do Egito. Um bom exemplo dessa estratégia é a cisterna que assegura água de boa qualidade durante os períodos normais. O projeto de transposição encontra-se na contramão da história, e os seus idealizadores não enxergam as profundas transformações vivenciadas no Brasil e no mundo que tornaram a água um insumo globalizado. Nesse contexto, o NE exporta água pelo hidronegócio e importa muito mais via produtos de várias regiões do Brasil num contexto de viabilidade econômica, ao contrário do projeto de transposição que contará com um enorme subsídio cruzado do setor urbano politicamente inserto.

IHU On-Line – Como o senhor analisa o papel que Dom Luiz Cappio tem desempenhado em relação às obras de transposição?

João Abner – No momento atual, em que os movimentos sociais que atuam na região se tornam reféns do processo político (em relação aos governadores dos estados), surge Dom Cappio como uma liderança, sem vínculo partidário e projeto hegemônico, respaldado pela sua vivência e pelo conhecimento da realidade e a experiência das pastorais da igreja com grande atuação na região

há bastante tempo. É importante destacar que, há algum tempo, esse importante movimento extrapolou a problemática da transposição do Rio São Francisco, tendo como alvo um projeto de desenvolvimento regional efetivo e pleno.

IHU On-Line – Qual é a importância da luta contra a transposição para o povo do semiárido? E para aqueles que, como o senhor, estudam essa região?

João Abner – A transposição será um verdadeiro presente de grego para todos os nordestinos: irá inviabilizar o frágil pacto da bacia do Rio São Francisco com reflexos terríveis para o seu povo que também vive no semi-árido; provocar a cizânia da região mais pobre do Brasil; encarecer bastante o custo da água da região e induzir o subsídio cruzado do setor urbano para o agronegócio exportador de frutas tropicais; e perpetuar as políticas emergências de combate aos efeitos das secas no Brasil. O projeto irá chover no molhado, as águas escoarão no leito dos maiores rios já perenizados pelas maiores barragens da Região e passarão distantes dos locais mais secos. O projeto irá paralisar as ações governamentais na região durante muito tempo pela força do *lobby* alimentado pelos grandes investimentos da obra de transposição, fortalecendo, dessa forma, o paradigma da

obra como um fim em si mesmo – a verdadeira indústria das secas no Brasil.

IHU On-Line – De que forma a transposição do Rio São Francisco irá alterar a matriz energética da região?

João Abner – A obra será uma grande consumidora de energia do sistema CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco), que se encontra no limite de operação, devendo, por isso, aumentar significativamente a frequência de apagão do sistema, e, em consequência, alterar a matriz energética da região, requerendo o uso freqüente de usinas termo elétricas, encarecendo o custo de energia do sistema elétrico nacional unificado.

IHU On-Line – Quais são suas perspectivas para a região agora que a obra foi retomada, mesmo depois das fortes manifestações contrárias a ela?

João Abner – O movimento contra o projeto tem que ser politicamente ampliado e nacionalizado. A estratégia do *lobby* da transposição que se encontra encastelado no poder é tornar a obra irreversível qualquer que seja o governo em vigor, e daí viabilizar o acesso permanente de recursos via orçamento da união, disputando com todos os programas governamentais durante muitos anos. Talvez esteja aí o calcanhar de Aquiles da transposição.

Combate à seca no semi-árido e a transposição do São Francisco: o desenvolvimento sustentável da região é possível

Entrevista com Roberto Marinho Alves da Silva

*Roberto Marinho Alves da Silva é filósofo com especialização em Política Social. É mestre em Ciência Política, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e doutor em Desenvolvimento Sustentável, pela Universidade de Brasília (UNB), com a tese Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. É organizador, juntamente com Ademar Bertucci, do livro **Vinte anos de economia popular solidária** (Brasília: Cáritas Brasileira, 2003).*

*“A convivência com o semi-árido requer outros valores e outros padrões de produção como as alternativas baseadas na agroecologia, no manejo sustentável da caatinga, na criação de pequenos animais e nos projetos associativos e cooperativos de economia solidária.” Essa é a posição de Roberto Marinho sobre o projeto de transposição do Rio São Francisco, na entrevista concedida à **IHU On-Line** e publicada na página das **Notícias do Dia** do site do IHU (www.unisinos.br/ihu), em 27 de fevereiro de 2008. Para Roberto Marinho, “a convivência com o semi-árido requer a gestão comunitária para garantir o uso sustentável da água, possibilitando o abastecimento humano e a produção apropriada, sem degradar os mananciais hídricos da superfície e os aquíferos subterrâneos”.*

IHU On-Line – Quais são as questões fundamentais que não estão sendo discutidas no que se refere ao combate da seca e à vida na região do semi-árido brasileiro?

Roberto Marinho Alves da Silva – A questão fundamental é que as políticas públicas para aquela região foram e, pelo menos em parte, ain-

da estão sendo orientadas por essa perspectiva de que é necessário e possível “combater a seca”, ou seja, prevalece a negação daquele ambiente, de ter que modificá-lo profundamente para poder viabilizar o seu desenvolvimento. Essas políticas são geralmente orientadas para as soluções de engenharia hidráulica, a fim de se viabilizar as atividades econômicas, tornando-as rentáveis e atraentes ao capital, colocando as necessidades da população local em segundo plano. Isso significa que as obras de armazenamento de água, desde o século XIX, tinham por intenção e prioridade viabilizar a atividade pecuária nas grandes fazendas de gado. No século XX, as grandes obras hídricas serviram, sobretudo, para a geração de energia e para viabilizar a agricultura irrigada. Dessa forma, a maior parte da população do semi-árido continuou sofrendo com a escassez de água nas longas estiagens e sem o apoio necessário para desenvolver atividades socioeconômicas ambientalmente sustentáveis.

Isso não significa uma atitude contrária às tecnologias (hídricas, produtivas etc.), mas de uma mudança de perspectiva, orientada pela “convivência” e não pelo “combate”, com a valorização das tecnologias apropriadas que viabilizem não apenas os investimentos de capital, mas que tenham por prioridade a melhoria nas condições de vida da população local. Esse debate sobre as alternativas existe desde a primeira metade do século XX, mas nunca foi suficientemente valorizado. Josué de Castro, Guimarães Duque, Celso Furtado, Manuel Correia de Andrade, Tânia Bacelar de Araújo, entre outros estudiosos e atores sociais e políticos que atuam naquela realidade, identifica-

ram as principais distorções nas políticas públicas naquela região e sempre defenderam propostas alternativas de desenvolvimento regional que, infelizmente, nunca foram integralmente valorizadas.

IHU On-Line – O senhor estuda essa região há alguns anos. Como analisa o governo Lula em relação a esta problemática?

Roberto Marinho Alves da Silva – Quero destacar dois aspectos nesse debate. O primeiro deles é que o governo Lula está envolvido em um contexto mais amplo de debate e de disputa em torno de alternativas de desenvolvimento para o semi-árido brasileiro. De um lado, existem forças políticas que integram o governo, cuja compreensão da sustentabilidade do desenvolvimento continua subordinada à dimensão econômica. Nesse caso, as apostas para incentivar o desenvolvimento na região são, sobretudo, de grandes investimentos em infra-estrutura para viabilizar as atividades econômicas duradouras e que produzam melhorias nos indicadores sociais. As prioridades são a revitalização da Bacia do Rio São Francisco, como base para a integração de bacias hidrográficas e para garantia da navegabilidade; a construção da ferrovia transnordestina; a agricultura irrigada, dinamizando o agronegócio; e a produção de energia alternativa (biodiesel e gás natural).

Ao mesmo tempo, existem setores do governo ligados às áreas social e ambiental que implementam um conjunto significativo de programas e ações orientados para a inclusão social, para a democratização do acesso à água, à terra, aos serviços públicos de qualidade, valorizando a cultura e identidade sertaneja e buscando a preservação dos recursos naturais. Enquanto há amplo consenso em torno da “Revitalização da Bacia do São Francisco”, o dissenso em relação à proposta de interligação das bacias perpassa os partidos de sustentação do governo está latente em alguns órgãos governamentais e explícito na relação com movimentos sociais que atuam na região. Não se trata apenas de um conflito em torno de recursos hídricos: é a própria concepção de desenvolvimento do semi-árido que está em disputa na sociedade e tem reflexos no Estado.

O segundo aspecto que quero destacar é que o governo Lula tem realizado um esforço para estabelecer prioridades para o semi-árido brasileiro nas suas diversas políticas públicas de recorte socioeconômico. É possível perceber isso nas áreas da seguridade social (assistência, previdência e saúde), mas também na educação, na infra-estrutura, nas ações de reforma agrária e de fortalecimento da agricultura familiar, entre outras. Esse esforço tem dado algum resultado com a melhoria dos indicadores socioeconômicos na região, acompanhando a tendência nacional. Isso é significativo do ponto de vista da retomada, ainda tímida, da intervenção direta do Estado na região, não deixando-a à mercê de forças econômicas e das chamadas decisões do mercado (dos investimentos da iniciativa privada). Essa mudança de perspectiva é importante para retomar o diálogo sobre as políticas nacionais de desenvolvimento regional, que foi praticamente abandonado durante o governo anterior.

IHU On-Line – Que tipo de tecnologias de fornecimento hídrico para o consumo humano e produção agropecuária apropriada no semi-árido brasileiro poderiam ser pensadas para a região?

Roberto Marinho Alves da Silva – Existem centenas de alternativas de tecnologias apropriadas que foram e estão sendo desenvolvidas e implementadas no semi-árido sob essa perspectiva da convivência. Na minha tese de doutorado cito várias delas. Hoje, são perceptíveis os avanços relacionados às tecnologias hídricas apropriadas ao semi-árido. Um dos fundamentos desse processo é o reconhecimento das múltiplas necessidades de abastecimento hídrico: captação e distribuição de água para consumo humano e dos pequenos rebanhos, com a construção e manutenção de cisternas de placas, de pequenas barragens e outros equipamentos de uso familiar e comunitário; uso das áreas úmidas para produção de alimentos, visando à segurança alimentar; produção de mudas para recuperação da mata ciliar; formação para o manejo de recursos hídricos e do solo, evitando o desperdício e a poluição. Além das tecnologias

apropriadas, a convivência com o semi-árido requer a gestão comunitária para garantir o uso sustentável da água, possibilitando o abastecimento humano e a produção apropriada, sem degradar os mananciais hídricos da superfície e os aquíferos subterrâneos.

Policulturas em substituição a monocultura

Na produção, as tecnologias e práticas de manejo devem ser apropriadas, considerando as potencialidades e fragilidades ambientais. Os sistemas de policultura são preferíveis às práticas monocultoras, pois a combinação de cultivos é um dos segredos da convivência, incluindo o replantio de árvores resistentes à seca, o aproveitamento das forrageiras rasteiras, as lavouras de chuva, a irrigação apropriada e o extrativismo sustentável. A combinação de diferentes atividades em sistemas múltiplos que viabilizem a diversificação das fontes de obtenção de renda evita a dependência em relação à regularidade das chuvas na região.

O manejo sustentado da vegetação nativa exige mudanças na matriz energética e nas práticas agrícolas irrigadas e de “sequeiro”, reduzindo o desmatamento, principalmente nas regiões que estão sofrendo processos de desertificação. Nessas áreas, é preciso controlar a retirada da vegetação e reflorestar a caatinga, evitando que o solo fique totalmente exposto às enxurradas no inverno e à ação dos ventos nos períodos mais secos. Nos cultivos agrícolas, deverão ser consideradas, entre outras, a consorciação e a rotação de culturas, considerando as práticas de manejo sustentado da caatinga, incluindo os métodos de irrigação apropriados à realidade regional e às condições da agricultura familiar. A pequena irrigação deve ser valorizada na perspectiva da segurança alimentar. Deve-se considerar também o extrativismo vegetal, aproveitando a riqueza de plantas adaptadas ao ambiente seco, que poderiam ser economicamente exploradas como produtoras de óleos (Catolé, Faveleira, Marmeleiro, Oiticica e Mamona); de látex (Pinhão e Maniçoba); de ceras

(Carnaúba); de fibras (Bromeliáceas, Sisal e Agave); além das medicinais (Babosa e Juazeiro) e frutíferas (Imbuzeiro e cajueiro).

Caprinocultura e ovinocultura

A criação de pequenos animais é preferida quando comparada com a pecuária bovina. O volume de suporte forrageiro e de água, requerido para a manutenção desses pequenos animais, é significativamente menor em relação às exigências da bovinocultura. Por isso, a caprinocultura e a ovinocultura são exemplos de uma pecuária apropriada às condições locais, devido à rusticidade desses animais, que facilita a adaptação às condições do meio natural. Além disso, o pasto natural da Caatinga é rico em nutrientes, dada a grande diversidade e o valor forrageiro das espécies resistentes às estiagens. Ademais, o adubo produzido pelos animais tem valor estratégico no semi-árido para melhorar a absorção de água da chuva no solo, aumentando a sua fertilidade para a produção agrícola. A escassez de pastagem nos períodos de seca pode ser enfrentada com as alternativas de fenação e silagem. Hoje, há um avanço na compreensão de que a segurança alimentar e hídrica dos rebanhos é de fundamental importância na região.

Em síntese, a convivência com o semi-árido requer outros valores e outros padrões de produção como as alternativas baseadas na agroecologia, no manejo sustentável da caatinga, na criação de pequenos animais e nos projetos associativos e cooperativos de Economia Solidária. Além de sustentáveis, as iniciativas de produção e distribuição das riquezas devem ser incluídas, com a democratização do acesso aos meios necessários à produção (terra, água, crédito, tecnologias apropriadas, assistência técnica e organizativa).

IHU On-Line – O que está sendo feito hoje no semi-árido brasileiro são ações de emergência? Por quê?

Roberto Marinho Alves da Silva – Como afirmei anteriormente, estamos diante de uma situação que expressa continuidade e mudanças nas

políticas públicas para o semi-árido. A isso chamamos de transição paradigmática entre o “combate à seca” e a “convivência com o semi-árido”. As ações emergenciais tradicionais no semi-árido são aquelas conhecidas como “frentes de trabalho” (renda), “distribuição de alimentos” e “abastecimento emergencial de água”. Elas sempre foram implementadas na perspectiva de combater os efeitos ou as conseqüências das secas, como ação reativa e descontinuada do Estado naquela Região. Hoje, há um caráter diferente com várias políticas que são continuadas (como a transferência de renda por meio da previdência social, da bolsa família e de outros programas de transferência de renda). Na produção agrícola familiar, o Seguro Safra, ligado ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), também foi instituído para ter continuidade.

Quanto ao abastecimento de água, algumas ações têm sido realizadas como as adutoras e as mais de duzentas mil cisternas construídas nos últimos anos na parceria entre o governo federal e a Articulação do Semi-Árido (ASA). Mesmo assim, ainda são utilizados emergencialmente os “carros pipas” para distribuição de água em diversas áreas do semi-árido. Em síntese, o que estou afirmando é que nesse aspecto das ações emergenciais também estão ocorrendo mudanças na própria forma de conceber o que é uma situação de urgência e de atuar de forma emergencial. Na perspectiva da convivência, existem situações urgentes para serem enfrentadas no semi-árido. A escassez de água não é apenas um fenômeno que ocorre nas grandes secas (nas estiagens prolongadas), mas é algo que se repete a cada ano, nos meses em que não ocorrem chuvas e em que as elevadas temperaturas aumentam a evaporação da água armazenada nos pequenos reservatórios. Dessa forma, o acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente para o consumo humano deve ser tratado como algo urgente que requer uma ação imediata e continuada do Estado com suas políticas públicas.

IHU On-Line – Como a população está se posicionando e como ela deveria se posicio-

nar, em sua opinião, em relação ao que está sendo feito, hoje, com o Rio São Francisco?

Roberto Marinho Alves da Silva – Esse é um assunto muito complexo e tem sido marcado pela polêmica em vários setores organizados da sociedade. Na Igreja, existem posições favoráveis e contrárias: enquanto as pastorais populares mobilizam-se contra o projeto, existem bispos que participam e coordenam comitês favoráveis à transposição. O mesmo ocorre no movimento sindical, nos partidos políticos e em outras organizações sociais e políticas. A falta de debates mais amplos e a manipulação política das informações (com base em interesses políticos pessoais e regionais) prejudica o posicionamento mais consciente e crítico da população. Além disso, a polêmica da transposição restringe o debate e a compreensão da questão do desenvolvimento do semi-árido brasileiro, incluindo a questão hídrica.

IHU On-Line – Qual foi a sua sensação quando o governo voltou a implementar a proposta de transposição do Rio São Francisco ao anunciar o PAC?

Roberto Marinho Alves da Silva – Não tive nenhuma surpresa, pois a interligação da Bacia do São Francisco com as bacias do Nordeste Setentrional faz parte do Programa de governo desde a eleição de 2002. Aliás, essa proposta tem sido assumida e defendida (principalmente como promessa) por todos os governos desde o período da redemocratização. O governo Lula vem aprimorando a proposta ao dar maior destaque à revitalização do Rio São Francisco, considerando um número maior de impactos ambientais (o que levou à redução do volume de água para transposição), mas sem abandonar a idéia original do projeto.

IHU On-Line – Como o senhor analisa a posição de Dom Cappio e suas atitudes em relação à transposição do Rio São Francisco?

Roberto Marinho Alves da Silva – Dom Cappio é, hoje, uma das principais lideranças de um conjunto ainda disperso e bastante diverso (do ponto de vista ideológico) de forças sociais e políticas que é contra o projeto de interligação da ba-

cia do Rio São Francisco com outras bacias do Nordeste setentrional. No entanto, a atitude do bispo aparece para a população como uma atitude pessoal e, dessa forma, o protagonismo não pertence a um movimento social organizado. Se, por um lado, a atitude pessoal do bispo recolocou a questão do São Francisco na mídia nacional, por outro lado, não gerou a visibilidade necessária de um movimento organizado que está construindo e defendendo alternativas de desenvolvimento

para o semi-árido brasileiro. Ou seja, não se trata apenas de uma oposição a uma obra ou contra a atitude de um governo, mas da discussão sobre as alternativas que estão colocadas para aquela região. É exatamente isso que está faltando nesse momento: um debate mais amplo e profundo sobre a sustentabilidade do desenvolvimento no semi-árido brasileiro.

A Ciência brasileira e o Rio São Francisco

Entrevista com Ennio Candotti

*Ennio Candotti é o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Em entrevista à **IHU On-Line**, no dia 4 de outubro de 2005, Candotti afirma que a SBPC está acompanhando o projeto de transposição com preocupação e certos receios, pois, segundo ele, “há dúvidas sobre os benefícios que esse projeto trará à população. Nesse sentido, estamos empenhados em ganhar algumas garantias do governo quanto à sua gestão”, salienta Candotti.*

IHU On-Line – A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) tem uma posição tomada no que se refere à transposição do Rio São Francisco?

Ennio Candotti – Houve, sim, estudos sobre a transposição do São Francisco e eles indicam que levar mais água para a região é positivo. Além disso, a quantidade de água retirada do São Francisco é uma pequena porcentagem. Há aspectos na questão, uma vez que são investidos recursos em volume significativo, que devem ser mais bem tratados. As exposições do ministro Ciro Gomes, do ponto de vista técnico, parecem muito consistentes. No entanto, a execução de um programa desse porte, ao longo de muitos anos, exige um cuidado suplementar. O primeiro deles é a recuperação do próprio São Francisco. Embora se saiba que alguns recursos já foram investidos, ainda estamos longe de poder afirmar que eles sejam, não apenas suficientes, mas eficazes. Por outro lado, a gestão das águas parece ser o aspecto mais importante, uma vez que se trata de água que não apenas pode se evaporar ao longo do seu percurso,

como também a sua qualidade é um aspecto muito importante quanto à sua distribuição para grandes projetos de agricultura. A questão principal é que, hoje, já existem águas em volume suficiente para atender às populações, desde que pequenas obras e uma melhor gestão dessa água fossem organizadas. Esta parece ser a questão mais importante: como democratizar o uso das águas. Neste momento específico, o que se quer saber é, uma vez pronto o projeto das águas afluindo, da maneira que se prevê, se trarão algum benefício à população. Essa é a dúvida que permanece no ar. Nesse sentido, estamos empenhados em ganhar algumas garantias do governo quanto à sua gestão.

IHU On-Line – Então a SBPC, como instituição, não teria uma postura contra a transposição do rio?

Ennio Candotti – Assim como está hoje, não há garantias suficientes para que sejamos favoráveis. Há muitos pontos que devem ser mais bem discutidos, particularmente no que diz respeito à gestão das águas, uma vez que existem águas em volumes significativos e elas não são aproveitadas para resolver os problemas sociais. Isto deve ser respondido. Por quê? O que se pode fazer com o atual volume de águas para atender às populações? Quais são as obras inacabadas? Quais são as obras imaginadas num passado recente que não foram completadas para dar resposta às necessidades da população? Se esse é o principal objetivo, como tem sido afirmado, vamos acreditar que seja verda-

de. Desse modo, devemos explorar quais são as fases do atual sistema de gestão das águas, e muitas se conhecem, são de propriedade fundiária, de locais onde estão situados os açudes e de influências políticas locais. É óbvio que há um jogo de influências políticas na gestão de um bem público como deveria ser a água.

IHU On-Line – Como o senhor avalia o gesto de greve de fome realizado por Dom Luiz Cappio?

Ennio Candotti – É um gesto simbólico que chama atenção para a pobreza da região e para a dificuldade em equacionar as políticas públicas que atendam aquelas populações com ou sem água.

Transposição do Rio São Francisco e a luta de Dom Luiz Cappio

Entrevista com Ruben Siqueira e Roberto Malvezzi

Por mais que os movimentos sociais sinalizem fortemente os problemas que a transposição do Rio São Francisco pode trazer para o Brasil e apresentem alternativas que irão beneficiar mais e custar menos, o governo está fechado em seu casulo sobre o assunto e não aceita outra verdade senão a sua. Em 2005, quando retomou o projeto de transposição, Dom Luiz Cappio, bispo de Barra, na Bahia, queria conversar com o governo, mas, num primeiro momento, não obteve retorno. Assim, entrou em greve de fome em prol das lutas feitas para salvar o velho Chico. O governo parou as obras e prometeu dialogar após as eleições. Lula se reelegeu e retomou o projeto sem ouvir quaisquer alternativas. O governo apresenta o projeto da transposição do Rio São Francisco como sendo a salvação para a sede do povo do semi-árido, mas que não passa de um projeto que viabiliza o desenvolvimento do agronegócio e hidronegócio na região. Dom Cappio tentou dialogar, não obtendo resposta daquele que ajudou a chegar à presidência. Refletiu, orou e novamente está em greve de fome pelo São Francisco e pela população nordestina.

*Na entrevista concedida à **IHU On-Line** e publicada na página das **Notícias do Dia** do site do IHU (www.unisinos.br/ihu), do dia 1º de dezembro de 2007, Ruben Siqueira e Roberto Malvezzi, o Gogó, ambos da Comissão Pastoral da Terra da Diocese da Barra, Bahia comentam as articulações que estão sendo feitas em torno do jejum do Bispo Cappio, da situação dos indígenas e camponeses e das comunidades que vivem e dependem do Rio São Francisco. Além disso, analisam as atitudes tomadas pelo governo federal.*

IHU On-Line – O movimento social, que se reúne em torno da luta contra a transposi-

ção do Rio São Francisco, tinha conhecimento da decisão de Dom Luiz Cappio de entrar novamente em greve de fome?

Ruben Siqueira – Existe um grupo que ele reúne, formado por algumas pessoas de sua confiança, com que Dom Cappio se aconselha. Essas pessoas são dos movimentos sociais. É o meu caso, que sou da CPT (Conselho da Pastoral da Terra), como também o do Roberto Malvezzi (Gogó), e o do Adriano Martins. Às vezes, ele se aconselha com o deputado Edson Duarte, que é do PV (Partido Verde). Ele vinha nos avisando de que estava chegando a hora em que deveria fazer isso e nos disse: “Então, vocês devem cuidar de tudo”. Portanto, nós começamos a trabalhar nessa direção, mas os movimentos, de um modo geral, não tinham conhecimento desse fato.

Gogó – Dom Luiz sempre vinha nos consultando sobre o andamento da obra. Então, ele indicava, com diversos sinais, que a qualquer momento ele poderia retomar essa greve de fome. No entanto, quando ele tomou a decisão final, nos comunicou no último momento, porque é uma decisão particular. Nós ficamos sabendo uns dois dias antes, quando ele telefonou a um grupo mais próximo seu, avisando que iria retomar a greve de fome.

IHU On-Line – Como vocês estão se articulando para acompanhar a decisão de Dom Luiz? Que iniciativas pensam em realizar?

Ruben Siqueira – Envolvidos nesta articulação estão os grupos da CPT, da Comissão Pastoral dos Pescadores, do Instituto Regional da Pequena Propriedade Adequada de Juazeiro, do MST, do Movimento dos Pequenos Agricultores, do Movimento dos Atingidos por Barragens, do Sindicato dos Eletrecitários de Sobradinho e do Sindicato

da Água e do Esgoto de Sobradinho. São essas instituições do movimento popular que estão aqui com Dom Cappio, além de seus familiares e pessoas da Diocese dele e da Diocese de Juazeiro. Então, esse grupo está se articulando com os seus movimentos, como a Via Campesina, a CPT Nacional, a Cáritas, o CIMI, a CNBB e com as representações das igrejas lá em Brasília e em suas sedes. A partir da articulação feita aqui, há o contato e a articulação com os movimentos do centro do país. Agora há pouco, chegou a informação de que o Marcos Arruda estaria articulando outros companheiros e personalidades para fazerem jejuns que se somassem, um seguido pelo outro ou em grupo, em apoio a Dom Luiz.

Gogó – Existe uma articulação em nível local, dos movimentos sociais, da Diocese de Juazeiro, da comunidade ribeirinha, de equipe de pastorais sociais que estão acompanhando o caso dia-a-dia. Também recebemos visitas, além de haver palestras sobre o rio, sobre a convivência com o semi-árido. Junto a tudo isso, há uma articulação nacional. Eu mesmo estou em Goiânia, numa plenária da Via Campesina. Aqui estão sendo elaboradas uma proposta e manifestações públicas nesse período imediato para que possamos nos solidarizar com Dom Luiz e, ao mesmo tempo, mostrar ao governo que a sociedade brasileira está insatisfeita com o modelo de desenvolvimento brasileiro – no caso, especificamente, com a transposição do Rio São Francisco.

Vamos fazer também várias manifestações, convocar as igrejas para que elas, em nível nacional, possam fazer celebrações, jejuns solidários, cartas, abaixo-assinados, romarias, além de refletirem sobre a situação das águas nas suas regiões. Ao mesmo tempo, os movimentos sociais irão organizar manifestações por todo o país. Elas estão sendo preparadas e, logo na semana que vem, irão começar. A proposta é a de que sejam feitos mutirões de jejuns em nível nacional. As iniciativas, às vezes, se multiplicam sem que haja controle. Nós pensamos que o fato de ele retomar a greve de fome propicia essa multiplicação de fatos, eventos e reflexões e ajuda o povo brasileiro a entender a realidade, difícil e perigosa, a qual essa política governamental está nos conduzindo.

IHU On-Line – Por que Dom Cappio optou pelo município de Sobradinho para iniciar a greve de fome? Você pode descrever como é o local?

Ruben Siqueira – Dom Luiz está na Vila São Francisco, que é uma das três vilas que compõem o atual e recente município de Sobradinho. Essa cidade é resultado dos barrageiros, os operários que vieram de todos os cantos do Brasil, principalmente do Nordeste, para a construção da barragem de Sobradinho. Quando terminou a barragem, eles não tinham o que fazer, então ficaram o pé aqui, brigaram e conseguiram ficar. Era a antiga Vila São Joaquim, também conhecida por Cai Duro, em razão das mortes seguidas que aconteciam, tal o estado de degradação social e violência. A Vila São Joaquim era dos operários, e a Vila São Francisco era dos técnicos de nível médio. Havia, ainda, uma terceira vila, que era a Vila Santana, onde os engenheiros e chefes viviam. Essas três vilas hoje constituem o município de Sobradinho. Nós estamos a três quilômetros da barragem, da parede, do barramento de Sobradinho. A escolha de Dom Luiz para voltar à segunda greve aqui foi em função de essa barragem ter se tornado emblemática porque passou, depois de 30 anos, a ser o coração artificial do Rio São Francisco. Isso porque o rio está refém da produção de energia: 80% de sua vazão é para a produção dela. O que está acontecendo agora, no momento? Sobradinho está com apenas 14% de sua capacidade, e a vazão continua normal para produzir energia nas cinco barragens ajudantes de Sobradinho. Mas a energia, no momento, consome a água do São Francisco. Portanto, há uma seca terrível, e a população reclama. Ela está distante 30 quilômetros da água em torno do lago de Sobradinho, e essa situação emblemática foi escolhida por Dom Luiz para simbolizar que o São Francisco precisa de cuidados e não pode suportar mais um grande uso econômico de suas águas.

IHU On-Line – Como está a situação dos indígenas e camponeses que dependem, hoje, do Rio São Francisco?

Gogó – Nesse momento, o Rio São Francisco está passando por uma situação muito difícil porque

não choveu nas cabeceiras e o nível de suas águas está muito baixo. Com isso, o lago de Sobradinho está com apenas 14% da sua capacidade total. Toda a vez em que o rio baixa, aparece um problema sério para as comunidades ribeirinhas. Neste ano, aconteceu um fato novo: quase 600 quilômetros de rio ficaram com a água de uma forma que sequer ela poderia ser utilizada para tomar banho, para pescar e muito menos para beber. A situação do rio é muito grave, e nesse momento se percebe a fragilidade dele; ele necessita de uma revitalização. Desse modo, percebe-se o impacto que esta obra poderá causar a ele, já constantemente agredido. Os índios estão na luta por seus territórios, embora isso não apareça muito na mídia. Agora, ficamos sabendo que os canais da transposição irão atingir o território de 22 nações indígenas. Isso sequer é contado, falado ou citado no projeto de transposição, mas são realidades que precisam vir à tona.

IHU On-Line – Dom Luiz afirma que a sua decisão é “por amor ao rio, amor ao povo beradeiro do São Francisco e ao povo nordestino”. Você acha que ele despertará apoio popular à causa da luta contra a transposição?

Ruben Siqueira – A expectativa é de que o apoio seja maior do que a incompreensão e a reação contrária. Porque o que acontece com esse projeto de transposição é que ele foi vendido por uma poderosa propaganda como solução para a sede de dois milhões de pessoas. Essa é a fachada propagandista que esconde a verdade do projeto. Na verdade, trata-se de um projeto do hidronegócio, que esconde, por trás, a comercialização da água bruta do Nordeste. O objetivo é levar as águas do Nordeste para lugares onde ela é rara e tem custo econômico. A partir daí, será estabelecida cobrança pelo uso da água bruta, porque, atualmente, só se paga pelo sistema de beneficiamento e distribuição. As águas trazem consigo os grandes interesses econômicos, como a pesca de camarão, a produção de frutas novas e de aço para a exportação. Tanto é verdade que esses canais e túneis passam muito longe dos setores mais secos. As águas vão em direção aos grandes açudes do Nor-

deste, que estão evaporando, ou seja, são cemitérios de água. Então, esse aporte, que não é tão grande, traz grandes prejuízos para o São Francisco e não representa a grande contribuição de água para a água estocada e sem uso no Nordeste setentrional. As razões e mecanismos de funcionamento do projeto são desconhecidos da população. Então, aqueles que compreendem isso, e isso é um objetivo do gesto de Dom Luiz, devem gerar discussão para que se busque informação e fazer com que as pessoas descubram a chantagem da qual estão sendo vítimas. Baseado nisso, a expectativa é que o apoio seja maior do que a reação contrária.

Gogó – Eu creio que um impasse está sendo criado. Ele irá suscitar o apoio popular, sem dúvida, mas também muitas reações contrárias. Até porque o governo insiste num marketing perverso e não tem coragem de afirmar que seu projeto tem finalidade econômica, escondido por trás de uma pretensa sede das pessoas. Nós estamos dizendo sempre a ele: se a transposição abastecesse mesmo 12 milhões de habitantes, para nós seria muito pouco. Temos projetos na mão, tecnicamente estruturados e montados, como o projeto da Agência Nacional de Águas, para beneficiar mais de mil municípios, atingindo 32 milhões de nordestinos. Se você soma esses 32 milhões com os dez milhões beneficiados pelas obras da Articulação do Semi-árido Brasileiro, teremos 42 milhões de nordestinos beneficiados pela metade do preço do custo da transposição. Então, o nosso problema é desmistificar a fala do governo. Nós sempre dissemos que, se tivéssemos cinco minutos numa rede nacional de televisão para apresentar ao povo brasileiro as alternativas que existem, o governo estaria desmoralizado no dia seguinte.

IHU On-Line – Como o governo recebeu essa notícia de que Dom Luiz está novamente em greve de fome pelo Rio São Francisco?

Ruben Siqueira – A primeira reação do governo já era esperada: uma reação nervosa e impensada. A fala de Lula de que, entre 12 milhões e um, ele irá ficar com 12 milhões, revela uma reação intempestiva. Nós sabemos que o fato gerou bastan-

te estranheza e descontentamento de vários e amplos setores da sociedade, dos movimentos sociais, de setores ligados ao governo. São reações de incompreensão da crise que se estabeleceu desde que o governo tomou a decisão e começou a operar a transposição do São Francisco. Essa falsa democracia que vivemos leva a esse tipo de situação, de cidadãos de alto nível de consciência e compromisso lançarem mão de recursos extremados radicais, mas que trazem o que não está acontecendo no país atualmente sobre o sentido do Brasil: o desenvolvimento. É preciso colocar em pauta a discussão de um projeto nacional em função de seu próprio povo e o uso de suas riquezas, suas florestas, suas águas, seus minerais, sua biodiversidade, sua agricultura, não em função de grandes projetos capitalistas de alta lucratividade externos ou globalizados, mas primeiramente em função do seu próprio povo. É essa discussão que nós gostaríamos que fosse aceita pelo governo, não a reação de quem está diante de um inimigo. Dom Luiz, desde o primeiro momento da construção do PT, abertamente, até contra a orientação da Igreja, lutou pela eleição de Lula, pela construção do partido e, tal como nós, achava que o nosso projeto popular, o projeto que expressava o anseio da maioria do povo, estivesse na pauta desse governo. No entanto, o governo Lula trocou de pauta. Então, a reação que ele tem demonstrado é de que ele é a única alternativa para o clamor do povo.

IHU On-Line – Você acredita que o bispo levará o seu enfrentamento até as últimas conseqüências contra o governo?

Ruben Siqueira – Infelizmente, é essa a percepção que a gente tem, porque, diferentemente da outra vez, eu penso que até por conta desses dois anos de tentativa de diálogo, de conversa, de debate, Dom Luiz passou refletindo sobre essa decisão que tomou há poucos dias. É uma decisão pensada durante muito tempo, de muita construção e oração. Ele está irredutível e afirma que não tem outra alternativa nem negociação. Afirma, também, que o governo não é capaz e não honrou a palavra. Assim, ele não tem o que procurar e

não tem que ser procurado por esse governo. A única coisa que ele aceita é a suspensão do projeto e a retirada do exército. Aliás, essa é outra coisa absurda num país democrático: o uso das forças armadas para um projeto polêmico. Ou o governo consegue criar um consenso para um caminho mais democrático operar, ou então deveria evitar esse tipo de recurso. A expectativa nossa diante da incompetência do governo em tratar com as questões democráticas e populares é a pior possível.

Gogó – Essa é a decisão dele. Então, ele se colocou numa decisão radical: ou o governo revoga o projeto ou ele vai até o fim. Todas as pessoas que conhecem Frei Luiz sabem que ele não é uma pessoa de atitudes intempestivas: ele é um homem muito reflexivo, um homem de orações e um homem de decisões. Então, tudo indica que ele está decidido a ir até o fim.

IHU On-Line – Se o governo não der atenção à manifestação de Dom Luiz e ele levar essa decisão até o fim, o que será do movimento sem ele?

Gogó – Se ele for até o fim, se o pior dessa situação se consumir, evidentemente que Dom Luiz se tornará uma referência nacional e internacional para gerações presentes e futuras. Ou seja, no fundo, o seu gesto sinaliza que a loucura está no modelo de desenvolvimento que destrói os rios, as florestas, explora as pessoas e mais: que a sociedade brasileira, neste momento, está confusa diante do governo atual e não consegue perceber esse modelo de desenvolvimento. Mas, num futuro muito breve, a atitude de Frei Luiz trará luz ao que significou esse momento na história do Brasil em termos de mistificação e de um projeto predador, que desrespeita tanto a natureza quanto as pessoas. Eu acredito que ele tem muita consciência do que está fazendo e que está mais preocupado em falar com o povo brasileiro para que ele pense na sua situação do que falar com o próprio governo. Dom Luiz sabe que o governo está fechado ao diálogo desde o primeiro dia. O governo tem esse projeto fechado e jamais aceitou dialogar sobre alternativas que são reais e existem, mas que ele prefere desconhecer.

“Questionamos o tamanho da obra e a sua capacidade de dar resultados”

Entrevista com Luiz Cláudio Mandela

No dia em que o bispo de Barra, Bahia, Dom Luiz Flávio Cappio completava 59 anos de idade e nove dias de greve de fome (4 de outubro de 2005), a **IHU On-Line** conversou por telefone com o engenheiro agrônomo baiano Luiz Cláudio Mandela, assessor nacional da Cáritas para o semi-árido. O especialista falou de seu celular, diretamente da celebração presidida por Dom Tomás Balduino, presidente da Comissão Pastoral da Terra, em Cabrobó, na Bahia. Enquanto concedia a entrevista, o assessor estava sentado ao lado de Dom Luiz.

IHU On-Line – Por que revitalizar o Rio São Francisco e não transpô-lo?

Luiz Cláudio Mandela – O projeto da transposição tem como base pegar água do Rio São Francisco por meio de duas tomadas, em Cabrobó e em Floresta, e levá-la através de canais e dutos para os açudes do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco. Serão 2700 km de canais a céu aberto. Será preciso elevar a água em alguns pontos a mais de 300m de altura. É uma obra gigantesca. A idéia é gastar, na primeira etapa do projeto, R\$ 4,5 bilhões. Então, precisamos analisar duas questões básicas. Primeiro, refletir sobre qual a necessidade real de um projeto como esse. Nós entendemos que há uma necessidade de construir intervenções para assegurar água para as populações do semi-árido, mas questionamos o tamanho da obra e a capacidade de dar resultados. Ela levará água para os açudes que já existem. Hoje, a água destes açudes não chega às comunidades que dela necessitam. A água está sendo usada para o agronegócio e para

algumas propriedades particulares. A segunda questão é que existem alternativas mais baratas, mais simples, e com capacidade de dar resultados em curto prazo para as populações do semi-árido.

IHU On-Line – E quais seriam essas soluções?

Luiz Cláudio Mandela – As barragens subterrâneas, por exemplo. Há a possibilidade de construir um sistema de placas, assegurando água na casa de cada família. São várias tecnologias que existem e são geradas pelos centros de pesquisa espalhados pelo Brasil. O terceiro ponto a ser levado em conta é que o governo está comprometido com as empreiteiras que vão ganhar muito dinheiro com essa obra. E também estão comprometidos com as empresas do agronegócio. A agricultura familiar sai prejudicada.

IHU On-Line – As empreiteiras ganhariam também com a revitalização do Rio?

Luiz Cláudio Mandela – Com certeza. 80% dos municípios da bacia do São Francisco não têm saneamento básico. Seria possível gerar emprego por meio da resolução do problema do saneamento básico. O agronegócio também ganharia com isso. Na verdade, o que eles querem é ganhar mais com o uso da mão-de-obra, já que é mais barata na região do semi-árido do que na região localizada ao redor da bacia do São Francisco. Existe toda uma jogada em torno da transposição do São Francisco. Na nossa opinião, o projeto não visa beneficiar 11 milhões de pessoas como o governo fala.

IHU On-Line – E o Rio já está sofrendo...

Luiz Cláudio Mandela – Pois é, além de tudo isso tem a situação do Rio São Francisco. Como eu disse anteriormente, 80% dos esgotos dos municípios são jogados sem tratamento no rio. Isso eleva o nível de poluição e diminui sua capacidade de fornecer água de qualidade. Isso sem contar o desmatamento do São Francisco e dos seus afluentes. Há uma necessidade clara, objetiva e urgente de possibilitar o projeto de revitalização para, então, pensarmos na necessidade de fazer um projeto de transposição. Tanto Dom Luiz como as entidades que fazem parte do Movimento Vida Pela Vida estão lutando por um projeto que una o Nordeste e não o desuna. Um projeto que não lese a região semi-árida do Brasil.

IHU On-Line – Imaginava-se que o presidente Lula, tendo nascido no Nordeste e vindo das camadas populares, tocaria um projeto como o de transposição?

Luiz Cláudio Mandela – Nós, do Fórum de Defesa do São Francisco, lutamos por mais de seis anos contra o projeto de transposição de Fernando Henrique Cardoso. Não acreditávamos que Lula o ressuscitaria e que assumiria como o projeto-bandeira de seu governo. Acreditamos que o governo Lula e o próprio presidente descerão das nuvens que estão cobrindo sua razão e seu coração e abrirão a possibilidade de discutir com a população a questão do semi-árido brasileiro. Não aceitamos mais a negação de que o povo do semi-árido não sabe o que quer do seu futuro. Queremos ser questionados, ouvidos e, para isso, e justamente por isso, estamos organizando esse movimento. Essa é uma das bandeiras que Dom Luiz não vai baixar enquanto o governo Lula não assinar uma carta dizendo que vai suspender o projeto e que irá escutar o povo do semi-árido.

“O governo quer impor garganta abaixo um projeto tecnicamente ruim, socialmente preocupante e politicamente desastroso”

Entrevista com João Suassuna

*João Suassuna é engenheiro agrônomo, mestre em Botânica e pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, de Recife. Há dez anos, Suassuna estuda o Rio São Francisco e na entrevista que concedeu à **IHU On-Line**, ele falou sobre o projeto do governo de transposição do Rio São Francisco, falou sobre as dificuldades do rio, da região semi-árida e sobre a greve de fome do bispo Dom Luiz Flávio Cappio, algumas horas antes de essa greve ser encerrada pelo bispo, no dia 6 de outubro de 2005.*

IHU On-Line – O senhor fala, no site da Fundação Joaquim Nabuco, que, depois da crise de abastecimento de energia elétrica no Nordeste, em 1999, a transposição do Rio São Francisco passou a ser vista como a única alternativa de solução para o problema. E fala que vislumbra dois cenários: o imediatismo e a ponderação. O senhor pode explicar melhor isso?

João Suassuna – Imediatismo é a vontade que o político no Nordeste tem de fazer chegar água à torneira da população sem pensar se haverá água para fazer isso e sem levar em conta o impacto que isso terá para o meio ambiente. A ponderação é o lado dos técnicos; significa resolver o problema, tendo o cuidado com os impactos que essa solução possa causar na natureza. É onde entro com o meu trabalho. Considero o São Francisco hidrologicamente pobre.

IHU On-Line – Por quê?

João Suassuna – O São Francisco tem uma vazão média de 2,8mil metros cúbicos por segundo

em uma área de 640 mil quilômetros quadrados. Se fizermos uma comparação com o Rio Tocantins, da Bacia Amazônica, veremos que ele tem a mesma área da bacia do São Francisco, mas apresenta uma vazão média de 11,8 mil metros cúbicos por segundo. No São Francisco, 60% da área tem clima semi-árido e seus afluentes são temporários. Por essa razão, sua vazão é diminuta. Além disso, é preciso levar em conta que é um rio de múltiplos usos. Há um parque de irrigação importante no Nordeste. Estima-se que, nas margens do São Francisco, haja uma necessidade de irrigação de um milhão de hectares, dos quais 340 mil já estão irrigados. Isso leva do Rio 170 metros cúbicos por segundo para irrigar os 340 mil hectares. Essa área cresce 4% ao ano, significando que, mesmo mantendo a quantidade de irrigação atual, a cada ano, se retirará mais água do São Francisco para conduzir essa irrigação.

IHU On-Line – O senhor falou à Folha de S. Paulo que um dos problemas da transposição é a falta de energia elétrica...

João Suassuna – 95% da energia gerada no Nordeste provém do São Francisco. Temos um potencial instalado de 10 mil *megawatts* que não pode ser aumentado porque a companhia de geração de energia do Nordeste já explorou quase totalmente o potencial gerador do Rio. Não podemos crescer mais em termos de geração de energia e o Nordeste continua crescendo. Temos previsão de crescer 3,5% do PIB neste ano e as demandas de energia crescem 2% acima do PIB. Isso significa que o crescimento da demanda de energia cresce 6%. Assim, daqui a 10, 12 anos, te-

remos de dobrar a geração de energia no Nordeste. Em vez de 50 milhões, teremos de ter 100 milhões de *megawatts*/hora. A pergunta que não quer calar? Se o nosso potencial gerador está praticamente esgotado, onde será gerada essa energia?

IHU On-Line – O senhor está dizendo que, na situação atual, o potencial está quase esgotado e ainda querem tirar água do São Francisco?

João Suassuna – Neste cenário, querem tirar água do São Francisco para abastecer 12 milhões de pessoas no Nordeste. Fazendo isso, colocarão em risco todos os investimentos que já foram feitos na área. Só no setor elétrico foram investidos cerca de US\$ 13 bilhões. O rio já dá sinais de debilidade. Em 2001, tivemos um sério problema de racionamento no Nordeste por causa da falta de água do São Francisco. Tivemos de partir para os feriados por aqui, caso contrário, o sistema apagava.

IHU On-Line – Então, o senhor é contra a transposição?

João Suassuna – Sou contra a transposição como está hoje. As alternativas que tenho colocado é que o Nordeste tem água em cada um de seus estados. Temos 70 mil represas no Nordeste. Essas represas acumulam um potencial de 37 bilhões de metros cúbicos. É o maior volume d'água represado em regiões semi-áridas do mundo. Não temos uma política coerente para o uso de águas. As 28 maiores represas acumulam um potencial de 18 bilhões de metros cúbicos de água. 30% do volume são usados na irrigação e abastecimento das populações. Os 70% restantes, acredite, estão em processos constantes de evaporação. Qual seria a atividade mais coerente? Traçar uma política de uso dessas águas por meio de uma política de adução ou pegar as águas no São Francisco? A primeira alternativa é a mais sensata. O governo federal não entende esse tipo de coisa. Quer impor garganta abaixo um processo tecnicamente ruim, socialmente preocupante e politicamente desastroso.

IHU On-Line – Politicamente desastroso?

João Suassuna – Sim, porque os estados doadores das águas do São Francisco, Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Alagoas, são contra o projeto. Eles não terão participação efetiva nisso. Só são a favor os estados do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Gostaria de lembrar ao governo federal que Minas é o segundo maior colégio eleitoral do País.

IHU On-Line – Como o senhor vê a greve de fome de Dom Luiz?

João Suassuna – Este cidadão que está fazendo greve conhece como ninguém o São Francisco. Está morando lá, conhece toda a bacia, fez uma peregrinação desde a nascente até a foz do rio. Essa atitude é um brado de alerta para essas medidas malucas tomadas pelo governo que impõe um projeto que é ruim tecnicamente. Dom Luiz não viu outra alternativa. Ele é um homem obstinado. Se não chegar a um acordo, morrerá.

IHU On-Line – O senhor considera a greve de fome um instrumento legítimo de pressão?

João Suassuna – Não tenho dúvida de que seja legítimo. O bispo está sabendo falar a linguagem do governo. A obra está embargada pelo Supremo Tribunal de Justiça. Houve um estudo de impactos ambientais, no qual foram levantados 44 vetores de risco, 33 dos quais representam riscos fortes para o meio ambiente. Mesmo assim, o projeto está sendo considerado ambientalmente viável. O STJ apresentou uma liminar até que sejam esclarecidos os pontos obscuros do projeto. Até ser suspensa a liminar, não se pode tirar uma pá do São Francisco. Mesmo assim, o governo colocou o exército lá para começar a obra. O governo vai fazer isso impondo garganta abaixo. Para Ciro Gomes, não existe moleza.

IHU On-Line – O senhor acha que o governo reagirá à pressão?

João Suassuna – Acabei de ler uma notícia de que o governo vai adiar as obras para negociar com o bispo. O ato de Dom Luiz está surtindo efeito. De forma drástica, é claro, mas ele sabe usar a linguagem do governo.

IHU On-Line – Quais são as falhas do projeto de transposição?

João Suassuna – Os canais previstos para levar água aos estados receptores terão 25m de largura, 5m de profundidade e 700km de comprimento. Serão abertos nos piores solos do Nordeste. Nesta área, há uma geologia que a gente chama de cristalino. Isso significa que a rocha está na superfície, chegando a aflorar em alguns pontos. Para cavar 5m de profundidade, é preciso usar explosivos para tirar a rocha. Isso vai atrasar, e muito, o cronograma de execução das obras. Vamos supor que o governo coloque como meta a construção de 100m de canais por dia. Não vão conseguir. Entretanto, digamos que coloquem todas as empreiteiras do país para trabalhar no projeto e consigam fazer isso, para executar 700km de canais serão necessários 7 mil dias. São 17 anos. O governo prometeu fazer chegar as águas à casa das pessoas no Natal do ano que vem. Eles querem enganar a quem?

IHU On-Line – E esses canais vão funcionar?

João Suassuna – Os canais passam pelo semi-árido, que tem um potencial de evaporação enor-

me. A represa de Sobradinho, para se ter uma idéia, tem 34 bilhões de metros cúbicos. Seu espelho d'água evapora 200m cúbicos por segundo. Para se saber o que significa, são 200 caixas d'água de mil litros evaporando a cada segundo. Esses canais, com essas dimensões, passando numa região semi-árida, sofrerão uma evaporação exacerbada. Isso acarretará uma grande troca com o meio ambiente. É possível que a água evapore no meio do caminho. E isso não está sendo considerado no projeto.

IHU On-Line – O que mais não está sendo considerado?

João Suassuna – Não estão sendo consideradas perdas casuais, entre as quais o furto d'água propriamente dito. A população sedenta vai pegar água. Imagine um canal passando perto de casa? Não existe fiscalização de obra aqui. Não haverá controle. Escrevi um artigo, em 2000, intitulado “A gerência da torneira”, mostrando que as ingerências políticas neste tipo de situação são mais poderosas que a reação em cadeia de uma explosão atômica.

“A transposição do Rio São Francisco é um absurdo, um contra-senso que depõe contra inteligência do povo brasileiro”

Entrevista com Dom Luiz Flávio Cappio

Em 2005, fim do mês setembro e início do mês de outubro, Dom Luiz Flávio Cappio, bispo da Diocese de Barra, na Bahia, fez uma greve de fome em protesto ao projeto do governo federal de transpor o Rio São Francisco. O jejum terminou quando Dom Cappio e o presidente Lula fizeram um acordo que consistiu na retomada do diálogo sobre o projeto da transposição do Rio São Francisco, após as eleições de 2006, momento em que também avaliariam as alternativas para solucionar a questão da seca no Nordeste brasileiro. Em fevereiro de 2007, Dom Cappio protocolou uma carta endereçada ao presidente Lula, pedindo mais lucidez nas decisões tomadas em relação à transposição do Rio São Francisco. No dia 23 de março de 2007, o Ibama liberou a obra.

*A **IHU On-Line** fez duas entrevistas com Dom Luiz Cappio. Na primeira, sob o título “A transposição do Rio São Francisco é um absurdo, é um contra-senso que depõe contra inteligência do povo brasileiro”, publicada no site das **Notícias do Dia** do site do IHU (www.unisinos.br/ihu), em 10 de abril de 2007, Dom Luiz Cappio fala sobre o rompimento do acordo feito com o presidente Lula e a retomada das obras da transposição do Rio São Francisco.*

*Na segunda entrevista, sob o título “O povo foi colocado à deriva e o governo cospe no prato que comeu”, publicada no site das **Notícias do Dia** do IHU (www.unisinos.br/ihu), no dia 24 de fevereiro de 2008, Dom Luiz Cappio fala sobre as reflexões feitas a partir das discussões em torno do Rio São Francisco, das alternativas ao projeto de transposição, do futuro do rio e do governo Lula e*

do discurso que proferiu no Congresso Nacional, no dia 14 de fevereiro de 2008.

Dom Luiz Cappio esteve, por muitos anos, ao lado de Lula, até que este chegou à presidência e deu “as costas para os movimentos sociais e se tornou refém de um pequeno grupo que representa o grande capital internacional e se esquece de todos os compromissos de campanha”, afirmou o bispo. Para ele, sua missão como pastor é “ser a voz desse povo que não tem voz” e defender a vida deles.

“Qual é o Brasil que nós queremos?”, é a pergunta que Dom Luiz Cappio faz ao povo brasileiro e aos movimentos sociais. Depois de várias tentativas de diálogo, com o governo Lula e dois jejuns em defesa do São Francisco e do povo que depende do rio, o bispo reflete sobre a missão dos movimentos sociais e profetiza: “É o grande momento dos movimentos populares se levantarem. É o grande momento das universidades, das cabeças pensantes, das igrejas, de todos aqueles que se sentem cidadãos brasileiros se levantarem. Não podemos deixar que um grupo de pessoas truculentas, com interesses duvidosos entreguem a nação (...), é o grande momento da cidadania falar mais alto, da brasilidade falar mais alto e dar gritos em defesa da nação brasileira”.

IHU On-Line – O que o senhor sentiu, depois de tanta luta contra a transposição do Rio São Francisco, quando governo Lula, através do PAC voltou a implementar a proposta?

Dom Luiz Cappio – Lá em Cabrobó, por ocasião do encerramento do nosso jejum, fizemos um pacto. Houve um acordo entre a sociedade civil,

por mim representada, e o governo federal, representado pelo senhor presidente, de que não se falaria em transposição, se encerraria o processo até que se efetivasse um diálogo amplo, aberto, verdadeiro e ético entre a sociedade civil brasileira e o governo federal. Agora, no início deste ano, nós pedimos a reabertura desse diálogo que foi interrompido devido ao processo eleitoral. Mas isso tudo me deixou muitíssimo indignado, com essa falta de seriedade para com a palavra dada, afinal de contas não é apenas a minha pessoa, mas é a sociedade civil brasileira que eu representava naquele momento. Então, a meu ver, é um desrespeito do governo federal para com a sociedade civil brasileira que pensa diferentemente e, de uma maneira democrática, ética e decente, quer dialogar com o governo federal, que passa por cima de tudo, ignorando aquilo que foi estabelecido anteriormente. Isso me indigna.

IHU On-Line – Então, o senhor e os movimentos sociais não foram ouvidos depois da retomada do projeto de transposição?

Dom Luiz Cappio – Foi iniciado o diálogo, que foi, no entanto, interrompido, e não se levou em consideração aquilo que foi conversado. Então, hoje, fazendo uma avaliação, percebemos que foi um diálogo de surdos. O governo havia estabelecido suas metas e dialogava apenas para dizer que dialogou. Mas não foi um diálogo, e sim um monólogo. Quer dizer, ele já estava com suas decisões preestabelecidas e se comportou apenas aparentemente para dar uma satisfação. Isso não é bonito. Agora, com isso, as mobilizações estão acontecendo em toda parte do semi-árido do Nordeste brasileiro porque as pessoas não aceitam esse projeto e estão lutando para que ele não aconteça.

IHU On-Line – A quem realmente interessa a transposição do Rio São Francisco?

Dom Luiz Cappio – Isto agora está claro, mas no começo havia um engodo, uma mentira que estava sendo veiculada pela propaganda. A água seria para matar a sede do povo do Nordeste setentrional. Mas isso é uma mentira, uma propaganda enganosa. Agora as coisas transpareceram e o próprio governo federal assumiu que o projeto

não visa a dessedentação humana e animal, mas visa ao incremento da indústria e do agronegócio, da produção de frutas para a exportação, da carcinocultura, enfim, o multiuso das águas do São Francisco para objetivos econômicos em benefício de um pequeno grupo empresarial e em detrimento da grande população. Agora que isso foi desmascarado, o governo precisou mostrar a realidade de suas intenções. Além disso, também podemos dizer que, por trás desse projeto, existe a grande vaidade do presidente Lula de querer, com essa obra, deixar para a posteridade o seu nome.

IHU On-Line – Qual é o impacto da transposição do Rio São Francisco para as populações ribeirinhas?

Dom Luiz Cappio – Em primeiro lugar, é um projeto economicamente caríssimo. Caríssimo sobretudo quando se vê que os projetos alternativos não gastariam nem sequer a metade do montante econômico. Ecologicamente é terrível porque destrói. O Rio São Francisco precisa de cuidados. É necessário investir na sua revitalização, pois ele é anêmico e anêmico não doa sangue, isto é, precisa de cuidados. Além disso, é um projeto socialmente injusto, e é por isso que somos terminantemente contra qualquer projeto de transposição.

Todos estão clamando contra esse projeto, mas, infelizmente, o governo se faz de surdo, porque, se realmente ele estivesse interessado nos pobres, beneficiaria os pobres de onde o rio naturalmente passa. Eu moro na beira do rio e a 500 metros daqui o povo passa sede. Então, se realmente os objetivos fossem os pobres, se resolveria o problema dos pobres onde o Rio passa. Entretanto, o objetivo é o agro e hidronegócio que beneficiem pequenos grupos. Existe um grande mercado de interesses, porque, se fosse um projeto para beneficiar pobre, o interesse não seria tão grande assim.

IHU On-Line – Quais são as propostas alternativas capazes de apontar uma saída para a seca do Nordeste?

Dom Luiz Cappio – O Atlas que a ANA (Agência Nacional de Águas) publicou agora, o Atlas hídri-

co do Nordeste brasileiro, é uma maravilha. Lá você verá centenas de apontamentos, de alternativas de desenvolvimento sustentável do semi-árido, cujo montante econômico não alcança a metade das cifras da transposição e é ecologicamente sustentável e respeitosamente social. A própria ANA (Agência Nacional de Águas), que é um órgão do governo, apresenta soluções, mas o governo se nega a ouvir as próprias soluções que apresenta, porque está, infelizmente, comprometido com um pequeno grupo de elite.

IHU On-Line – Por que o senhor acha que o governo não dá a atenção devida às propostas alternativas e fixa-se no projeto de transposição?

Dom Luiz Cappio – Eu vejo que, em primeiro lugar, estão em jogo grandes interesses econômicos de grupos e, em segundo lugar, a vaidade pessoal do presidente.

IHU On-Line – O senhor acha que novas manifestações podem demover o governo de continuar com o projeto de transposição?

Dom Luiz Cappio – Se o governo tiver o mínimo de bom senso ele vai ouvir o povo. Caso contrário, se ele não ouvir o povo, ele está condenado ao ridículo, porque a transposição não vai acontecer.

IHU On-Line – E, com essas atitudes do governo, como o senhor ainda tem tanta certeza de que a transposição não vai acontecer?

Dom Luiz Cappio – Porque é um absurdo. Eu não quero ser otimista, nem pessimista, mas realista. É um absurdo, é um contra-senso e isso depõe contra a inteligência do povo brasileiro. Eu acredito na inteligência e no bom senso do povo brasileiro. E não posso admitir que um absurdo desses aconteça. Por isso eu digo, com toda a segurança, que a transposição não vai acontecer.

IHU On-Line – E para que isso não ocorra mesmo, qual é o papel que os movimentos e pastorais sociais devem desempenhar?

Dom Luiz Cappio – Continuar nas suas manifestações. Houve grandes manifestações em Minas, na Bahia, em Sergipe. Em todo Vale do Rio

São Francisco, as mobilizações são imensas e em breve o governo vai perceber em que formigueiro entrou.

IHU On-Line – Qual tem sido o papel da CNBB nos regionais do Nordeste e da CNBB nacional?

Dom Luiz Cappio – A CNBB tem objetivos próprios. Não cabe a ela dizer o que tem que ser feito, mas existem bispos e regionais que são a favor, infelizmente mal informados, e existem regionais contra, como a nossa Nordeste Três da Bahia, que já emitiu documento contrário à transposição. Então, a CNBB dá o seu parecer, mas ela não tem a missão de se posicionar frente a um projeto desses, deixando que cada regional e que cada bispo assumam a sua posição.

IHU On-Line – A partir do contexto do sofrimento e da luta do povo nordestino por mais vida, qual é a sua mensagem para todos os que lhe são solidários?

Dom Luiz Cappio – Eu gostaria de dizer aos meus irmãos do Nordeste que não se deixem levar pela propaganda enganosa dizendo que nós somos egoístas e não queremos dar água para eles. Isso é uma maneira maliciosa, maldosa, que deseja dividir o povo nordestino. Sempre fomos coesos, mas a propaganda oficial, maliciosa, enganosa está dividindo e pondo na cabeça do povo que somos egoístas. Não é isso: eles estão sendo enganados, pois a água da transposição não será nunca em benefício deles, e sim de um pequeno grupo. E ainda vai fazer com que através do subsídio cruzado o povo pague muito mais pela água que nem sequer utilizará. Eu quero que a verdade de Cristo ressuscitado se mostre e não nos deixemos levar pelos engodos e mentiras dos interesses do governo federal.

“O povo foi colocado à deriva e o governo cospe no prato que comeu”

IHU On-Line – Depois do primeiro jejum que o senhor fez, foi firmado um pacto entre a sociedade civil, representada pelo senhor,

e pelo governo, representado pelo presidente Lula, de que só se falaria em transposição após as eleições de 2006. Mas o que aconteceu foi diferente. Devido à retomada das obras e a inexistência de diálogo com o governo, o senhor retomou o jejum em prol do Rio São Francisco, o que gerou inúmeras manifestações e reflexões. Como o senhor analisa, depois dessas reflexões que foram feitas em relação ao andamento das obras, a interação do governo e dos movimentos sociais?

Dom Luiz Cappio – Em primeiro lugar, nós podemos dizer que este gesto, independentemente de ter sido feito por mim, poderia ter sido uma outra pessoa. Foi um grito muito forte que acordou os movimentos sociais brasileiros, que até então estavam, de certo modo, adormecidos. Porque o governo Lula, que é fruto de todo um trabalho muito intenso dos movimentos sociais brasileiros, trouxe uma imensa decepção para esses grupos. Então, se criou uma certa inércia, anestesiando os movimentos sociais, que estavam parados, atônitos, sem saber como agir diante de uma expectativa tão grande e que foi frustrada. Esse gesto fez com que os movimentos de repente tomassem consciência da sua própria identidade. De repente, o pessoal acordou e entendeu que a luta continua e que não pode ficar de braços cruzados. Então, naqueles 24 dias que ficamos em Sobradinho (município do norte do estado da Bahia), foi um verdadeiro momento muito forte para todos os movimentos sociais redescobrirem a própria identidade e a própria vocação. Isso também trouxe uma união muito grande entre os movimentos sociais diante de uma causa muito grande, que é o Brasil que nós queremos. De repente, os movimentos se acordaram e se perguntaram: “Qual é o Brasil que queremos e quais são os melhores caminhos para buscá-lo?”.

Tanto é que na semana que vem nós teremos uma grande assembleia dos movimentos sociais lá mesmo em Sobradinho, que se tornou palco dessa luta, para refletir isso tudo e para programar uma agenda de atividades para 2008.

O governo deu as costas aos movimentos sociais

Entretanto, o que mais nos indigna, nos deixa contrariados e decepcionados, é a indiferença por parte do governo federal frente a tudo isso. Parece que nada está acontecendo. Então, este governo se fez pela força, pelo incentivo, pela luta dos movimentos sociais que vestiram a camisa e suaram essa camisa para ver o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na cadeira onde está sentado hoje. Aliás, eu disse a ele. Quando ele chegou lá, deu as costas para os movimentos sociais e se torna refém de um pequeno grupo, que representa o grande capital internacional. Ele se esquece de todos os compromissos de campanha, de todos os grandes compromissos históricos, como ver o povo no poder, daquela grande aspiração que todos nós tínhamos, a de ver o povo sendo sujeito da sua história e administrando o seu itinerário. De repente, tudo isso se frustrou. Um dos sinais dessa frustração foi o início das obras de transposição com a presença até do Exército. Nós perguntamos: essa é a função do Exército? Foi frustração em cima de frustração, motivada por um governo que se mostra totalmente autoritário, refém dos grandes interesses econômicos e dando as costas para aqueles que o alavancaram.

IHU On-Line – Mas o senhor consegue encontrar uma explicação para compreender por que o governo Lula agiu dessa forma?

Dom Luiz Cappio – Nós sabemos que existe toda uma estrutura que é internacional. O domínio do econômico e dos grandes interesses corporativos da grande economia internacional têm um peso muito grande. Mas, por outro lado, o presidente Lula tinha um anteparo político muito forte. Ele tinha o apoio popular, ou seja, as costas muito bem providas de apoio por parte do povo. Se ele quisesse, poderia muito bem deixar bem claro o motivo pelo qual está no lugar que ocupa, mas optou pela situação mais fácil e tornar-se refém dos grandes interesses corporativos internacionais e mais uma vez comprovou que os interesses econômicos falam mais alto do que os interesses éticos.

cos e sociais. Essa é a grande indignação do povo brasileiro representados pelos movimentos sociais, pelas ONGs, pelas universidades, pelas nações tradicionais, que têm muita consciência da sua importância histórica e do momento que estamos vivendo. É uma situação triste que estamos vivendo no Brasil de hoje, na qual o povo foi colocado à deriva e o governo cospe no prato que comeu.

IHU On-Line – O jejum conseguiu aumentar e qualificar as articulações de entidades populares para reclamar a suspensão da obra, enquanto se abre um grande diálogo nacional sobre a sua conveniência. No entanto, as obras de transposição não cessaram, o que era esperado por todos da região. O objetivo foi atingido?

Dom Luiz Cappio – Sim. Era nossa grande esperança de que houvesse o mínimo de sensibilidade não apenas com a minha pessoa, mas por aquilo que ela representava: uma luta popular. Existe um ditado chinês que diz assim: quando alguém aponta o dedo, os inteligentes olham na direção em que o dedo aponta e estúpidos olham para o dedo. Então, quando assumimos esse gesto, esperávamos que o olhar do governo se dirigisse na direção de onde o gesto estava apontando. Isso que eu dizia muito aos jornalistas: não se prendam à minha pessoa, procurem ver a direção para a qual estamos apontando. É uma direção que traz é uma causa muito grande e nobre e que envolve milhares de pessoas. Eu dizia para não ficarem preocupados pelo fato de eu estar mais pálido, mais magro ou com vertigens. Não é isso o importante. O importante era saber por que passávamos por aquele sacrifício tão grande. Existia uma razão, uma motivação.

Então, essa expectativa não era apenas minha. Era de toda uma nação que esperava por uma resposta mais sensível, um gesto de maior sensibilidade em relação a uma causa que é nacional, de todos. Então, esse foi o desenlace que houve justamente por essa falta de sensibilidade, não apenas em relação ao bispo que estava lá fazendo um jejum, mas pela causa que esse gesto trazia. É nesse sentido que isso fez com que todo ficasse muito triste pelo desenlace dos acontecimentos.

IHU On-Line – Como o senhor avalia as divergências profundas de tantos cristãos, que beberam da mesma fonte, a Teologia da Libertação, participaram ativamente dos movimentos e das pastorais sociais e, hoje, no governo Lula, se opuseram claramente às suas atitudes?

Dom Luiz Cappio – O que eu vejo em tudo isso, a partir do próprio presidente Lula, do atual Ministro da Integração Nacional, Gedel Vieira Lima, é que infelizmente são os interesses e as conveniências que movem os ideais dessas pessoas. Nós temos uma fita muito interessante que mostra um discurso do presidente Lula em Petrolina (município do estado de Pernambuco, banhado pelo Rio São Francisco), por ocasião da campanha. E, então, alguém pergunta sobre a transposição e ele grita: “Mas nem fale nessa palavra que isso é um projeto inimigo do povo!”.

Que dizer, uma vez no poder, os interesses falaram mais alto. O Ministro da Integração Nacional disse que antes era contra porque não conhecia o projeto. E nós perguntamos: se ele não conhecia o projeto, como é que ele podia ser contra? Se ele era contra é porque tinha o mínimo de conhecimento. Então, de repente, ele se posiciona contra e com isso se torna deputado pela Bahia e, ao se tornar ministro, se torna a favor. E hoje vemos a postura do Partido dos Trabalhadores, que sempre se posicionou contrário, alinhado com os grandes interesses do povo e agora se coloca a favor. Por um lado, é a falta total de conhecimento da realidade do projeto, porque, se esse houvesse, a postura seria diferente. Mas não é apenas falta de conhecimento: é falta de ética mesmo. É deixar que os interesses e as conveniências falem mais alto que os interesses do povo.

IHU On-Line – O que rendeu o seu discurso na Câmara, dia 14 de fevereiro de 2008?

Dom Luiz Cappio – Foi um debate de seis horas consecutivas. Foi muito interessante, pois se confrontou o pensamento da sociedade civil e o pensamento do governo. O pensamento da sociedade civil é embasado por representantes profundamente conhecedores da matéria e que dizem as razões pela qual são contrários, enquanto os inte-

resses políticos e corporativos do governo defendem o projeto. Infelizmente, é isso o que está acontecendo.

O grande fruto desse debate foi que, pela primeira vez, o povo brasileiro teve possibilidades de ouvir. Foi um debate público, transmitido para toda a nação através da TV e Rádio Senado. Durante seis horas, o povo brasileiro viu passar o desfile das opiniões e ter a possibilidade de perceber onde está o certo e onde está o errado. Foi um grande momento, em que o povo teve a possibilidade de ouvir e todos tiveram a oportunidade de ver e perceber o quanto polêmico é este projeto e o quanto ele precisa ser discutido e aprofundado. É por isso que sempre a minha palavra tem sido única: “Vamos dialogar, vamos conversar, vamos debater!”. Esse projeto leva tanto dinheiro público, dinheiro do povo e não pode ser colocado goela abaixo, num gesto ditatorial. Precisa ser melhor discutido. Mas o governo continua muito insensível. Já demos várias sugestões para continuar a debater. No entanto, o governo se mostra ditatorial, não acolhe outras opiniões que não sejam aquelas que dizem respeito a seus próprios interesses e quando outros dão outras opiniões diferentes são tachados de ignorantes que não conhecem o projeto.

IHU On-Line – Muitos esperavam que Lula utilizasse o poder de presidente para conter o capitalismo, que continua a avançar no país. Em sua opinião, quais são as perspectivas de mudança para o futuro próximo?

Dom Luiz Cappio – O futuro brasileiro está diante de uma grande interrogação. É o grande momento dos movimentos populares se levantarem. É o grande momento das universidades, das cabeças pensantes, das igrejas, de todos aqueles que se sentem cidadãos brasileiros se levantarem. Não podemos deixar que um grupo de pessoas truculentas, com interesses duvidosos entreguem a nação; não podemos deixar que isso aconteça. Então, é o grande momento da cidadania falar mais alto, da brasilidade falar mais alto e dar gritos em defesa da nação brasileira. Não podemos nos deixar levar por meia dúzia de pessoas que se dizem possuidoras da verdade e querem tomar a frente do destino da vida de milhões de brasilei-

ros. Um argumento que eles utilizam, falso aliás, é que tiveram os votos do povo brasileiro. Isso é um argumento falacioso, porque então, se formos nessa lógica, justificamos o holocausto e todas as atrocidades de Hitler, que também teve aprovação do povo alemão. Mas nem por isso aprovamos as atrocidades do qual ele foi mentor. O fato de o governo Lula ser reconhecido nas urnas não lhe dá o direito de fazer o que bem entende à frente de uma nação. Numa nação democrática, o povo tem sempre o seu posicionamento, o seu lugar e o direito de interferir e dizer: “É por aqui que nós queremos ir e não por ali”. A soberania da população deve ser sempre prioritária e um governo, pelo fato de ter sido referendado nas urnas, não tem o poder absoluto de, ao longo da sua ação, desvirtuar e ser totalmente contra os interesses de toda uma nação.

Nós achamos que as grandes redes de televisão são fortes, mas elas não são não. Elas se colocaram a serviço do poder. Tanto é que você pode observar que, por mais que os movimentos sociais gritassem lá em Sobradinho, a mídia estava totalmente ignorando o fato. Tínhamos grupos de amigos que tentaram uma matéria paga nas grandes redes de televisão e não foi aceito porque, infelizmente, a mídia está sob o controle dos interesses. É uma mídia que não tem liberdade de agir. Um outro exemplo do que vou dizer agora: no dia 14 de fevereiro, aconteceu esse debate nacional no Senado Federal em que todos os senadores estavam presentes e no *Jornal Nacional* daquela noite não apareceu nem uma palavra sequer sobre o Rio São Francisco, ao mesmo tempo em que todo o Brasil ficou sabendo os detalhes dos tendões do Ronaldinho (referindo-se ao jogador de futebol, Ronaldo Nazário). Então, o que você vê? Uma mídia que está sob os interesses de um grupo de poder, uma mídia subserviente, sem liberdade de ação, que fala aquilo que o poder exige que ela fale.

IHU On-Line – Em entrevista à IHU On-Line (realizada em abril de 2007), o senhor afirmou que “se o governo tiver bom senso, irá ouvir o povo”, mas, de qualquer forma, a transposição não irá acontecer...

Dom Luiz Cappio – Ela não irá acontecer porque é mentirosa, anti-ética, anti-social, injusta, economicamente inaceitável, quando você tem do próprio governo as alternativas para um projeto de desenvolvimento. O Atlas da ANA (Agência Nacional das Águas) está mostrando as alternativas, dizendo que por muito menos você pode fazer muito mais. O projeto é socialmente injusto porque vai beneficiar um pequeno grupo, enquanto que projetos alternativos podem beneficiar quase toda a população do Nordeste do semi-árido. Ela é ecologicamente insustentável porque, enquanto o projeto de transposição agride a realidade do Rio São Francisco, os projetos alternativos são altamente sustentáveis. E a transposição é eticamente inaceitável porque é mentirosa, enquanto os projetos alternativos estão aí para poder atender as necessidades do povo. Por isso, eu repito, disse no Senado, que a transposição não irá sair. Isso porque ela não se sustenta e, além de tudo, juridicamente é totalmente cheia de irregularidades. Infelizmente, o próprio Supremo Tribunal Federal é subserviente. Você viu naquele fatídico dia de 19 de dezembro um judiciário subserviente, a serviço dos interesses de um pequeno grupo político, quando um projeto com tantas irregularidades jurídicas (naquele momento havia 14 ações pendentes) era aceito. Os senhores ministros do Supremo Tribunal Federal ignoraram as irregularidades para satisfazer os interesses políticos de um pequeno grupo no poder. Logo uma instância como o STF, que antes era merecedora de todo respeito dos cidadãos brasileiros, demonstra agora a sua subserviência. Isso coloca em cheque até o estado de direito. Que país é esse em que todo mundo se inclina a um pequeno grupo no poder?

IHU On-Line – Por que, em sua opinião, tanto se criticou essa “mistura” que o senhor fez, ao utilizar-se da sua fé e da sua posição como Bispo para combater um problema tão grave, que é a transposição do São Francisco?

Dom Luiz Cappio – Não é uma questão apenas política; é uma questão pastoral. O Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, no capítulo 10 do Evangelho de São João, afirma que “o pastor é aquele que cuida do seu rebanho”, e Jesus diz que o Bom Pastor, se for necessário, dá a vida pelo seu rebanho. Eu fui constituído pastor pela Igreja. Eu sou Bispo de um povo, sou um pastor segundo Jesus Cristo e não posso me calar diante do meu rebanho que passa todas as privações, as carências, as necessidades e as injustiças de um governo alheio às necessidades dele. Então, se o meu povo não tem voz e não tem vez, eu tenho que usar do curinga que eu tenho em minhas mãos, e da minha posição de ser pastor de um povo, para ser a voz desse povo que não tem voz. Então, eu não estou falando por mim, Dom Luiz. O meu fórum é um coletivo formado por todo o meu rebanho. Então, esse assunto não é apenas político ou econômico. Trata-se de um problema pastoral também, que diz respeito à vida do meu povo. Se meu povo está sofrendo as conseqüências de um gesto que gera morte, eu tenho que levantar a minha voz para defender o meu povo para que eles tenham vida em abundância. A Campanha da Fraternidade deste ano conclama todos os homens a lutar em defesa da vida, porque esta é o dom maior de Deus e o pastor tem que zelar pela vida do seu rebanho. Então, é um mistura sim, porque todas as questões fazem parte de um só assunto: a defesa da vida.

As contradições da transposição do Rio São Francisco e a palavra forte e profética de Dom Cappio

Entrevista com Ivo Poletto

*Ivo Poletto é graduado em Filosofia e Teologia. Além disso, é cientista social, educador popular e assessor de pastorais e movimentos sociais. Foi assessor do Programa Fome Zero, nos dois primeiros anos do governo Lula. Além disso, é autor, entre outros, do livro **Brasil, Oportunidades perdidas – Meus dois anos no governo Lula** (Rio de Janeiro: Garamond, 2005).*

*Em entrevista à **IHU On-Line**, publicada em 20 de janeiro de 2008 na página das **Notícias do Dia** do site do IHU (www.unisinos.br/ihu), Poletto afirma que “Dom Cappio tem sido a palavra mais forte, uma profecia em relação às contradições e absurdos da proposta governamental de transposição do São Francisco”. Ele analisou o governo Lula a partir do episódio do projeto de transposição do Rio São Francisco, pois esta “análise política nos ajuda a entender os caminhos que levaram o governo Lula a ser, nas diversas frentes, uma ‘metamorfose ambulante’”, afirmou o cientista social.*

IHU On-Line – O projeto de transposição do Rio São Francisco é bastante antigo. Inclusive, o presidente Lula era uma das pessoas que se apresentava contrárias ao projeto. Depois de eleito, Lula deu andamento às obras, ainda que, no início, tenha se mostrado aberto ao debate (quando o Bispo Cappio fez seu primeiro jejum). Assim que reeleito, o presidente bateu o martelo e aprovou as obras. Como analisar este posicionamento do governo Lula?

Ivo Poletto – Considero mais correto referir-nos ao “governo Lula” e não apenas ao presidente Luiz Inácio da Silva. A transposição faz parte do custo político de uma das tantas alianças assumidas pelo PT e pelo candidato Lula. Não foi por acaso que Ciro Gomes se aproximou e terminou ministro do governo Lula. Ele sempre representou os interesses dos grupos econômicos interessados na transposição, especialmente os cearenses; e é político afeito a obras de impacto. Ao apoiar a “governabilidade por cima” em alianças com partidos e personagens com perfis ideológicos indefinidos, mas sempre conservadores, o governo “definiu” a quem ouviria e com quem elaboraria seus planos de obras. No caso do Ciro, o preço da fidelidade foi e continua sendo a execução do projeto da transposição, em lugar das propostas de convivência com o semi-árido; com Ciro e outros, o preço é a prioridade ao agro e hidronegócio, bem como às grandes hidroelétricas – e não à reforma agrária, à agricultura e às fontes de energia alternativas.

Tenho participado de debates sobre o projeto de transposição desde os tempos do governo Fernando Henrique Cardoso,¹⁷ sempre por estar participando na implementação, pelo lado dos movimentos e pastorais sociais, do que veio a denominar-se “Convivência com o semi-árido”. Interessante observar que os “técnicos” que assessoravam os políticos do PSDB eram militares, revelando continuidade do debate e dos interesses que vêm de longa data. A transposição não avan-

¹⁷ Fernando Henrique Cardoso: sociólogo, professor universitário e político brasileiro. Foi presidente do Brasil por dois mandatos consecutivos, de 1º de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 2002. (Nota da **IHU On-Line**)

cou nesse período pelo menos por dois motivos: 1) a oposição crítica dos movimentos e pastorais sociais contava, no parlamento, com um apoio coerente, na época, da maioria dos petistas – posição que foi mudando na medida em que o partido definiu que, para garantir a eleição de Lula, era necessário deixar em aberto ou de lado “questões polêmicas”; 2) o desastre administrativo do governo FHC, com déficits comerciais e crescente endividamento público, fruto de sua política de abertura comercial e de privatização do setor público – que o levou à situação de não ter nada para investir...

Por isso tudo, a análise política nos ajuda a entender os caminhos que levaram o governo Lula a ser, nas diversas frentes, uma “metamorfose ambulante”. Mas não é correto afirmar que as opções políticas governamentais seriam legítimas por causa das eleições, de modo especial quando as alianças, e conseqüentemente os compromissos com os grupos econômicos representados por elas, foram sendo definidas em função da eleição e sem nenhuma consulta ao povo eleitor. O debate sobre a implantação de um projeto como a transposição é mais do que legítimo; é necessário, para que a população conheça o projeto, com suas eventuais vantagens e seus custos financeiros, sociais e ecológicos, para que conheça também as propostas alternativas de “convivência com o semi-árido”, e possa, então, com conhecimento de causa, dizer sua palavra soberana.

IHU On-Line – Como o senhor vê o papel de Dom Cappio no debate sobre as obras de transposição do Rio São Francisco?

Ivo Poletto – Espero que todos os leitores saibam que Dom Cappio conhece o rio e os povos do São Francisco não por ser bispo de Barra, e sim por ter optado viver nesta região sua missão franciscana – que é missão religiosa com um sentido radicalmente humano e planetariamente ecológico. Foi essa missão que o levou a percorrer todo o São Francisco, conhecendo o “estado de saúde” do

rio e dos povos banhados e dessedentados/alimentados por ele. Foi convidado a ser bispo por ser reconhecido como alguém que conhecia e amava estes povos.

Por isso, ele “fala com autoridade” dos problemas e dilemas da região e de seus povos por ter decidido “dar a sua vida pelas pessoas que ama”. É por isso que participa, e de forma racional e apaixonada, da implementação de caminhos mais adequados ao desenvolvimento humano, social, econômico, político e ecológico do grande bioma Caatinga/Semi-Árido.

Em seu caso, seria infidelidade calar-se, deixando que falsos discursos e falsas propostas piores ou acabem com as condições de vida do povo com quem decidiu partilhar a vida. Ele falou de muitas formas, desde as aparentemente mais simples – o diálogo com o povo, o contato direto com as pessoas responsáveis – até as mais complexas – o debate com técnicos e com os responsáveis pelas opções governamentais em relação ao Rio São Francisco e aos povos do semi-árido. Como nenhum dos caminhos “racionais” vingou, ele decidiu falar através do jejum e da oração, prática que, para muitos, beira à loucura. Seu Mestre, Jesus, e seu companheiro São Francisco de Assis também foram considerados loucos...

No meu modo de entender, Dom Cappio tem sido a palavra mais forte, uma profecia em relação às contradições e absurdos da proposta governamental de transposição do São Francisco. Já foi ouvida por muitas pessoas, e muitas outras terão oportunidade de conhecer a problemática e tomar uma posição responsável. Nesse sentido, as práticas de Dom Cappio têm sido sinais e sementes de participação democrática; ao contrário do governo, que evita o diálogo e a consulta à cidadania.

IHU On-Line – Dom Cappio tem uma trajetória pautada pela Teologia da Libertação, tendo sido, inclusive aluno de Leonardo Boff,¹⁸ como tantos outros que hoje ocupam altos postos no governo Lula e se mani-

¹⁸ Leonardo Boff (1938): teólogo brasileiro, da ordem dos franciscanos. Foi um dos criadores da Teologia da Libertação e, em 1984, em razão de suas teses a ela ligadas e apresentadas no livro *Igreja: carisma e poder – ensaios de eclesiologia militante* (3. ed. Petrópolis: Vozes, 1982), foi submetido a um processo pela ex-Inquisição em Roma, na pessoa do cardeal Joseph Ratzinger, hoje Papa Bento XVI. Em 1985, foi condenado a um ano de “silêncio obsequioso” e deposto de todas as suas funções. Dada a

festaram claramente contra a greve de fome do bispo de Barra. Como o senhor, que já participou do governo Lula, analisa esta ‘ruptura’?

Ivo Poletto – Não sei se há uma ruptura efetiva. Se houver, ela está ocorrendo por parte de quem está relendo a Teologia da Libertação a partir do seu novo lugar social, o de participante e de comprometido com o governo. E aí, como quase tudo está sendo relativizado em nome da governabilidade, creio que também a reflexão teológica está em perigo. Mas esse é um tema complexo para ser explicitado numa entrevista. Basta, creio, referir a dificuldade de se continuar coerente com os valores e perspectivas presentes em práticas e reflexões críticas sobre a história e a sociedade humana quando se assume postos políticos de governo; isso se refere à Teologia da Libertação, para os que são militantes cristãos, mas também às práticas e reflexões críticas de militantes e movimentos sociais sobre a democracia. Parece que “a razão do Estado” se sobrepõe à “razão democrática”; torna-se ponto de referência único, quase absoluto. E aí toda e qualquer proposta e reivindicação de prática efetiva de “possibilitar que o povo se governe a si próprio”, que é o valor permanente e a utopia que torna a democracia algo vivo e sempre em construção, passa a ser vista como estorvo ou ameaça à governabilidade; isto é, ao “direito”, baseado nas eleições, de o governo decidir burocraticamente sobre as alianças, as políticas, os projetos, as estratégias e as ações concretas sem consultar a cidadania.

De fato, ninguém pode governar aplicando de forma direta a Teologia da Libertação; transformaria o governo em algo próximo a uma teocracia. Mas é provável que a inspiração dessa teologia injetaria qualidades inesperadas a um governo aberto e comprometido com seu povo. O

levaria, por exemplo, a assumir a democratização do estado e a desestatização da sociedade como um de seus desafios – em lugar de acomodar-se num republicanismo de fachada, que mascara as práticas oligárquicas; ou a implementar políticas de efetiva construção de uma democracia-sem-fim, caminhando na direção de uma sempre maior socialização de oportunidades, conhecimentos, bens, riqueza, rendas, poder – em lugar de contentar-se com a repetição de que o país vai bem porque a economia está crescendo...

Para não alongar, vejo maior fidelidade à Teologia da Libertação, que tem a ver com a fidelidade a Jesus Cristo, e maior coerência na prática cidadã e na reflexão política e teológica de Dom Cappio, do que na prática e nas reflexões dos que se opuseram a seu gesto de jejum e oração por defenderem o “direito” do governo de implementar o projeto de transposição por ele “legitimamente” elaborado. E isso deveria ser oportunidade para dialogar sobre como ser político e fazer política institucional, deixando-se inspirar por reflexões nascidas de práticas de amor radical e libertador junto e com as pessoas, setores e classes exploradas, marginalizadas e excluídas pelas sociedades e Estados capitalistas neoliberais. A Ditadura Militar passou, mas hoje é preciso enfrentar a ditadura da economia e da política neoliberais; esse é um desafio para as pessoas que iluminam sua vida pela Teologia da Libertação, bem como para todas as que, com ou sem religião, continuam lutando por um mundo em que todas as pessoas e povos possam participar das decisões que dizem respeito a todas as dimensões de sua vida.

IHU On-Line – Dom Cappio misturou e confundiu fé e política?

Ivo Poletto – E tem como não misturar? No caso dos cristãos, se desejarem seguir sem Mestre, Je-

pressão mundial sobre o Vaticano, retornou a elas em 1986. Em 1992, sendo outra vez pressionado com novo “silêncio obsequioso” pelas autoridades de Roma, renunciou às suas atividades de padre. Continuou como teólogo da libertação, escritor e assessor das comunidades eclesiais de base e de movimentos sociais. Desde 1993, é professor de Ética, Filosofia da Religião e Ecologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É autor de mais de 60 livros nas áreas de teologia, espiritualidade, filosofia, antropologia e mística. Boff escreveu um depoimento sobre as razões que ainda lhe motivam a ser cristão, publicado na edição especial de Natal da *IHU On-Line*, número 209, de 18-12-2006, e concedeu uma entrevista sobre a Teologia da Libertação na *IHU On-Line* número 214, de 02-04-2007. Uma de suas contribuições mais recentes à nossa revista aconteceu na edição 238, de 01-10-2007, intitulada *Francisco. O santo*, com a entrevista “A ecologia exterior e a ecologia interior. Francisco, uma síntese feliz”. (Nota da *IHU On-Line*)

sus de Nazaré, o núcleo central da fé está em reconhecer, admirados, que Deus amou tanto a humanidade e a criação que chegou a “fazer-se um de nós”; misturou-se. Sua escolha do lugar e do setor social para “encarnar-se” criou, de imediato, diversos problemas e conflitos teológicos e políticos: ao nascer de uma família pobre, fora de casa, como um dos “últimos”, um dos “servos”, colocou em questão quem esperava que Deus se faria presente na história como um “messias” poderoso e diretamente libertador, e colocou os governantes ditatoriais do tempo com as barbas de molho porque perceberam uma ameaça no “rei” que nascia do meio do povo empobrecido e dominado.

Basta lembrar que o “fundador e fundamento” da fé cristã foi condenado à morte, ignominiosa, na cruz por dois motivos: por ser “blasfemo” contra o deus do sistema do Templo, e por ser um perigoso “sublevador” do povo, um subversivo que colocava em questão e risco o império romano, que dominava a região. Pode-se ou deve-se concluir daí que a fé cristã só tem sentido quando “se mistura” com a realidade histórica, que é realidade social, cultural, religiosa, econômica e política; faz parte de seu sentido ser sal, fermento, luz, e ser semente de práticas transformadoras que atingem o todo da vida, todas as suas dimensões, inclusive a política, isto é, as formas de organização e de poder construídas pelas pessoas para viverem juntas.

O problema pode surgir quando se “confunde” fé e política. Mas este é um problema tanto do lado da fé quanto da política. A “confusão” pode levar, pelo lado da fé, a uma política sectária, que só aceita e valoriza quem tem a mesma fé – mas quem fizesse isso não estaria assumindo a prática de Jesus e as perspectivas da Teologia da Libertação, que são essencialmente ecumênicas, abertas a tudo que é humano e constrói formas de organização humana que se aproximem do Reino de Deus; mas pode levar também a “política” a entender-se e impor-se como uma religião, como um absoluto. Por isso, se a política for exercida como um poder em permanente processo de democratização, certamente poderá ser enriquecida por valores presentes na “fé” que anima homens e mulheres a darem a vida pelas pessoas que assu-

mem como seu próximo, e este “próximo” são todas as pessoas ainda “caídas” nas beiras das estradas e cidades, vítimas de todas as formas de “assalto”, inclusive e especialmente as dos agentes do capitalismo neoliberal.

Para mim, Dom Cappio “misturou” muito bem sua fé com os desafios da política; sua prática, incluído o gesto radical do jejum, questionou profeticamente a qualidade da política em nossa sociedade, de modo especial a praticada em tudo que envolve o projeto da transposição; ao mesmo tempo, anunciou que há outros caminhos, com mais qualidade técnica, política e social, e que a decisão por um dos dois tipos de projeto deveria ser tomada através de consulta e/ou de outras formas de participação da cidadania, se deseja ser democrática e democratizadora. Ao mesmo tempo, sua “mistura” foi e continua sendo um sinal profético que questiona as opções e práticas dos cristãos nesses tempos de democracia formal e de dominação e exploração capitalista neoliberal: em que consiste e como viver e testemunhar a encarnação de Deus na história humana? Como seguir o exemplo de Jesus de Nazaré nos dias de hoje? É possível anunciar sua mensagem sem estar “misturado” com os empobrecidos até as últimas consequências? É possível seguir a Jesus e assumir o poder político como um absoluto, um campo acima e fora de todos os questionamentos?

IHU On-Line – Na sua visão, quais são as possíveis seqüelas da mobilização social gerada pela greve de fome de Dom Cappio na relação dos movimentos sociais com o governo Lula?

Ivo Poletto – Infelizmente, não me restam ilusões sobre isso: não pode haver “seqüelas” porque o governo já demonstrou que sua relação primeira, e quase única, se dá com os “movimentos do capital e dos capitalistas”, e não com os movimentos sociais. Aliás, para os empobrecidos e excluídos, e para o povo trabalhador em geral, o governo decidiu doar as migalhas, os restos; e do povo em geral o que ele deseja é o “voto fiel”, não a participação livre, crítica, responsável, cidadã. Os acontecimentos ligados ao jejum apenas confirmaram esta percepção.

Nessa conjuntura, creio que os melhores frutos da prática de Dom Cappio serão: 1) o aprofundamento da consciência crítica em relação às práticas das elites econômicas, dos governantes, dos partidos, do judiciário; 2) a decisão dos movimentos de melhorar sua capacidade de organização autônoma na relação com as instâncias institucionais; 3) o avanço da elaboração de um projeto popular de Nação; e 4) o aumento da capacidade de mobilização política. Só assim será possível fazer que os governantes “governem obedecendo”, submetendo o Estado à sociedade dos cidadãos e cidadãs – fazendo valer o poder popular, liberando as pessoas da sua dependência histórica ao Estado oligárquico e paternalista, e democratizando o próprio Estado.

IHU On-Line – Em alguns países da América Latina, como a Bolívia, Equador, Venezuela, podemos perceber que há novas possibilidades para a política, a democracia e o poder popular. Isso é possível no Brasil, hoje?

Ivo Poletto – Constata-se, com alegria, que estão em andamento processos de transformação democratizante em alguns dos países vizinhos. No caso da Bolívia e do Equador, em especial, as possibilidades são imensas e, ao mesmo tempo, dramaticamente desafiadoras. É que os povos indígenas se apresentaram para decidir em sociedades que se apresentam como democráticas. Fazendo valer o princípio de “um cidadão, um voto”, tornaram possível a existência de um presidente indígena e duas Assembléias Constituintes em que indígenas e aliados camponeses e trabalhadores são maioria. Com isso, a democracia está posta diante do seu “momento de verdade”: podem os povos indígenas e aliados definir as bases, os valores e as formas de ser de uma Nação? Podem preferir os valores presentes em sua história milenar na região, em lugar dos desgastados “valores” políticos, culturais e econômicos trazidos da Europa e impostos como únicos? Podem, por exemplo, optar pela forma indígena de relacionar com a terra, relativizando o até agora absoluto princípio da propriedade privada?

Nossos vizinhos estão em processo de construção de sua “refundação da Nação”. Podemos e devemos ser solidários com eles, apoiando o que estão fazendo, se estamos convencidos que eles têm o direito de dar os passos que desejam dar. E essa solidariedade poderá ser fator importante para a consolidação das transformações em curso, uma vez que as forças contrárias são poderosas, estão assentadas sobre privilégios que não querem perder e contam com apoios igualmente poderosos e dispostos a tudo para evitar que novos caminhos sejam vitoriosos.

Quanto à contribuição desses processos ao Brasil, são necessárias algumas observações. Antes de tudo, seria um erro reduzir seus caminhos a um “modelo”, que poderia ser implantado também aqui. Cada povo tem sua história; cria, por isso, seus caminhos de transformação. Além do mais, em nosso caso, dos cinco milhões e dos milhares de povos originários que viviam em Pindorama na chegada e usurpação européia de seus territórios há 500 anos, só restam 350 mil aldeados e mais 300 mil espalhados pelas cidades. Só isso já configura desafios e alternativas diferentes. E o Brasil é um país muito extenso, com profundas diversidades regionais, étnicas, culturais. Tudo somado, os caminhos de democratização e de construção do poder popular serão necessariamente diferentes.

Isso não quer dizer que não se pode aprender com os vizinhos. Pelo contrário. Eles são prova viva de que o exercício do poder popular é possível, e ele pode expressar-se com autonomia, de forma direta, pressionando sobre os governantes ou até exigindo sua saída do poder, ou de forma indireta, elegendo governantes e legisladores ligados com os processos de mudança. Por outro lado, nos indicam também que o poder popular não pode “voltar para casa” depois das eleições e tomada de posse dos governantes; cabe ao poder popular acompanhar as pessoas a quem se delega o poder de Estado, seja para defender suas ações, seja para exigir que assumam determinadas decisões que a maioria da cidadania sente como melhores.

“Lula capitulou. Não quer nem ouvir falar em alternativas populares”

Entrevista com Plínio de Arruda Sampaio

Plínio de Arruda Sampaio é militante político brasileiro filiado ao PSOL. Formado em Direito, trabalhou como promotor público e participou da Ação Popular. Em 1962, foi eleito deputado federal pelo Partido Democrata Cristão e tornou-se relator do projeto de Reforma Agrária que integrava as Reformas de Base do governo João Goulart.

Plínio de Arruda Sampaio é também um dos políticos responsáveis pela fundação do PT. Ele lamenta a atual postura de Lula frente à transposição do Rio São Francisco e os rumos seguidos pelo partido. Para ele, o presidente “foi autoritário porque se recusou ao verdadeiro diálogo, usando subterfúgios para dizer que escutou a sociedade”. E conclui: “O diálogo entre o governo e a sociedade é uma exigência democrática. Não pressupõe a concordância, mas a divergência”.

Depois do impasse entre o governo e Dom Luiz Cappio, que se estendeu por 23 dias, em dezembro de 2007, os primeiros resultados da greve de fome do bispo começam a aparecer, mesmo que lentamente. “O efeito do sacrifício de Dom Cappio já está se fazendo sentir no próprio debate que está se realizando a respeito do papel do cristão na sociedade”, avalia o ex-deputado, Plínio de Arruda Sampaio (PSOL-SP). Para ele, assim que os brasileiros tiverem a oportunidade de conhecer as alternativas do projeto de transposição do Rio São Francisco, “a pressão da opinião pública levará o governo a adotá-las”.

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line** e publicada na página das **Notícias do Dia** do IHU (www.unisinos.br/ihu), em 11 de fevereiro de 2008, Plínio de Arruda esclareceu que sua principal objeção à obra de Transposição do São Francisco “não é de natureza técnica, mas políti-

co-social”. O projeto, explica, se realizado, “inviabilizará o desenvolvimento de uma agricultura camponesa nessa região e isto determinará uma nova onda de migrações da população rural nordestina para os grandes centros urbanos”.

Plínio de Arruda Sampaio enviou-nos também um artigo sob o título “A greve de fome de Dom Cappio. Um debate necessário”, publicado na página das **Notícias do Dia** do site do IHU, em 15 de janeiro de 2008,

No artigo Plínio Sampaio recorda que os cristãos brasileiros, em especial os formadores da Teologia da Libertação, “juntos sofreram perseguições por ocasião do golpe militar; juntos ajudaram-se reciprocamente a vencer as dificuldades do exílio; juntos formaram as Comissões de Justiça e Paz e os Centros de Direitos Humanos para combater os desmandos da ditadura; juntos marcharam pelas Diretas-Já; juntos estiveram na criação e fortalecimento das CEBs, das Pastorais Sociais, e mais especificamente, da Pastoral de Fé e Política”. Depois de décadas de união e seis anos de governo Lula, ocorreu a “primeira fissura nessa unidade: um grupo dos cristãos sociais apóia Lula e outro grupo o combate tenazmente”, constata.

“Podemos considerar essa divergência uma catástrofe, um escândalo, um pecado?”, questiona. E em seguida dispara: “Claro que não. Na esfera da política, a regra é a divergência e isto não tem por que afetar a unidade dos cristãos”.

No artigo que aqui publicamos, Sampaio propõe a reflexão: “Quem de nós não se sentiu questionado pelo gesto do bispo? Quem não se viu obrigado a fazer uma revisão da sua própria militância a fim de ver se está realizando as tarefas e correndo os riscos inerentes à construção do

Reino?”, lembrando a greve de fome de Dom Cappio, em dezembro de 2007. E conclui: “Agora que o profeta foi calado, fica-nos o desafio de não deixar que seu sacrifício seja esquecido. Está aí uma boa ocasião para que nós – apoiadores e opositores de Lula – nos disponhamos a dialogar, a fim de aplinar nossas diferenças”.

Eis o artigo.

IHU On-Line – Como o senhor avalia a greve de fome de Dom Luiz Flávio Cappio contra a obra de transposição do Rio São Francisco, quase um mês depois do seu fim? Qual é, na sua opinião, o saldo, tanto positivo quanto menos positivo?

Plínio de Arruda Sampaio – Os frutos do sacrifício de Dom Cappio já começam a aparecer: articulações de entidades populares para reclamar a suspensão da obra, enquanto se abre um grande diálogo nacional sobre a conveniência dela, estão em plena marcha em todo o país. Negativo: o silêncio do governo e a retirada do assunto dos meios de comunicação de massas.

IHU On-Line – “O saldo do gesto de frei Luiz Cappio demarca as margens e estabelece um abismo moral entre companheiros que até ontem bebiam da mesma água”, afirma um dos assessores do bispo de Barra em artigo recentemente publicado no jornal *Folha de S. Paulo*. Como o senhor avalia as divergências profundas de tantos cristãos, que beberam da mesma fonte, a Teologia da Libertação, participaram ativamente dos movimentos e das pastorais sociais e, hoje, no governo Lula, se opuseram claramente à greve de fome de Dom Cappio?

Plínio de Arruda Sampaio – No artigo Unidade e divisão na Igreja, declarei que não vejo nenhum inconveniente nas nossas divergências políticas, se soubermos travar o debate sobre elas em termos objetivos, sem faltar à caridade.

IHU On-Line – Levando em conta que um dos principais articuladores do movimento nacional Fé e Política, chefe de gabinete de

Lula, foi um dos negociadores do governo com a CNBB para pôr fim à greve de fome do bispo de Barra, Dom Cappio confundiu e misturou fé e política?

Plínio de Arruda Sampaio – O gesto de Dom Cappio foi cristalino como água pura. Ele chamou a atenção da Igreja e da sociedade para o descaso de todos em relação aos pobres.

IHU On-Line – Como o senhor avalia os megaempreendimentos propostos por Lula? Como explicar a decisão do governo em dar continuidade as obras, uma vez que apenas 26% da água deve ser utilizada para abastecimento humano, contrapondo com 70% destinada a projetos de irrigação? Os dados lhe parecem perversos?

Plínio de Arruda Sampaio – Tenho tentado explicar que a principal objeção à obra não é de natureza técnica, mas político-social. O projeto, se realizado, inviabilizará o desenvolvimento de uma agricultura camponesa nessa região e isto determinará uma nova onda de migrações da população rural nordestina para os grandes centros urbanos.

IHU On-Line – Lula é “autoritário”, afirmou Dom Cappio. O bispo foi “intransigente”, reitera um ministro do governo Lula. Qual a sua opinião?

Plínio de Arruda Sampaio – Lula foi autoritário porque se recusou ao verdadeiro diálogo, usando subterfúgios para dizer que escutou a sociedade. Dom Cappio foi intransigente, mas não no sentido que o ministro afirmou. Sua intransigência manifestou-se na defesa dos pobres da região. É intransigência cristã, da mesma natureza daquela que fez o Cristo expulsar os vendilhões do templo.

IHU On-Line – Se Lula tivesse suspenso as obras da transposição e cedido à proposta de discussão do projeto com a opinião pública, ele teria perdido a autoridade de presidente da República, cedendo às pressões do “poder religioso”?

Plínio de Arruda Sampaio – De forma alguma. Dom Cappio não usou de seus poderes de bispo nem os invocou em nenhum momento. Ele jejuou

com hábito de franciscano em uma pequena capela, fora da sua diocese.

IHU On-Line – A greve de fome do bispo produziu o efeito desejado? Com as possíveis audiências públicas, o senhor vislumbra alternativas para o projeto de transposição do Rio São Francisco?

Plínio de Arruda Sampaio – A disputa sobre a realização da obra ainda não terminou. O efeito do sacrifício de Dom Cappio já está se fazendo sentir no próprio debate que está se realizando a respeito do papel do cristão na sociedade. Se o povo brasileiro tiver oportunidade de tomar conhecimento das alternativas ao projeto – todas elas presentes em estado embrionário –, não tenho dúvida de que a pressão da opinião pública levará o governo a adotá-las.

IHU On-Line – O senhor disse que a lógica interna da política provoca uma tensão permanente na vida espiritual dos cristãos sociais. Como o senhor descreveria esta tensão tendo presente a greve de fome de Dom Cappio?

Plínio de Arruda Sampaio – A tensão decorre do fato de que a vida espiritual do cristão é uma forma de contato com o absoluto e a política, e, por mais correta que seja, opera no campo da finitude. As mediações requeridas para operar a política são sempre discutíveis, duvidosas, falíveis, como é o caso das mediações adotadas pelo governo Lula, consideradas inconvenientes por Dom Cappio e por um grande número de cristãos.

IHU On-Line – Como o senhor explica a resistência do governo Lula em discutir pública e abertamente com os movimentos sociais o projeto de transposição do Rio São Francisco?

Plínio de Arruda Sampaio – A triste verdade é que Lula capitulou diante das pressões internas e externas para atrelar o país ao sistema do capitalismo internacional. Ele teme represálias se se opuser a uma demanda desse sistema. Os capitais estrangeiros estão procurando fazer negócios rendosos no Brasil e a aplicação de capitais em em-

presas de exportação de frutas tropicais para abastecer o mercado turístico do Caribe é um grande negócio. Por isso, Lula não quer nem ouvir falar em alternativas populares.

IHU On-Line – Qual pode ser a repercussão da greve de fome de Dom Cappio na relação dos movimentos sociais com o governo Lula?

Plínio de Arruda Sampaio – Lula foi a grande esperança dos movimentos sociais nas duas décadas e meia passadas. Os movimentos relutam em admitir que ele passou para o outro lado. Mas vários deles estão tomando consciência desta dolorosa realidade. É um processo relativamente lento, mas em marcha. O jejum de Dom Cappio ajudou-os a perceber essa realidade.

IHU On-Line – Em artigo publicado nesta semana, o senhor fala da necessidade de diálogo entre o governo, os cristãos e a sociedade. Como realizar esse debate tendo em vista as profundas divergências que se explicitaram por ocasião da greve de fome de Dom Luiz Cappio?

Plínio de Arruda Sampaio – O diálogo entre o governo e a sociedade é uma exigência democrática. Não pressupõe a concordância, mas a divergência. O que reivindiquei no artigo mencionado foi uma presença maior dos cristãos na exigência desse debate.

A greve de fome de D. Cappio. Um debate necessário

Porque os corpos dos animais, cujo sangue o sumo sacerdote carrega no Santuário para expiação do pecado, são queimados fora do acampamento. Foi por isso que Jesus, para santificar o povo por seu próprio sangue, sofreu do lado de fora da porta
(São Paulo. Hebreus. 13, 11:12).

O balanço do ano de 2007 e as perspectivas de 2008 não se resolvem sem a decifração do mistério profundo que emana das águas do rio São Francisco. Muito abaixo da crosta, abaixo

das águas represadas e até dos aquíferos mais profundos: há uma fonte de água limpa que insiste em jorrar. Entroncamento, esquina da história, o gesto de Dom Cappio, o radical sereno, é um divisor de águas.

Leo Lince, militante marxista.

A. Unidade e Divisão na Igreja

1. Se divergências internas comprometessem a unidade da Igreja, ela teria sucumbido já nos seus primeiros cinqüenta anos, na polêmica relativa ao batismo dos gentios. Mas esta foi só a primeira. As divergências continuaram e continuam vivas no seio da Igreja Católica. Muitas remontam a Constantino (séc. IV), explodiram na Reforma (séc. XV) e acirraram-se com a Revolução Francesa (séc. XVIII). Desta última surgiu, sessenta anos depois, uma corrente de católicos que existe até hoje: os “cristãos sociais” – cristãos cuja vida de fé foi fortemente influenciada por gente como Ozanan, Lacordaire, Keteler, Sturzo; em seguida por Maritain, Lebreton, Cardijn, Mounier, Lubac, Lombardi, Congar; e, mais recentemente, pelos grandes autores da Teologia da Libertação.

Na metade do século passado, essa visão de Igreja difundiu-se no Brasil através principalmente do apostolado de Dom Helder Câmara, Alceu de Amoroso Lima, dos padres Dominicanos, dos jovens da JUC (Juventude Universitária Católica). Os cristãos que participam da Pastoral de Fé e Política são herdeiros dessa história.

2. Caracterizam-se por um modo específico de participar na construção do Reino de Deus anunciado pelo Cristo como a grande Boa Nova que Ele trouxe para a humanidade.

O Reino de Deus abrange todas as dimensões do ser humano. A particularidade do carisma dos cristãos sociais consiste na dimensão que escolheram (sem prejuízo das demais) como centro principal do seu testemunho: a implantação de estruturas sociais justas e respeitadoras da dignidade do homem. Isto os obriga a intervir diretamente na política, a fim de transformar estruturas de exploração e dominação.

3. É importante assinalar que a política tem uma lógica interna, um dinamismo próprio, implica um certo modo de vida, impõe regras e condi-

ções aos que buscam intervir na sua dinâmica. Por isso, a intervenção nesse plano provoca uma tensão permanente na vida espiritual dos cristãos sociais: por um lado, para serem eficazes, precisam obedecer a essa lógica e essas condições; por outro lado, não podem se submeter inteiramente a elas sem frustrar seu testemunho de fé.

4. Os cristãos sociais brasileiros constituem um grupo muito unido no interior da Igreja brasileira. Juntos trabalharam sob a batuta de Dom Hélder, na preparação da intervenção dos padres conciliares brasileiros na discussão do esquema XIII (base da *Populorum Progressio*) do Concílio Vaticano II; juntos sofreram perseguições por ocasião do golpe militar; juntos ajudaram-se reciprocamente a vencer as dificuldades do exílio; juntos formaram as Comissões de Justiça e Paz e os Centros de Direitos Humanos para combater os desmandos da ditadura; juntos marcharam pelas Diretas-Já; juntos estiveram na criação e fortalecimento das CEBs, das Pastorais Sociais, e mais especificamente, da Pastoral de Fé e Política.

Nesse contexto, o apoio não oficial, mas efetivo, através do engajamento político de seus membros no PT e nas campanhas de Lula, foi um processo natural: todos consideravam aquele caminho adequado para corrigir os horrores da sociedade capitalista e para possibilitar a plena participação do povo nas decisões do estado brasileiro.

5. Os seis anos de governo Lula causaram a primeira fissura nessa unidade: um grupo dos cristãos sociais apóia Lula e outro grupo o combate tenazmente.

Podemos considerar essa divergência uma catástrofe, um escândalo, um pecado? Claro que não. Na esfera da política, a regra é a divergência e isto não tem por que afetar a unidade dos cristãos.

A opção cristã é compatível com diferentes opções políticas, pela simples razão de que a todas transcende, e a nenhuma se acorrenta. Basta que a proposta política respeite a dignidade da pessoa humana para que possa ser aceita pelo cristão.

Obviamente, a unidade é melhor do que a divisão, sobretudo considerando o poderio das estruturas adversas e o reduzido número dos cristãos sociais. Contudo, diante do governo Lula, a unidade só tem sentido se formos capazes de tra-

var um diálogo sobre nossas divergências, sem escamotear as dificuldades. Em outras palavras: se formos capazes de debater o tema sem intransigências e sem faltar à caridade.

Um debate deste tipo não pode se perder na desqualificação dos que pensam diferentemente e nem na atribuição de motivos menores aos que não comungam das mesmas posições. Pelo contrário, funda-se no pressuposto de que os contendores agem com reta intenção e que estão dispostos a revisar posições equivocadas, se forem convencidos pelos argumentos do debate.

Isto posto podemos entrar em matéria.

B. Os erros atribuídos aos críticos do governo

Os opositores do governo Lula têm recebido as seguintes críticas: irrealismo, elitismo, ressentimento, moralismo, e até neo-lacerdismo. As três últimas são apreciações subjetivas, que fogem ao espírito com que este debate deve ser travado e por isso, não serão respondidas.

1. Duas visões contraditórias da conjuntura no interior da Pastoral de Fé e Política

Antes de analisar as críticas de irrealismo e elitismo, convém estabelecer claramente as diferenças de visão sobre a conjuntura brasileira atual, porque elas estão na raiz das divergências.

Entendem os cristãos favoráveis a Lula que a sua vitória inaugurou, já pela figura do personagem (um retirante que chegou à presidência), já pela política que está executando, uma nova conjuntura, cuja essência é um processo lento, mas efetivo, de integração das grandes massas populares nas estruturas econômicas e políticas da nação. Tanto é assim, aduzem que, apesar da lentidão de alguns avanços, o povo apóia maciçamente o presidente.

Na defesa da política presidencial, assinalam ainda os apoiadores de Lula que, se ele andar mais depressa do que está andando, há risco de retrocesso. Afirmam que só os irrealistas e os de má vontade não conseguem ver as transformações sociais que estão ocorrendo na base da sociedade. Essa visão da conjuntura parece-nos completamente equivocada.

O processo em marcha consiste na perda acelerada do controle nacional sobre a economia; na perda, também acelerada, dos valores culturais que fundamentam o sentimento de identidade nacional; na deterioração, igualmente acelerada, do meio ambiente; e, para culminar, na esgarçada do tecido moral do estado.

A imagem que acode à mente, diante dos fatos estarrecedores estampados diariamente nos jornais, é a de uma guerra civil não declarada dos setores integrados no sistema capitalista contra a população pobre, dele marginalizada.

2. Propostas dos opositores ao governo Lula

A primeira crítica ao governo Lula é que ele, não somente deixa de enfrentar essa conjuntura dramática, como procura escamoteá-la com medidas que esconde das massas a verdadeira situação do país, estimulando, assim, comportamentos que reforçam a sua passividade.

Para chamar essas propostas de irrealistas, como elas têm sido chamadas, seria necessário que se demonstrasse: a) que a conjuntura não é dramática; e b) que as medidas que os opositores sugerem para enfrentá-la provocariam retrocesso.

a) Quanto ao caráter dramático da conjuntura não há necessidade de muito esforço para reunir evidências. Acaso não é dramática a situação das populações periféricas nas médias e grandes cidades, sujeitas a viver em meio à guerra aberta entre as polícias corruptas e o crime organizado? Que dizer do tratamento dado aos presos; do descalabro em que se encontra a maioria dos hospitais e do abandono das escolas públicas? A corrupção que levou quase todo o primeiro escalão do governo a ser denunciado pelo Ministério Público não configura uma dramática deterioração moral do estado?

Se estes poucos exemplos, destacados de uma série enorme de horrores, que enchem diariamente as páginas dos jornais, não configurarem uma situação dramática, é porque as palavras perderam completamente seu significado.

Quanto tempo levará, mantendo-se o ritmo do governo Lula, para evitar que mulheres sejam encerradas em celas de presos masculinos? Quando os trabalhadores que vivem nas favelas do Rio

de Janeiro e nas periferias de São Paulo poderão transitar tranquilamente sem o risco de serem atingidos por uma bala perdida? Quantas gerações de alunos serão prejudicadas pela deterioração da rede escolar pública?

Não pode ser, portanto, pelo lado do exagero na caracterização da conjuntura e na urgência em enfrentá-la que pode prosperar a crítica de irrealismo aos opositores do presidente.

b) Será então a acusação de irrealismo fundada no caráter das medidas propostas? É o que se examinará a seguir.

I) Lula faz muito pouco no plano da redução da desigualdade, apesar de ter todas as condições para realizar uma reforma agrária; fortalecer a agricultura camponesa; e melhorar substancialmente o ensino público – três das propostas de seus opositores.

Não o faz. Por quê? Porque as ações para romper a dinâmica perversa da desigualdade requerem uma quantidade de recursos que o Estado brasileiro só terá condições de reunir se tomar a decisão de postergar o pagamento da dívida pública. No entanto, para o governo, a quantia destinada a fazer esse pagamento é sagrada, intocável, a ponto de ser retirada do montante dos recursos arrecadados antes mesmo da formulação do orçamento. Ora, a quantia que sobra depois desse corte prévio é insuficiente para quebrar a dinâmica que gera desigualdade.

No tocante à reforma agrária e à agricultura camponesa, o governo fez ainda pior: reduziu os insuficientes aportes que havia inicialmente alocado e passou a estimular o maior adversário da população rural: o agronegócio. Com isso, procura conseguir grandes saldos na balança comercial de modo a favorecer a entrada de capital estrangeiro no país.

II) Em relação à ecologia e à democratização da mídia, as soluções sugeridas por seus opositores (proibição dos transgênicos, do desmatamento da Amazônia, da expansão da soja no cerrado) nada têm de irrealistas, pois constituem simplesmente o cumprimento de dispositivos da Constituição. Sua efetivação não exige grandes gastos e depende unicamente de decisões unilaterais do estado brasileiro. O único que se requer é dispo-

sição para enfrentar grupos econômicos poderosos. Aí está o problema: Lula não tem coragem de enfrentá-los. Se tivesse, duas coisas poderiam acontecer: impor a esses grupos uma disciplina favorável ao povo; ou sofrer uma derrota no Congresso. Mas até neste caso o povo sairia ganhando, pois a derrota contribuiria mais para conscientizar a massa de seus direitos do que a evidência da capitulação do governo brasileiro diante dos poderosos.

III) Combater a corrupção política também não exige gastos e sim atitudes. Se cumprir a lei não for considerado um comportamento irrealista, a atitude correta de Lula diante dos parlamentares que chantageiam o governo, seria a recusa peremptória a usar os mesmos métodos da cultura política tradicional.

Como o governo lida com um Congresso corrupto, surgiria o que erradamente se classifica como um problema de “governabilidade”: o governo não conseguiria aprovar seus projetos. Seria muito mais salutar se, para superar essa dificuldade, Lula, em vez do “mensalão”, decidisse fazer aquilo que os cristãos sociais consideram fundamental para o avanço democrático: convocar o povo para participar do debate sobre os seus projetos.

Alguém acredita que os senadores derrotariam a CPMF se Lula tivesse reunido um milhão de pessoas em Brasília, para explicar-lhes porque esse imposto é necessário ao país?

Por que não seguiu, desde o início, esse caminho de governabilidade? Porque a presença da massa na rua, fora dos tradicionais comícios eleitorais, reduz o poder da classe dominante. Para não contrariar a classe dominante, Lula não quer mais arregimentar as massas contra o sistema capitalista.

Claro está que, se Lula tivesse optado pelo caminho aqui sugerido, a tensão política seria bem maior. Mas inferir daí, como tem sido feito, o risco de golpe de Estado contra o presidente não tem fundamento, nem na linha atual da política externa norte-americana (sem cujo assentimento não há golpe possível no continente), nem na política interna (Forças Armadas sem legitimidade para sustentar um regime de exceção).

Parece evidente, diante dessa realidade que não há nenhum irrealismo, voluntarismo, ou pressa injustificada nas medidas propostas e, conseqüentemente, nas críticas a Lula por não tê-las adotado.

3. Crítica aos “feitos” do governo Lula, apregoados pelos seus apoiadores.

Os defensores de Lula têm prolapado os seguintes avanços do seu governo em favor do povo: I) estabilização da economia e volta do crescimento; II) aumento da oferta de emprego; III) redução na desigualdade de renda; IV) atenção aos bolsões de pobreza; V) aumento das oportunidades aos jovens; VI) política externa independente.

I) Louvar a contenção do ritmo inflacionário e a volta do crescimento, sem discutir a forma como se conseguiu esse resultado, escamoteia o problema.

A inflação está baixa, mas isto não significa estabilidade da moeda brasileira, porque não foi removido nenhum dos fatores da sua vulnerabilidade diante dos movimentos do capital financeiro internacional: o aumento do passivo externo e a total mobilidade do capital que entra no país.

Por isso, é mais correto dizer que a inflação está sendo contida. E contida por meio de uma política extremamente comprometedoras do futuro da nação, uma vez que a estabilidade do real deve-se à entrada maciça de capital estrangeiro nas bolsas de valores. Isto está acontecendo em decorrência de três fatores: dos baixos juros da economia norte-americana; dos altos juros pagos pelo Brasil; e dos enormes favores que o governo concede ao capital financeiro.

A maré financeira atual favorece a entrada de dinheiro estrangeiro, mas, apesar das advertências feitas até por seus correligionários, o governo não tomou medidas para evitar o “efeito manada”, caso a conjuntura vire subitamente.

Este tipo de controle da inflação freia o crescimento e o faz depender dos investimentos estrangeiros, ou seja, de uma variável fora do controle nacional.

Quanto à retomada do crescimento econômico, é preciso desmistificar desde logo, esse tipo de argumento. Evidentemente, crescer é melhor

do que não crescer. Mas, como Celso Furtado demonstrou, há quarenta anos atrás, é uma ilusão pensar que o crescimento por si só melhora substancialmente a vida do povo, se não se modificar o padrão perverso de distribuição de renda.

Além disso, precisa ficar bem claro, para que o nosso povo deixe de viver de ilusões, que as taxas de crescimento da nossa economia respondem muito mais a movimentos externos do capital, sobre os quais não temos controle algum, do que às virtudes das políticas econômicas dos diferentes governos.

Isto posto, convém acrescentar que uma taxa de 5% de crescimento não zera o enorme déficit social e, dado o padrão de distribuição de renda, não é suficiente para gerar empregos para a totalidade da juventude que chega à idade de trabalho.

Além do mais, o crescimento baseado nos investimentos estrangeiros é outra forma de contrair dívida, pois o capital investido gera lucros que retornam aos países de origem, sem esquecer também que, quanto mais a produção cai nas mãos de empresas estrangeiras, menor é a margem de controle dos brasileiros sobre os rumos da sua economia.

Por tudo isso, o verdadeiro debate sobre o desempenho econômico do governo não pode se limitar a uma exposição de cifras estatísticas, mas ao exame dos graves defeitos da política econômica seguida pelo governo ao ver-se obrigado a reagir diante de movimentos da economia mundial.

II) Com relação do crescimento do emprego, cabe perguntar: que tipo de emprego? A propaganda governamental, exaltando os “empregos com carteira assinada”, só pode enganar quem não está procurando emprego, pois estes sabem que a expressão não tem mais o significado que tinha durante a era Vargas e até os anos 1970.

Agora – mercê das reformas introduzidas na legislação trabalhista –, “carteira assinada” pode significar (e significa para a maioria dos jovens que entram nesse mercado) emprego, precário, sub-retribuído, não muito diferente do trabalho informal, o qual continua grassando impunemente.

III) A propaganda que se faz a respeito da redução das diferenças de renda entre os estratos

mais altos e mais baixos da pirâmide de distribuição de renda baseia-se inteiramente em manipulações estatísticas (que consideram apenas a renda do trabalho e excluem a renda financeira) que já foram desmascaradas por técnicos de um órgão federal insuspeito: o Ipea.

As principais medidas para acelerar esse ritmo – a reforma agrária, o fortalecimento da agricultura camponesa e a recuperação da rede escolar foram substituídas por programas de pequenos financiamentos a pessoas de renda pouco acima da linha de pobreza absoluta.

Tais programas, no geral, são linhas de crédito subsidiado a pequenos empreendedores; aposentados; consumidores de classe média baixa; e jovens que desejam seguir cursos universitários. Esses programas têm grande efeito de propaganda e reduzido impacto estrutural.

Veja-se, para dar um só exemplo, o ProUni. Esse programa inflamou a imaginação de toda uma juventude excluída do ensino superior, mas, na verdade, não se trata de uma solução para o problema do caráter excludente do nosso sistema de ensino, e sim de um expediente de efeito imediato e frustrantes resultados.

Em vez de jogar recursos suficientes para aumentar as vagas das universidades públicas (e criar cursos suplementares para suprir as notórias deficiências de formação intelectual dos alunos da rede estatal), o estado transfere recursos para faculdades privadas que – com raríssimas exceções – são rendosos negócios e não centros de formação universitária.

V) O carro-chefe da propaganda do governo é o aumento do gasto assistencial. Comparado com os minúsculos gastos do governo FHC, houve, de fato, um aumento nos últimos cinco anos.

O gasto assistencial, isoladamente, não soluciona o problema a inserção social da multidão de miseráveis que o capitalismo foi deixando pelo caminho ao longo da sua história. No início do governo tentou-se timidamente articular o esforço assistencial com programas estruturantes. Mas as duas principais iniciativas – crédito subsidiado ao pequeno produtor e compra antecipada –, não obstante os resultados muito positivos que apresentaram, foram incapazes de superar os obstácu-

los opostos pela burocracia estatal e pela barreira da comercialização.

Como os recursos injetados pelo governo foram insuficientes para vencer o círculo vicioso que bloqueia o desenvolvimento da agricultura camponesa, o aumento das verbas assistenciais está servindo para reforçar traços indesejáveis da cultura tradicional da massa (enquanto “sujeitos monetários sem dinheiro”) sem ajudá-las a tomar consciência de sua dignidade e de seus direitos.

Pergunte-se aos movimentos populares se o Bolsa Família serviu para mobilizar ou para desmobilizar as massas?

VI) Outro ponto positivo que o governo assinala é o seu desempenho no plano internacional. Convém, antes de examinar este aspecto, considerar as reais margens de ação do nosso país nesse plano.

A dura realidade é que estamos, e sempre estivemos sobre a tutela dos Estados Unidos no plano internacional – realidade que não deve ser ocultada do povo brasileiro, a fim de não estimular ilusórios sentimentos de autonomia e de protagonismo. Evidentemente, essa tutela apresenta brechas, mas, sempre que o State Department fecha a questão, só resta às nações subdesenvolvidas o constrangimento de encontrar desculpas para obedecer.

Nesse contexto, para fazer justiça aos dois hábeis operadores, que Lula teve o mérito de colocar e sustentar no Itamaraty, pode-se dizer que procuraram aproveitar as brechas e tiveram que aceitar o inevitável. Por exemplo: o Itamaraty desenvolveu uma estratégia eficaz para congelar a Alca, mas não pôde deixar de apoiar o Mercosul, que não passa de uma plataforma para driblar políticas de proteção das indústrias nacionais, a fim de favorecer as indústrias multinacionais.

Nas questões em que o *State Department* fechou questão: envio de tropas brasileiras ao Haiti e condenação de Cuba na Comissão de Direitos Humanos da ONU, por exemplo, o Itamaraty foi obrigado a aceitar caladamente.

Apesar da limitação estrutural da diplomacia brasileira, o apoio a Chávez, Evo Morales e Rafael Correa e a articulação dos países subdesenvolvidos na OMC foram pontos positivos que devem ser reconhecidos.

4. Apoio da massa popular a Lula

Este fato é apontado pelos apoiadores do presidente como o melhor indicador do acerto da sua política: a massa estaria enxergando benefícios que olhos “elitistas” não conseguem ver.

Trata-se de uma afirmação problemática, feita de forma categórica, em terreno escorregadio no qual as relações de causa e efeito são de difícil verificação. O apoio popular nunca foi aceito pelos cientistas políticos como o critério definidor do bom governo. Se assim fosse, os governos de Hitler e Mussolini teriam de ser considerados bons, porque ambos desfrutaram enorme popularidade antes que suas políticas revelassem seu verdadeiro caráter.

Sem dúvida, os beneficiários do Bolsa Família têm motivos para apoiar o presidente, inclusive porque não têm consciência de que esse benefício não compensa, nem de longe, os direitos que lhes são negados. Entretanto, o que é intrigante no caso de Lula é que o apoio popular vai além dos beneficiários diretos do Bolsa Família – setores, como o dos sem-terra, por exemplo, que não têm razão alguma para apoiá-lo, são majoritariamente lulistas.

Os cientistas apresentam diferentes explicações para o fenômeno, precisamente, porque não conseguem ver uma clara relação de causa e efeito entre o apoio e os benefícios concretamente recebidos.

A explicação aparentemente mais correta é a que se fundamenta no efeito da “cultura do favor”. Em uma sociedade na qual massa das pessoas livres pobres (“sujeitos monetários sem dinheiro”, na expressão de Roberto Schwarz) sempre foi, desde a colônia, muito grande, a “cultura do favor” adquire peso político e leva as massas populares a uma fidelidade muito grande com as figuras políticas que identificam como do seu lado. A gratidão das 11 milhões de famílias do Bolsa Família e o efeito de demonstração desse programa nos escalões logo acima na pirâmide social explicam essa fidelidade a Lula bem mais do que supostas transformações sociais que os pobres conseguem ver, mas o “elitismo” dos letrados não conseguem captar.

5. Fora das portas da cidade

É preciso finalizar com a análise do episódio que acirrou as divergências no seio da comunidade de Fé e Política: o jejum de Dom Cappio.

Trata-se, antes de tudo, de um ato voltado principalmente para a Igreja. Destinou-se a chamar a atenção dos cristãos para a terrível situação em que vivem os pobres em nosso país. Insere-se, portanto, plenamente, na tarefa de construção do Reino de Deus que Jesus Cristo veio inaugurar.

Se o bispo tivesse mobilizado duzentos militantes da CPT, MAB, MST e outras organizações populares do campo para ocupar o canteiro de obras do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco (o que lhe seria bem fácil), seu gesto caracterizaria tipicamente um ato de desobediência civil – atitude que dezenas de padres e bispos já realizaram (legítima e reiteradamente) ao longo destes anos. Seria um ato político, voltado diretamente contra o poder do estado.

Mas ele não agiu assim. Vestiu o hábito de franciscano e foi rezar e jejuar em uma capela distante, a fim de falar aos cristãos – conservadores, progressistas, lulistas e anti-lulistas – para os quais essa simbologia tem sentido.

Não estamos diante da linguagem da força, que é linguagem da política (legítima quando voltada para objetivo justo e contida dentro de limites legais), mas diante da linguagem da fé – dessa força misteriosa, em que se conjugam o histórico e o transcendente.

No seu livro *Fuori dal campo*, Raniero La Valle mostrou que o profeta, para se fazer ouvir, precisa, muitas vezes, sair fora dos muros da cidade. Jesus foi crucificado fora dos muros de Jerusalém.

O projeto da transposição das águas não é o primeiro grande investimento que o estado faz na região e sabemos que nenhum deles beneficiou efetivamente a população pobre. Esta não é uma opinião técnica, mas uma constatação que qualquer leigo em matéria hidráulica pode fazer e que padres, freiras, bispos e militantes da Pastoral de Fé e Política vêm fazendo ao longo de muitos anos.

Fiel à Opção Preferencial pelos Pobres, Dom Cappio saiu na defesa dos que não têm voz no plano da política nacional.

Fê-lo dentro dos limites permitidos? Claro que não. Mas é precisamente aí que está a profecia. Incontáveis requerimentos, discursos, atos públicos, protestos foram feitos dentro dos limites. Debalde. Sem falar nos governos, pouquíssimos dentro da nossa Igreja – e até dentro da Pastoral de Fé e Política – tomaram atitudes efetivas para exigir uma discussão mais ampla da problemática obra.

Tal como os convidados do banquete, a que alude a conhecida parábola do Cristo, estávamos demais ocupados com as nossas agendas. O sacrifício do bispo mostrou-nos que é preciso sempre deixar margem para poder dar atenção à vítima da parábola do Bom Samaritano.

Em situações limites, nas quais o grau de alienação é muito grande, somente um fato impactante pode tirar a comunidade da letargia em que se encontra. Quem de nós não se sentiu questionado pelo gesto do bispo? Quem não se viu obrigado a fazer uma revisão da sua própria militância a fim de ver se está realizando as tarefas e correndo os riscos inerentes à construção do Reino?

Claro está que esse exame de consciência às vezes nos machuca. Mas não devemos criticar o bispo. Devemos nos criticar.

6. Agora que o profeta foi calado, fica-nos o desafio de não deixar que seu sacrifício seja esquecido. Está aí uma boa ocasião para que nós – apoiadores e opositores de Lula – nos disponhamos a dialogar, a fim de aplinar nossas diferenças.

O diálogo poderia começar diante da seguinte proposta: nós consideramos indispensável abrir um grande debate nacional sobre o bem social e econômico de uma obra que requer enormes recursos e que causará severo impacto no meio ambiente e na condição social das populações atingidas. Por isso, vamos exigir do governo que paralise as obras até que uma nova rodada de audiências seja realizada no Congresso, a fim de fixar responsabilidades a respeito de uma decisão que mudará a fisionomia, social, econômica e política de uma extensa região brasileira. Perguntamos: vocês concordam ou discordam dessa proposta? Se discordam, com que argumentos?

Transposição do Rio São Francisco: “Vai usar a água quem estiver mais organizado”

Entrevista com Pedro Costa Guedes Vianna

Pedro Costa Guedes Vianna possui graduação em Geografia, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (1980), mestrado em Geografia, pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1994), e doutorado em Geografia (Geografia Física), pela Universidade de São Paulo – USP (2002). Por 19 anos, atuou, como geógrafo, na SUDERHSA, organismo de gestão de águas do Estado do Paraná.

Atualmente, é professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia de Universidade Federal de Pernambuco (UFPB) e coordena o Grupo de Estudos e Pesquisa em Água e território.

“Os movimentos sociais deveriam integrar a luta no interior do projeto de transposição do Rio São Francisco e não ser apenas contra.” Esta é a opinião do professor e especialista em Geografia Pedro Costa Guedes Vianna, na entrevista concedida à **IHU On-line** e publicada nas **Notícias do Dia** do site do IHU (www.unisinos.br/ihu), em 14 de abril de 2007. Com experiência na área de Gestão dos Recursos Hídricos, o pesquisador, embora reconheça como correta muitas das críticas à transposição, discorda da posição da Articulação do Semi-Árido (ASA), que se opõe frontalmente ao projeto e afirma: “O movimento social que tem força para ocupar terras pode ‘ocupar’ ou forçar o acesso às águas”.

Pedro Vianna afirma também que a posição contrária ou favorável ao projeto depende de onde se está no território. Segundo ele, “se estou dentro da zona receptora, sou favorável; se estou fora dela, sou indiferente, e se estou na zona doadora sou contra”. Segundo ele, essa posição acaba prevalecendo entre todos, os políticos, os aca-

dêmicos e os religiosos. O pesquisador critica ainda a posição do bispo Dom Luiz Flávio Cappio.

IHU On-Line – A transposição do Rio São Francisco dividiu a sociedade brasileira. Essa divisão está presente também na comunidade científica?

Pedro Vianna – Divide sim, e divide muita coisa: os partidos políticos, os prefeitos, os intelectuais, os pequenos agricultores, assim como os grandes latifundiários, os artistas, os estudantes. Até a Igreja Católica está dividida. Esta questão é mesmo um “divisor de águas” e de tudo o mais.

IHU On-Line – Em linhas gerais, no que consiste a obra da transposição?

Pedro Vianna – Transpor água de uma bacia para outra. O que pode parecer simples, mas não é, pois envolve vencer, entre outras coisas, as forças da natureza, da gravidade e as formas do relevo. Outra questão diz respeito às conseqüências sociais e econômicas. Já os impactos ambientais são inúmeros e difíceis de serem avaliados. Enfim, transpor águas de uma bacia para outra é redesenhar a rede hídrica e redefinir a geografia, principalmente da região que vai receber as “novas” águas em seu território.

IHU On-Line – Fala-se em estados “doadores” (MG, BA, AL e SE) e estados “receptores” (PE, PB, RN e CE). Você poderia explicar melhor isso?

Pedro Vianna – É uma analogia com a transfusão de sangue. No Nordeste, se usa a palavra “sangrar” para se denominar o transbordamento

de um açude. Nesta nomenclatura, se percebe como o sertanejo entende a água; ele a entende como sangue, em outras palavras, isto é, aquilo que dá vida a um corpo. Por outro lado, a doação de sangue é um ato de solidariedade, elevado ao extremo, no qual um se propõe a dividir a vida com o outro, no caso a água.

IHU On-Line – A Articulação no Semi-Árido (ASA), que reúne várias organizações, afirma que a transposição é um projeto feito para o agronegócio exportador, por isso taxa a obra de “hidronegócio”. Já o governo diz que a obra irá priorizar os pobres da região. Qual é a sua percepção?

Pedro Vianna – Diria que de certa forma ambos têm razão, ou melhor, os movimentos sociais têm toda a razão de ver a obra como algo que vem para aprofundar as diferenças sociais e econômicas entre os grandes proprietários de um lado e os pequenos proprietários e “sem-terras” do outro. Ou seja, a água viria “carimbada” para o agronegócio, o que resulta em um hidronegócio.

Por outro lado, vejo a “priorização dos pobres na região” como intenção de uma parte do governo. Não quero aqui julgar o governo federal, mas me parece que os movimentos sociais têm razão em duvidar de promessas do governo. Porém, minha posição é contrária a esta da ASA e algumas organizações, como posto na pergunta. Sou daqueles que acreditam que o movimento social que tem força para ocupar terras pode “ocupar” ou forçar o acesso às águas. É uma luta como outra qualquer, em certos aspectos, mas também com especificidades próprias.

Deixar que o projeto seja conduzido apenas pelas elites, e ficar jogando pedra nele é, na minha opinião, uma perda de tempo, recursos e sangue (água). Talvez as organizações populares precisem passar a integrar a luta também no interior do projeto, sem perder a sua independência e a sua vida externa ao próprio projeto. Levar água para onde ela não existe e em quantidade suficiente é importante, e dividi-la é a melhor forma de trazer melhorias na qualidade de vida das populações no semi-árido.

IHU On-Line – Ambientalistas e especialistas afirmam que hidrológicamente o São Francisco está anêmico e que um anêmico não pode ser um doador – Dom Luiz Cappio tem dito muito isso. Por isso o movimento social – particularmente a ASA – defende a revitalização no lugar da transposição, ou seja, obras que permitam a convivência no semi-árido. O que te parece essa posição?

Pedro Vianna – Não consigo entender a posição de D. Luiz Cappio como cristão. Não imagino que seja correto alguém não ser solidário com o próximo. O São Francisco parece ter água para gerar energia para a maior parte do Nordeste brasileiro, inclusive seu parque industrial. Suas águas tornaram a CHESF e Furnas no que são hoje, gigantes do setor hidroelétrico. Existe água para irrigar milhares de hectares do “agronegócio” em terras baianas. Há águas em outorgas (direitos de uso de água) legais “especulativas”, apenas aguardando o momento certo para serem “negociadas”. Mas não existe água para transpor ao sertão setentrional.

Não temos que cuidar e revitalizar só o Rio São Francisco; precisamos fazer isso com todos os nossos rios, nossa imensa rede hídrica. Por que não nos preocupam tanto os Rios Uruguai, Paranapanema e o Paraná? Será preciso lembrar do Cubatão, Tietê, Iguaçu e outros tantos transformados em esgotos a céu aberto, quando passam pelas cidades. A revitalização dos nossos rios e aquíferos é uma tarefa nacional e não deve ser um direito exclusivo dos rios que terão águas transpostas, muito menos exclusivamente do São Francisco.

Existem muitas ações capilares com iniciativa da sociedade (em que o Estado vem a reboque) que são importantes para a convivência com o semi-árido, mas elas não são suficientes, apesar de fundamentais. É preciso encontrar um equilíbrio entre as grandes obras hídricas e as ações capilares. Entre elas, destaco o Programa de “Um Milhão de Cisternas” e as “Barragens Subterrâneas”, mas elas têm uma “escala” pontual.

Eu fui criado no discurso de que os grandes açudes do Nordeste eram obras da indústria da

seca. Hoje, quase todos concordam que, sem os grandes e médios açudes, já parcialmente integrados em rede, não seria possível que o nosso semi-árido fosse o mais habitado no mundo, com algo em torno de 18 milhões de pessoas. Só para dar um exemplo, o que seria de Campina Grande na Paraíba, com seus mais de 400 mil habitantes, sem o açude do Boqueirão? Todas as pessoas da região sabem! Seria inviável. Podem pegar o mapa de todo o sertão nordestino, ligado a toda cidade com mais de 100 mil habitantes: existe sempre um, dois ou mais açudes de grande ou médio porte.

IHU On-Line – Muitos dizem que já existe água para onde se deseja transportá-la através da transposição. Isso é uma realidade? O problema está no gerenciamento?

Pedro Vianna – É verdade que falta gerenciamento, em todo o país, de Norte a Sul, este não é um privilégio do Nordeste. Mas dizer que existe água suficiente no semi-árido parece uma piada. Se fosse assim, o semi-árido não seria semi-árido, seria úmido, ou semi-úmido. Então as secas periódicas, a caatinga e demais características da semi-aridez são ilusão de ótica?

IHU On-Line – No caso de aobra avançar, quanto de água vai ser retirado de fato do São Francisco, o que isso significa em percentagem e, quando ela chegar ou transitar pelo semi-árido, por quem e para que será ou poderá ser usada esta água?

Pedro Vianna – O volume retirado da bacia do São Francisco seria da ordem de 65 m³/s, ou seja, 65.000 litros por segundo. Com relação à percentagem, há variações. Quem é a favor diz que representa entre 3,5% e 5,0%. Já os que são contra afirmam que isso representa entre 25% e 27%. Essa variação existe porque os que são a favor calculam sobre as vazões na foz, de segurança hídrica ou ecológica (a definida pelo Ibama). Já os contrários contam todas as outorgas possíveis, inclusive as especulativas, e as calculam sobre a disponibilidade ditada pelo Comitê de Bacia do São Francisco.

A segunda parte da pergunta toca no ponto principal. Neste aspecto se especula muito. Creio que cidades como Campina Grande, Fortaleza etc. deverão, por sua importância, receber prioridade, já que a lei 9433/97 de Recursos Hídricos é clara: a prioridade é para o abastecimento humano e dessedentação de animais, nesta ordem. Porém, ninguém duvida dos interesses dos que estão no curso das águas em receber algum privilégio ou alguma compensação. Para deixar bem clara minha posição, vai usar a água quem estiver mais organizado, quem estiver localizado melhor em relação ao traçado dos canais, e quem tiver mais poder.

A sociedade organizada precisa ter em mente que é melhor lutar por um sertão com água transportada do que lutar por um pedaço de terra seca, sem vida. Aqui na Paraíba já temos um caso de um assentamento, que é produto de uma ocupação que foi feita por causa de um canal de transposição. Refiro-me ao Canal da Redenção, que transporta água da barragem de Coremas/Mãe D'Água para as várzeas de Souza. São 37km de puro conflito potencial e real. Dizemos aqui em nosso grupo de Pesquisa – Gepat (Grupo de Estudos e Pesquisa em Água e território) –, que este é um laboratório de ensaio para os conflitos que deverão vir com os ramais da transposição de águas do São Francisco.

IHU On-Line – O Comitê de Bacia do São Francisco tem sido ouvido? Como está constituído e o que tem defendido e porque governo federal através da Agência Nacional das Águas (ANA) e do IBAMA atropelou o Comitê liberando as obras?

Pedro Vianna – O Comitê fez seu papel “corporativista” e político, defende os seus interesses. Só para ilustrar, num determinado momento, a presidência do Comitê era ocupada pelo secretário de Recursos Hídricos da Bahia, e o vice era o de Minas Gerais. Vejam bem: naquele momento, tínhamos PSDB em Minas, PFL na Bahia e o PT no Governo Federal, com Ciro Gomes, do Ceará, no Ministério da Integração, à frente do projeto.

Mais do que defender os interesses de seus territórios alguns atores políticos e econômicos, a meu ver, buscaram inviabilizar o possível desenvolvimento de zonas “concorrentes”, localizadas mais ao Norte e próximas de portos com menor distância dos mercados consumidores na Europa e América do Norte.

Já o governo federal, ferrenho defensor do projeto sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, convenceu a ANA e o Ibama. Por outro lado, parece que Lula colocou o projeto como uma prioridade da própria presidência. Porém, faltou vontade de diálogo, em ambas as partes.

IHU On-Line – Qual é o papel das hidroelétricas (Furnas e Chesf etc.) no sistema de gestão das águas do São Francisco, o que dizem os seus técnicos sobre a transposição?

Pedro Vianna – O setor elétrico se comporta como dono dos rios no Brasil, e isso explica por que nossa matriz energética é mais de 70% baseada na hidroeletricidade. O poder do setor elétrico vem de sua importância, e, a meu ver, seus interesses mais importantes estão preservados. Se não fosse assim, nem sealaria mais no assunto.

IHU On-Line – Como você interpreta a decisão do Banco Mundial em seus estudos ter se manifestado contrário à transposição?

Pedro Vianna – Como quase tudo que o Banco Mundial faz por aqui. Se for bom para o país, eles são contra; se interessa aos seus financiadores, eles aportam recursos, técnicos e lobbies internacionais e até internos. É bom lembrar que o Banco Mundial teve um papel importante na formulação da legislação brasileira de recursos hídricos, no desenho e formato das agências reguladoras e no pagamento de inúmeros “consultores”, para que eles rezassem a cartilha do “hidroliberalismo”.

IHU On-Line – Falando em Banco Mundial, quem banca os custos da obra da transposição?

Pedro Vianna – O governo federal, com dinheiro de nossos impostos, ou seja, com nosso trabalho e suor.

IHU On-Line – Estando aí no Nordeste, onde você identifica as principais forças de resistência à transposição? A Igreja é a principal delas? Mas a Igreja também não está dividida?

Pedro Vianna – As resistências vêm dos “territórios” que possuem a água. Ninguém quer perder a *commodity*, “a mercadoria”, do momento. Os padres do sertão defendem as suas paróquias, os seus fiéis, e rezam pela chegada da água. Já os da bacia do São Francisco querem ver o rio belo, limpo e usar o máximo possível deles; são estes os interesses de seus paroquianos. Sei, por exemplo, que o Arcebispo da Paraíba é a favor da transposição, o que me parece tão lógico como a oposição de Dom Luiz Flávio Cappio.

IHU On-Line – Em relação aos políticos nordestinos como eles têm reagido?

Pedro Vianna – Da mesma forma, os que têm interesses no sertão são amplamente favoráveis e os que têm seus redutos no litoral úmido, indiferentes. Assim, o PT e PFL da Bahia coincidem no repúdio ao Projeto. Estes mesmos partidos na Paraíba são favoráveis.

IHU On-Line – Por que você acha que o Lula insiste tanto nesse mega-projeto que vem sendo duramente criticado? Você interpreta que tem alguma coisa de Antônio Conselheiro em Lula ou se trata apenas de uma obra calculada?

Pedro Vianna – Nunca tinha pensado pelo viés de que Lula se assemelha ao Conselheiro, mas não parece absurda a comparação. Até pela forte oposição da maioria da hierarquia eclesiástica. Acho também que Lula quer deixar uma grande obra ao país, e, sem dúvida, esta é uma grande oportunidade, pois todo político quer ser lembrado por um grande monumento, e esta pode ser sua chance. É bom não esquecer que Lula nasceu numa das zonas que receberá aporte de água.

IHU On-Line – Qual é a sua impressão do sentimento popular em relação à transposição?

Pedro Vianna – Depende do território onde estou. Dentro da zona receptora, é favorável; fora

dela é indiferente; na zona doadora: contra; no meio intelectual e científico: contra; no governo federal: a favor; e na oposição: contra. O fator que em minha opinião é determinante é o território.

IHU On-Line – Uma última questão. Existem outras obras de transposições no Brasil. Onde estão e como funcionam?

Pedro Vianna – Existem, sim, inúmeras, aqui mesmo no Nordeste. Porém, as mais importantes estão aí no Sul. Em São Paulo, são trasladados

31m³/s entre os sistemas Cantareira-Piracicaba. Já no Rio de Janeiro o volume é maior, sendo transpostos entre 119 m³/s e 160 m³/s da bacia do Paraíba do Sul para a bacia do Guandu, e não percebo nenhuma manifestação, de quem quer que seja, contra estas ações que há muito estão em funcionamento. É certo que as megacidades de São Paulo e Rio de Janeiro não resistem um só dia sem esta “transfusão”. Parece aquela história: façam o que eu digo, mas não façam o que eu faço.

“O Pobre de Assis foi e será sempre um modelo de transcendência ética”

Entrevista com Fábio Konder Comparato

Fábio Konder Comparato possui graduação em Direito, pela Universidade de São Paulo (USP), e doutorado na mesma área, pela Université de Paris I (Pantheon-Sorbonne). Atualmente, é professor titular na Universidade de São Paulo, com ênfase em Teoria do Direito. É autor de diversos livros, entre os quais citamos **Ética – Direito, moral e religião no mundo moderno** (São Paulo: Companhia das Letras, 2006).

Fábio Konder Comparato, em entrevista à **IHU On-Line**, publicada na página das **Notícias do Dia** do site IHU (www.unisinos.br/ihu), em 26 de agosto de 2006, afirma que “a política, hoje mais do que nunca, deve reger-se pelos princípios fundamentais da república e da democracia”. Afirma também que “Não faz mais sentido deixar que as grandes decisões políticas sejam tomadas por alguns apenas. Elas devem ser tomadas por todos, em vista do bem comum e não de interesses particulares dos detentores do poder”.

IHU On-Line – Qual a importância e a relevância da política hoje, no contexto internacional? Quais são seus limites e possibilidades?

Fábio Konder Comparato – No passado, da ação política dependia a vida de cada povo. Hoje, num mundo unificado, é a ação política que decidirá, para o bem ou para o mal, do futuro da humanidade. Logo, não faz mais sentido deixar que as grandes decisões políticas sejam tomadas por alguns apenas. Elas devem ser tomadas por todos, em vista do bem comum e não de interesses particulares dos detentores do poder. Isso significa que a política, hoje mais do que nunca, deve reger-se

pelos princípios fundamentais da república e da democracia. Uma república autêntica é o regime político em que o bem comum do povo (este o sentido verdadeiro de *res publica*) sobrepuje sempre os interesses próprios de indivíduos ou grupos particulares. E democracia não é o regime político em que o povo governa, mas aquele no qual o povo controla, em última instância, a ação de todos os governantes ou agentes públicos.

Ora, controlar significa, de um lado, fixar as diretrizes gerais de governo, isto é, os rumos a serem seguidos pelos governantes, como delegados do povo soberano (ou dos povos soberanos, na esfera internacional). De outro lado, o controle popular significa o poder de responsabilizar diretamente os governantes pelos desvios de conduta. É por isso que a Campanha Nacional em Defesa da República e da Democracia, lançada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em 2004, e agora incorporada pelo Fórum da Cidadania pela Reforma Política, também criado pela OAB, ofereceu ao Congresso Nacional um projeto de regulamentação do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular legislativa, como também ofereceu uma proposta de emenda constitucional, instituindo o *recall*, isto é, a revogação popular dos mandatos eletivos.

IHU On-Line – Em que consiste a sua comparação entre a coligação PSDB-PFL no poder e o PT no governo? Poderia explicá-la melhor?

Fábio Konder Comparato – Num momento histórico em que os partidos políticos já não se distinguem pelos seus programas de ação, mas uni-

camente pelas personalidades que os dirigem, todos os gatos são pardos. Não há a menor diferença substancial entre o governo FHC e o governo Lula. Em ambos, quem deu o tom foi o Banco Central, aliado à nova classe dominante dos banqueiros.

IHU On-Line – Como o senhor vê a campanha pelo voto nulo e pela abstenção de voto? Como explicar esse fenômeno? O que ele significa?

Fábio Konder Comparato – É a expressão da desesperança generalizada que tomou conta do povo, em especial da juventude. Uma manifestação de ceticismo absoluto com relação aos políticos. Nessa situação, as eleições representam basicamente duas coisas: a procura de alguma vantagem pessoal, familiar ou de classe para o eleitor, ou um torneio semelhante àqueles jogos da televisão, para se decidir quem é o ator mais simpático. Por trás disso, a oligarquia (que atualmente é cada vez mais estrangeira) decide o destino do nosso povo e o futuro do país.

IHU On-Line – O senhor afirma que fora da política não há salvação. Quais os caminhos que o senhor apontaria para encontrarmos solução dentro de uma política que se apresenta para muitos na sociedade pós-moderna, como esvaziada, esgotada?

Fábio Konder Comparato – Os caminhos de solução eu os aponte há pouco. É a vivência de uma república e de uma democracia autênticas. Fora disso, é a decrepitude ou a guerra.

IHU On-Line – Há lugar para a política em nossa sociedade hiperindividualista, hiperconsumista, segundo as definições de Gilles Lipovetsky?

Fábio Konder Comparato – O hiperindividualismo e o hiperconsumismo são expressões lídicas da dominação capitalista no mundo inteiro. A ideologia capitalista tem como princípio supremo a busca de uma satisfação racional do interesse próprio de cada um. Para os ideólogos do capitalismo, em todas as suas vertentes, não há interes-

ses coletivos: eles são uma simples soma dos interesses individuais. Por sua vez, a economia capitalista sobrevive unicamente com base na expansão ilimitada das necessidades artificiais de consumo. Marx o disse. Mas, bem antes dele, Platão assinou, em *A república*, que uma *polis* mal-organizada engendra a multiplicação de necessidades artificiais, cuja satisfação exige a expansão territorial, e esta conduz fatalmente à guerra. Ou seja, há 24 séculos a filosofia grega diagnosticava os males fatais do presente.

IHU On-Line – O senhor faz, no artigo publicado na Folha de S. Paulo, uma análise histórica do Brasil no intuito de superar a “náusea eleitoral”. Qual foi o ponto chave histórico nacional para chegarmos à crise política em que nos encontramos?

Fábio Konder Comparato – A partir do momento em que embarcamos, sem armas nem bagagens, na aventura da globalização capitalista, condenamo-nos à desindustrialização precoce e à agravamento do nosso subdesenvolvimento, com todos os males daí decorrentes, notadamente o desemprego estrutural. Como os partidos políticos modernos nasceram no século XIX da luta dos trabalhadores contra os empresários, e, dado que o mundo do trabalho assalariado começou a definir aceleradamente no século XX, a ação dos partidos políticos passou a girar em falso. Entre nós, no Império, o mesmo resultado foi provocado pela escravidão.

IHU On-Line – O senhor ainda aposta no sistema representativo/partidário de política? Não estaria na hora de pensarmos em outra forma de fazer política? Quais deveriam ser os possíveis caminhos para a volta do ânimo à vida política?

Fábio Konder Comparato – É óbvio que não se pode suprimir o sistema representativo nas sociedades modernas. Aliás, nem mesmo na democracia ateniense isso ocorreu. Os mecanismos da representação popular precisam ser constantemente aperfeiçoados. Mas é preciso ir muito além e completar a cura da moléstia que hoje nos aflige (como

aflige a quase totalidade das sociedades contemporâneas), pela instituição da democracia direta e participativa.

IHU On-Line – Qual pode ser o real papel dos sindicatos e dos novos movimentos sociais no atual contexto? Há lugar para eles?

Fábio Konder Comparato – A regeneração dos sindicatos passa necessariamente, a meu ver, por uma cura intensiva de democracia. Os sindicatos, no mundo inteiro e no nosso país em particular, têm sido oligárquicos: é sempre a minoria dirigente que comanda e autopropetua-se no poder. E é por isso que os sindicatos têm tanta dificuldade em compreender a importância da democracia direta para a salvação da vida política. No Brasil, os sindicatos sempre estabeleceram uma relação espúria com o Poder Executivo, tudo esperando do seu chefe.

IHU On-Line – Como chegar a um povo politicamente educado e ativo, capaz de decidir o seu destino e o futuro do país?

Fábio Konder Comparato – É preciso, para isso, convocar as instituições que sempre atuaram no campo educacional, a começar pelas igrejas cristãs, em especial a Católica. Esta última precisa, mais do que nunca, abandonar um certo ranço elitista que deforma a mensagem evangélica, e compreender que as mal chamadas elites não são mensageiras de salvação. Há setores na Igreja que sempre estiveram intimamente ligados aos pobres, humildes e pequeninos. Esses setores devem ser convidados a dirigir uma nova ação pastoral.

Ainda temos enorme dificuldade em aceitar a palavra de Jesus, de que os governantes devem ser escravos (*douloi*, em grego) do povo (Mateus 20, 24-28).

IHU On-Line – O senhor acaba de lançar o livro *Ética – Direito, moral e religião no mundo moderno*. Qual foi a sua intenção ao escrever essa obra?

Fábio Konder Comparato – Minha intenção foi pôr em letra de forma sentimentos que me acompanham desde a juventude. O livro foi escrito mais com o coração do que com a razão. Com o “coração” de Pascal, que tem suas razões que a razão desconhece.

IHU On-Line – No seu livro, o senhor dá bastante relevância à contribuição de São Francisco de Assis para a política hoje. Que contribuição seria essa?

Fábio Konder Comparato – O Pobre de Assis foi, e será, sempre um modelo de transcendência ética. Quem tem medo dos “exageros” de São Francisco não está preparado para viver a regeneração do mundo.

IHU On-Line – Quais são suas expectativas para as eleições de outubro? Já fez sua opção de voto?

Fábio Konder Comparato – Esta derradeira pergunta é decepcionante... Alçamo-nos às alturas evangélicas, para cairmos de ponta cabeça na mediocridade sufocante do atual momento político. Bem, o melhor é virar a página.

Greve de fome de Dom Luiz Cappio em discussão

- ✓ Lições da greve de fome de Dom Luiz Cappio
Entrevista com Eduardo Navarro Stotz
- ✓ A greve de fome de Dom Cappio. Seu significado ético e político, hoje
Entrevista com Franklin Leopoldo e Silva
- ✓ A greve de fome de Dom Cappio: um ato de nítido alcance político
Entrevista com João Batista Libânio
- ✓ A greve de fome obrigou o governo a olhar para o Brasil e obrigou o Brasil a olhar para o semi-árido
Entrevista com Adriano dos Santos Martins
- ✓ “A fé deve ajudar a superarmos a ilusão da razão política como razão que entende o drama humano”
Entrevista com Luiz Felipe Pondé
- ✓ Cappio, Gandhi e o jejum como luta pacifista
Entrevista com Lia Diskin
- ✓ As cabras do Padre Lyra: reflexões de um dinossauro aposentado, sensível ao jejum do frei Cappio
Entrevista com Paulo Couto Teixeira
- ✓ “O gesto do Bispo foi uma glorificação do suicídio”
Entrevista com Nelson de Sá

Lições da greve de fome de Dom Luiz Cappio

Por Eduardo Navarro Stotz

Eduardo Navarro Stotz é graduado em Ciências Sociais, mestre em História e doutor em Saúde Pública. Eduardo faz parte também da Fundação Osvaldo Cruz. Entre seus livros publicados, citamos **O tempo no planetário e outros ensaios** (Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2002).

Eduardo Navarro Stotz acompanhou cuidadosamente o desenrolar dos fatos desde o início do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco até o desfecho da greve de fome do Bispo Dom Luiz Cappio e, por isso, acredita que “talvez este seja o início de um amadurecimento político dos trabalhadores brasileiros”. Reproduzimos, a seguir, a mensagem que Eduardo Navarro escreveu para a **IHU On-Line**, publicado na edição 159, de 10 de outubro de 2005.

A greve de fome de frei Luiz Cappio foi encerrada no dia, 6 de outubro de 2005. O protesto foi interrompido com a promessa, após negociações entre o ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner, e o frei, de que as ações de revitalização do Rio São Francisco vão preceder as da transposição de suas águas. Uma vitória parcial do frei e de todo o amplo movimento social construído em torno dele. Parcial porque o projeto da transposição não foi abandonado para dar lugar a outra opção, como a da criação, pelo Nordeste inteiro, de uma rede de interligação e de distribuição dos açudes já existentes, a exemplo do Castanhão, no Ceará.

Há uma batalha jurídica em andamento, pois o Fórum Permanente em Defesa do São Francisco solicitou, e os ministérios públicos estadual da Bahia e Federal encaminharam, uma ação cível pública acolhida pela 14ª Vara da Jus-

tiça Federal. A Advocacia Geral da União (AGU) vai recorrer da decisão.

Enquanto isso vale fazer algumas reflexões

A capela de São Sebastião, construída pelos próprios moradores, onde frei Luiz Cappio fez, durante 11 dias, greve de fome, tornou-se um centro de romaria nacional – trouxe até índios para a realização do toré –, num fenômeno, no qual se fundiram religiosidade, ambientalismo e política, raramente visto em nossa história. A questão ambiental no Brasil foi finalmente politizada pelos trabalhadores rurais e pela população ribeirinha. O povo voltou a tornar-se sujeito político: essa é a principal lição que podemos extrair do grande evento que teve por palco o Velho Chico.

Outras lições:

1. Indivíduo e história: a ação de uma pessoa inserida num contexto de luta é capaz, apesar da situação politicamente desvantajosa, de alterar este contexto. A capela foi o centro do qual se propagaram ondas de solidariedade em virtude das redes sociais construídas ao longo de anos e que ainda estavam fortes devido à luta recente contra o projeto da transposição.

2. Política e religiosidade: a atitude cristã de oferecer a vida em nome da vida, praticada pelo frei na greve de fome, contrária inclusive à religião institucionalizada (Vaticano, Secretaria Geral da CNBB), recompôs o sentido da política do ponto de vista popular e afetou profundamente um go-

verno enfraquecido do ponto de vista ético-político. Pegou o governo “desprevenido”, gerou “mal-estar” e finalmente conduziu-o à mesa de negociação, com o detalhe de que Lula não indicou Ciro Gomes, o ministro do Interior.

3. O fracasso do Congresso e da representação política: durante todo o processo turbulento que levou à aprovação do projeto da transposição, o Senado, instância da representação dos estados e da federação, ficou completamente à margem da discussão. A divisão entre os senadores contra e a favor do projeto, expressando a divisão entre os governos estaduais, deixa patente os limites da democracia representativa em nosso país, principalmente por não partir do princípio do conflito de interesses. O Partido dos Trabalhadores foi o grande ausente neste processo.

4. A Igreja expressa as divisões da sociedade: ao contrário do Senado, incapaz de acolher as divisões da sociedade no Nordeste, a Igreja Católica tornou-se, mais uma vez, como na época da Ditadura Militar, a teia de relações da sociedade civil por onde se recompôs a política. Temos de pensar nisto: o Brasil ainda é um país católico e nossa democracia é formal.

5. A “mídia” está em questão: em nenhum momento do processo de luta sobre os usos da água do Rio São Francisco, os meios de comunicação de massa informaram com clareza sobre os interesses em jogo na transposição das águas do grande rio. Em nenhum momento, se falou dos interesses econômicos envolvidos, deixando patente a proteção do “hidronegócio” e dos interesses políticos associados principalmente no Ceará.

6. As eleições e a indústria da seca: o projeto da transposição implica também a transposição

dos interesses dos latifundiários e dos currais eleitorais que impedem a distribuição da água no semi-árido. Não questiona a “indústria da seca”.

Todos esses fatos e essas reflexões convergem para destacar a importância e a necessidade imprescindível da participação popular, da sociedade civil de cunho popular, e do fortalecimento de redes sociais e informacionais capazes de reconstruir, de baixo para cima, a democracia que foi destruída pelos militares em 1964 e cujo despertar, entre 1978 e 1988, foi atalhado pelos sucessivos governos neoliberais e sua continuidade até o presente.

De fato, a batalha pela opinião pública começou agora, com o movimento popular contra o projeto da transposição das águas do Rio São Francisco. É por isso que a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, assinam com Ciro Gomes, ministro do Interior, o artigo “Água para todos”, no qual defendem a sustentabilidade ambiental, a viabilidade econômica e o caráter socialmente justo da transposição sem entrar no mérito da questão da água no semi-árido e das dificuldades impostas ao processo de consulta pública sobre o projeto governamental. Mas, como sabemos, trata-se de uma defesa do governo Lula, do “Nordeste setentrional” onde se joga, com este projeto, os trunfos da reeleição.

Outro caminho é possível. A política, desde que não restrita à sua esfera institucionalizada, é como água, sempre haverá de encontrar caminho para escoar. Ao contrário dos versos da poesia de Edgar Allan Poe, nunca diga nunca mais.

A greve de fome de Dom Cappio. Seu significado ético e político, hoje

Entrevista com Franklin Leopoldo e Silva

Franklin Leopoldo da Silva é graduado, mestre e doutor em Filosofia, pela Universidade de São Paulo (USP), onde também obteve o título de livre-docência. Atualmente, é professor titular de Filosofia na mesma instituição. Desenvolve pesquisa sobre a “Ética e literatura no pensamento de Sartre”. É autor de **Descartes: a metafísica da modernidade** (São Paulo: Editora Moderna, 1993), **Bergson: intuição e discurso filosófico** (São Paulo: Loyola, 1994), **Ética e literatura em Sartre** (São Paulo: Editora UNESP, 2004) e **Felicidade: Dos filósofos pré-socráticos aos contemporâneos** (São Paulo: Editora Claridade, 2007). “Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo” é o tema dos **Cadernos IHU Idéias** número 91, de autoria de Franklin Leopoldo e Silva.

Em entrevista à **IHU On-Line** e publicada na página das **Notícias do Dia** do IHU (www.unisinos.br/ihu), em 20 de janeiro de 2008, Franklin afirma que “Com o individualismo transformado em isolacionismo, fica fácil para o poder exercer o controle sobre indivíduos inteiramente desagregados e empenhados em feroz competição. Com isso, desaparece o sujeito político e surge o indivíduo constituído pelo poder, isto é, pelas técnicas de sujeição, que torna os indivíduos números constituintes de um conjunto homogêneo e uniforme de produtores e consumidores, vontades submissas e susceptíveis de serem adequadamente administradas”. Segundo Franklin, isso gerou a incompreensão do aparecimento de uma individualidade autônoma e afirmativa, como Dom Luiz Flávio Cappio “Daí também a estratégia do poder: ignorá-la ou reduzi-la à marginalidade para que a exceção passe despercebida e não produza efeitos”, conclui.

IHU On-Line – Certa vez, o senhor afirmou que, na modernidade, o interesse privado colocou-se como um critério ético e político. A partir dessa afirmação, como o senhor avalia o debate gerado sobre a transposição do Rio São Francisco?

Franklin Leopoldo e Silva – A transposição do Rio São Francisco é, claramente, uma decisão que atende os interesses privados e tem a finalidade de incrementar o agronegócio na região. Do ponto de vista ético e político, fere os interesses coletivos da população, dificultando ainda mais a sobrevivência, cujas condições já são reconhecidamente precárias. O que temos, então, é um exemplo claro de como o interesse privado e a motivação do lucro esperado a partir de investimentos ocupam lugar privilegiado nas decisões de um governo cuja principal função é representar grupos econômicos. Se levarmos em conta que a ética da política relaciona-se com a preocupação com o bem comum, a iniciativa pode ser, sem dúvida, qualificada de antiética e politicamente nociva à população. O governo, apoiado em estudos técnicos tendenciosos (a ciência e a técnica não são neutras), ignora os argumentos em defesa da população porque não se vê como representante do povo e entende que não lhe deve prestar contas. A relação entre os políticos e o povo é, em geral, baseada na desinformação e na manipulação. O debate tem servido para mostrar o outro lado da questão, que o poder esconde, mas a força e o alcance dos meios de que dispõe o governo tende a sufocá-lo. Numa democracia meramente formal como a nossa, os debates sempre tendem a girar em falso.

IHU On-Line – O jejum de Dom Luiz Flávio Cappio gerou inúmeras manifestações, se-

jam contrárias ou a favor de sua atitude. O jejum não afetou as decisões do governo, porém ampliou o debate entre a população. Como o senhor avalia a greve de fome de Dom Luiz Cappio em pleno século XXI?

Franklin Leopoldo e Silva – A atitude de Dom Luiz Cappio tem sido a principal força que se opõe à estratégia governamental de manipulação da opinião pública e sem essa disposição moral o assunto há muito já teria sido absorvido pelo pensamento único que o poder impõe, como vem fazendo em relação a outras questões. A repercussão do gesto de Dom Luiz é prova de que a firmeza moral, a honestidade e a solidariedade ainda contam, apesar da falta de ética dominante no país e, principalmente, nas esferas dos poderes da república. O governo e a grande imprensa ignoram ou diminuem a importância da atitude de Dom Luiz, até porque não se podem expor a uma discussão aberta quanto ao caráter ético-político da decisão de transpor o São Francisco, devido ao risco de que as verdadeiras motivações se tornem mais claras.

Aqueles que estão comprometidos com os interesses antipopulares querem que a atitude do bispo apareça como arcaica, intransigente e patética, para assim desmerecê-lo junto à opinião pública. Trata-se de uma tática tipicamente totalitária que por si mesma já denuncia a máscara popularesca atrás da qual se esconde um governo profundamente comprometido com os grupos que detêm o poder econômico. A coragem cristã de Dom Luiz, longe de ser fora de época, representa um autêntico compromisso com as causas populares, hoje totalmente abandonadas por todos os partidos políticos. Ela mostra a grandeza do indivíduo frente a uma sociedade que os poderes constituídos desejam que se torne cada vez mais degradada, para assim facilitar o trabalho de dominação.

IHU On-Line – O que a ação do bispo significa para a sociedade?

Franklin Leopoldo e Silva – A ação de Dom Luiz mostra, de forma impressionante, como a encarnação de idéias e valores humanamente relevantes por parte de um indivíduo pode represen-

tar uma oposição efetiva a todo um sistema. Nesse sentido, essa ação mostra que é possível resistir e que a dignidade humana não se curva obrigatoriamente diante das pressões dos poderosos e de seus representantes de plantão; que as mudanças sociais de que tanto necessitamos podem começar na força da liberdade de dizer não, de modo pacífico, corajoso, sincero e solidário. Por mais que os poderosos tentem fingir que nada se passa, isso os incomoda, porque sabem que se trata de semente que pode germinar na sociedade, que o exemplo pode frutificar e que a rebeldia pode multiplicar-se. Por outro lado, a força de Dom Luiz provém da singularidade de seu caráter e de sua visão de mundo e de sociedade. A questão é: terá essa força singular que caracteriza um indivíduo excepcional o alcance necessário para instaurar e manter uma vontade coletiva de resistência?

IHU On-Line – Como o senhor analisa, no contexto atual, a relação da Igreja com a política brasileira? Dom Luiz Cappio confundiu e misturou fé e política?

Franklin Leopoldo e Silva – Se é para falar em “mistura” de fé e política, teríamos que dizer que essa mistura data dos tempos de Cristo, porque o cristianismo não é uma teoria ou um conjunto de dogmas, mas, antes de tudo, um modo de vida, e a vida em sociedade é necessariamente o exercício da política por parte de todos, inclusive daqueles que desejam se eximir. Os valores universais inerentes ao cristianismo nem sempre foram adequadamente defendidos pela Igreja, e disso temos muitos exemplos ao longo da História. Não me parece que a posição de Dom Luiz deva ser avaliada à luz da conduta da Igreja como instituição (porque as instituições são presas das conjunturas e não representantes da verdade), mas sim segundo os valores que o cristianismo traz no seu núcleo e que os cristãos autênticos encarnam na experiência do amor. Diria que os que o censuram provavelmente confundem fé e conformismo, religião e adesismo, humildade e fraqueza.

IHU On-Line – Como tantos que hoje estão no governo Lula e outros tantos que já estiveram, Dom Cappio bebeu nas fontes da

Teologia da Libertação. “O saldo do gesto de Frei Luiz Cappio institui um abismo moral entre companheiros que até ontem bebiam da mesma água”, escreveu um dos assessores do bispo. Com o jejum, houve uma espécie de ruptura. Como se explica este fato?

Franklin Leopoldo e Silva – Como as pessoas podem se separar tão radicalmente de convicções pelas quais, até há pouco tempo, pareciam dispostas a dar a vida, é algo que ainda está por ser explicado de forma mais completa do que a simples idéia de que o poder necessariamente corrompe. A Teologia da Libertação certamente foi usada por muitos como um discurso instrumental, unicamente um meio de ascender ao poder contestando o poder. A conduta de uma parte ponderável do PT parece confirmar essa idéia. Isso significa que, da parte destes, jamais houve um verdadeiro compromisso moral, mas o mero aproveitamento de oportunidades. Pois compromissos morais são fins em si mesmos e não meios que podem ser abandonados, uma vez atingido o objetivo. Os que estão no governo, e que lá chegaram graças à simulação e à dissimulação, esqueceram ou nunca souberam que o poder, para o cristão e para qualquer pessoa decente, é um meio de servir à coletividade e não um meio de servir-se dela. Nesse sentido, a atitude de Dom Luiz indica a distância moral que o separa daqueles que algum dia pôde chamar de companheiros, graças a um triste equívoco que muitos cometeram.

IHU On-Line – Para o governo, o bispo foi “intransigente”, enquanto para este o governo foi “autoritário”. O que lhe parece?

Franklin Leopoldo e Silva – Quando alguém pauta sua vida pelo propósito de ser sensível à condição sofredora dos outros, a intransigência em perseverar nessa atitude é um traço sublime de caráter. Tomara que Dom Luiz nunca perca essa “intransigência”, porque é nela que se manifesta como alguém pode viver tão intimamente o preceito da solidariedade, prezando-o mais do que a própria vida. Todo poder que renega o povo como sua origem torna-se autoritário e se põe na via do totalitarismo. Mas o autoritarismo do go-

verno é singular: nunca se manifesta contra as elites, nunca é usado para deter a violência ou a corrupção, mas sempre a favor dos interesses dos grupos mais poderosos, perante os quais se mostra de uma total subserviência. Uma característica psicológica e política do autoritarismo é que ele se alimenta da servidão, da covardia e do oportunismo. Para constatar isso, basta observar o cuidado que o governo manifesta nas “negociações” com os grupos hegemônicos e com a classe política – e a facilidade com que despreza o diálogo com as classes populares (e com os seus representantes legítimos) e com os movimentos sociais.

IHU On-Line – A política e a forma de governar atual estão banalizadas no Brasil? O individualismo e o controle social da vida individual contribuíram para essa banalização política?

Franklin Leopoldo e Silva – A política, na autêntica acepção da palavra, não existe: o extremo da sua banalização gerou o seu desaparecimento – e isso não acontece apenas no Brasil. Sem participação efetiva e sem a consciência da liberdade e da cidadania não pode existir política, que é, originalmente, a arte de compartilhar o poder de gerir a Polis. O individualismo extremado contribui para o desaparecimento da política porque o indivíduo político só pode existir numa comunidade política. No Brasil, a relação política que deveria existir numa democracia representativa foi substituída pela tecnologia do marketing eleitoral e pela manipulação da opinião pública.

Com o individualismo transformado em isolacionismo, fica fácil para o poder exercer o controle sobre indivíduos inteiramente desagregados e empenhados em feroz competição. Com isso, desaparece o sujeito político e surge o indivíduo constituído pelo poder, isto é, pelas técnicas de sujeição, que torna os indivíduos números constituintes de um conjunto homogêneo e uniforme de produtores e consumidores, vontades submissas e susceptíveis de serem adequadamente administradas. Daí a incompreensão gerada pelo aparecimento de uma individualidade autônoma e afirmativa, como Dom Luiz. Daí também a estratégia do poder: ignorá-la ou reduzi-la à marginalidade

para que a exceção passe despercebida e não produza efeitos.

IHU On-Line – Certa vez, o senhor afirmou que não há razões para otimismo em relação à política porque a única possibilidade de isso acontecer está condicionada a acontecimentos que dificilmente poderão ocorrer. Como fica a população brasileira diante dessa certeza?

Franklin Leopoldo e Silva – A volta da política, isto é, da vida comunitária ativa e participativa, é uma possibilidade remota, ou mesmo impossível, porque a reprodução do sistema tende a acentuar os traços de desagregação que se manifestam no

individualismo isolacionista e no desinteresse pela vida pública. O governo encoraja esse tipo de comportamento por todos os meios, porque essa situação é propícia à redução da vida democrática às aparências e rituais de uma forma democrática sem conteúdo. O cidadão sem densidade política, o indivíduo sem realidade própria e o sujeito destituído de sua própria subjetividade são hoje os atores num cenário que já nem sequer simula a esfera pública. A continuidade dessa situação não é uma certeza porque a história é sempre contingente e podem eventualmente ocorrer mudanças imprevisíveis. Mas uma apreciação realista dos acontecimentos não encoraja otimismo quanto ao futuro.

A greve de fome de Dom Cappio: um ato de nítido alcance político

Entrevista com João Batista Libânio

João Batista Libânio é licenciado em Filosofia, pela Faculdade de Filosofia de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, em Letras Neolatinas, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em Teologia, pela Hochschule Sankt Georgen, em Frankfurt, Alemanha. Libânio é também mestre e doutor em Teologia, pela Pontifícia Universidade Gregoriana (PUG) de Roma e leciona Teologia no Instituto Santo Inácio de Belo Horizonte.

É autor de uma imensa produção teológica. Entre outros, citamos os seguintes livros: **Teologia da revelação a partir da Modernidade** (5. ed. São Paulo: Loyola, 2005), **Eu creio – Nós cremos. Tratado da fé** (2. ed. São Paulo: Loyola, 2005), **Qual o caminho entre o crer e o amar?** (2. ed. São Paulo: Paulus, 2005) e **Introdução à vida intelectual** (3. ed. São Paulo: Loyola, 2006). Dele, também foi publicado o artigo “Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento”, no livro **A Teologia na universidade contemporânea** (São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005, p. 13-45), organizado por Inácio Neutzling.

João Batista Libânio é assíduo nas páginas da revista **IHU On-Line**. Publicamos uma entrevista com ele na 103ª edição, de 31 de maio de 2004, um artigo na 136ª edição, de 11 de maio de 2005, outra entrevista na edição número 150, de 8 de agosto de 2005, uma entrevista na 214ª edição, de 2 de abril de 2007, e mais uma entrevista na 224ª edição, de 20 de junho de 2007. Confirma também um artigo de Libânio, intitulado “Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento”, publicado nos **Cadernos Teologia Pública** número 16, de 2005.

“Ao assumir uma posição política, não a exerceu no estilo de Cristandade, como se escreveu, porque não o fez em nome de nenhum dos poderes do Estado. Tentou influenciar o Estado pelo lado que compete a todas as instituições e pessoas fazê-lo: gerar idéias, valores, contrapor-se a outras diferentes, exprimir posições com gestos radicais”, afirma João Batista Libânio em entrevista à **IHU On-Line**, publicada na página das **Notícias do Dia** do site do IHU (www.unisinos.br/ihu), em 15 de janeiro de 2008, na qual reflete sobre a greve de fome de Dom Luiz Cappio e sua luta contra a transposição do Rio São Francisco.

IHU On-Line – Como o senhor vê o papel de Dom Luiz Cappio no debate sobre as obras de transposição do Rio São Francisco? O que o senhor pensa sobre a greve de fome e sobre a proposta de revitalização, defendida por Dom Cappio?

João Batista Libânio – A consciência e a interioridade de uma pessoa escapam à nossa análise. O mundo das intenções está entregue a Deus e à consciência pessoal. As ações, desde que se exteriorizam, caem sob o nosso juízo que sempre é parcial e desde ângulos determinados. Uma primeira análise: o aspecto testemunhal de Dom Cappio. Os que convivem com ele, que o conheceram e conhecem, atestam a limpidez evangélica de seu agir. Prefiro ficar com tal testemunho do que levantar suspeitas azedas, como certos órgãos de publicidade. Admiro a coragem, a ousadia do gesto. Ultrapassa o comum dos mortais. Ninguém arrisca a vida, senão em casos extremos e heróicos. Ele o fez. E por quê? Pelo que ele escreveu,

falou e outros comentaram, ele se pôs ao lado do povo pobre mais ligado ao Rio São Francisco e de que ele tem experiência pessoal. Bom recordar que ele, com pequeno grupo, percorreu o Rio São Francisco das nascentes na Serra da Canastra até a sua foz durante um ano. Adquiriu conhecimento minucioso e bem localizado do mundo diretamente ligado à problemática do rio. Ora bem, a partir desse ângulo analisou o projeto de transposição e o processo como ele foi e vinha sendo conduzido.

Formou-se um duplo juízo: técnico-político e ético. Sob o primeiro aspecto, considerou o projeto do governo não corresponder aos interesses do povo ribeirinho e visar a outros interesses, especialmente do agronegócio, embora indiretamente também atinja pessoas necessitadas do Nordeste. Não viu proporção entre os benefícios reais para o povo e os custos. Mais: com instituições especializadas, pensou em alternativas mais econômicas e mais populares, segundo sua análise. Foi mais longe: emitiu um juízo ético sobre o processo. Considerou que ele desrespeitava o povo, enganava-o, não cumpriu o prometido, foi feito à sorrelfa, não permitindo amplo debate público. Tentou diálogo. E, não sendo acolhido, lançou mão do recurso do jejum público. Neste momento, um ato religioso, por motivação ética e teológica de compromisso com os pobres, assumiu nítido caráter político. A pessoa era figura religiosa de forte simbolismo popular – um bispo –, o conteúdo do ato permitia dupla leitura – jejum ou greve de fome –, a motivação pessoal explicitada fazia parte do universo religioso – opção evangélica pelos pobres –, mas o alcance externo assumia caráter altamente político. Contestava uma decisão política do governo e exigia atitude política de sua reversão. Portanto, vejo tal ação como um ato de nítido alcance político. Todo cidadão tem direito de protestar, pessoal ou em grupo, contra qualquer decisão do Estado.

O fato de ser bispo não o priva de tal direito. Outra coisa é ver se tal ato político, no conjunto da

situação nacional, sendo feito pela figura de um bispo, produz o efeito desejado ou, pelo menos, desperta a nação para realidade importante, ou, pelo contrário, oferece munição fácil para adversários mal intencionados do governo. Este é o ponto mais difícil da análise. O governo Lula, ao ser enfraquecido, abre espaço, na atual conjuntura, não para alternativas melhores, e sim para possível retrocesso na linha do PSDB, com efeitos ainda muito piores para o povo. A revitalização do Rio São Francisco, as alternativas propostas merecem ser consideradas pelo governo na medida em que elas realmente signifiquem um ganho popular.

IHU On-Line – O senhor acha que o jejum de Dom Luiz Cappio pode ser visto como um exemplo da mistura entre fé e política? Como o avalia nesse sentido?

João Batista Libânio – Apreendi, em outros tempos, uma distinção que, se não me engano, remonta a Antonio Gramsci¹⁹ entre Estado e Sociedade Civil. O Estado exerce o poder na quádrupla forma de executivo, legislativo, judiciário e repressivo. Mas ele necessita, para legitimar-se, de idéias, símbolos, valores, razões aceitas pelas pessoas, imaginário simbólico favorável, consenso popular e de grupos/entidades importantes. Numa palavra, existe o mundo da hegemonia que dirige, orienta, legitima o Estado. Porque o poder recorre fortemente a ela, pressiona-a para justificá-lo. Hoje, a maior fonte de legitimação vem dos meios de comunicação social. Esses fazem circular idéias e valores de outras instituições. Empresas capitalistas que financiam programas, donos de produtoras e transmissoras televisivas, grupos poderosos que compram tempo de propaganda influenciam pesadamente na orientação das idéias na sociedade. E um conflito radical com o Estado poderia levá-lo à crise e mesmo à perda de legitimidade e substituição. Na Argentina dos militares, com a derrota na Guerra das Malvinas, o poder militar ficou de tal modo deslegitimado, que se foi. No Brasil, o gover-

¹⁹ Antonio Gramsci (1891-1937): escritor e político italiano. Com Togliatti, criou o jornal *L'Ordine Nuovo*, em 1919. Secretário do Partido Comunista Italiano (1924), foi preso em 1926 e só foi libertado em 1937, dias antes de falecer. Nos seus *Cadernos do cárcere*, substituiu o conceito da ditadura do proletariado pela “hegemonia” do proletariado, dando ênfase à direção intelectual e moral em detrimento do domínio do Estado. Sobre esse pensador, confira a edição 231 da ***IHU On-Line***, de 13-08-2007, intitulada *Gramsci, 70 anos depois*. (Nota da ***IHU On-Line***)

no militar foi perdendo legitimidade até ser substituído por governo formalmente democrático.

Dom Cappio, como bispo, projeta sobre o mundo simbólico e representativo a força da Igreja católica. É verdade que sua força foi diminuída pela intervenção de outros bispos em linha oposta. Em todo caso, sua simbólica vinha do *status* de bispo. Ao assumir uma posição política, não a exerceu no estilo de Cristandade, como se escreveu, porque não o fez em nome de nenhum dos poderes do Estado. Tentou influenciar o Estado pelo lado que compete a todas as instituições e pessoas fazê-lo: gerar idéias, valores, contrapor-se a outras diferentes, exprimir posições com gestos radicais. Não se mistura fé e política, porque não é a pessoa do bispo, em nome de sua função de bispo, que legisla, que administra o Estado, que julga ou que coíbe militarmente alguma atividade política. Mas alguém, de representatividade religiosa, defende interesses e valores explicitados e sujeitos ao juízo e crítica de qualquer outra instituição ou sujeito. Aliás, foi ao que assistimos. Pessoas e instituições que o defenderam, e pessoas e instituições que divergiram. Até aí, o papel político do bispo cabe dentro de sua função episcopal e dentro da democracia. Em outras palavras, o bispo fez pressão sobre o Estado em determinada direção. Algo absolutamente correto. É discutível técnica e politicamente se a direção e o momento de tal ação atingiram ou não o bem desejado: servir os mais pobres e desprovidos de água.

IHU On-Line – Em que sentido a greve de fome de Dom Luiz Cappio deixa transparecer os bastidores da atual relação entre o governo e os movimentos sociais?

João Batista Libânio – A relação entre Dom Cappio e os movimentos sociais, de um lado, e, do outro, a do governo com os mesmos, supõe análise mais detalhada e com mais dados que não possuo. Até onde o governo Lula se tornou insensível e distante dos movimentos sociais e Dom Cappio tocou em tal chaga, confesso que não saberia dizer palavra abalizada. Deixo-o para os analistas de tal processo.

IHU On-Line – Qual é a importância da luta contra a transposição para a Igreja? Como o

senhor analisa o apoio da CNBB à greve de fome? O que significa essa postura da Igreja?

João Batista Libânio – A luta contra a transposição afeta a Igreja como a qualquer cidadão. Desde que os argumentos da luta convençam que estão em questão interesses importantes dos pobres e que vale a pena insistir, se não para barrar ou modificar radicalmente o projeto, ao menos para que outras alternativas importantes para o povo sejam levadas em consideração, a Igreja tem palavra a dizer e pode fazê-lo. Aqui, vejo um papel de todo cidadão consciente, seja membro da Igreja ou não. Em princípio, não está em questão algo que concerne a Igreja como Igreja, mas os pobres, os necessitados. E aí estamos diante de problema humano e ético que diz respeito a todos e naturalmente a uma Igreja que se diz seguidora do evangelho de Jesus.

O gesto de greve de fome do bispo tem dupla face. A face política se vinculou intimamente com o projeto da transposição do Rio São Francisco e com um bispo que se encontrava em situação extrema. O apoio da CNBB não necessariamente entrou na questão técnica e política do projeto. Procurou entender a situação de Dom Cappio e dar-lhe apoio em momento difícil física, psíquica e espiritualmente. As intenções explícitas do bispo batem com a cartilha evangélica. Não se entra no mérito da oportunidade política ou não de tal ação. Esta pertence a outra instância de juízo. A CNBB não só não quis desacreditar a atitude pessoal de Dom Cappio, como certa imprensa o fez, como mostrou compreensão com a grandeza e coragem do gesto. Nas vidas de santos, freqüentemente usamos a expressão: são gestos antes para admirar que para imitar. Implicam certo nível de heroísmo que não é dado a qualquer um.

E o interior da consciência da pessoa escapa-nos. No momento em que se presencia determinado gesto extremo, torna-se quase impossível distinguir se ali se escondem santidade heróica, profetismo audaz, ou outro tipo de fenômeno exibicionista ou patológico ou certa mistura entre eles. Se alguém visse um jovem, diante do bispo e de todos os presentes, ao ouvir as acusações do pai, arrancar a roupa, e despido, devolvê-las ao pai, dizendo – “Daqui em diante tenho somente um pai, o Pai nosso do céu!” –, que pensaria? Tal-

vez um gesto histórico. Mas esse jovem hoje se chama São Francisco de Assis. Assim, há gestos que nos ultrapassam no momento em que vivemos pela força interior do personagem, mas que amanhã ressoarão diferentemente. Estamos diante de tal situação no caso de Dom Cappio? Quem viver, verá.

***IHU On-Line* – O senhor concorda que Lula está deixando a desejar do ponto de vista da democracia na forma como vem conduzindo a questão da transposição? Na sua opinião, Lula está sendo autoritário?**

João Batista Libânio – Democracia, infelizmente, abarca hoje procedimentos bem díspares. Existe algo menos democrático do que os parlamentares votarem o próprio salário? Que existe de povo nesse gesto de interesse bem mesquinho, em muitos casos? Em geral, considera-se democrático o cumprimento de regras e regulamentos legais. Mas não se questiona se esses realmente revelam espírito democrático e foram elaborados no espírito de serviço ao povo. Portanto, gestos extremamente antidemocráticos se fazem em nome de leis votadas pelo poder constituído, e então considerados democráticos. Para ações legais do presidente, cabe ao Supremo Tribunal Federal julgar sobre o conteúdo e procedimento democrático. Deixo-lhe tal juízo. Evidentemente um Governo pode, além da legalidade democrática, ser mais democrático, ao criar procedimentos de consultas, de decisões em que apareça com maior clareza a vontade popular. Neste caso, creio, pelo que andei lendo, que o processo poderia ter sido muito mais democrático, como desejava Dom Cappio.

***IHU On-Line* – O jejum de Dom Luiz Cappio provocou um despertar na sociedade brasileira para esse debate?**

João Batista Libânio – Sim e não. Certo setor da sociedade, pequeno aliás, e, sobretudo da Igreja, ligada à pastoral social, recebeu boa sacudidela. Mas, como a grande mídia divulgou muito pouco e, em alguns casos, envenenou o gesto do bispo, fica difícil saber do real impacto na sociedade. Aqui valeria a pena fazer sondagem de opinião. Talvez ela nos ajude a perceber até onde o jejum

do bispo atingiu as pessoas. Além disso, vivemos numa sociedade da informação para o bem e para o mal. Para bem, pois muitos assuntos que ficavam antigamente ocultos, hoje vêm à luz. Na Internet, discute-se sobre qualquer questão. E as notícias circulam horizontalmente com imensa rapidez. Assim, o jejum do bispo teve repercussão na Europa. Para o mal, a mesma sociedade de informação acaba desinformando. Substitui rapidamente as notícias. Ficam no ar pouco tempo. E a avalanche de outras informações abafa e faz-nos esquecer o que ontem se propalava em praça pública. A velocidade e a quantidade de novidades a circular estarrecem-nos e insensibilizam-nos. Penetrarão somente aquelas que se retomarão muitas vezes e que se inserirem no imaginário cultural social por meio da transmissão familiar, educação, veiculação nas igrejas e, sobretudo por exposição mais ampla na mídia. Creio que esse tema não tem tal relevância que afete esses segmentos geradores principais da opinião. Passará com muita rapidez. Só grupos corajosos, engajados são capazes de voltar continuamente sobre ele e pressionarem o Governo. Aí há possibilidade de algum êxito na problemática em questão. Aí aparece a importância de pessoas tenazes e constantes que batalham a idéia, como é o caso de Frei Gilvander, de Belo Horizonte, no caso da transposição.

***IHU On-Line* – Que “seqüelas” a posição de Lula sobre a transposição podem deixar na biografia do presidente?**

João Batista Libânio – Difícil responder. Ele já tem folha de serviço bem recheada. A burguesia letrada não suporta que homem simples do povo tenha subido tão alto e administrado com mais inteligência que outros presidentes coroados com títulos acadêmicos. Em palestra, Leonardo Boff, que privou com ele e com gente de grande inteligência em várias países do mundo, julgava-o das pessoas mais inteligentes que ele conhecera. Inteligência não é a mesma coisa que escolaridade. Na esteira dos presidentes anteriores, que vergonhosamente se acovardaram diante do neoliberalismo sem mais, ele resulta alguém que reagiu até certo ponto com medidas sociais. Não temos idéia hoje da repercussão social de tal transposição e da

possibilidade da implementação de vários dos projetos, sugeridos inclusive pelo bispo. Se alguém perguntasse, durante o Governo de Juscelino, se Brasília lhe somaria ao currículo de presidente ou não passaria de uma loucura vaidosa, não seria fácil responder. Hoje, Brasília é um fato

sólido, cujo impacto sobre todo o país continua sendo estudado. Assim só depois de anos da transposição e do que se criou a seu redor é que saberemos até onde tal fato ressaltará ou diminuirá a biografia de Lula.

A greve de fome obrigou o governo a olhar para o Brasil **e obrigou o Brasil a olhar para o semi-árido**

Entrevista com Adriano dos Santos Martins

Adriano dos Santos Martins é cientista social gaúcho e trabalha há 15 anos como voluntário na diocese de Barra, sob a jurisdição do bispo Dom Luiz Cappio. Sociólogo e ambientalista, Adriano Martins é membro do Fórum Permanente de Defesa do São Francisco, membro do centro de Assessoria do Assuruá e do Consea – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – e co-autor do livro **Rio São Francisco: uma caminhada entre vida e morte** (Petrópolis: Vozes, 1995). Companheiro de peregrinação do bispo Dom Luiz Cappio, entre 4 de outubro de 1992 a 4 de outubro de 1993, empreendeu uma romaria da nascente à foz do Rio São Francisco. Essa peregrinação ecológica foi um marco na luta pela preservação do rio e das populações ribeirinhas.

Como porta-voz do bispo, Adriano concedeu duas entrevistas à **IHU On-Line**. A primeira no dia 7 de setembro de 2005, quando falou sobre as vitórias conquistadas durante os 11 dias de greve de fome do bispo, em outubro de 2005.

Porém, em fevereiro de 2006 o Rio São Francisco viveu um momento crucial, quando o governo federal retomou o projeto de transposição. Em virtude desse fato, Dom Luiz Cappio protocolou uma carta endereçada ao Presidente Lula. Nela, lembrou e retomou o acordo realizado entre ambos em 2005, quando o projeto foi interrompido por causar mais transtornos à região do que benefícios. Por isso, a **IHU On-Line** conversou mais uma vez com o cientista social, Adriano Martins, representante de Dom Luiz Cappio, sobre a retomada do projeto sem os diálogos acordados e agendados para após as eleições presidenciais de 2006. Durante a entrevista, publicada na página

das **Notícias do Dia** do site do IHU (www.unisinos.br/ihu), em 26 de fevereiro de 2006, sob o título “A luta pelo São Francisco”, Adriano apresenta algumas alternativas viáveis para garantir água à região semi-árida do Brasil.

IHU On-Line – É cedo para dizer que houve vitória em relação às conquistas de Dom Luiz Cappio com a greve de fome?

Adriano Martins – O governo assumiu o compromisso de não iniciar nenhuma obra enquanto não for estabelecido um amplo debate nacional que construa um plano de desenvolvimento sustentável para todo o semi-árido, baseado na convivência. Isso não levará menos de um ano, um ano e meio, para que aconteça, significando, na prática, tirar o projeto do ano eleitoral. O que justifica esse projeto é o objetivo eleitoral, o impacto eleitoral que ele teria na época em que só chegava a versão de que era um projeto bom. Isso mudou. Repercutiu nacionalmente, o debate se estabeleceu. As organizações sociais brasileiras assumiram essa luta. A CUT, o MST, a UNE não haviam se posicionado antes. Agora, estão posicionadas claramente sobre a transposição.

IHU On-Line – O que será feito daqui para frente?

Adriano Martins – Dom Luiz irá encontrar-se com todas essas organizações brasileiras para construir e definir um pacto de como encaminhar essa luta pela convivência com o semi-árido. A greve de fome foi válida por ter obrigado o governo a olhar para o Brasil e ter obrigado o Brasil a olhar para o semi-árido. Não com o olhar estereo-

tipado que a indústria da seca construiu, mas com outro olhar. Essa é uma grande vitória. Agora é importante que fique claro: se o governo não cumprir o acordado e iniciar as obras, Dom Luiz volta para Cabrobó e não volta sozinho.

IHU On-Line – O Ministério da Integração anunciou, um dia depois do fim da greve, o começo das obras para novembro...

Adriano Martins – O governo mente muito e há muito tempo. Eles não começarão em novembro porque a obra está embargada pela Justiça. A licença ambiental foi caçada. É claro que é um momento em que o *lobby* das empreiteiras e dos interessados no hidronegócio e no agronegócio estão louquinhos. Estão a campo para minimizar um fato consumado. Nesse momento, não posso dizer que o governo esteja pautando a Globo. Quem pauta a Globo parece ser o pessoal do *lobby* das empreiteiras. Pode ser que pautem com a ajuda do governo, mas não dá para dizer que o ministro Jaques Wagner esteja fazendo isso. É possível que daqui a pouco eu diga que o governo está “sacaneando”. Mas primeiro vamos esperar a audiência com o Lula para, então, termos uma visão mais clara da situação.

IHU On-Line – Mas é estranho que se pronunciem sobre a obra depois da longa negociação com Dom Luiz...

Adriano Martins – Sabe-se que, em uma negociação deste tipo, não aparecem vencedores nem derrotados. Conseguimos o que queremos e não aparece que o outro tenha sido derrotado... O fato é que eles se comprometeram com o principal.

IHU On-Line – O senhor sugeriu o plebiscito como solução para o problema da transposição do São Francisco. Por quê?

Adriano Martins – Essa é uma posição minha, não do Frei Luiz. Existe uma proposta que não foi levada à votação na Câmara dos Deputados, mas foi aprovada nas outras câmaras anteriores, que estabelece a necessidade de um plebiscito nacional de fazer ou não a transposição. Para mim, isso dá forma, dá prazo e tira o tema do calendário eleitoral. Na construção de uma democracia partici-

pativa, esses plebiscitos e referendos cumprem um papel importante. Poderíamos abrir uma brecha para que obras de grande porte tenham aprovação da população. Acho importante que o Rio Grande do Sul, por exemplo, conheça o semi-árido. Um debate como este possibilitaria isso. Mesmo se levarmos em conta o *lobby* das empreiteiras, do agronegócio, da imprensa, que é subserviente na maior parte das vezes. Mesmo sendo uma luta desigual, abriria o debate para a sociedade. O projeto é tão absurdo, tem tantas falhas – tudo graças ao desconhecimento absoluto. O ministro Jaques Wagner, para se ter uma idéia, reconheceu ontem que desconhece o projeto. Imagine, um ministro! O primeiro emissário do governo, o gaúcho Silvino Heck, também disse isso.

IHU On-Line – Dom Luiz deve se recuperar até quando?

Adriano Martins – Ele não chegou a ser internado. É o caso mais atípico que conheço. Para você ter uma idéia da saúde de Dom Luiz, o frei Sérgio Görden, que foi deputado no Rio Grande do Sul, e nos deu uma ajuda inestimável, nos falou sobre toda a sintomatologia das greves de fome por já ter feito algumas greves prolongadas. Ele disse que sempre tomava um copo de soro caseiro e ficava deitado a maior parte do tempo. Dom Luiz teve atividade intensa todos os dias, na maior parte do dia, e decidiu só tomar água. Não tinha soro caseiro e água de coco que mantivesse o nível de potássio. Hoje de manhã (dia 7-10), ele veio aqui em Cabrobó visitar a família que vive perto da capela e o acolheu durante a greve de fome. Tomou soro ontem e agora de manhã já saiu.

IHU On-Line – Havia uma questão mística por trás da greve?

Adriano Martins – Dom Luiz é uma figura bem singular. Foi isso que criou o “pepino” para o governo. É como se fosse um frei Damião ecológico e de esquerda. Primeiro, porque ele é um franciscano legítimo e de atividade espiritual muito intensa. Ele age por impulsos de ordem espiritual, por intuições. Tem uma afinidade e uma capacidade de comunicação com a população pobre imediata. Ao mesmo tempo, além de filósofo e

teólogo, é economista. Tem instrumental para um debate sobre questões da estrutura da economia. É uma pessoa bastante culta. Se você juntar isso tudo e colocar em um local onde a espiritualidade é ainda o centro da vida das pessoas, você conseguirá poderes de mobilização e articulação fantásticos. É isto que os movimentos sociais têm perdido: a capacidade de diálogo com as pessoas, a radicalidade, ficando cada vez mais institucionalizados. O debate que aconteceu durante estes 11 dias não aconteceu em nove anos de luta contra a transposição.

IHU On-Line – A religiosidade no imaginário popular nordestino é mais presente do que no resto do País?

Adriano Martins – É muito mais forte e tem figuras que são seminais como o padre mestre Ibiapina, que completaria 200 anos de nascimento neste ano e que foi quem influenciou padre Cícero,²⁰ Antônio Conselheiro.²¹ Padre Ibiapina²² foi um grande missionário do Nordeste, que defendia as idéias que defendemos hoje, como guardar água da chuva, criar cabras e ovelhas... Só que isso há 200 anos. Até hoje, é meio santo popular. Essa iniciativa de Dom Luiz também se inscreve numa

tradição dos profetas sertanejos. São muitos aspectos em uma questão só.

IHU On-Line – Dom Luiz estava sendo considerado como santo?

Adriano Martins – Isso acontece desde que ele veio para a Bahia, há 30 anos. Desde então, é chamado de santo. Saiu com a roupa do corpo de São Paulo e veio bater aqui.

A luta pelo Rio São Francisco

IHU On-Line – De um lado, temos o que podemos chamar de “Brasil Virtual”, ou seja, transpor o Rio São Francisco para levar água às torneiras do Nordeste, de outro, o “Brasil Real”, preocupado com o meio ambiente e com as desigualdades que este projeto causará na distribuição de água na região. Como o senhor vê essa questão, quando o Ministério da Integração Nacional e o Presidente da República trabalham paralelamente na solução do mesmo problema?

Adriano Martins – Em relação ao Projeto de Transposição proposto pelo governo federal, exis-

²⁰ Cícero Romão Batista, dito Padre Cícero (1844-1934): religioso e político brasileiro. Exerceu grande influência entre a população sertaneja do interior nordestino. Ordenado padre em 1870, foi designado em 1872 vigário de Juazeiro do Norte, lugarejo no município de Crato. Desde cedo exerceu sua liderança entre o povo. Em 1889, sua popularidade aumentou ainda mais, pois começou a ser atribuída a ele a prática de milagres. Apesar de suspenso pela Igreja Católica, foi ampliando progressivamente seu poder, tornando-se o chefe político de maior prestígio do interior do Ceará. Envolvido nas lutas travadas entre as oligarquias agrárias, influía decisivamente nas eleições de presidentes do estado, deputados e senadores. Graças à sua atuação, quando morreu, Juazeiro havia se transformado em capital religiosa e econômica do sertão, e principal centro de romaria de todo o Nordeste. O *padim Ciço* (padrinho Cícero), como é chamado por muitos, é considerado até hoje santo e protetor pelos humildes do sertão. Em 1924, foi-lhe erguida uma estátua que se tornou objeto de devoção. Em 1973, foi proclamado santo pela Igreja Católica Brasileira. (Nota da *IHU On-Line*)

²¹ Antônio Vicente Mendes Maciel, dito Antônio Conselheiro (1828-1897): chefe religioso brasileiro, que comandou a Guerra de Canudos, na Bahia. Exerceu várias profissões antes de se tornar beato e pregador. Depois de percorrer todo o interior nordestino, chegou a Itapicuru de Cima (BA), onde foi preso sob acusação de assassinato. Provando sua inocência, foi libertado e voltou a caminhar pelo sertão. Sua fama de milagreiro crescia sem encontrar oposição nos padres do interior, que viam nas suas pregações um elemento favorável ao renascimento da fé entre a população. Sua força se revelava principalmente em época de eleição: os candidatos que apoiava sempre saíam vencedores. Com a queda da monarquia, manifestou-se em protesto profetizando que o fim do mundo seria em 1900. Retirou-se com os seus adeptos para Canudos, às margens do rio Vaza-Barris. Aí fundou uma “cidade santa”, comunidade baseada na propriedade coletiva da terra e dos rebanhos, limitando-se a propriedade privada às casas e aos bens móveis. Em pouco tempo entrou em conflito com os grandes proprietários da região. A situação agravou-se, provocando a intervenção federal (1896-1897). Quatro expedições oficiais foram necessárias para derrotá-lo e a sua gente. O episódio de Canudos está contado no livro de Euclides da Cunha, *Os sertões*. Morreu dois dias antes da derrota dos seus homens pelas tropas federais. (Nota da *IHU On-Line*)

²² José Antônio de Maria Ibiapina, dito Padre Ibiapina (1806-1883): foi um padre brasileiro com vocação missionária que fundou, em vários pontos do interior do Brasil, casas de ensino religioso e ao mesmo tempo agrícola e industrial, adaptadas às necessidades regionais brasileiras. Sua originalidade foi convocar o povo para obras comunitárias, como a construção de açudes, hospitais, escolas, cemitérios. (Nota da *IHU On-Line*)

te uma discrepância muito grande em relação ao que ele na verdade é e relativamente pretende ser. O Projeto de Transposição não visa garantir água para a população em risco hídrico no nordeste, mesmo que o marketing esteja utilizando esse apelo. Em dezembro do ano passado, a ANA (Agência Nacional de Água) lançou o Atlas das Águas do Nordeste, onde propõe um conjunto de obras e ações que resolveriam os problemas de atendimento de consumo urbano do Nordeste, o que custará bilhões até 2015. Então, em todos os núcleos urbanos, é possível garantir abastecimento de água, como a capacitação e armazenamento de água da chuva, seja ela em reservatórios fechados ou abertos, barragens subterrâneas, cisterna de enxurradas, cisterna ao lado da casa, garantindo água e possibilidade de desenvolvimento da região.

A meu ver, existe um conflito de interesses muito grande. Por um lado, de quem quer garantir água e desenvolvimento para a região, que não depende apenas da oferta de água, mas de um conjunto de ações. Por outro lado, as novas oligarquias do Nordeste, formadas por aqueles que dominam as áreas do agronegócio, do hidronegócio, da produção de camarão e o plantio de monocultura. De certa forma, esse conflito existe dentro do governo brasileiro, mas ao que parece, nesse novo mandato, as forças conservadoras do governo se fortaleceram; é a impressão que nos dá.

Hoje, temos um quadro muito preocupante no governo, que é o lançamento do PAC que se, por um lado, contrapõe-se a lógica financeira que predominou no primeiro mandato do Lula, por outro, prevê obras para a Amazônia e para o Rio São Francisco e isso é um absurdo, pois esse assunto foi retomado de forma crítica e autoritária, comparado ao governo militar da década de 1970.

IHU On-Line – O que o senhor acha da atitude do ministro Pedro Brito, quando diz que a transposição do Rio São Francisco é inatacável, beneficiando 12 milhões de brasileiros sem prejudicar nenhum?

Adriano Martins – Isso é uma mentira. O próprio Tribunal de Contas da União, num parecer elaborado no ano passado, mostra que o governo

reconhece que esses números são equivocados. A impressão que tenho é que, como existe uma possibilidade do Ministério da Integração Nacional ir para o PMDB, há um certo esforço de criar o fato dado. Porém, não acredito que ele esteja agindo assim sem conhecimento do governo.

Creio que o estilo sindicalista de Lula esteja estimulando Ciro Gomes e Pedro Brito a entrarem com força na briga e depois ele verá para onde essa história vai e quem tem mais força para, então, resolver a questão. Eu tenho impressão que a atitude do ministro, em parte, é para criar o fato, recolocar o projeto na pauta nacional, mesmo sabendo que não existe uma decisão definitiva da Justiça, ou seja, tenta empurrar isso agora, o mais cedo possível, porque depois as coisas podem se complicar.

IHU On-Line – O mesmo Ministro da Integração diz que os diálogos entre os movimentos sociais e o governo não foram interrompidos. Porém, com o andamento do projeto, o governo acaba de quebrar um acordo feito entre o Bispo Dom Luiz Cappio e o presidente Lula, firmado em 2005. Como está o diálogo entre o governo brasileiro e os movimentos sociais atualmente?

Adriano Martins – Eu fui um dos organizadores da primeira oficina de debates e já havia, por parte de um conjunto de participantes, uma animação muito grande em relação às possibilidades de aprofundar o diálogo. Obviamente que, por parte de alguns representantes do Ministério da Integração, houve um incômodo muito grande, porque ficou absolutamente claro que o governo brasileiro não tem uma política orgânica para o desenvolvimento do semi-árido. O próprio governo, com a proximidade da hidronegócio, solicitou a interrupção do debate. Uma vez passadas as eleições, retomariamos o processo que implicaria na realização de mais um encontro em Brasília e escolhendo cidades pólo para fazer esse debate. O fato é que, passadas as eleições, o governo fingiu que isso não aconteceu e criou constrangimentos internos setores que apostam nesse debate. Em nós, representantes dos movimentos sociais, criou-se uma indignação muito grande.

IHU On-Line – A carta protocolada pelo bispo Cappio retoma inúmeros acordos feitos com o governo. O senhor crê que ela será relevada pelo presidente e seu Ministério?

Adriano Martins – Espero que sim e acho que, se o governo não retomar esse diálogo, perderá uma oportunidade histórica em relação a uma questão de relevância social, ambiental e política de criar efetivo processo de diálogo com a sociedade brasileira. Acho que haverá, nesse primeiro momento, um acirramento grande, porque os interesses econômicos e políticos mais mesquinhos em relação a esse projeto são muitos grandes. Eles dizem respeito não só ao atendimento às empreiteiras como aos grupos que estão por trás do chamado hidronegócio, agronegócio e algumas oligarquias locais, um jogo de troca de favores com os governadores eleitos, enfim. Por outro lado, existe uma sociedade organizada, uma sensibilidade muito grande em relação a esta questão porque ela é emblemática. As vitórias que os movimentos sociais têm conquistado em relação à transposição são muito animadoras em relação a outras lutas também necessárias, muito especialmente em relação ao cerrado brasileiro e à Amazônia.

IHU On-Line – Quais são as alternativas viáveis para levar água ao sertão nordestino sem privilegiar uma ou outra região e garantir o desenvolvimento sustentável?

Adriano Martins – São múltiplas ações. Agora, um princípio muito importante é o de armazenar no período de fartura para poder utilizar no período de escassez. Em várias regiões do mundo, onde neva, em outras regiões semi-áridas, esse é um princípio de convivência com o ambiente natural e é central. Tanto que nós temos no mundo regiões semi-áridas onde chove muito menos do que no semi-árido brasileiro, como na Espanha,

onde há índices de desenvolvimento bastante interessantes e um dos motivos disso é a utilização desse princípio.

Uma coisa que nem todo mundo sabe é que no semi-árido chove; o problema é que a chuva cai num período muito curto do ano. Temos um longo período de estiagem. Se houver estrutura para armazenar essa água, teremos água pelo ano inteiro e não só água de beber, mas também para produção. De qualquer modo, é importante lembrar que água sozinha não gera desenvolvimento. Fosse assim, à beira do São Francisco seria o lugar mais rico do mundo.

Eu destacaria duas questões importantes: uma delas, além do acesso a água, seria o acesso à terra. E terra aqui é o que não falta. No entanto, ela está concentrada, na mão de poucos. Uma profunda reforma agrária na região, com atividades econômicas adaptadas ao clima, ao solo e à cultura regional, resolveria.

E o segundo ponto fundamental é um esforço muito grande de educação contextualizada. Estou há quase 20 anos no Nordeste, mas nasci no Rio Grande do Sul, e sempre me perguntei por que a economia da Serra Gaúcha é tão dinâmica, quando a parte sul do estado é estruturalmente pobre até hoje. A Metade Sul foi ocupada por grandes latifúndios e a Serra por colonos. E o outro ponto fundamental é que na Serra Gaúcha havia a praça, a igreja, além da escola, muito antes de Getúlio Vargas colocar esta como parte das políticas públicas e acessível a um número maior de pessoas, o que ajudou a criar um suporte para o desenvolvimento.

Educação contextualizada, acesso aos meios de produção, entre eles a água, para mim, são os grandes fatores para o desenvolvimento. O resto para nós, aqui no Nordeste, é repetir a indústria da seca.

“A fé deve ajudar a superarmos a ilusão da razão política como razão que entende o drama humano”

Entrevista com Luiz Felipe Pondé

Luz Felipe Pondé é filósofo com especialização em diversas áreas. É mestre em História da Filosofia Contemporânea, pela Universidade de São Paulo (USP), e em Filosofia Contemporânea, pela Université de Paris VIII. Possui o título de doutor em Filosofia Moderna, pela USP, e de pós-doutor, pela University Of Tel Aviv, em Israel. É autor, entre outros livros, de **Crítica e profecia, filosofia da religião em Dostoiévski** (São Paulo: Editora 34, 2003) e **Conhecimento na desgraça. Ensaio de epistemologia pascaliana** (São Paulo: EDUSP, 2004). É professor da USP, pesquisador da Université Catholique de Louvain, na Bélgica, articulista do jornal Folha de S. Paulo, professor da PUC-SP e professor da Fundação Armando Álvares Penteado, de São Paulo.

O jejum de Dom Cappio ampliou, além do debate acerca das obras de transposição do Rio São Francisco e das prioridades do governo Lula, a discussão em torno da relação entre fé e política. “No contexto da teologia latino-americana, esse modo ‘rebelde’ de agir está esgotado e tende a receber uma certa desconfiança dos setores não diretamente alinhados com o cristianismo político das últimas décadas”, afirmou o filósofo Luiz Felipe Pondé em entrevista à **IHU On-Line**, publicada na página das **Notícias do Dia** do site do IHU, (www.unisinos.br/ihu), em 31 de janeiro de 2008.

Para Pondé, que falou sobre as questões políticas mais divergentes na conjuntura atual e a influência e relação dessa ciência com a fé, “a fé deve ajudar a superarmos a ilusão da razão política como razão que entende o drama humano”.

IHU On-Line – A greve de fome de Dom Luiz Cappio pode ser considerada um ato de fé, mesmo que envolvendo questões políticas? Como o senhor percebe essa relação entre fé e política, na conjuntura atual?

Luiz Felipe Pondé – Claro que pode ser um ato de fé. Acredito, todavia, que, no contexto da teologia latino-americana, esse modo “rebelde” de agir está esgotado e tende a receber uma certa desconfiança dos setores não diretamente alinhados com o cristianismo político das últimas décadas. O erro do cristão político é se meter num ramo que não domina. Faz parte da estrutura da prática política ferramentas que ferem conceitos centrais do cristianismo, como, por exemplo, a leitura da história como instrumento imanente de salvação.

IHU On-Line – O que a atitude de Dom Cappio, referente à transposição do Rio São Francisco, pode ensinar aos cristãos e políticos?

Luiz Felipe Pondé – Aos políticos não-cristãos, ensina que devem ficar atentos ao clero político; aos cristãos, que uma atitude que pode ser em si um ato de fé pode estar excessivamente tomada por um traço de excessos hermenêuticos da teologia latino-americana. Acredito que a politização do cristianismo ajuda a encerra o cristianismo na sua forma antiga. E mais: esse assunto (o rio) transcende o tema político e religioso e toca o técnico. A meu ver, a teologia deveria se ocupar mais da alma e da transcendência e menos da “Secretaria de Obras Fluviais”.

IHU On-Line – Que aspectos éticos e políticos envolvem o projeto de transposição do Rio São Francisco?

Luiz Felipe Pondé – Não sou capacitado tecnicamente para discutir isso. Como nordestino (pernambucano e tendo também residido na Bahia por metade da minha vida), tendo a achar que seguramente existem fatores nesse processo que ferem a população mais ribeirinha. Todavia, o difícil é a associação duvidosa entre as soluções modernas para a vida (coisa que o cristianismo políticos assumiu e assume) e a tentativa, quase já derrotada, de achar que os capitalistas e as indústrias não sabem o que estão fazendo. Sabemos, entre nós nordestinos, que muitas vezes a casa-grande e senzala não ficaram muito diferentes quando “rebeldes” tomaram o poder, ficamos apenas com casas e senzalas mal feitas. Isso em nada quer dizer que não existam dificuldades no processo de mais controle ainda da vida econômica pelas elites. Mais difícil é perceber que não temos muito mais do que as elites em termos de competência técnica ou mesmo ética. Penso que o cristianismo deveria evitar fazer política e administração pública.

IHU On-Line – O senhor afirma que há compatibilidade entre os discursos de fé e da razão. E entre fé e política pode haver compatibilidade?

Luiz Felipe Pondé – Não com a política no sentido administrativo. Não creio que o cristianismo

deva se definir político-institucionalmente. A política é uma técnica, e a razão, uma atividade cognitiva e epistêmica. O cristianismo não necessariamente se perde quando discute ciência, ontologia, moral. A política revolucionária moderna é, em muito, fruto de teologia ruim, desde Rousseau²³ e Marx.²⁴ Creio que quando pudermos superar a politização da vida será um alívio. Com isso, quero dizer, quando superarmos a esperança política da vida. Em suma, o cristianismo, a meu ver, deve se manter longe das querelas políticas.

IHU On-Line – O senhor disse que “a Igreja já está em processo de conscientização dos limites da América Latina” e que “os determinantes políticos podem atrapalhar muito, principalmente quando a Igreja se deixar contaminar por essas manias bobas de direita e esquerda”. O que isso quer dizer? Qual deve ser o posicionamento dos cristãos numa discussão como a da transposição do Rio São Francisco?

Luiz Felipe Pondé – Esquerda e direita são vícios de pensamento diretamente derivados da politização absoluta da vida. Não há solução simples para isso. A vida não tem solução, muito menos fácil. Penso que a Igreja não deva se meter em assuntos administrativos, uma vez que seus quadros “funcionais” não são preparados para isso. O resultado é que a Igreja, devido à ingerência da teologia política, não forma nem bons diretores espirituais nem bons técnicos administrativos.

²³ Jean-Jacques Rousseau: foi um filósofo suíço, escritor e teórico político. Uma das figuras marcantes do Iluminismo francês, Rousseau é também um precursor do Romantismo. Suas idéias políticas tiveram grande influência nas inspirações ideológicas da Revolução Francesa, com o desenvolvimento das teorias Liberais, e com o crescimento do nacionalismo. Inspirados nas idéias de Rousseau, os revolucionários defendiam o princípio da soberania popular e da igualdade de direitos. A contestação da sociedade tal como estava organizada foi tema do ensaio *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1755), em que se vê a desigualdade e a injustiça como frutos da competição e da hierarquia mal constituída. Rousseau é associado frequentemente às idéias anticapitalistas e considerado um antecessor do socialismo e comunismo. Foi um dos primeiros autores modernos a atacar a propriedade privada. Questionou a suposição de que a maioria está sempre correta e argumentou que o objetivo do governo deveria ser assegurar a liberdade, igualdade e justiça para todos, independentemente da vontade da maioria. (Nota da **IHU On-Line**)

²⁴ Karl Heinrich Marx: foi um intelectual alemão, economista, sendo considerado um dos fundadores da Sociologia. Também é possível encontrar a influência de Marx em várias outras áreas, tais como Filosofia, História, já que o conhecimento humano, em sua época, não estava fragmentado em diversas especialidades da forma como se encontra hoje. Teve participação como intelectual e como revolucionário no movimento operário. Foi um dos maiores pensadores de todos os tempos, tendo uma produção teórica com a extensão e densidade de um Aristóteles, de quem era um admirador. Marx foi diretamente influenciado por Ludwig Feuerbach, que já anunciava uma visão invertida de Hegel, a inversão materialista do hegelianismo. Seu pensamento engajado com as lutas proletárias se edificou em base de uma grande síntese de três fontes: a economia política inglesa, o socialismo (ou sociologia) francês e a filosofia alemã. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line – Certa vez, o senhor afirmou que “a Teologia da Libertação não é uma caduca inútil”. À luz das divergências suscitadas pelo posicionamento de Dom Cappio com o seu jejum de protesto contra a transposição do Rio São Francisco, precisamente no campo dos que beberam da mesma fonte, a sua impressão se mantém?

Luiz Felipe Pondé – Continuo a achar que a Teologia da Libertação teve e tem sua importância, sua inspiração bíblica correta. A revolta espiritual contra o sofrimento é justa. A meu ver, a Teologia da Libertação se perde quando continua lendo outros autores que não aqueles que acreditam apenas na vertente de inspiração jacobina-napoleônica. Os movimentos políticos sociais de inspiração jacobina perderam para a revisão napoleônica da Revolução Francesa. A crença em “movimentos populares” confunde o problema do ser humano, que é essencialmente individual. Não se muda o homem mudando a estrutura político-social. Esse é o erro lógico e prático da Teologia da Libertação na sua face mais política.

IHU On-Line – Quais são os desafios para a integração entre fé e política? Esses dois setores ainda podem e devem dialogar?

Luiz Felipe Pondé – A fé deve ajudar a superarmos a ilusão da razão política como razão que entende o drama humano. Não acredito que a fé deva se organizar politicamente no mundo. É um erro hermenêutico que poderá implicar na simples perda do cristianismo. Veja como os compromi-

tos políticos inviabilizam processos psicológicos de base teológica, como a compreensão de que o mal habita a alma e isso não é causado pela classe opressora exterior ao coração humano. O quanto mais rápido superarmos o vício da razão política mais rapidamente, ao mesmo tempo, superaremos essa mania de não olharmos para nós mesmos. Não creio que isso deveria ser tema-chave do debate teológico porque ele aceita as prerrogativas politizantes. Penso que a teologia deve estar ocupada com coisas comuns. Não há santidade democrática e não é ela que salvará o mundo.

IHU On-Line – E na Igreja também há uma crise de fundamentos éticos?

Luiz Felipe Pondé – Sempre há crise ética porque o homem é um ser ferido. Penso que a Igreja e os cristãos deveriam superar a discussão em termos de ética e estudar mais os santos e a categoria de santidade. Ética é importante, mas também é importante o modo como se organiza o problema do mal na razão em Deus (não necessariamente contra Deus). Por sua vez, a santidade é o modo filosófico correto de discutir o bem e o mal no cristianismo. Pensar só em ética é sintoma típico do cristianismo político. Aliás, é a tentativa de, primeiro, ainda com Kant²⁵ hoje com Lévinas,²⁶ insistir em definir o problema do mal como algo superável com boa educação pública.

IHU On-Line – Na atual conjuntura brasileira, como o senhor avalia a prática de fé dos cristãos?

²⁵ Emanuel Kant: foi um filósofo alemão, geralmente considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna. Kant é famoso sobretudo pela sua concepção conhecida como transcendentalismo – todos nós trazemos formas e conceitos *a priori* (que não vêm da experiência) para a experiência concreta do mundo, os quais seriam de outra forma impossíveis de determinar. A filosofia da natureza e da natureza humana de Kant é historicamente uma das mais determinantes fontes do relativismo conceptual que dominou a vida intelectual do século XX. Kant é também conhecido pela sua filosofia moral pela sua proposta, a primeira moderna, de uma teoria da formação do sistema solar, conhecida como a hipótese Kant-Laplace. Uma de suas obras, em particular, atinge hoje em dia grande destaque entre os estudiosos da filosofia moral. A fundamentação da metafísica dos costumes é considerada por muitos filósofos a mais importante obra já escrita sobre a moral. É nesta obra que o filósofo delimita as funções da ação moralmente fundamentada e apresenta conceitos como o Imperativo Categórico e a Boa Vontade. A revista **IHU On-Line** edição 93 teve como tema de capa *Kant: Razão, Liberdade e ética* (Nota da **IHU On-Line**)

²⁶ Emmanuel Lévinas: foi um filósofo francês nascido numa família judaica na Lituânia. Bastante influenciado pela fenomenologia de Edmund Husserl, de quem foi tradutor, assim como pelas obras de Martin Heidegger e Franz Rosenzweig, o pensamento de Lévinas parte da idéia de que a Ética, e não a Ontologia, é a Filosofia primeira. Filosoficamente, Lévinas percebe que o pensamento ocidental, a partir da filosofia grega, desenvolveu-se como discurso de dominação. O Ser dominou a Antiguidade e a Idade Média, sendo depois substituído pelo eu desde a época moderna até os nossos dias, porém sempre sob o mesmo sinal: a unidade unificadora e totalizante que exclui o confronto e a valorização da diversidade, entendida como abertura para o Outro. (Nota da **IHU On-Line**)

Luiz Felipe Pondé – Analiso que as modas teóricas acadêmicas ainda acorrentam uma reflexão teológica menos “esquerda x direita”-dependente. Acredito que, no campo católico, os cristãos tentam se recompor e superar o surto rousseauiano que acometeu a todos nos últimos 300 anos.

IHU On-Line – Qual é o papel dos cristãos na construção real e efetiva de uma política democrática?

Luiz Felipe Pondé – Não creio que esse tópico seja essencial. É claro que o é no sentido de não defender formas violentas de organização política. A democracia, no entanto, pode se transformar numa espécie de ídolo. Deve fazer parte da formação de qualquer pessoa culta, hoje, uma compreensão dos limites dela.

IHU On-Line – Durante a greve de fome, o governo chamou o bispo de “intransigente”, e Dom Cappio acusou Lula de autoritário. Qual é a sua avaliação desse impasse entre o governo e uma parte da Igreja, representada por Dom Cappio?

Luiz Felipe Pondé – Lula é autoritário, mas não apenas, ou seja, o é também quando assume toda uma gama de políticas que segue as cartilhas das crenças autoritárias. Toda lei pensa que o Estado decide sobre o bem e o mal, querendo nos dar aula de ética em suas instituições, estrangulando

instâncias como a família, ajudando a esfarelá-la, quando esta é mais capacitada para a dolorosa experiência moral. E todo Estado que se crê capaz de ensinar valores é autoritário.

IHU On-Line – Em sua opinião, qual é a novidade da ação de Dom Cappio no manejo das mediações entre o mundo da fé e o da política?

Luiz Felipe Pondé – Não vejo muita coisa nova. Sua atitude se inscreve na tradição que vai de rebeldes políticos, terroristas presos. Creio que a greve de fome não me parece um instrumento muito correto de realizar a fé que sofre, mas, como eu disse acima, me parece um erro “coerente” na forma de compreensão de mundo que tem sido ensinada teologicamente e filosófico-antropologicamente entre nós.

IHU On-Line – A discussão em torno da transposição do Rio São Francisco revela que vivemos uma crise de fundamentos éticos no espaço público?

Luiz Felipe Pondé – O espaço público não pode ser visto como campo da virtude de modo ingênuo. Tal fato é típico do mito da democracia moderna e ainda vamos sofrer muito até isso passar. A crise é o estado normal dessa condição. Essa condição define mesmo o modo de vermos o mundo. A democracia não irá nos salvar.

Cappio, Gandhi e o jejum como luta pacifista

Entrevista com Lia Diskin

Lia Diskin é argentina, residente em São Paulo. Jornalista, com especialização em Crítica Literária pelo Instituto Superior de Periodismo José Hernandez, de Buenos Aires, realizou estudos sobre Upanixades²⁷ na Vedanta Society em Uttar Pradesh, Índia. Especializou-se nos filósofos Nagarjuna²⁸ e Kamala Shila²⁹ no Centre for Tibetan Studies da Library of Tibetan Works and Archives em Dharamsala, Índia. Recebeu a medalha da Associação Cultural Internacional Gibran (ACIGI) por “Acréscitar ao Progresso do Ocidente a Sabedoria do Oriente” (1986). Conselheira para assuntos latino-americanos do Comitê Internacional Pró-Tibet, Washington, EUA., foi responsável pelas visitas do Dalai Lama ao Brasil e à América do Sul. Em 1998, criou o Projeto Gandhi e a Não-Violência, que foi realizado com a Polícia Militar do Estado de São Paulo, do qual participaram 82.600 efetivos e do projeto Não-Violência e Segurança Pública (que também coordenou), com a Academia de Polícia Civil do Estado de São Paulo, do qual participaram 36.000 efetivos, que aconteceu em maio de 1999. Além disso, Lia Diskin coordena o Comitê Paulista para a Década da

Cultura de Paz, um programa da Unesco e orienta os programas destinados a professores da rede pública de ensino Valores que não têm preço, Gandhi e a não-violência, e A Paz em Ação, que já treinaram mais de 40.000 professores. É membro da World Wildlife Fund (Fundo Mundial para a Natureza) – projetos internacionais para a Preservação da Natureza e das Religiões. Traduziu e editorou mais de 40 livros, entre eles **Yoga, imortalidade e liberdade**, (São Paulo: Palas Athena, 1996), de Mircea Eliade, e **Minha vida e minhas experiências com a verdade** (São Paulo: Palas Athena, 1999), de Mahatma Gandhi.. É também autora e co-autora de livros sobre filosofia e educação, entre os quais citamos: **Paz, como se faz**, editado pela Unesco com o Governo do Rio de Janeiro, em 2002.

Na entrevista que concedeu a **IHU On-Line**, em 10 de outubro de 2005, Lia Diskin avalia o gesto do jejum de Dom Luiz Cappio como forma de sensibilizar as consciências apáticas “numa sociedade que sobrevaloriza o individualismo, a exclusividade, o prazer voraz”.

²⁷ Os Upanixades constituem o fim do ensinamento do Veda e o seu florescimento. Segundo os Upanixades, textos sagrados da Índia, o homem sábio vê e ama em seus filhos a presença do Espírito universal e eterno. Para eles, o sábio também reconhece no centro da alma de sua esposa a marca da alma do universo. Assim, se formos sábios, saberemos amar nossa cidade, nosso país, a humanidade, os amigos, os animais ou as florestas como partes de um todo cósmico em que estamos amorosamente imersos. (Nota da **IHU On-Line**)

²⁸ Nagarjuna: um dos maiores filósofos da Índia, viveu entre o 1º e 2º séculos. Essa foi uma época de mudanças para o budismo indiano. Aproximadamente quinhentos anos depois da morte de Buda, as escolas budistas proliferavam e discutiam sobre todo o alcance das doutrinas e práticas budistas. Além disso, elas também participaram de debates com as escolas não-budistas das quais as mais inovadoras, uma forma incipiente de Mahayana, produzindo uma nova literatura que reivindicava retornar esotericamente ao próprio Buda e que foi chamada de Prajna-Paramita (Perfeição da Sabedoria). Nagarjuna é o primeiro indivíduo associado pela tradição com o budismo Mahayana, a forma de budismo que desenvolveu a literatura do Prajna-Paramita. Para mahayanistas, Nagarjuna é considerado como tendo sido superado apenas por Buda em importância e profundidade de percepção. (Nota da **IHU On-Line**)

²⁹ Kamala Shila: grande mestre da meditação. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line – Como a senhora avalia o gesto de Dom Luiz Cappio, que assumiu um jejum ou greve de fome, para conseguir frear as obras do governo da transposição do Rio São Francisco?

Lia Diskin – É o gesto legítimo de alguém que conhece o dia-a-dia das populações ribeirinhas, suas dificuldades, desafios e frustração com promessas que se renovam a cada governo e nunca se cumprem. Na convicção de Dom Luiz Cappio, a transposição do Rio São Francisco agravaria a penúria de milhares de pessoas, que esgotaram todos os recursos legais para impedir sua realização. Aliado a isso, sua vocação religiosa o impele a dedicar o melhor de si para servir seu próximo, no exemplo vivo do próprio Cristo.

IHU On-Line – Por que uma reação assim choca a cultura contemporânea e faz com que o bispo fosse chamado de suicida pela mídia, de “judiar o corpo”, como foi o caso do presidente da República, ou de autoritário como foi o caso de alguns ministros?

Lia Diskin – É evidente que nos encontramos em uma sociedade que sobrevaloriza o individualismo, a exclusividade, o prazer voraz. Quando surge, no cenário nacional, alguém que está disposto a abrir mão, não de suas posses, títulos ou cargos – o que já seria uma afronta para o egoísmo –, mas sua própria vida, desencadeia sentimentos polarizados. Isto é justamente o que se busca com o jejum como instrumento de transformação social: sensibilizar consciências apáticas. Nesse sentido, o jejum de Dom Cappio foi um rotundo sucesso! Seu silêncio ascético, abrigado na aridez do Nordeste brasileiro, ecoou no mundo todo com mais força e ousadia do que discursos proferidos na ONU.

IHU On-Line – Qual é o sentido do jejum no pensamento e na vida de Mahatma Gandhi?

Lia Diskin – Quando falamos em Gandhi, não podemos esquecer o contexto cultural a que pertenceu, nem o fato de haver lutado contra várias frentes ao mesmo tempo. Por exemplo, contra o imperialismo britânico na Índia e contra o sistema de castas no seu próprio país. O jejum para Gandhi tem um propósito purificador, no sentido de re-

mover a ignorância cujas conseqüências provocam sofrimento, humilhação, desamparo. Para ser eticamente efetivo, deve cumprir três pré-requisitos: 1) realizar-se por motivos que atendam necessidades do bem comum, de outros, de muitos. Não é aceitável fazer uso do jejum para benefício próprio, ou de causas auto-referentes; 2) ater-se às exigências da verdade, comprometendo-se com a transparência das informações, evitando tanto quanto possível a manipulação e o sigilo; e 3) não ter por objetivo a destruição ou descrédito de alguém em particular, isto é, não ser movido pelo ódio, raiva, ciúme ou inveja.

IHU On-Line – Como, no caso de Gandhi e do hinduísmo, o jejum está intimamente ligado à luta pela paz e pela não-violência?

Lia Diskin – O jejum exige do autor um repertório de atitudes que nascem da autodisciplina, autocontrole e autopurificação. Não é uma técnica disponível para todos. Obviamente, todos podemos jejuar, mas fazer uso do jejum para alcançar mudanças coletivas está reservado a muito poucos. Esses precisam ter estatura moral, autoridade espiritual e contar com o respeito e consideração da comunidade. É a admiração dos outros que outorga poder e dignifica o sacrifício do jejuador.

No caso de Gandhi, a não-violência é o compromisso maior, e deve estar presente em todos os procedimentos ou meios de ação política. Longe de ser passiva, a não-violência revoluciona a dinâmica do conflito, pois não busca derrubar um oponente, mas preservar sua integridade física e psicológica. O alvo dos métodos de resolução pacífica de conflitos é o comportamento, lei, costume ou atitude que oprime, subjuga, imobiliza ou impede o pleno exercício da condição humana. O que se condena não é o tirano, mas o ato de tirania. Desse modo, sempre fica aberta a possibilidade de conversão, a transformação do tirano, podendo tornar-se um futuro aliado e promotor de relacionamentos, permeados pelo respeito e pela confiança mútua.

IHU On-Line – Quais eram os interesses contra os quais Gandhi lutou em sua época usando o jejum como instrumento?

Lia Diskin – O jejum foi utilizado por Gandhi como método de evidenciar injustiças em quatro frentes: 1) contra o racismo na África do Sul; 2) na luta pela independência da Índia, subjugada pelo Império Britânico; 3) contra o sistema de castas de sua própria sociedade; 4) para minimizar o ódio religioso entre hindus e muçulmanos.

IHU On-Line – Qual é o sentido místico do jejum? O que ele produz naqueles que o fazem?

Lia Diskin – O jejum, o voto de silêncio, o recolhimento das atividades e a oração ou meditação são vias de limpeza interior, purificação. A avalanche de estímulos que recebemos diariamente exaure nossa capacidade criativa e de renovação interior. Transferimos geralmente o nosso poder espiritual para as coisas, pessoas e instituições. Assim, criamos amuletos, ídolos, seitas e gurus, dos quais mais tarde exigimos soluções eficazes, proteção e cura. No fundo, usamos a lógica mercantil de investir “recursos” para auferir “lucros”. O que se busca com o centramento, com a quietude, é ampliar a capacidade de percepção da realidade, tornando nossa presença no mundo fonte de benefícios e inspiração para todos quantos nos rodeiam. Fazer de nós um instrumento de paz, como dizia São Francisco, é a obra à que se dedica um educador de si próprio.

IHU On-Line – Que aspectos do pensamento e a vida do líder pacifista poderiam iluminar hoje mais a sociedade brasileira?

Lia Diskin – Penso que a arquitetura conceitual e vivencial da metodologia da não-violência, tanto para promover mudanças individuais quanto transformações sociais. Os índices de violência nas grandes capitais brasileiras são preocupantes, descaradamente incivilizados. Insistir em sistemas repressivos é retrógrado e se mostra ineficiente.

Há outras vias, ainda não implementadas em grande escala, que se mostram promissoras e salu-

tares. Exemplos concretos são a mediação de conflitos, a justiça restaurativa e as terapias comunitárias, que começam a germinar no Brasil de maneira silenciosa. É questão de tempo e persistência ou, como gosta de dizer Edgar Morin,³⁰ “há que se ocupar as brechas, as frestas, para redescobrir o humano”.

IHU On-Line – Como a senhora vê o debate sobre desarmamento, a pergunta sobre proibição de armas e munições que será feita no referendo do próximo dia 23?

Lia Diskin – O debate sobre o desarmamento está sendo um grande exercício nacional de cidadania, de reflexão e capacidade de argumentação. Seja qual for o resultado do referendo em 23 de outubro, o tema tomou as ruas, as salas de aula, os bares, as conversas em família. Isso por si só já justificou a proposta da consulta popular. Entretanto, é necessário esclarecer que o objetivo do Estatuto do Desarmamento não é desarmar os criminosos. Essa é uma função da polícia. Não podemos ser ingênuos nem iludir a população. Precisamos disponibilizar informações e estudos que permitam às pessoas tirar suas próprias conclusões. Esses estudos revelam que a presença de uma arma em casa é mais um fator de risco do que de proteção: uma pessoa com arma em casa tem 57% mais chances de ser assassinada do que aquela que está desarmada, com o agravante de que o assassino termina por apropriar-se da arma que supostamente tinha o objetivo de proteger.

IHU On-Line – Algum outro aspecto que queira destacar e não foi perguntado?

Lia Diskin – Sim, gostaria de manifestar publicamente minha admiração pelo gesto corajoso e singular de Dom Luiz Cappio. Não convocou as massas para jejuar com ele, nem ostentou sua decisão em praça pública. Assumiu conscientemente os riscos e, sem ódio nem ressentimentos, levou à frente sua visão.

³⁰ Edgar Morin: sociólogo francês, autor da célebre coleção **O método**. Embora seja estudioso da complexidade crescente do conhecimento científico e suas interações com as questões humanas, sociais e políticas, se recusa a ser enquadrado na Sociologia e prefere abarcar um campo de conhecimentos mais vasto: filosofia, economia, política, ecologia e até biologia, pois, para ele, não há pensamento que corresponda à nova era planetária. Além de **O método**, é autor de, entre outros, **A religião dos saberes. O desafio do século XXI** (São Paulo: Bertrand do Brasil, 2001). (Nota da **IHU On-Line**)

As cabras do Padre Lyra: reflexões de um dinossauro aposentado, sensível ao jejum do frei Cappio

Por Paulo Couto Teixeira

Recebemos e publicamos o artigo de Paulo Couto Teixeira (“Pulika”). Pulika é artista plástico e secretário de Ação Social e Direitos Humanos da Diocese Anglicana de Brasília. Foi, de 1972 a 1989, técnico do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Ampliada), onde ajudou a organizar a Reunião de Trabalho sobre Política de Desenvolvimento Rural do Nordeste (Ipea-Sudene, 1982), e secretariou a Comissão Interministerial para ordenação e elaboração do Projeto Nordeste. Ele é especialista em Planejamento Econômico e Social (UnB), em planejamento do Setor Público (Cende/Ipea), em projetos de desenvolvimento rural integrado (IDE/Banco Mundial), e também formou-se no Curso de altos estudos em política e estratégia (Caepe-Escola Superior de Guerra). Aposentado desde 1994, pertence ao quadro de inativos do Ministério do Planejamento. Ele contribuiu gentilmente com a revista **IHU On-Line** na 133ª edição, com as ilustrações sobre o tema da mística. O título da revista é **Delicadezas do Mistério. A mística hoje**.

*Não se deve confundir a lua com o dedo
que aponta para a lua
Aforismo budista*

*Se tiveres ouvidos para ouvir,
comerás o fruto saboroso da terra
Isaías*

A polêmica sobre o projeto de Transposição de Águas do São Francisco não é apenas ideológica. Tem interesse de todo tipo. Muita gente de olho na bolsa da viúva. Inclusive latifundiários e seus laranjas das bandas do São Francisco, que também querem puxar para o seu prato um pouquinho do rico pirão que já não dá para todos. Muito pouco, mas muito menos mesmo sobrar para os pobres, que, infelizmente, neste país e particularmente no Nordeste, só são lembrados quando se quer justificar um projeto de interesse dos graúdos. Autorizados os recursos, banana pra eles!

No meu tempo,³¹ todos os projetos de recursos hídricos e de crédito rural, subsidiados, às vezes, com juros negativos, destinados à pobreza rural nordestina, devem ter sido apropriados pela oligarquia em quase sua totalidade. Os que conseguiram conter um pouquinho foram alguns pequenos programas regionais, como o Polonordeste,³² no que respeita ao crédito rural. Mesmo neste caso, apenas uma parte mínima dos recursos aprovados era descontingenciado. Portanto, doce

³¹ Aqui o autor se refere ao período em que trabalhou como técnico do IPEA, de 1972 a 1989. Criado há 40 anos, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada é pioneiro na disseminação de informações e conhecimentos sobre a área econômica do país. Vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA produz pesquisas, projeções e estudos macroeconômicos, setoriais e temáticos com o intuito de subsidiar o governo na produção, análise e difusão de informações voltadas para o planejamento e a formulação de políticas. (Nota da **IHU On-Line**)

³² Polonordeste: Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste, instituído em 1974, para promover a modernização da agropecuária em áreas selecionadas da região. (Nota da **IHU On-Line**)

ilusão imaginar que estes recursos agora chegarão aos pobres. É só ver quem se beneficiou com os projetos de irrigação da Codevale,³³ no São Francisco, e tantos outros, construídos com o suado dinheirinho dos impostos e que acabam por ser apropriados pelos grandes grupos.

Realmente, o projeto do Dr. Ciro Gomes é de encher os olhos, pra inglês nenhum botar defeito. Os números são, de fato, impressionantes, e a epopéia de levar água assim de um lugar para o outro tão distante é muito sedutora. Principalmente se vem enfeitada com temperos sociais. Os responsáveis afirmam que o discutiram à exaustão com todo o mundo. Mas aparentemente esqueceram os especialistas em análise governamental de projetos (se é que eles existem ainda, coisas de dinossauro...), aptos a medirem o custo-benefício dentro da boa técnica, ou seja, levando em conta o uso alternativo dos recursos dentro das finalidades propostas (“custo de oportunidade”). Para eles, importa o bom aproveitamento dos recursos públicos escassos, numa alternativa de apropriação que, atendendo aos objetivos econômicos e sociais, possibilite disponibilizar o máximo de meios para as demais finalidades sociais. Em outras palavras: o valor a ser absolutizado é o alcance dos objetivos socioeconômicos (“a lua”), e o valor relativo à maneira pela qual estes objetivos são alcançados (“o dedo que aponta a lua”). Não é acertado fixar-se numa estratégia *a priori* (movida por interesses), e impô-la a qualquer preço, mas sim fixar-se nos objetivos e escolher a melhor alternativa para consegui-los, com base na escassez relativa de recursos e nos benefícios líquidos de cada alternativa, comparando-as. Na melhor das hipóteses, o que deve ter acontecido é que se tomou a decisão (política) de fazer o projeto, com base nos canais do São Francisco, passando por cima de outras possibilidades razoáveis e menos onerosas que poderiam ter sido mais exploradas. Por isso, é legítimo supor que existem outros interesses atrás de muitas boas intenções.

Alternativa que mereceria ser encarada com seriedade é, em vez de fazer canais, começar ago-

ra das sub-bacias existentes em cada estado nordestino, de maneira a assegurar melhor aproveitamento da água já disponível, que somente a longo prazo precisaria ser reforçada, ao que consta. Existe ainda muita água disponível em rios nordestinos perenes e no subsolo, mas muito mal-utilizada. No meu tempo de Ipea (já faz muito tempo!) relatórios indicavam que a maioria dos poços perfurados era sem condição de uso por falta de manutenção, e eles, bem como os açudes e os rios, localizavam-se em terras particulares (em geral latifúndios). Nada indica que esta situação tenha mudado, que a estrutura agrária tenha deixado de piorar. E quem sofre com a seca são os pequenos proprietários e produtores rurais sem terra. Seria um estudo interessante justapor os mapas dos canais previstos e dos rios beneficiados pelo projeto, com os mapas relativos à realidade agrária das áreas que serão atendidas. Isso foi feito?

Certa vez, o Ipea determinou que eu fizesse um estudo visando a propor ações de apoio a uma fundação em São Raimundo Nonato, Piauí, dedicada aos pequenos criadores de cabras no sertão. Na região, encontrei uma fazenda financiada com recursos públicos subsidiados, onde o proprietário “cercou” o único rio perene da área, fazendo uma “lingüiça” de terras ao redor de suas margens, e ali implantou um oásis com vacas, árvores frutíferas etc. Em conseqüência, as cabras ficaram sem ter onde beber. Este deve ser um caso extremo, mas é uma realidade assim que talvez se queira contornar insistindo em trazer mais águas de longe, que, com toda a certeza, não servirão para compensar os prejuízos dos sertanejos do Padre Lyra.

Certamente, Dom Luis Cappio nada entende de custo benefício, mas sou-lhe muito grato por ter intuído o canto dos dinossauros e conseguido estancar, pelo menos por uns tempos, com um gesto simples e dramático, o rolo compressor dos grandes interesses que, desde remotas eras, mandam neste país e que agora estão por trás desse tal projeto-vitrine, abrindo-nos uma esperança de

³³ Codevale: Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. (Nota da **IHU On-Line**)

que, quem sabe, desta vez os recursos do povo poderão ser utilizados em benefício dos brasileiros excluídos, sempre esquecidos. Mas muito mais ainda por lembrar-nos, profeticamente, que somente na Paz, fundada na Justiça, é que os pobres

enfim vencerão. E que a força dos pequeninos é a Paz e a organização, gratuitas e generosas, sem custo de oportunidade.

Longa vida a dom Cappio!

“O gesto do bispo foi uma glorificação do suicídio”

Entrevista com Nelson de Sá

A **IHU On-Line** entrevistou, por telefone, o jornalista Nelson de Sá, do jornal Folha de S. Paulo, sobre a cobertura dada por ele próprio e a mídia em geral à greve realizada por Dom Luiz Cappio entre 26 de setembro e 6 de outubro de 2005, contra a transposição do Rio São Francisco. Na Folha desde 1985, Nelson de Sá foi redator, editorialista, correspondente em Nova York, editor-assistente de Brasil e Mundo, secretário-assistente de Redação, repórter especial, crítico de teatro e editor da *Ilustrada*. No teatro, após cursar interpretação e dramaturgia, foi assistente de direção de Zé Celso Martinez Corrêa na montagem de *As criadas*, de Jean Genet, e co-tradutor de *Hamlet*, de Shakespeare. Dirigiu, em 2003, sua primeira peça, *4.48 Psicose*, de Sarah Kane. É autor de ***Diversidade: um guia para o teatro dos anos 90***, publicado pela Editora Hucitec.

IHU On-Line – Em artigo publicado na sua coluna, no dia 4 de outubro de 2005, o senhor se referiu a Dom Luiz como “o bispo suicida”. Vê mesmo no ato dele um gesto suicida?

Nelson de Sá – Nas declarações, ele disse: “Vou até o fim, vou dar a minha vida”. Ele estava disposto a se matar. Fora da minha alçada jornalística, eu também trabalhei em teatro e dirigi uma peça sobre suicídio. Estudei um bocadinho o assunto. Eu não consigo ouvir quieto quem estimula o martírio. Sei o quanto isso afeta as pessoas que

têm propensão para a coisa. O que houve foi uma glorificação do martírio, uma glorificação do suicídio. Isso me irrita profundamente, porque tem gente que vai pagar por isso e não vai ser o bispo. A não ser que ele esteja disposto. Não dá para brincar com isso. Não se pode falar “vou morrer” e depois não morrer.

IHU On-Line – Então Dom Luiz estaria fazendo apenas uma ameaça?

Nelson de Sá – Pelo jeito, ele já cedeu. Que brincadeira é essa? Ele brincou com o suicídio assim, na boa! Há gente que não acha isso engraçado.

IHU On-Line – O senhor estabeleceu também algum tipo de relação entre Dom Cappio e Frei Tito (citando a agência de notícias que leva seu nome). Está querendo marcar diferenças ou semelhanças entre a Igreja da década de 1970 e a contemporânea?

Nelson de Sá – Não sei se eu posso chegar a tanto. Nessa história da transposição e da greve de fome, a coisa não se limita apenas à greve ou ao gesto de ameaçar com a própria morte. A Igreja do Nordeste está dividida, porque metade dela fica para cima do Rio São Francisco e metade fica para baixo. É inevitável que se dividisse porque uma parte vai ganhar, e a outra talvez até perca. A outra questão é que, obviamente, a história do frei Tito³⁴ é diferente. Eu estudei a história dele porque usei uma imagem dele nessa peça que eu diri-

³⁴ Frei Tito de Alencar Lima (1945-1974): foi um religioso dominicano nascido em Fortaleza. Envolvido no compromisso político, assumiu a direção da Juventude Estudantil Católica em 1963 e foi morar em Recife. Em outubro de 1968, foi preso por estar participando de um congresso clandestino da União Nacional dos Estudantes em Ibiúna. Foi fichado pela polícia e tornou-se alvo de perseguição da repressão militar. No início de 1970, Frei Tito foi torturado nos porões da “Operação Bandeirantes”. Em 1971, foi deportado para o Chile e, sob a ameaça de novamente ser preso, fugiu para a Itália. De Roma foi para

gi. Ele foi torturado durante dois meses pelo Sérgio Paranhos Fleury³⁵ e ficou louco. Não conseguiu fazer mais nada. Foi para a França e se suicidou lá. A história foi diferente porque ele não fez um gesto de ação. Ele não foi como esse bispo ameaçou ser ou como os suicidas do Oriente Médio fazem, que usam a própria morte como arma política. Frei Tito se matou simplesmente porque não agüentava mais a vida. No caso do bispo, existe um elogio ao martírio, e isso é aquele último empurrãozinho que pessoas em desespero, como o frei Tito, precisam para se matar.

IHU On-Line – Qual é a sua opinião sobre como a imprensa em geral tem se posicionado na cobertura da greve de fome do bispo e da transposição do Rio São Francisco?

Nelson de Sá – Depende de onde vai sair essa minha resposta (risos). Eu acredito que grande parte da imprensa, da cobertura feita pela televisão, pelas rádios, pela Internet e pela imprensa escrita, meio que embarcou, no início da história, no louvor ao martírio, porque entrou no mesmo ritmo da crítica que vinha sendo feita ao escândalo político, com uma postura do tipo “vamos con-

tinuar batendo...”. Demorou, mas acordaram. Então, parou um pouco. Suicídio é um tabu para qualquer jornalista que tenha algum tempo de profissão. Sabemos que não podemos tratar do suicídio como se trata de chacina todo final de semana. Precisamos tomar cuidado, porque estudos comprovam que divulgar suicídio afeta pessoas que têm depressão ou coisas do gênero. É preciso tratar isso da maneira mais responsável possível. E não foi feito isso, o que é curioso.

IHU On-Line – A imprensa foi irresponsável então nesse sentido?

Nelson de Sá – É um pouco vago falar de imprensa em geral, até porque eu não acho que a *Folha* tenha sido, mas teve muita gente que embarcou bonito no negócio.

IHU On-Line – E como o senhor avalia que a Folha de S. Paulo se posicionou até então?

Nelson de Sá – A *Folha* foi contida dentro do possível com a história, porque também é uma notícia. Mas sem louvor ao martírio, sobretudo nas edições dos últimos dias, tentando tratar tecnicamente do assunto.

Paris, onde encontrou refúgio entre os dominicanos. Traumatizado pela tortura que sofreu, Frei Tito submeteu-se a um tratamento psiquiátrico. Seu estado era instável. No dia 10 de agosto de 1974, um morador dos arredores de Lyon, encontrou o corpo de Frei Tito, suspenso por uma corda. Uma foto de Frei Tito de Alencar Lima é a última imagem do documentário *Ato de Fé*, que trata da relação dos frades dominicanos com a Aliança Libertadora Nacional (ALN). O filme foi exibido no dia 19 de maio de 2005, último dia do *Simpósio Internacional Terra Habitável: um desafio para a humanidade*, promovido pelo IHU. Com direção de Alexandre Rampazzo e produção de Tatiana Polastri, o filme já foi comentado nas páginas da ***IHU On-Line***, por Amir Labaki na edição 113, de 30 de agosto de 2004, e por Jurandir Freire Costa, na 137ª edição, de 18 de abril de 2005. (Nota da ***IHU On-Line***)

³⁵ Sérgio Paranhos Fleury: delegado e torturador do DOPS de São Paulo, na época do regime militar. (Nota da ***IHU On-Line***)

Relação fé e política

- ✓ A relação fé e política. Uma reflexão a partir da luta contra a transposição do Rio São Francisco
Entrevista com Pedro Ribeiro de Oliveira
- ✓ Fé e Política. Os debates arejam e ajudam a precisar posições
Por Luiz Alberto Gómez de Souza

A relação fé e política.

Uma reflexão a partir da luta contra a transposição do Rio São Francisco

Entrevista com Pedro Ribeiro de Oliveira

Pedro Ribeiro de Oliveira é doutor em Sociologia, pela Université Catholique de Louvain, na Bélgica. Atualmente, é professor da PUC-Minas. Dentre suas obras, destacamos **Fé e política: fundamentos** (Aparecida: Idéias & Letras, 2004), **Reforçando a rede de uma Igreja missionária** (São Paulo: Paulinas, 1997) e **Religião e dominação de classe** (Petrópolis: Vozes, 1985).

“Lula justifica seu poder pela votação recebida nas urnas. Formalmente, ele não está errado, na medida em que uma eleição majoritária expressa a vontade popular. Mas quando levamos em conta que as eleições são ganhas por ‘marqueteiros’ que ‘vendem’ a imagem do seu candidato, temos todo direito de questionar os políticos que se legitimam unicamente pelos votos recebidos. Quantos corruptos são reeleitos e arrogantemente alegam terem sido ‘absolvidos’ pelas urnas?”, relata o sociólogo Pedro Ribeiro de Oliveira, em entrevista concedida à **IHU On-Line** e publicada nas **Notícias do Dia** do site do IHU (www.unisinos.br/ihu), em 27 de janeiro de 2008.

O segundo jejum que Dom Luiz Cappio fez por 23 dias pode não ter resolvido o problema do projeto de transposição do Rio São Francisco, mas certamente ampliou o debate acerca deste debate. Nesta entrevista, Pedro fala sobre a relação fé e política a partir deste episódio. “É preciso não exagerar a oposição entre Lula e Dom Cappio. Quem faz oposição radical ao governo Lula é FHC e seus aliados do antigo PFL”, afirma o sociólogo.

IHU On-Line – No que diz respeito à transposição do Rio São Francisco, há duas posições bem claras que foram evidenciadas

pela greve de fome de Dom Cappio. Ontem, o bispo e Lula, e tantos que estão hoje no governo estavam juntos na oposição à transposição. Hoje, estão em campos radicalmente opostos. O que aconteceu?

Pedro Ribeiro de Oliveira – É preciso não exagerar a oposição entre Lula e Dom Cappio. Quem faz oposição radical ao governo Lula são FHC e seus aliados do antigo PFL. É claro que, no que toca o projeto da transposição, suas posições de fato se opõem radicalmente, mas em outros campos é possível encontrar pontos de convergência. Não posso falar por Dom Cappio, mas falo por mim mesmo. Aprovo a política de Direitos Humanos e o apoio de Lula à autonomia investigativa da Polícia Federal, para citar apenas dois exemplos. Agora, quanto à sua pergunta sobre o que terá acontecido, eu não sei ao certo. Lula e Dom Cappio se colocam em campos opostos quando se trata de modelo de desenvolvimento. Está aí um Plano de Aceleração do Crescimento que sacrifica a ecologia e almeja antes o crescimento econômico do que a qualidade de vida do povo brasileiro. Isso não era proposto pelo Lula que fez a Caravana da Cidadania e que entusiasmou a todos. Ou seja, foi Lula quem mudou.

IHU On-Line – “O saldo do gesto de frei Luiz Cappio demarca as margens e estabelece um abismo moral entre companheiros que até ontem bebiam da mesma água”, afirmou, recentemente, um membro da Comissão Pastoral da Terra. O senhor concorda com a constatação? Por quê?

Pedro Ribeiro de Oliveira – Concordo que há um distanciamento, sim, mas não um “abismo moral”. “Abismo moral” é o que existe entre os que nos alinhamos com Dom Cappio e o ex-presidente Sarney, por exemplo, que é mestre em clienelismo político. Com antigos companheiros há divergências, sim, mas enquanto forem respeitados os princípios éticos, sempre haverá possibilidade de diálogo e entendimento.

IHU On-Line – Para alguns, Dom Cappio não deveria utilizar sua condição de bispo para tomar uma posição em relação à transposição do Rio São Francisco. Em seu mais recente artigo, o senhor afirma que esse gesto do bispo pode ser justificado pela situação grave. Há ainda espaço para a religião na sociedade hoje ou ela não tem nada a dizer sobre o político?

Pedro Ribeiro de Oliveira – É evidente que há espaço, e muito, para a religião na sociedade atual, desde que ela tenha uma mensagem de esperança para quem tem a vida ameaçada pelo apetite voraz do mercado. Foi nessa situação de vidas ameaçadas (não esquecer que água é fonte de vida!) que a palavra profética de Dom Cappio se fez ouvir. Uma palavra profética não é apenas religiosa, mas também ética. Melhor dizendo, é um imperativo ético expresso pela linguagem religiosa. Alguns podem achar que a linguagem religiosa está fora de moda, mas eu penso que ela continua sendo um veículo adequado ao discurso ético. Não é único, certamente, mas isso não significa que possa ser descartado sem mais.

IHU On-Line – Em sua opinião, Dom Cappio misturou e confundiu fé e política?

Pedro Ribeiro de Oliveira – Não! Haveria mistura se entre elas não houvesse a ética. A fé cristã tem imperativos éticos não apenas em defesa da vida individual, mas também em defesa da vida coletiva. Uma fé sem ética social não é cristã; é uma fé ou uma religiosidade subjetiva. Também a política tem uma dimensão ética indispensável: a obrigação de colocar-se a serviço dos Direitos Humanos e dar prioridade ao bem comum antes dos

bens particulares. Em outras palavras, é preciso considerar a ética da política e não só a ética na política. E a religião, como eu disse acima, é um veículo da ética. Foi o veículo usado por Dom Cappio, como seria de esperar-se de um religioso.

IHU On-Line – Para o Dom Cappio, “Lula é autoritário”. Como o senhor analisa a atitude de Lula, que não aceitou nenhum tipo de negociação com o bispo e os movimentos sociais?

Pedro Ribeiro de Oliveira – Lula justifica seu poder pela votação recebida nas urnas. Formalmente, ele não está errado, na medida em que uma eleição majoritária expressa a vontade popular. Mas, quando levamos em conta que as eleições são ganhas por “marqueteiros” que “vendem” a imagem do seu candidato, temos todo direito de questionar os políticos que se legitimam unicamente pelos votos recebidos. Quantos corruptos são reeleitos e arrogantemente alegam terem sido “absolvidos” pelas urnas? O governo Lula não tem primado nem pelo diálogo com os setores populares organizados nem pela politização dos debates. Devemos reconhecer que, ao contrário do anterior, este governo não criminalizou os movimentos sociais nem as greves, mas é preciso ter claro que Lula e as pessoas que o cercam têm usado o prestígio, acumulado em mais de trinta anos de lutas sociais, para desmobilizar os movimentos e grupos capazes de criticarem o governo a partir de uma perspectiva de esquerda. Assim, quando terminar seu governo, quase não terá contribuído para um avanço político da sociedade. Ao contrário, em 2010 teremos eleições despolitizadas, nas quais os marqueteiros vão ganhar muito dinheiro. Ou seja, Lula não é propriamente autoritário. Mas seu jeito popular talvez encubra um político da velha estirpe brasileira.

IHU On-Line – O bispo foi “intransigente” afirmou um ministro. O senhor concorda?

Pedro Ribeiro de Oliveira – “Intransigente”, não. Firme, sim. Dom Cappio aceitou negociar com o governo e quem não quis conversa, alegando não poder enfraquecer a autoridade do Esta-

do, foi o presidente da República. Talvez possamos dizer que Dom Cappio não usou uma boa estratégia política, iniciando seu jejum sem antes mobilizar uma rede de apoio. Eu, que sou mineiro, teria feito mais articulações antes de tornar público o protesto. Mas Dom Cappio não é mineiro...

IHU On-Line – Para o senhor, a partir da conjuntura política brasileira hoje, quais são os limites para a relação entre a fé e a política? Que tipo de articulações podem ser apontadas a partir dessa relação?

Pedro Ribeiro de Oliveira – Vejo dois grandes limites. O primeiro é o respeito às ideologias, desde que não contrariem os princípios éticos do cristianismo. Explico. Não há quem faça política, ou mesmo quem aja na sociedade, que não seja guiado por idéias-força – idéias imbuídas de valores. Dentro do espaço da fé cristã, há espaço para diferentes ideologias, embora não para todas. Distinguir os limites de legitimidade do pluralismo ideológico não é tarefa fácil, mas com certeza eles existem. Isso significa que não posso identificar a fé com uma ideologia, ainda que seja a ideologia do Papa. O segundo limite é o respeito às mediações socioanalíticas, porque são elas que definem as condições de possibilidade de realização de um projeto político. A fé não suprime a necessidade dos estudos técnicos e sociológicos que dão os parâmetros de viabilidade de um projeto. Respeitados esses dois limites, a fé cristã tem muito a dizer na política, seja como veículo da Ética, seja como alimentadora da Mística.

IHU On-Line – Em que muda a relação dos movimentos sociais e, em particular, das pastorais sociais com o governo Lula a partir da greve de Dom Cappio?

Pedro Ribeiro de Oliveira – A meu ver, o episódio acentua o distanciamento entre as pastorais sociais e o governo Lula. É difícil avaliar o quanto aumentou a distância, mas certamente ele criou uma profunda decepção entre as pastorais sociais mais voltadas para o trabalho de base, onde ainda há (ou havia?) confiança em Lula e seu grupo. O número e a convicção de quem ainda defende

Lula como “nosso” governo diminuiu. Quanto diminuiu, isso eu não saberia estimar.

IHU On-Line – O senhor afirma, em seu artigo, que esperava que o governo Lula utilizasse o poder do Estado para conter o capitalismo que continua a avançar. Em sua opinião, quais são as perspectivas de mudança para o futuro próximo?

Pedro Ribeiro de Oliveira – Quando o Senado derrubou a emenda que prolongava a CPMF, eu elocubrei sobre qual poderia ser a resposta de Lula. Ele iria para a TV e num pronunciamento à nação diria mais ou menos o seguinte: “Todos viram como durante todo este tempo me esforcei para atender as exigências dos grandes detentores de capital financeiro, na esperança de que eles vissem ajudar o povo mais pobre a melhorar de vida. Mas eles são insaciáveis. Só querem ganhar cada vez mais, nunca repartir. Pois bem. Acabou-se esta história de o Brasil ser um paraíso para os especuladores. A partir de agora, mudaremos a política macroeconômica, controlando o câmbio, baixando drasticamente os juros e o superávit primário, e taxando todo capital especulativo”. Haveria comoção no mercado, com certeza, mas aí reconheceríamos o Lula de 1989, 1994 e 1998, com propostas alternativas para o Brasil. Mas foi só um sonho de uma noite de verão. A fala de Lula foi justamente no outro sentido: “Acalmem-se os especuladores, porque a farra dos juros continua... no superávit primário ninguém vai mexer”. Ou seja, se não houve mudança até agora, não haverá mais.

IHU On-Line – Na pós-modernidade, e especificamente na atual conjuntura brasileira, quais são as possibilidades da presença pública da fé cristã? Neste sentido, o jejum de Dom Cappio traz alguma novidade?

Pedro Ribeiro de Oliveira – Uso aqui uma metáfora inspirada em Rubem Alves. O lugar da fé cristã na sociedade (pós) moderna de mercado não é mais – nem poderia ser – o de regente da orquestra da sociedade, como foi na cristandade europeia e nas sociedades teocráticas. Nós, cristãos,

já não formamos mais uma orquestra capaz de tocar para a sociedade (isto é dar o seu clima ético e cultural). Temos, no máximo, um conjunto de instrumentos musicais, capaz de dar um concerto, sim, mas só de música de câmara. Algumas igrejas optam por oferecer esse concerto a um público pequeno e seletivo. Outras preferem incorporar seus instrumentos à grande orquestra da sociedade, colaborando com ela para que a música seja

de boa qualidade. O jejum de Dom Cappio representa esta segunda opção: colocar-se a serviço de uma causa popular que vai muito além da religião. Não é propriamente novidade, porque há tempos estamos nesse caminho, mas é certamente um passo importante.

Fé e política. Os debates arejam e ajudam a precisar posições

Por Luiz Alberto Gómez de Souza

Luiz Alberto Gómez de Souza é graduado em Direito, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), pós-graduado em Ciência Política, pela Facultad Latino-americana de Ciencias Sociales (Flacso), de Santiago do Chile, e doutor em Sociologia, pela Universidade de Paris Sorbonne Nouvelle. Atualmente, é diretor do Programa de Estudos Avançados em Ciência e Religião da Universidade Candido Mendes. De sua vasta obra bibliográfica, destacamos **A JUC: os estudantes católicos e a política** (Petrópolis: Vozes, 1984).

Luiz Alberto Gómez de Souza enviou quatro artigos à **IHU On-Line**, com o objetivo de provocar um debate “mais quente” em relação aos problemas atuais do Brasil, como a transposição do São Francisco e as greves de fome do bispo Dom Luiz Cappio, que geram um conflito sério entre fé e política. Segundo Luiz Alberto, “os artigos agradaram a muitos e irritaram outros tantos”. “Meu lado espanhol gosta de peleias contra “desaforados gigantes”, não mais plácidos moinhos, mas a recusa de hidrelétricas e transposições”, afirma Luiz Alberto. “Ao lado de críticas muito enriquecedoras e de textos discordantes da melhor qualidade, tenho recebido ríspidas e mesmo desaforadas respostas, que são até boas para uma revisão interior e para trabalhar a virtude da paciência, que não é meu forte”, afirma o sociólogo.

No primeiro artigo, intitulado “Fé e política. Os debates arejam e ajudam a precisar posições”, publicado na página das **Notícias do Dia** do site do IHU (www.unisinos.br/ihu), em 22 de janeiro de 2008, Gómez de Souza fala sobre a relação

fé-política na atual conjuntura política brasileira. “Para mim, o problema central não é estar a favor ou contra um governo ao qual não pertenci, não pertencço, nem nunca tive ilusões de pertencer. Meus parâmetros são o que o povo pobre sente e espera, do lado oposto das elites atrasadas e egoístas”, afirmou.

No segundo artigo, “Fé e política (Pensando em meus mestres H. C. Lima Vaz e Ernani Maria Fiori)”, publicado na página das **Notícias do Dia** do site do IHU, em 31 de janeiro de 2008, Luiz Alberto nos convida a optar ou rejeitar “valentemente projetos políticos e técnicos, sem nos esconder nos pretextos da profecia, que é um gesto muito menos comum do que se pensa e seria uma arrogância querer aplicá-lo à ligeira. Muito menos o martírio”.

No terceiro artigo intitulado “‘Dai a César o que é de César...’ Fé e Política em discussão”, publicado na página das **Notícias do Dia** do site do IHU, em 4 de janeiro de 2008, ele distingue claramente fé e política ao afirmar “Porque sou cristão pela Fé, não posso ser cristão por ideologia, o que seria diminuir a Fé e confundir a opção política”.

No quarto artigo, intitulado “Uma prece a São Francisco: solidários com os pobres e livres dos fundamentalismos religiosos e ecológicos”, publicado na página das **Notícias do Dia** do site do IHU, em 15 de dezembro de 2007, Alberto Gómez faz uma prece para que “São Francisco nos ajude a ser solidários com todos os pobres do Nordeste e as populações ribeirinhas e ao mesmo tempo nos livre dos fundamentalismos religiosos ou ecológicos”.

Os debates arejam e ajudam a precisar posições

Gostaria, neste meio-tempo, entre a volta do Mosteiro da Anunciação de Goiás e o mergulhar, com minha família, nas raízes de origem em Lavras do Sul, de fazer um rápido balanço destas semanas de intensos debates, tentando descobrir seus ganhos, quando feitos com abertura de uns para com os outros, sem rancores ou suspeições. Vieram apoios de muitos lados, extremamente reconfortantes e alimentadores. Meu estilo e comparações cortantes, de um gaúcho-espanhol, às vezes podem ter ferido; peço então desculpas. Vieram, entretanto, com a intencionalidade de sacudir modorras ou certezas engessadas ou mesmo de provocar um debate mais aceso. Ao lado de críticas muito enriquecedoras e de textos discordantes da melhor qualidade, tenho recebido ríspidas e mesmo desaforadas respostas, que são até boas para uma revisão interior e para trabalhar a virtude da paciência, que não é meu forte. Mas, felizmente, o debate foi além de um problema técnico da transposição de um rio ou da posição do querido D. Cappio que, como tenho dito, não posso deixar de querer bem, como também a outras figuras singulares da Igreja Católica brasileira.

Em primeiro lugar, o pluralismo e as diferenças de opinião são excelentes para sairmos das mesmices e das pseudo-unanidades. Porém, trata-se de um pluralismo *ma non troppo*. Num país de conflito social profundo, ele tem limites. Há um corte separando-nos das elites do poder real, econômico e de outros interesses das classes dominantes. Refiro-me aqui ao pluralismo necessário e enriquecedor entre os que têm as mesmas posições básicas em comum e que, simplificando, são uma opção irredutível com os excluídos, a solidariedade com um planeta ameaçado, a construção da nação e o acompanhamento de um processo latino-americano em curso. Dentro desta família, há posições felizmente diferentes, para nos vacinar contra dogmatismos, generalizações e lugares comuns que viram verdades petrificadas.

O que, com alguns companheiros, nos fez abrir um debate que provocou apoios expressivos e fortes críticas? Foi um forte incômodo que senti-

mos, ao perceber uma certa confusão entre Fé e política, onde se misturavam argumentos técnicos e políticos com idéias de profecia, testemunho de fé e até martírio, num clima que me parecia às vezes passional, podendo escorregar para um certo messianismo ou um integrismo larval. Todos os textos atuais do debate agora insistem em que, na questão da transposição, trata-se antes de tudo de um problema político e técnico e os argumentos pró e contra vão nessa direção. Não era outra coisa que desejávamos desde o começo e penso que esta era a intenção também de Jung Mo Sung e outros. Deste ponto de vista, creio que valeu a provocação e sinto-me muito contente com esse resultado.

Diante dos setores secularizantes, modernos e auto-proclamados pós-modernos, tenho insistido na “força transformadora do sagrado”. Já o fiz, em 1986, num Congresso Latino-Americano de Sociologia, com um texto depois incluído em meu livro sobre a Utopia. Mas agora, queria discutir do outro lado, com minha própria gente, com quem compartilho profundas e comuns convicções. Fé e política não se confundem nem se entreveram, para usar termo gaúcho, como se fazia nos tempos da velha cristandade ou nas tentações de um integrismo consciente ou inconsciente. “Juntos pero no revueltos” é uma bela expressão latino-americana. Nem separados nem confundidos, mas articulados. Um dos ganhos da modernidade sobre as sociedades sacrais ou fundamentalistas foi fazer notar as especificidades próprias dos diferentes setores da realidade, com suas racionalidades próprias. A religião não mais se coloca acima, mas no coração mesmo da sociedade.

A Teologia da Libertação, em suas intuições fundantes, sempre insistiu nas mediações socioanalíticas. Para ela, na base estão a Fé em Jesus Cristo e a opção pelos pobres que dela se deriva, desde onde ela se situa, se pensa e impulsiona para a ação. No dizer de Gustavo Gutiérrez, “uma palavra coerente com uma prática”, mas sem um salto no vazio entre palavra e prática. Tem de levar em conta as mediações e as especificidades onde se desenrola a prática, nas autonomias – não separação – entre os vários campos do real. Isso é muito importante nos debates da política e da téc-

nica. Não há uma política cristã – tentação de partidos cristãos – nem respostas feitas nas novas fronteiras desafiantes e surpreendentes da bioética e dos novos questionamentos do saber e do fazer. Não podemos nos esconder, por exemplo, debaixo de um guarda-chuva dogmático que definiria *a priori* o que é natural ou anti-natural. Aliás, o que é considerado hoje natural não seria, às vezes, o anquilosamento de uma realidade que vai sendo ultrapassada?

A Fé, então, não teria nada a ver com tudo isso? Claro que sim, não como um catecismo de respostas feitas, mas como um lugar de questionamento permanente, que coloca exigências sempre mais fortes na solidariedade com os menores e excluídos, na defesa da pessoa humana e do planeta terra, nossa morada comum. Isso aprendemos, faz muitos anos, com o personalismo comunitário de Emmanuel Mounier e aí estão nas colocações da mais atual e ágil teologia, a partir da Teologia da Libertação.

Nem sempre as instituições eclesásticas estão preparadas para isso, prontas facilmente a repetir, a receitar ou a catar o que consideram desvios. E, às vezes, sensibilidades para a justiça social ou posições politicamente progressistas vêm curiosamente acompanhadas por um conservadorismo em outras esferas da vida pessoal – da sexualidade, da reprodução humana e do prazer, ou na área interna da instituição –, no medo de pôr em questão o autoritarismo em seus hábitos, ou de discutir francamente, no caso da Igreja Católica, temas como o sacerdócio aberto aos fiéis comuns, homens e mulheres, ou a revisão do celibato obrigatório (não o celibato escolhido livremente), fruto de tantas contrafações e aberrações.

Dito isso queria, neste balanço, entrar no terreno livre da sociedade e da política, onde não podemos esconder-nos equivocadamente atrás da Fé, que não pode ser justificadora de opções livres e mesmo divergentes. Repito o que tenho dito muitas vezes. Minha opção, desde a volta ao Brasil em 1977, foi de priorizar a sociedade civil e não o trabalho no Estado, onde nunca entrei desde então, em nenhum nível. Acredito num longo, profundo e contraditório processo de mutações sociais.

No passado, no começo dos anos 1960, com muitos de minha geração, experimentamos uma presença no Estado, no Ministério da Educação, do Trabalho, na Superintendência da Reforma Agrária. Tínhamos então a ousadia dos jovens e *O Globo* nos chamou uma vez, “as crianças no poder”, título de uma peça de teatro da ocasião. O golpe fez voar nossas expectativas e tivemos de mudar de trabalho, lugar no país ou partir para o exterior. A opção da volta levou alguns, respeitando e alegrando-se com outras opções, a não entrar em nenhum partido, nem ter nenhuma posição no aparelho de Estado. Betinho, num texto de que sou parcialmente responsável, o definiu magistralmente: “opção pela sociedade”. Ficamos no serviço e assessorias aos movimentos sociais, pastorais e CEBs.

Mas a experiência na sociedade civil me fez descobrir, aos poucos, o risco de um certo babilonismo, com o conseqüente desconhecimento de outras realidades indispensáveis para entender o Brasil das últimas décadas. Se da sociedade civil vicejaram movimentos como o MST e se mesmo dali surgiu um partido político, o PT, o processo mais amplo da construção da nação brasileira foi impensável sem a contribuição do Estado. E isso aconteceu pelo menos desde os anos 1940. Penso em períodos decisivos como o último Vargas (1950-1954), com seus jovens assessores, Rômulo de Almeida ou Jesus Soares Pereira ou nas audiências do período de JK. O período de Jango, com avanços decisivos e criatividade na cultura popular e na sindicalização rural, não soube evitar um processo de radicalização vindo da direita e que levou ao golpe. Sem aqueles dois primeiros períodos decisivos, não teríamos uma empresa da envergadura da Petrobras, nem o BNDES, ou Brasília. Viajando faz uns dias de Goiânia a Goiás, fui sentindo o dinamismo impressionante do interior do país e de como deixamos de ser um país costeiro, que vinha praticamente igual desde o tempo das capitâneas hereditárias, quando o São Francisco era realmente o rio da unidade geográfica daquele tempo. Hoje, isso passou para o Araguaia, para os afluentes do Amazonas ou da bacia do Paraná. Diante de tantas transformações que o Estado capitaneou, surgiu a reação pequena, médio-

cre e mesmo rabujenta dos que se opuseram ao processo. Se dependesse de Eugenio Gudín, estaríamos presos e à Standard Oil daquele tempo. Gustavo Corção era um crítico raivoso de Brasília (mega-projeto insensato, cujo dinheiro teria de ser gasto em coisas para ele mais prioritárias, fonte de corrupção, além de inviável...). E o líder de todos era Carlos Lacerda – ex-comunista, como Corção, também convertidos os dois ao catolicismo –, aquele apaixonado e desmedido, com o brilho destruidor de seu estilo, desde 1954 preparando o golpe que chegou dez anos depois e acabou terminando com ele próprio. Entre uma Tribuna da Imprensa de Lacerda, moralista e nas aparências enganosamente pura, com um jornalismo tecnicamente ruim e uma *Última Hora* de Samuel Wainer, de moral escancaradamente duvidosa, porém inovadora e instigante em seus articulistas, eu ficava com a última, mais mordente da realidade. Vieram os “anos da vassoura” de Jânio (ainda que, contraditoriamente, com uma política externa criativa), mas que os eflúvios étlicos fizeram sumir aos seis meses e novamente ocorreu uma tentativa golpista, abortada pela rede da legalidade de Brizola no Rio Grande de Sul.

Tínhamos, nesses anos, e pelo período Jango adentro, homens de visão como Celso Furtado e, no final, Santiago Dantas, tentando salvar o processo, diante da irresponsabilidade e radicalismo desta vez de um contraditório Brizola ou de Francisco Julião. D. Hélder sempre intuiu certo, apoiou a Sudene de Celso, de certa maneira foi responsável por sua criação, acreditou nesse país que estava surgindo e não nas cassandras barulhentas, mas nunca confundiu sua função de pastor vigilante com a tentação de uma liderança política (o fizera nos anos 1920, chefe integralista no Ceará e então ficou vacinado para sempre). Foi a grande figura da Igreja no período, numa relação madura e profunda da Fé, questionando e animando o processo político.

Saltando o período ditatorial, onde a Igreja tornou-se “a voz dos sem voz”, com figuras valentes e o crescimento das pastorais sociais e das CEBs, veio um tempo morno da redemocratização, dirigida pelas elites. As Diretas Já despertaram em parte a consciência cívica, que cresceu em

1989, com a campanha criativa do “sem medo de ser feliz”. Mas faltou força nas campanhas eleitorais de 1994 e 1998. Do tempo da primeira, é o texto de Betinho citado atrás: “para mim, mais importante que o Estado é a Sociedade... Não quero o Estado no planalto mas na planície... Apesar de não acreditar que eu vá viver muito (morreria exatamente três anos depois) o fato é que atuo como se a vida não terminasse numa eleição... minha noção de tempo é diferente...”.

Mas, no começo da década seguinte, a história surpreendeu e nos fez rever prognósticos e estratégias. As caravanas da cidadania puseram em contato um candidato, Lula, com o país profundo e com as camadas populares. Só em 1950 aconteceu algo similar, ainda que em escala menor, entre Getúlio e o povo. E em 2003, em meio a um enorme e irresistível entusiasmo, Lula chegou ao governo (não ao poder real, como foi ficando claro aos poucos). Mas no governo deu passos decisivos, dentro de um possível sempre aquém do desejável das expectativas e iniciou, a meu ver, outro processo histórico ambicioso de transformações. Entramos num outro período singular da história, para horror das elites atrasadas e desconhecimento de setores radicais da esquerda. Como disse um editorial de *Carta Maior*, de 18 de janeiro, uma realidade “que as pautas conservadoras tentam inutilmente esconder, o Brasil que pouco a pouco – e é verdade, numa velocidade ainda lenta demais – começa a resgatar sua dívida social”. Os mais impacientes, que apostavam num Estado todo poderoso e voluntarista, foram se desiludindo. Não assim o povo, que tem uma enorme paciência histórica, um incrível bom senso e que foi sentindo na pele os ganhos reais. Tudo isso pode ter interpretações diferentes e é democrático divergir.

Para mim, o problema central não é estar a favor ou contra um governo ao qual não pertenci, não pertencço, nem nunca tive ilusões de pertencer. Meus parâmetros são o que o povo pobre sente e espera, do lado oposto das elites atrasadas e egoístas. Estas até podem ter sido favorecidas por certas medidas econômicas ortodoxas, do que se aproveitaram, mas não criou nelas nenhuma fidelidade, num comportamento frio e pragmático, e

seguiram no fundo não tolerando um presidente operário, sonhando com um príncipe dos sociólogos de cultura acadêmica. Porém, tivemos um processo de paulatina inclusão social, com a irrupção de novos atores populares na sociedade e no Estado. A economia teve ganhos e índices positivos em 2007, ainda que não tenha levado a uma ruptura com o velho sistema; talvez cresceu por isso mesmo, numa realidade sempre contraditória. Poderia ter iniciado essa ruptura? Márcio Moreira Alves, referindo-se a uma mudança na política econômica, escreveu faz tempos com perspicácia, fazendo uma comparação imaginativa: é semelhante à dificuldade de descer do lombo de uma onça sem ser devorado por ela... Essa política ortodoxa permitiu avanços significativos na macroeconomia, ao lado, é claro, de uma política de juros incompreensível e tacanha. Porém, o mais importante é que houve um paulatino e efetivo processo de inclusão social. Os críticos de má vontade falarão de assistencialismo dos programas sociais. Para o povo atingido, é avanço mesmo. E, junto, chegou uma inteligente e criativa política externa, aberta à América Latina, que inaugurou novos caminhos e permitiu um processo regional promissor, onde Lula se mostrou um líder de grande maturidade. Vimos um diálogo inédito e exemplar, entre um operário e o índio Evo Morales, no outro lado das diplomacias tradicionais. No conjunto, as classes mais pobres seguem dando um forte apoio ao governo, em que pese a oposição das elites e os ataques virulentos de setores da própria esquerda.

Olhemos a equipe de governo e alguns políticos ligados a ele no cenário nacional, em que pese o mal-estar por certas alianças desagradáveis e difíceis de engolir, talvez em nome de uma governabilidade imediata, mas que são corrosivas a médio prazo. Creio que nunca tivemos tantas figuras singulares rodeando um presidente. Temos aí cristãos como Patrus Ananias, Gilberto Carvalho, Luis Dulci, Marina Silva, ministros como Tarso Genro, a competente e firme Dilma Rousseff, Paulo Vanuchi, José Gomes Temporão e Fernando Haddad em áreas decisivas, para citar alguns. Em plano regional, houve antes o trabalho de Jorge Viana que transformou o Acre, agora Marcelo

Déda no Sergipe ou Jaques Wagner na Bahia, João Paulo Lins e Silva em Recife (aliás Patrus foi um grande prefeito em BH). Na área externa, estadistas do quilate de Celso Amorim e de Samuel Pinheiro Guimarães. Ou figuras marcantes como Olívio Dutra no Rio Grande. Isso não implica unanimidade nas avaliações. Pode-se discordar desta ou daquela política governamental ou criticar desempenhos. Isso é pluralismo democrático.

Entretanto, o que me preocupa é quando se afirma, com irritação, que o presidente e sua equipe são traidores, ou que se bandearam para o outro lado – e por ampliação os que os apoiam. Aí entramos num espaço emocional que não ajuda na discussão. É por isso que não posso deixar de sentir então um tom à la Lacerda ou as rabujices de Corção, ainda que do outro lado do espectro ideológico. Como dizia meu mestre Ernani Maria Fiori, é a mesma *forma mentis*, uma matriz rígida e dogmática. E é comum encontrar essa estrutura mental em pessoas de origem religiosa, que transferem uma religiosidade baseada em certezas fixas e intolerantes para o plano da política. Dizer que todos são traidores, do presidente à sua equipe, considero honestamente um despropósito. Nunca ouviríamos isso de um analista sutil como Alceu Amoroso Lima, ou de um pastor atento como Hélder Câmara.

Qual a alternativa dos psois ou dos pstus, ou de independentes hiper-críticos que avisam que não votarão mais neste governo? Preparar, de fato, a volta do tucanato? Num debate antes do segundo turno, eu que representava os independentes pró-reeleição de Lula, ouvi alguém do POL declarando que votaria em branco. “Muito bem”, respondi, “como só valem os votos válidos, sua atitude não muda nada e você apenas fica à margem do processo”. Outro, com voz raivosa, declarou: “quero que Lula perca”. “Muito fácil”, respondi, “vote em Alckmin”. O público riu e o jovem furibundo escafedeu-se.

Faz muitos anos, apliquei ao FHC, no tempo em que era um simples e brilhante acadêmico, a seguinte expressão: “a lucidez infecunda dos que apenas querem ter razão”. Assim vejo alguns intelectuais em cima do muro, pontificando e brandindo Kant ou outros pensadores, aplaudindo gestos

simbólicos, mas com uma visão extremamente pessimista da política concreta. Ou certos puristas, para quem apliquei a frase de Merleau-Ponty dirigida aos cristãos e que ofendeu a alguns: “uns puros que têm as mãos limpas porque não têm mãos”. Responderam com certa dose de razão: vários deles estão profundamente comprometidos na sociedade. É verdade para militantes ativos em movimentos e em pastorais. Mas muitos deles, exigentes e com uma coerência rígida, não conseguem aceitar o jogo concreto de opções políticas tantas vezes contraditórias e parciais. E fala aqui um independente, que parte da sociedade civil, seu lugar próprio, mas que sente que não se pode furtar de um compromisso crítico com políticas públicas. Temos um bom exemplo. O MST tem uma posição dura e necessariamente crítica de políticas governamentais, porém sabe apoiar e participar de outras. Além disso, está pronto a sair às ruas ao menor sinal de tentativa de desestabilização do governo. Ele conhece muito bem quem é o inimigo real, do outro lado da vala do conflito social.

Sei que tudo isso é discutível, sujeito a críticas, mas faz parte de minhas “certezas difíceis” (Mounier), sempre prontas a serem repensadas. Temos pela frente eleições municipais. Vamos conseguir um bom número de prefeitos e vereadores que ajudem na caminhada da sociedade civil, onde se estão dando as mutações sociais mais decisivas? E as eleições nacionais mais adiante? Teremos um novo mandato que faça avançar o processo histórico começado, com todas as suas imperfeições e mesmo sujeito a revisões ou, em nome de um ideal aistórico e absolutista, ajudaremos a que volte o passado? Alguns responderão que ele já está neste governo. Recuso-me a esse simplismo e vejo que nas pesquisas os setores pobres também não vêem assim. O governo tem ampla aceitação e os radicais de esquerda se colocam de costas para esse sentimento popular. Quase certamente, Lula será o grande eleitor, gostem ou não alguns companheiros. A não ser que se diga que o povo está enganado, que foi comprado e que há que ensiná-lo a descobrir a “posição correta”. Assim sempre falaram as vanguardas iluminadas e descoladas e os partidos com consignas vin-

das de cima. O partido comunista fazia oposição feroz a Getúlio até sua morte (“lacaio do imperialismo”) e mudou em poucas horas a posição, quando viu a reação popular e seu descompasso diante dela. Também houve vários momentos de desencontro dos comunistas com a nação peronista na Argentina, em razão de suas teses importadas do Cominform e depois diretamente de Moscou.

Chega até nós uma declaração em 1904 da grande Rosa de Luxemburgo, por quem guardo especial carinho e admiração: “Os erros cometidos por um movimento operário autenticamente revolucionário são muito mais eficazes e têm mais importância histórica do que a infalibilidade do melhor comitê central”. Os comitês centrais se liquefizeram quase todos, na sua infalibilidade autoritária e os chamados “erros” do povo foram mostrando, no seu bom senso, que eram mais fecundos e verdadeiros do que as receitas de teóricos radicais. Será que sabemos ver, no Brasil de hoje, uma profunda sintonia entre as camadas do povo pobre e o governo? Gostaria de seguir acompanhando esse povo a partir da sociedade civil, onde sempre estarei, mas atento ao que a sociedade política vai permitindo. Não gostaria de deixar escapar, num momento singular, esse encontro profundo entre povo e governo, nas audácias de um país dinâmico que sabe, ao mesmo tempo, se transformar, impulsionar a América Latina numa conjuntura muito especial e, basicamente, estar a serviço da inclusão social.

Fé e política (Pensando em meus mestres H. C. Lima Vaz e Ernani Maria Fiori)

Mounier, em *Feu la chreétienté* (1950), pouco antes de morrer, tantos anos atrás, dizia que não se pode ser monarquista ou socialista porque cristão. Ele era um cristão que, com os instrumentos de análise social, fez uma opção socialista, não um socialista cristão, o que seria instrumentalizar a Fé e reduzi-la a uma ideologia e, além disso, não saber usar as categorias próprias das ciências sociais.

Fundamentalismo, em jargão cristão, é integralismo, um salto direto e no vazio entre a Fé e a opção política ou técnica. Respeitemos as distin-

ções de níveis, grande aquisição da modernidade, diante das velhas ou novas cristandades. Podemos ver renascer entre nós os aiatolás, com as melhores das intenções. Creio que Dante dizia que estas foram o chão dos infernos (ou do purgatório?).

Optemos ou rejeitemos valentemente projetos políticos e técnicos, sem nos esconder nos pretextos da profecia, que é um gesto muito menos comum do que se pensa e seria uma arrogância querer aplicá-lo à ligeira. Muito menos o martírio. Já falei disso em texto anterior. Jung Mo Sung nos está ajudando a pensar.

Respeito muito Cappio e tenho enorme carinho por ele. Mas não deveria utilizar sua condição de bispo para uma posição destas. Faça-o como cidadão e ribeirinho apaixonado. Quanto ao coro de emocionalidades e lágrimas que se levantou, deveria pensar um pouco mais nas distinções da teologia e da política. Não abastardemos profecia e martírio. Ato político é ato político e não pode se esconder atrás de uma batina ou dos gestos dos novos *bien pensants*. Que falta faz Mounier!

Um dos apoiadores disse ontem que agora o governo resolveu dialogar! Que loucura, desde o começo Gilberto e outros, incansavelmente, estão tentando. Claro, com rigidezes e simplificações de um ministro do próprio governo. Mas seu trabalho paciente topou com a inflexibilidade de Cappio e de seus assessores. Agora, o médico e o irmão dizem que acabou e greve e os assessores dizem que não. Porque não se substituem a ele? É fácil empurrar o outro para a morte. Aliás, nos jejuns, em princípio, ninguém morre. Gandhi sempre parou um pouco antes, mas manteve sua aura.

Uma profecia que se reduziria aos ribeirinhos, que não são os donos do rio e ao próprio rio, esqueceria todos os outros pobres nordestinos. Houve muitos debates técnicos e sempre um projeto pode ser melhorado, mas um governo não pode suspender tudo pelo gesto extremado de alguém, seja bispo ou não. A Justiça, por maioria, não viu argumentos técnicos sérios para parar o projeto.

É hora de um debate sério sobre categorias teológicas e políticas. Tenho a impressão que há muita política escondida atrás de uma declarada fé. Faz alguns anos, eu dizia que nos debates entre fé e política, tínhamos freqüentemente uma política com maiúsculas, instrumentalizadora e uma Fé com minúsculas. Em nome desta última, desconfio de certos movimentos que tendem para um certo integrismo, que não é propriedade da direita.

Terminando com Mounier, seu último e acesso debate foi com os católicos progressistas de seu tempo, um dos quais, que depois esteve em tantas posições, se chamava Garaudy. Há que ler seus textos publicados postumamente com o título: “As certezas difíceis” (*Oeuvres*, vol. 4, Seuil, Paris, 1963, p.11-284). Ali ele dizia: “Quando um monge começa a se agitar, a Igreja se pergunta com angústia se ele será um Lutero ou um São Francisco de Assis. Mas se essa efervescência de fronteiras é eliminada, nos separamos talvez de Lutero e nos privamos de São Francisco” (139). Num texto antigo, retomado neste livro: “[...] esta exigência (sair da tentação de uma ideologia e reflexos de esquerda ou de direita) nos dá um parentesco com os homens livres, especialmente este verdadeiro povo, talvez minoritário, aquele que não aceitou o sonho burguês e que dará sua alma à civilização que ele mantém por uma liberdade de coração, ainda que desajeitado em se exprimir. Será ele que salvará as forças da esquerda: o mais humilde serviço que nós poderíamos fazer, não seria renunciar à lucidez, mas unir nossa clarividência à sua generosidade, desembarassando-o e nos desembarassando das ideologias mortais” (p. 75). E o título de outro artigo é significativo: “Para um certo sangue frio espiritual” (p. 107). Ali está aquela declaração que coloquei na introdução de uma das partes de meu último livro: “O cristão não abandona o pobre, o socialista não abandona o proletário, ou eles abjuram seu nome” (fevereiro de 1950, dias antes de sua morte). Vejam que ele não mistura cristão e socialista, sendo ele próprio as duas coisas.

Dai a César o que é de César...” Fé e política em discussão

Num antigo texto escrito em 1965, “Os cristãos e as instituições sociais”, publicado no primeiro número da revista ecumênica *Paz e Terra*, eu já discutia os limites e as articulações da Fé e da política. Punha lado a lado dois textos desafiadores. Um de Cícero: “Nunca nossos antepassados foram mais sábios nem mais bem inspirados do que quando decidiram que as mesmas pessoas presidiriam a religião e governariam a república”. Rousseau, no *Contrato social*, voltou ao tema lamentando o desvio do cristianismo a esse respeito: “Jesus quis estabelecer na terra um reino espiritual. Com isso, separando o sistema teológico do sistema político, fez com que o estado deixasse de ser uno e provocou divisões internas que nunca cessaram de agitar os povos cristãos. Originou-se, nesse duplo poder, um perpétuo conflito de jurisdições, que tornou impossível uma boa política nos estados cristãos. Nunca se chegou a saber com certeza a quem obedecer, se ao senhor ou ao sacerdote” (IV-18).

Porém, em direção contrária, Jesus distinguiu entre Deus e César e os primeiros padres da Igreja sabiam bem disso, como o jesuíta Hugo Rahner mostrou com farta documentação. Mas a conversão do imperador Constantino voltou a trazer a confusão e o conflito entre os dois poderes, de César ou dos patriarcas, do Ocidente ou aqueles do Oriente. Veio a tentação teocrática, e os tempos do cesaro-papismo. Dante Alighieri, fino teólogo, diria na *Divina comédia*: “Roma, que tornou o mundo melhor, tinha o hábito de possuir dois sóis para iluminar o caminho, um da terra e outro de Deus. Um apagou o outro; a espada reuniu-se ao báculo. Os dois juntos irão necessariamente mal; se estão unidos um não teme mais o outro” (*Purgatório*, XVI, 106-112). Foi o drama da reconquista ibérica e da conquista do novo mundo, a cruz abençoando a espada empapada de sangue. Tariq Ali o mostrou terrivelmente no notável romance *Sombras da romãzeira* (Record, 2007). Meu filho Fernando Ribeiro fez o contraponto entre a avidez dos espanhóis no Peru e a mescla de intolerância e de pluralismo na Espanha e no Brasil de hoje,

em sua aventura pessoal, tendo a bebida sagrada dos incas, o ayauasca, como fio condutor em ambos os casos (*Os incas. As plantas de poder e um tribunal espanhol*, Mauad, 2005).

Vivemos na América Latina, por muito tempo, o padroato, a união da Igreja e do Estado. Graças à modernidade, esse equívoco foi sendo superado, com a resistência de bom número de católicos, habituados a serem de uma religião oficial. Até hoje, na Argentina, os presidentes, para alegria de muitos, juram “sobre los santos evangelios”, inclusive Menem, nada cristão e agora Cristina. Quantos acham bom ter um crucifixo nos tribunais e, em alguns países, nas escolas públicas. E querem impor para toda a sociedade suas opções religiosas sobre o matrimônio, a sexualidade, a reprodução e o uso das células-tronco, inclusive num momento em que esses temas estão sendo revistos dentro das Igrejas Cristãs, aí incluída a Igreja Católica. No Brasil, o positivismo republicano obrigou os católicos a aceitar a separação com o estado. Deus escreve direito por linhas travessas...

No Equador, houve um presidente, Garcia Moreno, que tentou voltar à teocracia, propondo que só os batizados fossem cidadãos e votassem. Um liberal o assassinou e abriu-se em Roma um processo de canonização, que não foi adiante. Na América Latina, os católicos eram conservadores e os liberais, anti-clericais. Divisão profunda no México, onde os católicos foram derrotados com o imperador marionete, o austríaco e loiro Maximiliano, pelo mestiço e anti-religioso Benito Juarez. A revolução mexicana, especialmente com Plutarco Elias Calles, combateria os católicos e destes saíram os “cristeros”, que lutavam aos gritos de “Viva Cristo Rei”. Pio XI, naqueles anos, instituíra a festa de Cristo Rei, para opor-se aos totalitarismos alemão e italiano, que tudo reduziam ao estado, mas criou uma bandeira política do outro lado, usada por Franco em sua terrível e anti-evangélica “cruzada” espanhola. Os carlistas, ali, matavam também aos gritos de “Viva Cristo Rei”, inclusive contra o presidente católico Aguirre, do país vasco e tantos padres e leigos católicos anti-franquistas assassinados naquela região. George Bernanos (*Les grands cimetières sous la lune*) e François Mauriac

se insurgiram contra isso e Jacques Maritain escreveu seu *Humanismo integral*, tentando superar a velha cristandade. Porém o fez parcialmente, já que falaria de “Nova Cristandade”, bandeira dos democrata-cristãos dos anos seguintes.

O Chile foi um caso interessante. A juventude conservadora, com Bernardo Leighton e Frei Montalva, rompeu com o partido oligárquico e criou a Falange, depois PDC, mas mantendo, em novas bases não reacionárias, as velhas posturas de uma política cristã. E mesmo mais tarde, outras rupturas, a Esquerda Cristã e os Cristãos para o Socialismo, continuaram a unir sem distinguir, fé cristã e opção política. O caso curioso e oposto foi o do teórico do PDC, Jaime Castillo Velasco, que se considerava agnóstico em religião, mas cristão em ideologia. Num debate com outro pedecista de posições semelhantes, declarei: “Porque sou cristão pela Fé, não posso ser cristão por ideologia, o que seria diminuir a Fé e confundir a opção política”. Mas ali, em 1964, o jesuíta belga Roger Wekemans, eminência parda de Frei Montalva, então candidato a presidente, chegou a escrever um artigo sobre a revolução na América Latina, na revista Mensaje, em que deduzia da fé uma doutrina, desta uma ética e da última uma política, para chegar a um programa. Caricaturando um pouco, é como se dissesse: há uma linha reta de Cristo a votar Frei para presidente. Poucas vezes a simplificação fé-política foi mais explícita. Seu compromisso político concreto levou Wekemans a fugir temeroso do Chile, em 1970, no dia seguinte da vitória de Salvador Allende (é verdade que havia em jogo elementos menos teóricos, tais como dinheiros de origem duvidosa).

No Brasil, felizmente, não tivemos um partido católico, como queria Jackson de Figueiredo em 1922, ao que se opôs o poderoso cardeal Leme. O pequeno PDC, que existiu uns anos depois, não chegou a ter a importância daqueles do Chile ou da Venezuela. Mas conste que a posição de D. Leme era de ficar num diálogo entre dois poderes, ao velho estilo. O primeiro Getúlio, astuto, que teve um filho significativamente chamado Lutero, manteve esse contato de dois poderes, o Estado Novo e a forte Igreja Católica. Com isso, nunca quis criar problemas com a Igreja e cedeu

muitas coisas a ela, inclusive não instituindo o divórcio permanente (houve, sim, um divórcio por umas horas, para favorecer o filho Lutero e um compadre estancieiro gaúcho).

Os tempos da Ditadura Militar introduziram um elemento histórico que modificou o panorama. Aliás, as reflexões teóricas sempre têm de levar em conta conjunturas especiais e abrir-se a situações particulares, que podem trazer modificações temporárias. Nesse momento, os partidos se reduziram a caricaturas, os sindicatos perderam uma autonomia que tinham ganho pouco antes, os movimentos sociais foram desarticulados. No espaço social, ficou a Igreja, como “a voz dos sem voz”. FHC, falando aos jovens do MDB de Porto Alegre, naqueles tempos, teve uma *boutade* com algum fundo de razão: “No Brasil só há um verdadeiro partido político, a Igreja Católica”. E ela valentemente denunciou os atentados contra os direitos humanos, a repressão e a tortura. D. Cândido Padim mostrou a dimensão anti-evangélica da doutrina da segurança nacional do general Golbery. Aí estava no seu papel de consciência ética de uma sociedade espezinhada e amordaçada, o que foi um momento de testemunho e de profecia, como o fizeram cristãos antes, na resistência popular durante a segunda guerra mundial. Só que outra parte da Igreja dialogava com desembaraço com os militares. Mas, quando veio a redemocratização, voltaram os partidos, os sindicatos e os movimentos. Alguns cristãos chegaram a ter nostalgia do tempo em que estavam sós na oposição. Uns analistas apressados, com as velhas categorias da relação fé-política, vaticinaram o declínio da Igreja nessa nova fase. A partir das pastorais sociais, como uma de suas correntes fundantes, entre outras, nasceu o Partido dos Trabalhadores, mas que nunca e nem de longe se considerou um partido cristão. De setores da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) no Sul, e de uma paróquia de Ronda Alta, germinaram sementes do futuro e o mais importante movimento social do país, o Movimento Rural dos Trabalhadores sem Terra (MST), que cresceu laico e não confessional (na sua “mística”, entretanto, guarda curiosamente sinais de religião secular). Lembro que alguns, na CPT, bem no princípio, em casos

que acompanhei de perto, não acolheram bem esse desdobramento, vendo-o não como uma complementaridade secular, mas como um rival potencial. Felizmente, não tivemos sindicatos cristãos, como na França ou na Itália. O processo de secularização, depois da ditadura, se deu quase naturalmente, de maneira pouco conflitante. E a Igreja desapareceu? Ao contrário. Não refluíu para o espiritual, o que seria uma maneira falsa de colocar o problema (espiritual versus temporal), mas de seu lugar social, seguiu dando luzes para opções sociais e políticas dos cristãos, que tiveram de usar outras mediações nas suas opções temporais concretas. Voltarei a isso mais adiante.

É pelo menos incrível ver posições diferentes em países da América Latina. No Chile, durante a terrível ditadura, parte significativa do episcopado criou a Vicaria da Solidariedade, e a Igreja foi um espaço de refúgio e de denúncia. Na Argentina, a situação, ao contrário, foi grave e escandalosa. Ali, o núncio, mais tarde importante cardeal da cúria romana, era companheiro de esportes do almirante Massera, da Junta Militar; capelães militares acompanhavam as torturas (um foi julgado recentemente). Porém, um bispo, Angelelli, foi assassinado, duas freiras francesas também e alguns poucos bispos permaneceram valentes e ousados. Uma mesma Igreja Católica em tantas posições diferentes.

É hora, aqui, de introduzir algumas reflexões. Nos anos 1960, surgiu, na América Latina, a Teologia da Libertação, que não era uma opção política, como disseram alguns analistas apressados ou mal informados. Na concepção de um de seus fundadores, Gustavo Gutiérrez e também de Ronaldo Muñoz, de Jon Sobrino ou de Leonardo Boff, que veio logo no início, ela era antes de tudo uma nova maneira de fazer teologia, articulando – não confundindo – Fé e vida, “uma palavra coerente com uma prática” (Gutiérrez). Isso foi também visto claramente por outro teólogo dessa corrente, com idéias originais, Juan Luís Segundo, vindo de um Uruguai secularizado. Não era uma ideologia política, mas uma reflexão sobre a Fé iluminando vivências, numa Igreja que nascia do povo pela ação do Espírito, como proclamado nos primeiros inter-ecclesiais das CEBs brasileiras. A re-

lação entre palavra e prática exigia mediações sócio-analíticas. Isso estava claro no livro *Teologia da Libertação* de Gutiérrez e nas reflexões seguintes de Clodovis Boff.

Em texto anterior, indiquei como o pensamento personalista-comunitário de Emmanuel Mounier teve uma influência decisiva em minha geração, indo além da filosofia de Jacques Maritain. Nos anos 1960, sua influência nos levou, na Juventude Universitária Católica (JUC), movimento oficial da Igreja, a criar, para fazer política, um movimento não confessional, laico e pluralista, a Ação Popular (AP), socialista democrático, alguns de nós mantendo pessoalmente o espaço eclesial, indispensável para um bom discernimento evangélico. Gustavo Gutiérrez viu na JUC de 1960, as sementes da posterior Teologia da Libertação do final daquela década. Esse processo não foi fácil, com velhos hábitos de opções não-binárias: vários companheiros abandonaram a Fé e ficaram somente com a política, que chegou a adquirir um caráter semi-religioso, especialmente na fase maoísta da AP. E os cristãos foram sendo obrigados a deixar o movimento ou a renegar publicamente sua Fé.

Na Europa, nos anos 1930, a Igreja vivera tentações ao lado dos setores conservadores, mas a luta clandestina contra nazismo e fascismos, na década seguinte, levava muitos cristãos a opções heróicas e à morte. Porém, ao mesmo tempo, seguia o compromisso de parte da hierarquia com as direitas. Pio XI tinha chamado Mussolini de “uomo della provvidenza”. Sem falar na implacável cruzada na Espanha (o atual papa, num ato que não pode deixar de ter conotações políticas e reabrir feridas, acaba de beatificar dezenas de cristãos mortos do lado franquista). O general de Gaulle, chegando ao poder na libertação da França, pediu a Roma a destituição de boa parte do episcopado, simpatizante do governo títere do marechal Pétain em Vichy. Só a habilidade do núncio Angelo Roncalli (futuro João XXIII), reduziu o afastamento a dois ou três. Porém, no pós-45 europeu, um anti-comunismo temeroso trouxe de volta a tentação dos partidos cristãos. Mesmo os cristãos chamados progressistas tiveram a mesma matriz dos posteriores cristãos para o socialismo na Amé-

rica Latina: o cristianismo como ideologia. Foi quando, entre 1945 e 1950, ano de sua morte, veio o alerta de Mounier: ele não era socialista porque cristão, mas um cristão que, à luz do Evangelho, com a mediação dos instrumentos próprios das ciências sociais e políticas e das exigências da técnica, tomava uma opção socialista. Inclusive aceitando que outros cristãos, a partir de análises nesses planos autônomos, tomassem outras posições, mesmo de direita, desde que, para essa decisão, não quisessem apropriar-se indevidamente da Fé.

A modernidade, como indicado, trouxe as diferenças dos espaços, o religioso, o social, o cultural, o político e o técnico. Tenho dito em escritos que o povo nem sempre faz essas distinções e vive unidas, no dia-a-dia, a religião e suas lutas sociais; reza nos sindicatos e prepara ações políticas nas pastorais. Mas compete aos agentes de pastoral tomar cuidado e introduzir uma reflexão séria, em nome da Fé e da especificidade e autonomia dos vários planos da realidade. Eles se entrelaçam, se articulam, mas não se confundem, como nos tempos pré-modernos. O pluralismo e o campo aberto da liberdade e da democracia obrigam a tomar cuidados e a não mascarar com a Fé decisões que vêm de outros planos. Vale notar que, no Brasil, não há relação exclusiva entre pastorais sociais e CEBs com o PT. Pesquisas de Pedro Ribeiro de Oliveira, durante os inter-ecclesiais das CEBs, mostraram os membros destas afiliados a vários partidos. Claro que uma maioria estava ligada ao PT, por afinidades naturais e inelutáveis, mas até o PFL esteve presente (e agora poderíamos introduzir o PSOL e o PSTU).

Alguém que leu um texto anterior que escrevi, concluiu em comentário na *Carta Maior*, que minha posição era igual à dos governos militares: cristão nas sacristias. Nada disso. Cristãos nas lutas sociais e no combate à pobreza e à exclusão, não como donos da verdade ou com receitas prontas tiradas de uma doutrina cristã. Para julgar tecnicamente um projeto de uma hidrelétrica ou a transposição de um rio, um engenheiro da Coppe ou de algum centro de pesquisa, têm melhores instrumentos de análise do que um militante de pastoral ou um bispo. Estes precisam defender os direitos dos oprimidos, lembrar falhas éticas e sociais dos

projetos, denunciando visões tecnocráticas, mas não deveriam tomar decisões inflexíveis e absolutas sobre temas muito complexos. Nem usar seu poder religioso ou sua visibilidade simbólica para impor decisões que precisam ser discutidas seriamente pela sociedade nos seus elementos seculares, éticos, políticos e técnicos.

Faz alguns anos, houve um forte debate sobre o tema de Fé e política: *Cristãos: como fazer política* (coleção Fazer, Vozes, 1987). Diante de uma proposta para que os cristãos fizessem coletivamente uma opção política, vários nos posicionamos contra. Na ocasião, escrevi: “Se o processo de secularização fez descobrir a consistência própria dos processos históricos e com isso ajudou a afastar a tentação de ver o religioso como a base ideológica do político, agora, num tempo de profunda crise de civilização, a potencialidade transformadora do sagrado indica os limites dessa mesma secularização do mundo moderno e a imprescindibilidade do mistério e, no caso dos cristãos, da Fé em Jesus Cristo. Visto de outro ângulo, um processo de depuração e de autonomia do histórico, em lugar de esvaziar o sagrado, pelo contrário, o reforça em sua posição radical”. Lugar iluminador e questionador, de onde temos a obrigação de tomar partido, mas sem tirar da algibeira receitas cristãs.

Olhando o panorama internacional hoje, vemos que o problema da secularização e da abertura à modernidade (acompanhado ao mesmo tempo de uma crítica severa às duas), é bem menos conflitante no Brasil. Atatürk tentou modernizar à força a Turquia no começo do século XX, teve certo êxito nas classes média e alta das cidades, mas do campo vem hoje a reação islamista (ver o notável romance *Neve*, do prêmio Nobel de 2006, Orhan Pamuk, publicado nesse mesmo ano). O xá do Irã também quis ocidentalizar à força, na submissão aos Estados Unidos, e vieram os aiatolás, para refazer um poder islâmico fundamentalista. Benazir Butto – corrupta ou não – tentou secularizar o Paquistão e foi assassinada. Nas fronteiras desse país com o Afeganistão, na velha rota da seda, os talibãs intolerantes e outros grupos fanáticos estão dinamitando as maravilhosas estátuas de Buda esculpidas na rocha, num crime contra

uma crença e contra a cultura universal. Guerras de religiões – entre xiitas e sunitas do mesmo Islã, com um passado de tolerância – ou religiões nas mãos de terroristas – Al Qaeda, sionistas ortodoxos, Bush/Cheney. A globalização introduz contaminações sub-reptícias, o que nos obriga, inclusive no Brasil, a não resvalar na direção da moda fundamentalismo/integrismo, mesmo mitigado. Um analista instigante, Edward W. Said, pode servir-nos de guia: fiel a seu povo palestino e, até sua morte, totalmente imerso no mundo secular e moderno de Nova York (cf. *Reflexões sobre o exílio. Orientalismo – O Oriente como invenção do Ocidente e Cultura e imperialismo*, todos lançados pela Companhia das Letras). Os místicos souberam superar os fundamentalismos asfixiantes. Assim o muçulmano andaluz do século XII, Ibn ‘Arabi, falava do “homem universal, que leva em si a semente de todos os seres e é capaz de abraçar toda a verdade”. João XXIII, nuncio na Turquia, aberto ao Islã, irmão do povo hebreu, sonhando com a unidade dos cristãos, queria dialogar com “todas as pessoas de boa vontade”, independentemente de crenças e convocou um concílio para um aggiornamento, encontro ainda que tardio com o mundo moderno, no lado oposto dos integrismos. Mas nosso profeta Hélder Câmara, amigo do bom Papa João, disse uma vez, melancolicamente: “Constantino continua a viver dentro de nós”.

O sacerdote e teólogo italiano Ernesto Balducci escreveu um livro desafiante, *L'uomo planetario* (Camunia, Brescia, 1985). Ali diz no final: “Esta é minha profissão de fé, debaixo da forma da esperança. Quem ainda se declara ateu, ou marxista, ou laico e necessita de um cristão para completar a série de representantes no palco da cultura (ou na galeria das opções políticas, L.A.), não me procure. Sou apenas um homem”.

* * *

Uma vez dito isso, o cristão, que deveria ver no Evangelho uma instância iluminadora e a opção irrenunciável pelo pobre e pela justiça – nem todos assim o vêem –, teria de passar a fazer julgamentos e opções políticas a partir da ética, de análises das ciências sociais e econômicas e de estudos técnicos. Para não alongar este texto, com o risco de simplificações, mas querendo desafiar

para um debate franco e democrático, introduzo uns poucos pontos que levam alguns de nós, como cidadãos, a se posicionar, ao lado de outros com diferentes crenças ou sem elas. Vivemos numa sociedade pluralista, onde a religião não deveria trazer soluções, mas exigências e questionamentos.

No meu caso, com Betinho e outros, ao voltar ao Brasil ao final dos anos 1970, optamos por não entrar em partidos políticos, porém trabalhar com movimentos sociais e, no caso dos cristãos, com pastorais e CEBs. Betinho, em artigo irretocável de agosto de 1994, exatamente três anos antes de sua morte, chamou tal posição de opção pela sociedade. Entro mais em detalhes no livro *A utopia surgindo no meio de nós*, de Luiz Alberto Gómez de Souza. A sensação era de que não tínhamos diante de nós um processo revolucionário voluntarista descendo do poder político, mas uma longa e penosa construção da democracia e da justiça social, ao nível profundo de mutações sociais. Mas passei a ver claro também que as políticas públicas de um governo, sempre convivendo com os limites de um possível aquém de um desejável, poderiam ser fundamentais para a construção da nação e de uma nova sociedade. O paradoxal, como tenho insistido várias vezes, foi que alguns independentes sem partido tiveram mais paciência e confiança no governo Lula do que os que queriam logo transformações radicais a curto prazo. Vários petistas se desiludiram, esperando soluções drásticas vindas de cima. Com o que não conseguiram ver os ganhos crescentes e progressivos que o povo sente na pele, melhorias e transformações que se fazem diante de nossos olhos – sempre sujeitas, claro está, a críticas severas e a revisões (assim, a falta de uma real reforma agrária é um escândalo). Os resultados de políticas econômicas complexas e contraditórias (é só ver os indicadores positivos ao final de 2007) e de políticas sociais que incidem no cotidiano dos pobres aí estão para quem deixa cair viseiras ou preconceitos abstratos e ideológicos. Esperamos que não haja retrocessos pela frente, num terceiro período governamental, onde Lula provavelmente será o grande eleitor. Mas não podemos assinar um cheque em branco. Pelo momento, vou apostando em Dilma Rousseff, Patrus Ananias ou Tarso Genro.

Essa é uma opção que não fluiu diretamente da Fé, mas presumo, salvo engano, de uma presença atenta na sociedade. Pelo contrário, aqueles que ficam numa Fé sem mediações tendem a opor-se a políticas concretas, em nome de exigências absolutizadas, sem raízes no real. Os fundamentalistas das diversas crenças, conservadores ou progressistas, ancorados só nessas crenças, correm o risco de ter uma moral que vai se transformando em inflexível moralismo. No mundo católico, o fundamentalismo leva o nome de integrista.

O mais grave é quando, no embate das paixões, se fala aqui e ali, que vivemos numa ditadura e se combate apaixonadamente o presidente, num clima neo-lacerdistas. Para os que têm memória curta, isso foi feito violentamente pelo então chamado “corvo do Lavradio”, contra o último Vargas (50-54) e contra Juscelino (55-59), responsáveis, como Lula, de diferentes maneiras e com limitações, pela construção de nossa nação. Também se acena com a alternativa de uma “democracia real”, virtual e futura, vaga e sem rosto. Para os que viveram o período das verdadeiras ditaduras militares em nosso país, no Chile, no Bolívia ou na Argentina, essa conclusão sobre uma ditadura atual é intolerável e anti-histórica. Muito mais grave se feita em nome de um ato religioso que se petrifica numa recusa sem arestas. Num país que já viveu vários messianismos, há sempre a tentação de criar mais um, pelos sertões – como em Canudos – ou nas margens de algum rio... Então, uma crítica ética, técnica ou política, sempre necessárias, pode escorregar num perigoso plano inclinado de afirmações peremptórias e transformar-se, inconsciente e quase imperceptivelmente, numa bandeira política oculta no estandarte de uma fé confusamente político-religiosa, que pouco falta para virar uma cruzada.

Uma prece a São Francisco: solidários com os pobres e livres dos fundamentalismos religiosos e ecológicos

“São Francisco nos ajude a ser solidários com todos os pobres do nordeste e as populações ribeirinhas e ao mesmo tempo nos livre dos fundamentalismos religiosos ou ecológicos”

Para quem gosta de análises lineares e simplistas, nas quais não entram as contradições da realidade, é difícil ouvir os dois lados de um problema, encerrando-se cada um em seu absoluto. O problema da transposição do São Francisco tem elementos humanos, ecológicos e técnicos, às vezes de difícil harmonização. Entretanto, uma análise madura não pode escamotear a multiplicidade de ângulos e de tensões. Ficar só com os primeiros elementos é encastelar-se numa ética sem raízes materiais; optando só pelo último é encerrar-se num tecnicismo frio. As populações ribeirinhas das barragens do Uruguai ou de Tucuruí, ainda ontem, sofreram violências, as últimas vivendo o envenenamento pelo apodrecimento das madeiras submersas. Ambas tinham razão ao defender seus direitos. Mas, ao mesmo tempo, as barragens e as usinas são necessárias se queremos energia para transformações na infra-estrutura produtiva. Em meu tempo como chefe na FAO, pude sentir como técnicos da Codevasp se interessavam sobretudo pela arquitetura interna dos projetos como o de Sobradinho, com pouca sensibilidade diante dos problemas humanos das populações atingidas. Mas estas, por sua vez, nas mãos de assessores ideológicos radicais, não recebiam as informações necessárias para uma tomada de posição mais abrangente e realista.

Fernando Lugo, ex-bispo e possível novo presidente do Paraguai, tem razão de questionar a maneira como seu país foi tratado, na construção de Itaipu, pelos governos militares brasileiros, mas não pode esquecer também o papel nefasto dos políticos corruptos paraguaios que se locupletaram amplamente. Por outro lado, é necessário constatar tudo o que Itaipu representa de avanço para o país. Há, geralmente, dois lados na realidade.

Tenho amigos técnicos que estão convencidos de que a transposição é viável, necessária e positiva, se tomadas algumas precauções. Outros se opõem também com argumentos técnicos. Há aí um debate sério que vem sendo realizado, com a presença de Dilma Rousseff, Marina Silva e outros membros do governo. Mas evitemos escapar pela tangente do tema: opor transposição ou cisternas, medidas que podem ser ambas necessárias e caminhar paralelas. Aliás, o plano de um milhão de cisternas está sendo realizado com a participa-

ção do governo, da Caritas, da ASA e de parceiros internacionais. Poderia alcançar mais rapidamente as metas, mas já vai chegando aos poucos a níveis expressivos. Uma alternativa não substitui a outra.

Que o plano técnico de uma possível transposição tem de levar em conta os interesses das populações ribeirinhas é inquestionável. Mas há também que entender as necessidades de outras áreas do semi-árido, onde sub-regiões mais ao norte da Bahia têm necessidades imperiosas. Acompanhei, na Conferência dos Bispos, desde alguns anos, fortes diferenças entre os que proviham dos diversos nordestes.

Observando, nestes dias, manifestações acaloradas contra a hidrelétrica do Madeira, com custos ao que faz crer razoáveis e benefícios a longo prazo para gerar energia, prevejo o mesmo tipo de protestos para as outras hidroelétricas na região. Que empreiteiras como a Odebrecht pensem basicamente nos seus lucros, faz parte da lógica perversa do sistema. Compete às outras empresas públicas e ao Estado chamar a atenção para os problemas humanos e ambientais. Porém, os que protestam, uma vez mais, não têm ao lado deles assessores capazes de ir muito além do emocional e do ideológico. No começo da Revolução Industrial, os pequenos produtores artesanais destruíam máquinas e novos teares, que punham em perigo seu ganha pão tradicional. Mas sabemos o que a nova tecnologia trouxe de avanço histórico. Por desinformação, no começo da industrialização soviética, os operários levavam as máquinas para suas casas. Veio a reação oposta e dura dos tecnocratas querendo defender os interesses do novo estado (e seu poder como nomenclatura nascente) que, superando um tempo de transição da NEP, chegou ao pior e repressivo estalinismo, que dizimou operários e camponeses. Estaremos prisioneiros de falsas ou simplistas alternativas?

É claro, precisamos de fontes de energia limpa, não poluidoras; as eólicas são bem-vindas, mas estão engatinhando. Temos outras fontes alternativas que a criatividade brasileira vem experimentando. Alguns pedem as nucleares, mas depois de Chernobyl dá para ficar um pouco reticentes. E o Brasil tem incríveis recursos hídricos. Os

ambientalistas são contra umas fontes e outras. Mas o que fazer: prepararmo-nos para apagões mais à frente e um enorme freio à produção e à geração de emprego, em nome da defesa da natureza, como se as pessoas não fossem parte do planeta? Há um ecologismo fundamentalista paralisante.

A China cresce acelerada à força de uma terrível poluição – emulando os Estados Unidos –, desenraizando populações rurais e com o uso de trabalho praticamente escravo. Um filme chinês recente mostrava os resultados terríveis e destruidores para grandes populações rurais com a construção de uma enorme barragem. Em Nova Delhi, vi com espanto um processo acelerado de industrialização convivendo com populações morrendo nas ruas, rodeadas de vacas sagradas intocáveis. Não haverá outras saídas? Como unir transformações econômicas indispensáveis com políticas sociais agressivas? Quando se fala das primeiras, ouvimos afirmações contundentes: políticas neoliberais. E diante das segundas os mesmos clamam: assistencialismo. No fundo há um cheiro azedo de má vontade principista.

Fala-se de transformações estruturais necessárias. Há que saber defini-las bem e entender que, para sua efetivação, há um processo longo e não instantâneo pela frente. Ou gostaríamos de recair nas receitas estatizantes e dinossáuricas do socialismo real que apodreceu? É imperdível o filme alemão *A vida dos outros*, para os que tiveram crises com o fim inglório de uma contrafação de socialismo. Em nome da recuperação de um socialismo democrático, com o qual penso alinhar-me, transformações têm a ver com o crescimento gradual e difícil das forças produtivas, unido à criação de novas relações de produção, sem as quais os avanços seguem nas mãos dos setores dominantes.

Mas, sem as primeiras, teríamos estagnação que também recairia sobre as populações menos favorecidas. Não está já sendo experimentado, diante de nós, um círculo virtuoso em gestação, entre políticas econômicas concretas e ambiciosas e políticas sociais efetivas? Os dados dos últimos dias mostram um PIB crescendo 1,7% no último trimestre do ano e 5,6% frente ao mesmo período em 2006.

A meta de crescimento de 5% anual vai se fazendo plausível. A aceitação do governo cresceu em três pontos, na última pesquisa Ibope desta semana, apesar de campanhas violentas contra ele nos grande meios de comunicação. 51% dos entrevistados acha este governo ótimo ou bom. O povo sente na pele os resultados, mais que os ideólogos encurralados em seus preconceitos e no desconhecimento do país real. Nem se deram conta do impacto de programas tais como luz para todos, que mudou o cotidiano do mundo rural. Por outro lado, a derrota da CPMF, num senado elitista e cheio de chantagistas que absolveu Renan, representa o fim de um imposto que favorece os mais pobres.

Em texto anterior, referi-me a posturas ideológicas – para Marx, visão invertida da realidade – que não conseguem subir do abstrato dos princípios de um idealismo filosófico, à materialidade do concreto. Há, atualmente, um udenismo de esquerda que bate monotonamente na tecla de um moralismo sem raízes no real, principista e absolutista. Os que viveram no Chile a sabotagem do MIR ao governo Allende, em aliança de fato com os golpistas, acreditam estar vacinados contra essas posturas.

Vejamos neste contexto a Igreja Católica, com o bispo de uma diocese baiana pobre – Barra – no seu segundo jejum. Tivemos uma grande geração de bispos latino-americanos que começou com Dom Hélder, Leonidas Proaño no Equador, Mendes Arceo no México, quase todos agora mortos ou aposentados. Mas ainda estão aí, atuantes e mais livres, pois sem responsabilidades administrativas, Pedro Casaldáliga, José Maria Pires, Cardinal Arns, Tomaz Balduino, Waldyr Calheiros, Clemente Isnard. Partiram cedo demais Franco Masserdotti e Jorge Marskell, mas segue conosco Moacyr Grecchi e foram surgindo o valente Demétrio Valentim e o indomável Erwin Krautler. É interessante que vários são estrangeiros, mas assumiram com paixão sua condição de brasileiros. Algo se move no episcopado.

Nas últimas eleições para presidente, não foi eleito o secretário geral anterior, candidato natural à presidência, hoje cardeal, mas o sucessor do grande Luciano Mendes de Almeida em Mariana,

o inteligente e receptivo Geraldo Lírio. E, entre eles, há anos foi surgindo uma figura iluminada, grandes olhos alternando transparência quase ingênua com firmeza de convicções, o franciscano Luiz Flávio Cappio. Chamei-o uma vez, em reunião de bispos, “meu bispinho”, nova luz e esperança. Ainda frade, fez por um ano a bela romaria das nascentes do São Chico à sua foz, tão bem analisada em sua tese de doutorado por Nancy Mangabeira Unger, em texto que merecia ser publicado. Em reunião de seu regional, recém-nomeado bispo, falou de temas congelados da Igreja (celibato obrigatório, ordenação de casados e de mulheres...), o que lhe valeu uma reprimenda inoportuna e fora de lugar do núncio. Trazia nele luz própria e alguma coisa de profeta. Porém, já na primeira greve de fome, preocupou com uma inflexibilidade e um absolutismo num caminho de difícil retorno. Os profetas, por mais incisivos e ásperezos que tenham sido, sempre deixaram abertas as portas para o reencontro. Isso está claro em Isaías, profeta da dor punjente – o servo sofredor –, mas também da alegria. Jó, no despojamento mais absoluto, não se isolou e obteve de Iahweh a reconciliação. Faltou algo semelhante nas atitudes de Cappio em defesa de seu rio. Digo isso porque me move para com ele um grande carinho e sinto uma expectativa posta em questão.

Depois daquele primeiro gesto extremo, houve discussões, estudos e contribuições ao nível do social, do político e do técnico, até chegar a um projeto que venceu muitas barreiras e dúvidas, mas que certamente é sempre passível de revisões e de aperfeiçoamentos. E, agora, o gesto volta novamente numa radicalidade de não retorno. Antes de mais nada, fica o receio de um resultado extremo na saúde e na resistência de figura tão singular. Mas devo dizer que muitas vezes, nos mais luminosos exemplos do mundo católico, dos melhores bispos e das mais generosas pastorais, sinto que há dificuldade em manejar as mediações entre o mundo da Fé e as dimensões da política ou da técnica, numa absolutização mortal da primeira, com uma ética sem nuances, podendo cair num moralismo atemporal e auto-destruidor.

O que me faz desenvolver estas reflexões sofridas, porém impacientes, é a consciência preo-

cupada da instrumentalização dos gestos de Luiz Cappio. Políticos do DEM viram romeiros, levanta-se uma certa esquerda, sempre à espreita para posicionar-se contra, às vezes com estardalhaço e emocionalidade. Interesses políticos não estarão capturando o gesto que parecia num primeiro momento profético e o aviltando? A profecia deve sempre ser livre e questionadora nas várias direções e não presa a uma bandeira ideológica que a diminui. Surge uma crítica ao governo em geral, com ares de oposição política, onde se fala até de ditadura hoje e de uma futura e indefinida democracia real.

Além disso, muitos vêm falando em martírio, o que parece grave e perturbador. Chesterton dizia que, por acreditar realmente em milagres, era contra seu uso banalizado, o que o levava a não acreditar nos apregoado milagres ao atacado. Algo parecido se passa com um ato tão sério como o martírio. Não basta apresentá-lo em nome de uma Fé mal explicada e reduzi-lo na defesa dos ribeirinhos do São Francisco, sem levar em conta outros pequenos ou pobres de diferentes partes do semi-árido e destes brasis afora. Tenho dificuldade de ver martírio na defesa de um rio, por mais simbólico que seja o velho Chico. Respeitemos a seriedade e a radicalidade da noção de martírio.

Sei que me ponho com isso em contraponto com alguns companheiros de caminhada, mas há momentos em que calar é impossível, sem receio de perder simpatias e reconhecimentos. Não fazer isso seria solução de facilidade ou de oportunismo. É preciso ter coragem de dizer coisas difíceis e sofridas – com o risco, é claro, de engano ou simplificação –, mas na contramão de uma fácil unanimidade emocional.

Meu carinho por Dom Cappio me obriga a posicionar-me fortemente contra sua instrumenta-

lização, abastardando um gesto nobre, mas de uma radicalidade absolutizada, capturada por intencionalidades mais que discutíveis. Retome-se um diálogo adulto, de parte a parte, governo e bispo, mas fica difícil se este último se encerra na inflexibilidade de um absoluto não dialógico. Ao mesmo tempo, há que denunciar em voz alta o uso indevido de um testemunho para destruir um processo histórico brasileiro que caminha, certamente com falhas e dificuldades como todo processo histórico. A não ser que queiramos a volta revanchista de um tucanato sem compromissos com o país e com seus pobres; ou então entregar-nos aos devaneios vagos de um idealismo mal definido e jogando esperanças para um amanhã sem rosto nem data, fora de processos reais. Não é possível deixar um sinal escorregar em contra-sinal, capturado por intenções escusas. Bernanos, num de seus romances, mostrou com o melhor dos pastores, por ingenuidade ou moral sem raízes no cotidiano, pode cair prisioneiro de oportunismos inconfessáveis à espreita. E o que poderia ser testemunho e sinal – sacramento – se encolheria numa bandeira menor e mesmo eleitoreira, podendo também cair nas mãos dos que esperam processos futuros puros, improváveis e idealizados. Aplica-se o que creio que Merleau-Ponty disse de certos cristãos: não têm mãos sujas simplesmente porque não têm mãos. Seria um triste fim para um gesto que começou desprendido e generoso. Francisco de Assis ajude seu irmão e filho Luiz a um discernimento concreto de real fidelidade com os mais variados pobres e excluídos deste país e o livre de um clima contaminado por políticos mal-intencionados ou por um moralismo cego, que é a própria negação de uma ética inserida numa história concreta da libertação.

Temas dos Cadernos IHU em formação

- Nº 01 – *Populismo e Trabalhismo: Getúlio Vargas e Leonel Brizola*
- Nº 02 – *Emmanuel Kant: Razão, liberdade, lógica e ética*
- Nº 03 – *Max Weber: A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*
- Nº 04 – *Ditadura – 1964: A Memória do Regime Militar*
- Nº 05 – *A crise da sociedade do trabalho*
- Nº 06 – *Física: Evolução, auto-organização, sistemas e caos*
- Nº 07 – *Sociedade Sustentável*
- Nº 08 – *Teologia Pública*
- Nº 09 – *Política econômica. É possível mudá-la?*
- Nº 10 – *Software livre, blogs e TV digital: E o que tudo isso tem a ver com sua vida*
- Nº 11 – *Idade Média e Cinema*
- Nº 12 – *Martin Heidegger: A desconstrução da metafísica*
- Nº 13 – *Michel Foucault: Sua Contribuição para a Educação, a Política e a Ética*
- Nº 14 – *Jesuítas: Sua Identidade e sua Contribuição para o Mundo Moderno*
- Nº 15 – *O Pensamento de Friedrich Nietzsche*
- Nº 16 – *Quer Entender a Modernidade? Freud explica*
- Nº 17 – *Hannah Arendt & Simone Weil – Duas mulheres que marcaram a Filosofia e a Política do século XX*
- Nº 18 – *Movimento feminista: Desafios e impactos*
- Nº 19 – *Biotecnologia: Será o ser humano a medida do mundo e de si mesmo?*
- Nº 20 – *Indústria Calçadista: Quem fabricou esta crise?*
- Nº 21 – *Rumos da Igreja hoje na América Latina: Tudo sobre a V Conferência dos bispos em Aparecida*
- Nº 22 – *Economia Solidária: Uma proposta de organização econômica alternativa para o País*
- Nº 23 – *A ética alimentar: Como cuidar da saúde e do Planeta*
- Nº 24 – *Os desafios de viver a fé em uma sociedade pluralista e pós-cristã*
- Nº 25 – *Aborto: Interfaces históricas, sociológicas, jurídicas, éticas e as conseqüências físicas e psicológicas para a mulher*
- Nº 26 – *Nanotecnologias: Possibilidades e limites*
- Nº 27 – *A monocultura do eucalipto: Deserto disfarçado de verde?*